

JUL./DEZ. 2024|VOL. 16 N.2
ISSN 2175-4705



[DOSSIÊ]
**Educação menstrual na
prática
vazando experiências
em campo**

Comissão editorial

Felipe Vander Velden - Professor Associado/PPGAS-UFSCar
Igor José de Renó Machado - Professor Titular/PPGAS-UFSCar
Julia Aparecida Rodrigues da Silva - Mestranda/PPGAS-UFSCar
Leon Terceiro Goulart - Doutorando/PPGAS-UFSCar
Luisa Amador Fanaro - Doutora/PPGAS-UFSCar
Maria Carolina Arruda Branco - Doutoranda/PPGAS-UFSCar
Pedro Roberto Meinberg Garcia Filho - Doutorando/PPGAS-UFSCar

Editores do Dossiê "Educação menstrual na prática: vazando experiências em campo"

Janaina de Araujo Moraes
Clarissa Reche Nunes da Costa
Naedja Cristiane Vieira Costa

Conselho editorial

Adam Reed (University of St. Andrews), Ana Claudia Marques (USP), Celso Castro (FGV), Christine de Alencar Chaves (UnB), Cynthia Andersen Sarti (Unifesp), David Graeber (LSE-UK), Débora Morato Pinto (UFSCar), Edward MacRae (UFBA), Fernando Rabossi (IFCS/UFRJ), Fraya Frehse (USP), Frederico Delgado Rosa (Universidade Nova de Lisboa), Gabriel de Santis Feltran (UFSCar), Guillaume Sibertin-Blanc (U. de Toulouse II), Guilherme José da Silva e Sá (UnB), João Biehl (Princeton University), João Valentin Wawzyniak (in memoriam UEL), John Collins (Queens College-NY), Magnus Course (University of Edinburgh), Marco Antonio T. Gonçalves (UFRJ), Maria Catarina C. Zanini (UFSM), Mariza Gomes e Souza Peirano (UnB), Olívia Cunha (Museu Nacional), Pedro Peixoto Ferreira (Unicamp), Rane Willerslev (Aarhus University), Rebecca Empson (University College London), Rose Satiko G. Hikiji (USP), Simoni Lahud Guedes (UFF), Stephen Hugh-Jones (Cambridge University), Wolfgang Kapfhammer (Institut für Ethnologie/Ludwig-Maximilians-Universität München).

Universidade Federal de São Carlos

Reitora: Profa. Dra. Ana Beatriz de Oliveira
Vice-reitora: Profa. Dra. Maria de Jesus Dutra dos Reis

Centro de Educação e Ciências Humanas

Diretora: Profa. Dra. Ana Cristina Juvenal da Cruz

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Coordenador: Prof. Dr. Pedro Augusto Lolli
Vice-coordenador: Prof. Dr. Piero C. Leirner

Projeto gráfico, editoração e capa

Luisa Amador Fanaro

Imagem da capa

Za Chacon Saggioro



Sumário

[Dossiê]

Educação menstrual na prática: vazando experiências em campo

08 Educação menstrual na prática: vazando experiências em campo
Janaina de Araujo Moraes, Clarissa Reche Nunes da Costa e Naedja Cristiane Vieira Costa

14 O sentido do sangue: considerações menstruais que vazam da norma
Za Chacon Saggioro

34 "Sonhamos com nosso sangue sendo respeitado": educação menstrual em contexto de extensão universitária junto com adolescentes
Clarissa Reche Nunes da Costa, Daniela Tonelli Manica e Naedja Cristiane Vieira Costa

53 Entre costuras, colagens e corpos: um ensaio sobre a arte da educação menstrual
Isabel Cristina de Almeida Prado

74 Circo de Umbigo: arte e educação menstrual
Camila Matzenauer dos Santos

82 Outras menstruações possíveis: retomadas entre sangue e corpo-território
Eloyza Tolentino Soares

108 Dignidade menstrual na formação docente: cartografias de experiências no Brasil e no México
Caroline Luiza Willig, Saraí Patrícia Schmidt e Ruth Belinda Bustos Córdova

131 "Menstruação sem Tabu": uma reflexão sobre a experiência com oficinas de educação menstrual em escolas e instituições públicas
Janaina de Araujo Moraes

158 Menstruar é político: notas (auto)etnográficas sobre Educação Menstrual Emancipadora
Larissa Pelúcio

181 Menstruação e território: a experiência do Fluxo Sustentável, projeto de Educação Menstrual
Letícia Santos Ferreira, Bruna Mendes de Vasconcellos e Amanda Abreu

204 Menstruação e masculinidades: notas sobre a participação de professores homens em uma pesquisa sobre menstruação em escolas públicas
Naedja Cristiane Vieira Costa

[Textos Livres]

Artigos

218 Narrativas promissoras, (in)definições e controvérsias: o caso da carne produzida a partir de células animais
Graciela Froehlich

243 Construcción de conocimiento técnico en remates de hacienda bovina: el caso de Villa María, Córdoba, Argentina
Maria Roberta Mina

268 Entre sabiás e arraias: etnografia multiespécies do pátio de uma enfermaria psiquiátrica
Túlio Maia Franco

Resenhas

296 Moreno, Sarah (2024). A incômoda presença dos pombos no Porto de Santos. Cotia: Margem da Palavra.

Matheus Henrique Pereira da Silva

302 Matos, Silvana Sobreira; Campos, Roberta Bivar Carneiro; Germano, Pedro & Pereira, Fabiana M. Gama (2024). Terreiro Senhor do Bonfim de Apolinário Gomes da Mota: uma fotoetnografia da ritualística Congo em Recife. Recife: Editora UFPE.

Hugo Wesley Oliveira Silva



Educação menstrual na prática: vazando experiências em campo

Janaina de Araujo Moraes

Pesquisadora de pós-doutorado/LABJOR, Universidade de Campinas

<https://orcid.org/0009-0009-8846-2704>

janainajanis@gmail.com

Clarissa Reche Nunes da Costa

Doutora em Ciências Sociais, Jornalista Científica/LABJOR, Universidade de Campinas

<https://orcid.org/0000-0002-5778-1122>

clari.reche@gmail.com

Naedja Cristiane Vieira Costa

Doutoranda em Ciências Sociais/Universidade de Campinas

<https://orcid.org/0000-0003-3409-2786>

naedjavieira1@gmail.com

É com grande alegria e esperança que apresentamos o dossiê temático “Educação menstrual na prática: vazando experiências em campo”. Enunciamos aqui dez trabalhos, entre artigos e relatos de campo, que trazem dados e análises sobre experiências de realização de aulas, palestras, oficinas que envolvem o tema educação menstrual. Este dossiê é fruto da articulação de uma rede autônoma de pesquisadoras que vem se formando nos últimos anos, principalmente a partir da criação da coletiva Vazantes¹, em 2020, e da realização, a partir de 2021, de grupos de trabalhos em congressos da área de antropologia dedicados exclusivamente para a apresentação de trabalhos sobre menstruação². Frente

1 Coletiva autônoma de pesquisadoras que trabalham o tema da menstruação.

2 No artigo de Eloyza Tolentino Soares apresentado neste dossiê a autora faz uma rememoração destes espaços, incluindo o seminário temático chamado “Sangue, Técnica e Multiplicidade: vazantes de menstruações diversas”, organizado por Daniela Manica, da Universidade Estadual de Campinas, e por Luísa Elvira Belaunde, da Universidade Nacional Maior de São Marcos (Lima, Peru), ocorrido durante a

às tantas adversidades que tornam a menstruação um tema de pesquisa cuja valorização como agenda é tão recente, os trabalhos reunidos aqui formam um robusto corpo de conhecimento que compõe o enraizamento e florescimento de pesquisas que têm nos seus corações a prática e a educação como caminho para a transformação social e para a construção de vidas dignas.

De forma resumida, os trabalhos aqui apresentados abordam: as metodologias de pesquisa utilizadas em ações realizadas em escolas e projetos comunitários, com foco no trabalho junto com crianças, jovens e formação docente (Costa et al.; Prado; Soares; Willig et al.; Moraes; Ferreira et al.; dos Santos; Costa); as articulações entre educação menstrual e políticas públicas, direitos sexuais e reprodutivos, acesso a insumos menstruais (Saggioro; Soares; Willig et al.; Moraes; Ferreira et al.; Pelúcio; dos Santos); as multiplicidades de menstruações e suas demandas específicas junto a territórios periféricos, adolescentes, pessoas com deficiência, populações dissidentes de gênero, pessoas trans, intersexo, com deficiência, e homens cis em papel pedagógico (Saggioro; Costa et al.; Ferreira et al.; Costa); abordagens artísticas e criativas na educação menstrual, como o uso de arte, performance, fanzines, costura, circo, bambolê, colagem (Saggioro; Prado; dos Santos; Costa et al.); experiências formativas internacionais, com análise de experiências realizadas em países como México, Colômbia e França (Willig et al.; Pelúcio; Prado); educação menstrual e mídias digitais (Soares); relações entre menstruação, educação, território e ecologia (Prado; Ferreira et al.; Soares).

Este dossiê adensa e amplia o espaço ocupado por pesquisas envolvendo o tema menstruação nos estudos antropológicos e áreas correlatas. No Brasil, o tema da menstruação como pesquisa dentro das Ciências Humanas vem ganhando tração nos últimos anos, com pesquisas na área de antropologia se destacando (Costa et al., 2024). Ainda que ao longo dos anos esse tema tenha aparecido em vários estudos etnográficos, muitos destes trabalhos apontaram o sangue menstrual como perigoso ou ofensivo pelo olhar das comunidades pesquisadas (Sardenberg, 1994). Investigações elaboradas a partir de uma perspectiva feminista têm alertado sobre o viés androcêntrico das análises ditas tradicionais, realizando novas leituras da literatura disponível e trazendo outras compreensões possíveis sobre o tema. Seguindo esta trilha, o dossiê apresenta perspectivas pedagógicas decoloniais e feministas latino-americanas, tencionando e questionando a

Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia (ReACT) em 2021 e o grupo de trabalho “Antropologia da menstruação — feminismos, corporalidades e tecnologias”, sob coordenação de Anna Paula Vencato da Universidade Federal de Minas Gerais, e Larissa Pelúcio, da Universidade Estadual Paulista, ocorrido durante a Reunião de Antropologia do Mercosul, em 2023. Neste ano de 2025 foi realizada a segunda edição deste mesmo grupo de trabalho, agora coordenado por Larissa Pelúcio e Clarissa Reche Nunes da Costa, da Universidade Estadual de Campinas.

naturalização da menstruação apenas como questão biológica, que deve ser abordada dentro da educação apenas em poucas aulas de ciências, quando muito.

Em se tratando da educação menstrual, especificamente, temos visto este assunto ganhar amplitude desde o lançamento do relatório sobre a “Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdades e violação de direitos” (UNFPA/UNICEF, 2021). Este relatório apresenta um cenário alarmante sobre a realidade das meninas e mulheres brasileiras que, em situação de pobreza e vulnerabilidade social, são privadas de serviços de saneamento básico, recursos para higiene pessoal e íntima e também a conhecimentos de qualidade sobre o próprio corpo e o ciclo menstrual. Contudo, ainda que tenhamos visto a menstruação ganhar tamanha dimensão e a educação menstrual ser apontada como um ponto fulcral para alcançarmos a dignidade menstrual, este assunto tem ficado invisibilizado nos projetos e políticas públicas apresentados, bem como nos estudos científicos realizados.

De 2018 a 2021, cerca de 54 proposições legislativas circularam no congresso nacional apresentando projetos de lei e PECs que envolvem o tema da dignidade menstrual, o que evidencia o apelo público do assunto³. Em 2022 foi sancionada a Lei Federal 14.214 que garante a distribuição gratuita de absorventes a estudantes de baixa renda da rede pública, a mulheres em situação de vulnerabilidade social extrema e a detentas. Todavia, tal Lei só foi reconhecida por meio da pressão pública, visto que inicialmente havia sido vetada pelo então presidente da república Jair Bolsonaro. Entretanto, grande parte dos projetos de iniciativa pública se limitam, tão somente, à distribuição gratuita de absorventes, não dando conta de outros pontos fundamentais ao se pensar em pobreza menstrual, como, por exemplo, a educação e a instrução de meninas, mulheres e menstruantes no que concerne o ciclo menstrual e a sexualidade (dos Santos & Manica, 2023).

No que se refere aos estudos desenvolvidos sobre o tema educação menstrual, em breve pesquisa realizada por nós nas plataformas Google Acadêmico e Scielo encontramos 19 trabalhos na primeira plataforma, sendo quatro artigos publicados em anais de congresso, seis trabalhos de conclusão de curso, dois materiais didáticos e somente sete artigos publicados em revistas científicas. Já na segunda plataforma, encontramos apenas dois artigos publicados em periódicos científicos. Assim, foi possível mapear um total de nove artigos científicos, sendo que a maioria traz uma perspectiva teórica, sem descrever metodologicamente a prática de educação menstrual.

Diante deste cenário surgiu a proposta deste dossiê, na tentativa de suprir a lacuna de artigos que apresentem dados sobre experiências de educação menstrual na prática, seja como parte da educação formal ou informal. Nosso objetivo com o dossiê é instigar o

3 Informações veiculadas no Fórum pela Dignidade Menstrual realizado pelo UNFPA, em 2022.

debate sobre educação menstrual a partir de experiências práticas, abrindo caminhos para aprofundar pesquisas em andamento e gerar novas pesquisas críticas sobre menstruação e o papel da educação neste processo, partindo de perspectivas antropológicas baseadas em epistemologias feministas, anticapitalistas, decoloniais, antirracistas e transinclusivas.

Abrimos o dossiê com o texto de Za Chacon Saggioro, que emerge das vivências e demandas de homens trans, pessoas transmasculinas, não binárias, travestis, intersexo e com deficiência, propondo a noção de “menstruação transreferenciada” como ferramenta para deslocar a estrutura social cisheteronormativa e capacitista que regula e invisibiliza certas corporeidades. Também no campo das multiplicidades e dos silenciamentos, Clarissa Reche Nunes da Costa, Daniela Tonelli Manica e Naedja Cristiane Vieira Costa narram uma experiência de extensão universitária com adolescentes que combina métodos da antropologia visual e da educação, enfrentando a tensão entre evitar a biologização da menstruação e responder à demanda das jovens por informações sobre seus corpos e ciclos.

No diálogo entre práticas pedagógicas e arte, Isabel Cristina de Almeida Prado reflete sobre oficinas realizadas no Brasil e na França, que combinam saúde menstrual, fanzines e costura de absorventes, revelando como abordagens manuais, lúdicas e coletivas podem provocar conversas sobre corpo, gênero, raça, classe, sexualidade e ecologia. A arte também ocupa lugar central no trabalho de Camila Matzenauer dos Santos, que apresenta o “Circo de Umbigo”, um projeto que une bambolê, apresentações circenses e oficinas com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade no interior do Rio Grande do Sul, transformando a educação menstrual em experiência estética e comunitária.

O mapeamento e a análise das formas emergentes de educação menstrual no Brasil são o foco de Eloyza Tolentino Soares, que investiga documentos e iniciativas digitais, evidenciando tanto sua incipiência quanto a urgência de políticas públicas que contemplem a diversidade das pessoas que menstruam. Já Caroline Luiza Willig, Saraí Patrícia Schmidt e Ruth Belinda Bustos Córdova abordam os processos de formação docente no Brasil e no México, com ênfase na desconstrução de estigmas universalizantes e colonialistas e na incorporação de perspectivas críticas sobre gênero e cultura.

As práticas escolares e comunitárias aparecem também no trabalho de Janaina de Araujo Moraes, que reflete sobre oficinas realizadas em escolas e instituições públicas no interior de Minas Gerais, discutindo tanto a criação de espaços de fala e escuta sobre menstruação quanto os desafios metodológicos de inserir o tema em contextos educativos formais. Em chave (auto)etnográfica, Larissa Pelúcio relata sua participação em um curso colombiano de educação menstrual emancipadora, conectando a experiência a pedagogias feministas latino-americanas e discutindo seus limites e potencialidades.

No campo das articulações entre menstruação, território e políticas públicas, Letícia Santos Ferreira, Bruna Mendes de Vasconcellos e Amanda Abreu analisam o projeto Fluxo Sustentável, desenvolvido em regiões periféricas de Santo André, enfatizando a importância de adaptar ações educativas e de distribuição de insumos às condições socioeconômicas locais. Por fim, a presença de homens cis na educação menstrual é problematizada por Naedja Cristiane Vieira Costa, que investiga sua participação em pesquisas realizadas em escolas públicas e discute como esse envolvimento pode contribuir para ressignificar paradigmas da masculinidade hegemônica.

Em conjunto, esses trabalhos ampliam os repertórios da educação menstrual e convidam à escuta das múltiplas vozes, corpos e territórios que a constituem. Ao trazer experiências que vão das escolas públicas brasileiras a formações internacionais, de práticas artísticas a pesquisas em ambientes digitais, de territórios periféricos a contextos rurais, o dossiê reafirma a menstruação como campo fértil de experimentação pedagógica, ativismo, transformação social e luta por vidas dignas.

Referências

Costa, Clarissa Reche Nunes da; Costa, Naedja C. V. & Manica, Daniela Tonelli (2024). Menstruation as a research topic in the humanities in Brazil: a state of the art. *Tapuya: Latin American Science, Technology and Society*, 7(1), 2024.

Dos Santos, Michelle Perez & Manica, Daniela Tonelli (2023). Pobreza menstrual no Brasil: levantamento das leis aprovadas e em tramitação. In *V PAPE-G e II SISAE*. Campinas: Unicamp.

Sardenberg, Cecilia Maria Bacellar (1994). De sangrias, tabus e poderes: a menstruação numa perspectiva sócio-antropológica. *Revista Estudos Feministas*, (2).

UNFPA & UNICEF (2021). *Pobreza menstrual no Brasil: desigualdade e violações de direitos*. Brasília: UNFPA/UNICEF.

Artigos [dossiê]

O sentido do sangue: considerações menstruais que vazam da norma

Za Chacon Saggioro¹

Doutorando em Ciências Sociais/Universidade Estadual de Campinas

<https://orcid.org/0009-0005-1237-1807>

zachacon.s@gmail.com

“Elizabeth Mía era uma mulher trans que viveu na Argentina
ouviu diversas vezes a mesma chacina:
que independentemente dos peitos
ou das cirurgias que pudesse pagar,
mulher jamais seria por não menstruar.
Meio litro de sangue ela tirou de si mesma
das próprias veias, em um manifesto
performou 13 ciclos de sua vida em que sangrou por um protesto
registrando mês a mês as dores de sua transição hormonal
Effy foi suicidada pouco tempo mais tarde,
por 25 anos suportou essa sociedade
Me pergunto quanto sangue trans precisa ser derramado
para que o sangue de vocês continue inquestionado”
(Menstruado, com O maiúsculo – autoria própria)

¹ Pessoa transmasculina, circense, ativista de uma menstruação transreferenciada. Bacharel em psicologia, mestre em educação (UFSCar) e doutorando em ciências sociais (UNICAMP).

O artigo se insere no campo de estudos sobre menstruação, mais especificamente em uma linha incipiente de pesquisa que tenho denominado de menstruação transreferenciada. Situo que componho o Labirinto² da UNICAMP, grupo que tem protagonizado a sistematização da menstruação em um eixo próprio de estudo³. Menstruação transreferenciada é uma abordagem em resposta a necessidade histórica de visibilização de identidades de gênero que são lidas na sociedade como antagônicas à experiência menstrual. Como veremos adiante, a escolha do termo que explicita essa localidade sociopolítica não pretende diminuir outras experiências menstruais dissidentes, como de pessoas intersexo e/ou com deficiências, apenas reafirmar e demarcar a luta pelo descolamento do sangue de sua inerência cisgênero. Para fins desta publicação, serão compartilhadas algumas entrevistas e imagens criadas no contexto do projeto “Corpos que Menstruam” que, submetidas a análise descritiva, desdobram-se em caminhos emergentes para estudos do campo.

Para contextualizar tanto a discussão da temática quanto a existência do projeto cultural realizado, enfatizo que o arcabouço teórico existente sobre a menstruação referencia e alimenta as iniciativas educacionais, midiáticas e as políticas públicas em nossa sociedade com uma imagem específica e delimitada do corpo que pode sangrar: a mulher cisgênero, heterossexual e sem deficiências (Chacon, 2024). Essa construção desconsidera e, portanto, exclui da possibilidade de direitos e informação a diversidade dos corpos menstruantes, como as pessoas transmasculinas⁴, os homens trans⁵, as pessoas não binárias⁶, intersexo⁷ e com deficiência. E, em relação a sexualidade, o pressuposto hétero tem sido apontado (Cabral, 2011; Chacon, 2024; Meinerz & Santos, 2022) como a régua de orientações e cuidados voltados para a menstruação que afastam lésbicas, bissexuais, assexuais e pansexuais de garantir seus direitos em saúde.

2 Laboratório de estudos socioantropológicos sobre tecnologias da vida (Labirinto): <https://www.labirinto.labjor.unicamp.br/>

3 Além do grupo ser composto por pesquisadores implicadas na temática menstrual, vale registrar que Clarissa Reche, Cecilia Ruystoyburu, Daniela Manica e Janaina Moraes propuseram uma disciplina inédita e panorâmica sobre menstruação na pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) e no mestrado em Divulgação Científica e Cultural (PPG-DCC) da UNICAMP no 1º semestre de 2025.

4 Grupo de pessoas trans cujas identidades estão no espectro masculino, mas que não necessariamente se consideram homens, embora possam.

5 Pessoas que foram designadas como mulher ao nascer, mas que se entendem como homem.

6 Termo guarda-chuva para identidades que não se enquadram no binarismo de gênero masculino ou feminino.

7 Pessoas que podem apresentar uma variação em características sexuais (genitais, cromossômicas, hormonais ou outras anatomias reprodutivas e características secundárias) que não se enquadram nas normas médicas de masculino ou feminino. Pessoas intersexo podem ser cis ou trans e, ainda assim, a depender da configuração de seus corpos, também podem sangrar.

Por ser uma pessoa transmasculina e bissexual e, portanto, não encontrar referências para meu corpo dissidente de gênero e sexualidade que menstrua, realizei uma pesquisa de mestrado que visou propiciar sugestões pedagógicas para contemplar uma educação não cisheteronormativa⁸ do sangue. A pesquisa foi intitulada de “Bases para uma Educação Menstrual Popular e LGBTQIAPN+” (Chacon, 2024) e sugere pautas para que espaços de discussão menstrual sejam comprometidos com os saberes populares e também com a diversidade da sigla LGBTQIAPN+.

Dando continuidade ao trabalho e visando extrapolar o ambiente acadêmico, o projeto “Corpos que Menstruam”⁹ se caracterizou pela fabricação de um roteiro de documentário que visibiliza experiências menstruais dissidentes da cisnormatividade¹⁰ de gênero, aprovado pela lei de incentivo cultural Paulo Gustavo em 2023. O projeto foi desenvolvido em São Carlos (SP) por mim e por Gabriella Joris, profissional audiovisual. Nesse processo, fui responsável pela pesquisa, articulação dos depoimentos, escrita do roteiro e criação de oficinas de contrapartida, atividades que propiciaram uma riqueza incomensurável de dados e que, em partes, aqui serão expostos como material de análise.

Delineando a configuração do presente artigo, a ordem dos recortes narrativos irá representar a sequência dos eventos que emergiram no decorrer do projeto. Uma das primeiras etapas da pesquisa para o roteiro foi a realização de entrevistas com pessoas dissidentes de gênero que menstruam ou já menstruaram interessadas em contribuir com a causa. A participação foi voluntária e resultante de buscas por contribuição a partir da divulgação da aprovação do projeto na rede social Instagram. Assim, serão apresentadas algumas frases despontadas dos momentos de entrevista, enfatizando experiências de pessoas trans, intersexo e de uma mulher cis com deficiência que apresentaram suas reivindicações acerca da temática menstrual.

Posteriormente, serão expostos os resultados, em formato de fotografia artística, das oficinas de contrapartida realizadas. Ações que ofereçam gratuitamente à população o acesso aos efeitos de projetos financiados com dinheiro público são obrigatórias em editais culturais. Dessa forma, foi previsto para Corpos que Menstruam a realização de duas oficinas de contrapartida, apoiadas com o espaço físico do Centro Cultural da USP do município de São Carlos (SP). O primeiro dia foi destinado à apresentação do projeto e discussão da temática. O segundo, viabilizou recursos e ensinamentos sobre fotografia

8 Uma junção entre a cisnormatividade com a heteronormatividade como normas e regras a serem seguidas.

9 Corpos que menstruam ou corpos menstruantes são expressões que sem sido utilizadas por ativistas e movimentos sociais para demarcar a existência da experiência menstrual de corpos não cisnormativos.

10 Cisnormatividade pode ser descrita como a norma social que compreende a cisgeneridade como regra, ou seja, que todas as pessoas são cis e que a existência trans é um desvio dessa estrutura normativa.

a fim de que as pessoas participantes pudessem transformar as inquietações do debate em representação artística. A chamada para o evento também foi pública e veiculada no Instagram. Estiveram presentes pessoas transmasculinas, homens trans, pessoas não binárias e uma participante travesti.

Entrevistas para pesquisa de roteiro

Foram realizadas 13 entrevistas com as pessoas interessadas em comporem a pesquisa de conteúdo para a elaboração do roteiro. Participaram homens trans, pessoas transmasculinas, não binárias, uma mulher cis com deficiência e uma pessoa intersexo. Dentre elas, oito pessoas negras e cinco brancas. Para fins da elaboração desta publicação, trarei falas que contemplam cada uma dessas identidades e corporalidades¹¹ que compuseram o roteiro. O critério de seleção das falas a serem compartilhadas nesse artigo foi a relação dos diálogos com as pautas corporais e identitárias aqui enfatizadas, na tentativa de um recorte representativo dos numerosos dados que compuseram o projeto.

Os diálogos foram mediados por entrevistas semiestruturadas, com questões construídas a partir das Bases para uma Educação Menstrual e LGBTQIAPN+ elaboradas em minha pesquisa de mestrado (Chacon, 2024). A existência desse conteúdo possibilitou que a discussão contemplasse assuntos fundamentais para um ambiente proposto a lidar de maneira digna com a pluralidade das pessoas que podem sangrar (Chacon, 2024), registrando como questões pertinentes a temáticas como identidade e papéis de gênero; ambiente médico e prazer se relacionavam com a menstruação na vivência de cada participante. Além disso, as pessoas foram convidadas a compartilhar como enxergavam a representatividade dos recortes aos quais pertenciam (trans, cis, intersexo, pessoas com deficiência) na pauta menstrual.

Apesar de terem existido temáticas propulsoras de diálogo, exploradas com base nos aportes educacionais supracitados, as diferentes experiências com o sangue apontaram para questões que, para fins didáticos na elaboração do roteiro, foram divididas em dois grandes temas: a) o sangue como educação cisheteronormativa e b) denúncias sobre o âmbito ginecológico. Os discursos foram protocolados de maneira anônima para preservação do sigilo, autorizados tanto para fins do roteiro, quanto para

11 Para fazer alusão às pessoas participantes, serão utilizadas as palavras corporalidades e identidades. A primeira diz respeito as condições necessárias para uma pessoa menstruar, relacionadas a possibilidades fisiológicas, reprodutivas e/ou sexuais específicas, a fim de não reduzir a pauta a questões identitárias. Pessoas intersexo e pessoas com deficiência, como demonstram seus relatos, possuem em suas corporalidades experiências menstruais singulares e suas reivindicações estão relacionadas a elas, e não especialmente a questões identitárias. Já segunda enfatiza os recortes de identidades de gênero que comporão o ensaio, uma vez que essa informação se faz imprescindível para descrever suas vivências menstruais.

possíveis articulações dele derivadas, como este estudo. A escolha de caracterizar as falas com identidades de gênero e étnico-raciais, além de melhor organizar a contextualização da narrativa para os leitores, foi almejada para explicitar o reconhecimento de questões singulares, mas sobretudo coletivas, que permeiam as histórias. Ricas e extensas em suas denúncias, cumpro o desafio de compartilhar de maneira resumida algumas reivindicações destas vozes.

a) O sangue como educação cisheteronormativa

“Quando tive a menarca, foi toda aquela coisa vergonhosa da minha família ficar me empurrando pra isso. Eles falavam, não, porque agora você é uma mocinha, aí parabéns, porque agora seu corpo vai mudar. Foi desesperador pra mim, porque foi a hora que caiu a ficha, porque eu não quero, não quero isso. Porque já foi incumbido que menstruação é algo feminino. Eu acho que durante muito tempo, muitas vezes foi meio que uma marca, de me ver sangrando e falar caralho, eu sangro. A sociedade me vê como uma mulher porque eu sangro” (Acervo do autor. Homem trans, negro, 33 anos).

“Sempre foi muito difícil. Na minha cabeça, enquanto eu tivesse menstruando eu não alcançaria esse gênero masculino que eu tanto queria. Poucas pessoas têm essa imagem de que homens menstruam. Eu com 14 anos não tinha isso. Parecia que nos dias que estava acontecendo eu só pensava nisso, a minha vida tava, focava nisso por 5 dias, minha cabeça ficava 5 dias nisso, depois passava. Era contraditório porque eu não entendia de onde vinha esse desconforto, eu imaginava que não era perfeito pra maioria das pessoas, mas eu não sabia porque era tão difícil. E quando fui entendendo a questão da minha transição eu fui entendendo melhor o desconforto, e no processo de hormonizar e transicionar foi a primeira coisa que eu ansiava pra passar” (Acervo do autor. Homem trans, negro, 19 anos)

“Aí eu lembro que procurei minha mãe apavorada assim tipo mãe eu estou sangrando, achando que eu tava com uma doença, um machucado, algum problema, aí ela começou a chorar e eu meu deus o que que aconteceu... aí ela ah é que agora você deixou de ser menina, agora você é uma mulher, aí eu fiquei tipo... nossa, realmente eu tô com grande problema (risos), bem maior que eu imaginei. Podia ser alguma doença pra tratar com remedinho, mas não, era um grande problema social (risos)... O sangue funciona como porta voz da sociedade que lembra que o seu corpo foi educado e socialmente desejado pra você não ser quem você é assim. Então a menstruação atravessa muito forte o processo de transição e reforça essa perspectiva binária do gênero oposto e um certo lugar pra se chegar. Então pra mim foi a criação de um constrangimento que eu não

conhecia antes, eu evitava falar ou demonstrar que eu tava menstruando ou menstruava pra não denunciar então que eu tinha uma vagina então eu era uma mulher” (Acervo do autor. Pessoa não binária, branca, 29 anos).

“É muito difícil falar sobre isso em espaços com mulheres cis por exemplo. Hoje em dia é muito difícil eu trocar ideia com meninas cis que não sejam extremamente próximas a mim sobre essas coisas porque sempre rola estranhezas, ainda mais pela minha aparência, muito masculina, porque tem muita barba. As pessoas não pensam que eu posso menstruar, que eu menstruo, que eu tenho útero” (Acervo do autor. Pessoa transmasculina, branca, 26 anos).

Em diversos momentos, as experiências relatadas denunciam a menstruação como um evento que institucionalizou a leitura social dos seus corpos como mulher cis. A responsabilidade dessa articulação, nas diferentes falas, advém de lugares outros que não o sangue em si mesmo: da parabenização da família pelo “virar mocinha”, da educação recebida pela mãe, da impossibilidade de atributos físicos lidos como “masculinos” permear o universo menstrual e de outras dimensões não nomeadas, mas que apontam para a força do mesmo tratado social cisnormativo da menstruação compartilhado por essas vivências. Os sofrimentos e desconfortos atribuídos a essa associação cisgênera à menstruação identificam na educação e na cultura¹² as origens da dimensionalidade desta dor (Chacon, 2024), justificando, portanto, o nome desta categoria.

Para além da identidade de gênero, a pauta intersexo e a pauta da deficiência despontaram como outras temáticas invisibilizadas em relação às corporalidades que menstruam. Apesar da pessoa entrevistada com condição intersexo ser não binária, vale ressaltar que a pauta urgente para e entrevistada foi justamente os estigmas sobre sua corporalidade intersexo em relação à temática menstrual, tendo as questões identitárias um destaque menor em suas falas:

Minha condição, ela afetou meus ovários né, então minha menstruação sempre foi desregulada. E sempre eu tive que usar anticoncepcional pois o médico sempre falava que um dia ia ajustar, mas assim que eu parava tudo isso voltava, era dependente do anticoncepcional (...). Não

12 Para um aprofundamento teórico que explana como se constrói a imagem do sangue atrelada à cisgêneridade nos dias de hoje, cito o capítulo “Movimentos e articulações em prol da menstruação” (Chacon, 2024), que traz uma análise dos movimentos sociais, cursos livres e de pós graduação, conteúdos da Base Comum Curricular (BNCC) e do Programa de Saúde na Escola (PSE) voltados para menstruação, bem como da única política pública existente direcionada a ela (Lei 14.214). Todas essas iniciativas não se preocupam com o básico para garantir a dignidade das pessoas menstruantes, que é a proposição de uma discussão de gênero e a identificação das pessoas que vivenciam o fenômeno. Pelo contrário, reforçam estereótipos cisgêneros de uma menstruação feminina universal e, na maioria das vezes, seu viés heteroreprodutivo.

só na menstruação, mas pessoas intersexo são completamente invisíveis no geral né. O que você ouve falar é, ah, tal pessoa tem síndrome do ovário policístico, tal pessoa tem síndrome de Turner. Mas dentro dessas síndromes, que são variações intersexo, você encontra ali pessoas que menstruam e pessoas que não menstruam. Você vai encontrar pessoas que têm pênis e que menstruam, ou que menstruaram em algum momento. Você vai encontrar pessoas com vagina, com vulva, e que nunca menstruaram. Então há uma variedade muito grande dentro da categoria intersexo né, e a gente não consegue ter essa representatividade assim” (Acervo do autor. Pessoa não binária e intersexo, branca, 28 anos).

“Eu não percebo nenhuma pessoa com deficiência nos comerciais de absorvente (...) Eu percebo essas duas coisas, que não tem mulher com deficiência e que não tem nada que muda na vida delas com menstruação. Eu costumo usar essas fraldas pra mulher adulta. Porque vem muito e é bem desconfortável porque é bem trabalhoso. E pra mim, o mais confortável é usar fralda mesmo porque como eu não tenho coordenação motora muito boa, pra mim é mais difícil usar absorvente. Por essa questão da sociedade ter dificuldade de me ver como mulher isso me faz passar mal. Assim ah, até hoje tenho vergonha em usar fralda por mais que seja o mais confortável pra mim, mais que absorvente. As pessoas já ficam me olhando como se tem alguma coisa muito fora da casinha em mim, uma pessoa que passa na rua que me vê no ponto de ônibus eu me sinto meio insegura, se a pessoa percebe que estou de fralda ela vai me encher o saco mais ainda então por isso que eu fico receosa com a fralda sabe, ainda fico preocupada” (Acervo do autor. Mulher cis, negra, possui paralisia e mobilidade reduzida, 23 anos).

O primeiro trecho denuncia que, muito antes da notória falta de informação médico-científica a respeito de corpos intersexo (Santos, 2020), sequer existe o reconhecimento da existência dessas corporalidades pela categoria. Assim, a pessoa participante relata a prescrição de anticoncepcional como o “cuidado” oferecido em saúde para sua especificidade, denuncia o desconhecimento da ciência médica sobre algumas condições intersexo por nomearem como síndromes e expõe a alienação biologizante do discurso cisgênero ao apontar as possibilidades genitais que podem sangrar e que geralmente são lidas como antagonicas do sangue, como uma pessoa intersexo com pênis.

No caso do relato que pauta os enfrentamentos vivenciados por uma pessoa que possui paralisia e mobilidade reduzida, o fato de ela ser uma mulher cisgênera não a salva da circunstância de a sociedade excluí-la da normatividade capacitista¹³ requisitada para a categoria. Assim, compartilha a angústia de não se enquadrar como mulher aos olhos

13 Capacitismo é o preconceito e discriminação em relação as pessoas com deficiência, fundamentados na crença de que esses indivíduos são inferiores, incapazes e/ou destoam do padrão da normatividade (Brasil, 2024).

dos outros e aponta para uma série de problemáticas relacionadas a uma política de saúde e higiene menstrual que não é pensada e nem feita para pessoas com deficiências semelhantes às dela. Portanto, reitero que o significado de “norma”, contido no conceito da cisnormatividade do sangue discutida nessa categoria, traz consigo a exclusão de corporalidades não padrões, como as pessoas intersexo e com deficiência.

Para compor esse cenário, a heterossexualidade é identificada como um fundamento que integra a cisnorma incumbida aos seus corpos a partir da menarca. Alguns exemplos de relatos:

“Menstruar fez assumir o papel da mulher né, a responsabilidade de se cuidar, porque os meninos não se cuidam. Aí você tem que tomar cuidado, tem que prestar atenção, porque eles não se cuidam. E um se cuidar bem específico né, um se cuidar de contracepção, e também um de não ser visto como vagabunda” (Acervo do autor. Homem trans, negro, 33 anos).

“E aí eu lembro que a grande preocupação da minha mãe já me levar na gineco pra ver se eu ia tomar ou não anticoncepcional, já amarrando ali com a ideia de gravidez (...) Ah, é como uma virada do tipo, perdeu a inocência da criança que tinha até ali e agora se tornou uma pessoa semi adulta que pode passar a reproduzir a vida. E aí eu que foi um pouco nessa pegada de um medo de a partir de quando eu sangrasse pela primeira vez eu podia estar gestando, foi a grande reação da minha mãe no jeito que ela se relacionava comigo e nas coisas que ela me trazia de preocupações assim, de demanda. Até porque na verdade naquele momento ali eu era uma criança sapatão ne, era o nome que eu tinha pra minha existência até então (risos) e tipo nem tava sabe, as paixões que eu tinha nem tinham o potencial de eu vir a gestar, muito descolamento da realidade sabe” (Acervo do autor. Pessoa não binária, branca, 29 anos).

“Foi com 13 anos. Caraca agora você já pode ter filhos, você tem que desenvolver agora uma relação com a sua sexualidade em que vai ter que necessariamente pensar em proteção pra não engravidar. Não necessariamente eu queria transar com uma pessoa que tinha pau, mas não foi nem no viés da DST que me ensinaram sobre sexualidade, foi um viés de ter filhos ou não, nesse lugar de não vai ter filho agora, não vai. Foi num lugar de ser muito novo em que estava sendo imposto muita coisa, não só o gênero como sexualidade, um combo cisheteronormativo” (Acervo do autor. Pessoa transmasculina, branca, 26 anos).

A menstruação como uma passagem de “menina” para “mulher” é dotada de uma sexualização específica: as preocupações heteroreprodutivas profetizadas pela sociedade junto ao advento da menarca, ainda que ela ocorra em crianças ou pessoas

que não tenham essa orientação sexual (Chacon, 2024; Meinerz & Santos, 2022). Nesse sentido, junto ao sangue vem o imperativo de que a corporalidade menstruante não só está apta para reprodução heterossexual, como deve reorganizar a sua vida por conta dela. Para Preciado (2018) a heterossexualidade faz parte da estratégia da sexopolítica e sustenta a produção da identidade normativa e da fabricação de certos órgãos como “sexuais” e “reprodutores”. Como consequência, para além da LGBTQIAPN+fobia que os relatos denunciam, estratégias para gerir a fecundidade da sexualidade hétero no Brasil são a centralidade dos debates e das investidas científicas na temática da saúde sexual e reprodutiva (Cabral, 2011).

b) Denúncias sobre o âmbito ginecológico

Os relatos desta categoria apresentam, em seu conteúdo, denúncias referentes ao ambiente ginecológico, tanto no que diz respeito a condutas profissionais quanto aos atributos sociais e burocráticos que institucionalizam essa especialidade. Em relação à gravidade dos fatos, foi exposta a brutalidade contida em ser uma pessoa trans e habitar um ambiente médico de raízes e pressupostos cisgêneros¹⁴; a violência derivada da falta de interesse e despreparo desses especialistas para lidar com a população trans e intersexo; bem como a transfobia presente na postura de equipes de saúde e nos próprios sistemas informatizados que operam seus dados com base na cisnorma¹⁵:

“Foi a única vez que eu fui no ginecologista, eu tava morrendo de medo. Eu chegar num corredor onde tem várias mulheres, aí tem um cara barbado lá, pra esperar o ginecologista. Então as pessoas ficam olhando, as pessoas olham. E esse dia inclusive, eu fui com uma amiga. Porque eu falei, olha, se me chamarem pelo nome morto, pelo menos você tá aqui comigo. Eu não queria ir sozinho, não fui sozinho” (Acervo do autor. Homem trans, negro, 33 anos).

“Além da grande maioria de ginecologistas não estarem preparados pra lidar com pessoas trans, e entender que tem homens de vagina que precisam desses cuidados, o fato de eu não me hormonizar também sinto que é uma questão, porque isso pras pessoas faz elas nem pensarem que talvez eu seja trans, porque tentam muito enquadrar o que é trans dentro

14 A ginecologia nasce no século XIX a partir da definição da suposta diferença biológica absoluta entre uma natureza feminina e masculina, normatizando uma desigualdade de fundamento cisgênero que orienta a abordagem até os dias de hoje (Chacon, 2024; Meinerz & Santos, 2022)

15 Há diversos relatos de homens trans e pessoas transmasculinas que procuram a atenção básica e não conseguem receber encaminhamento em saúde porque o sistema informatizado só permite atendimentos ginecológicos e obstétricos para usuários cadastrados como de sexo feminino (Novo, 2023).

das cisgeneridade, e aí tem aquele momento que eu tenho que parar e explicar olha, eu sou trans, por favor me trate assim” (Acervo do autor. Pessoa não binária, branca, 29 anos).

“Os médicos? Eles não recebem a questão intersexo de uma forma tranquila, pra eles é só ser hermafrodita, então só ter uma genitália atípica, se você não tem uma questão com a genitália então você não é intersexo, isso quando eles consideram o termo. Quando você fala que SOP¹⁶ é uma variação intersexo as pessoas ficam chocadas, porque muitas pessoas têm SOP. E ficam nossa, não pode ser. Mas assim, a SOP pode ter origens diferentes. No meu caso, eu com dez anos tinha SOP, é diferente de uma mulher cis que descobre quando vai engravidar. Eu cheguei a falar com a médica do ambulatório trans que eu tinha SOP e era intersexo por isso, nossa ela foi muito, muito grosseira comigo, nem sei explicar o quanto, a ponto de ela falar que eu tava mentindo mesmo explicando que trabalhava com isso e era sobre mim. Ela me fez deitar na maca, eu achei que ela ia colher o papanicolau, e não. Ela tava me vasculhando pra ver se tinha alguma marca de cirurgia. E aí assim, com muita grosseria ela afirmava que eu não tinha nenhuma cirurgia ali e por isso não era intersexo, como se ser intersexo é só ter uma marca de mutilação genital. Eu saí muito desorientado do atendimento, e isso uma profissional do ambulatório trans (Acervo do autor. Pessoa não binária, branca e intersexo, 28 anos).

“Eu parei de tomar teste porque fiz ultrassom e estava com pólipos no útero e a médica suspendeu pra ver isso. A técnica de enfermagem que ficava lá de plantão (...) eu percebi essa pessoa conversando com outros profissionais me tratando como “ela”, “ela”, “aí ela”. Eu a corriji algumas vezes, falei olha, é ele. Não era alguém que não me conhecia, eu já tinha ficado lá uma outra vez, ela sabia, eu briguei muito com o hospital por conta do nome. E aí passou e voltando pra ala psi eu bati lá na portinha dos enfermeiros e falei vem cá, vocês ficam me tratando no feminino pelas costas? Aí essa mulher falou olha, veja bem, é que você foi fazer um exame ginecológico e aí pra mim fica difícil entender. Eu perguntei, fica difícil entender o que? Olha minha voz, olha minha cara, qual é a dificuldade de respeitar meu gênero? E ficou nessa, cheia de dedo. É assim que a gente leva. Acesso à saúde principalmente ginecologia a pessoas trans, os meninos não vão. E aí depois eu descobri que eu não tinha pólipos no útero, e eu operei. Fiquei um ano sem testosterona, vendo algumas reversões de características importantes pra mim, morrendo de medo da cirurgia, pra falar que meu útero não tinha nada. Era mais fácil eles me mandarem pra cirurgia do que eu esperar um outro ultrassom, por causa da fila” (Acervo do autor. Homem trans negro, 33 anos).

“Pessoas retificadas com gênero masculino tem uma dificuldade tremenda em marcar exame ginecológico, porque o sistema entende que homem

16 Sigla que faz referência a Síndrome do Ovário Policístico (SOP).

não faz exame ginecológico. Eu tenho um amigo que teve que processar o plano de saúde pra conseguir fazer a histerectomia por exemplo. Porque o próprio sistema de saúde entende que ele é um homem, ou seja, ele não pode ter útero” (Acervo do autor. Pessoa transmasculina, branca, 26 anos).

A faceta da medicalização e prescrição de hormônios também emergiu dos apontamentos relacionados ao ambiente médico. Sabe-se que essa problemática toma diferentes sentidos de acordo com o recorte identitário e étnico-racial. Mulheres cis são medicalizadas desde a mais tenra idade a partir da menarca, uma vez que o evento menstrual é lido socialmente de maneira análoga a uma patologia a ser controlada (Chacon, 2024; Klöppel, 2021). Contudo, são as mulheres negras as que mais sofrem com iniquidades na atenção em saúde reprodutiva (Santana et al., 2024). Enquanto isso, pessoas trans têm a possibilidade de fabricação de si mesmas barrada pelo controle farmacopolítico (Nascimento, 2023), seja por instâncias médicas, psicológicas ou de direitos que controlam o acesso a hormonização, cirurgia, retificação de documentos, entre outros processos de autodeterminação de gênero imprescindíveis para garantir a cidadania e dignidade da pessoa humana (Antra, 2022).

Para além dos contextos supracitados, emergem dos diálogos outras duas situações que devem ser levadas em consideração na discussão sobre medicalização, uma vez que são tentativas de controle médico-ginecológico com fundamento em estigmas sobre corporalidades específicas, no caso, intersexo e de uma pessoa com paralisia e mobilidade reduzida. No primeiro caso, houve o compartilhamento de uma existência medicalizada com anticoncepcionais sem um real consentimento e até mesmo como uma forma de patologização da condição intersexo. Já a segunda experiência discorre sobre a mesma prescrição indiscriminada de anticoncepcionais feita para mulheres cis, mas, nessa situação, embasada no estigma da infantilização perante uma pessoa com deficiência, com o pressuposto de que a sexualidade não poderia (ou deveria) ser uma faceta pertinente a existência dela.

“É isso que a gente chama de hormonização compulsória e precoce de crianças intersexo. Crianças trans que sabem quem são, não podem ser hormonizadas, são proibidas. Mas crianças intersexo sem entender nada do que tá acontecendo, são hormonizadas. A mim nunca foi dado o lugar sobre pensar sobre que tipo de hormônio eu queria tomar, ou de entender que tipo tá os pelos são um problema, mas como a gente pode lidar? Hoje eu amo minha barba, ela faz parte da minha identidade visual, mas antes eu tirava com cera, doía muito, por muitos anos ela foi um grande incômodo e um processo muito doloroso. Então, eu não tinha

referências pra pensar, referências fora da norma para pensar existências. O anticoncepcional vinha como a única alternativa possível pro meu caso, como se fosse a única coisa que pudessem fazer por mim. E como se fosse um problema ser quem eu era” (Acervo do autor. Pessoa não binária, branca e intersexo, 28 anos).

“E também né, já me perguntaram várias vezes se eu queria interromper a menstruação nos médicos, queriam me obrigar. Eu não sei como explicar pra vocês, eu sinto que eles querem poupar a gente de umas coisas... parece que não vê a gente nesse lugar de pessoa que vai menstruar, que vai engravidar, que vai se relacionar, de ser uma mulher mesmo. Uma coisa que acontece muito é infantilizar a gente (...). Tratam isso de sexualidade como se não fosse pra mim, como se cuidado não fosse assunto meu, esse cuidado não é só dela pois alguém vai ter que ajudar a cuidar, esse cuidado não é só dela então é melhor interromper. Essa visão que se é pra ser cuidada então é melhor interromper sabe” (Acervo do autor. Mulher cis, negra, possui paralisia e mobilidade reduzida, 23 anos).

Oficina de contrapartida e a tradução artística das inquietações

A mediação do primeiro dia de oficina contou com um jogo autoral que desenvolvi no mestrado (Chacon, 2024), que funciona como um conjunto de cartas com frases verdadeiras, falsas e duvidosas¹⁷ em que as pessoas participantes devem escolher para ler e expressar suas crenças e saberes ao grupo a respeito da pauta selecionada. As frases contemplam todas as temáticas identificadas como requisitos em prol da diversidade menstruante, e o caráter de serem factuais ou não tem gerado ambientes de reflexão e discussão sobre os estigmas a respeito do sangue e da educação precária que sobre ele recebemos (Chacon, 2024).

Neste contexto, não foi diferente. O jogo contou com uma versão impressa para ser utilizado na oficina e mobilizou mais de duas horas de discussão. Ao final da partida, as participantes foram convidadas a pensar sobre qual ou quais inquietações menstruais elas gostariam de expressar em fotografia no dia seguinte, situação em que seriam disponibilizados recursos técnicos e artísticos para isso. Dessa forma, a segunda oficina foi introduzida pelo conceito de fotoperformance¹⁸ e haviam tintas, tecidos vermelhos, absorventes, cuecas, sangue falso, entre outros recursos para viabilização das ideias. Discutidos os desejos e as formas com que os grupos poderiam materializá-los em foto, apresento os resultados:

17 Para saber mais sobre o conteúdo do jogo, acesse: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/20952>

18 Modalidade artística híbrida em que uma performance é criada unicamente para ser apresentada em fotografia.



Figura 1. Fotografia da oficina Corpos que Menstruam.
Acervo pessoal.

O conceito da foto foi sentido e criado a partir da ótica de uma vivência travesti, com a intenção de expressar o conflito que a ausência do sangue e o antagonismo social dos símbolos retratados podem causar em uma mulher. Durante os dois dias de oficina, a participante se dispôs interessada no tema e compartilhou com o grupo uma angústia identificada na época escolar, ilustrada no fato de todas as meninas cis começarem a experimentar a menstruação como a passagem para esta mulheridade. Permeava, segundo ela, um sentimento de tristeza e desejo de pertencer a esse universo, relatando que por vezes colocava um absorvente em sua cueca na busca de resolver o conflito. O recurso do díptico¹⁹ foi escolhido para representar a dualidade incomunicável dos dois símbolos (Figura 1).

19 Um díptico é um recurso artístico que consiste em duas peças (no caso, fotografias) conectadas de alguma forma, seja por compartilharem um tema, história ou apenas pela interligação física.



Figura 2. Fotografia da oficina *Corpos que Menstruam*.
Acervo pessoal.

Outros dois objetos foram escolhidos para a segunda foto: sangue falso e uma cueca boxer branca, reiterada pelas pessoas participantes como um símbolo socialmente taxado como mais masculino do que a cueca da foto anterior (Figura 2). O sentido da escolha, deliberado em grupo, foi ancorado nos relatos não binários e transmasculinos sobre suas relações menstruais compartilhados no dia anterior, em que a possibilidade de habitar uma existência trans e menstruar parece ser incongruente. O contraste dos símbolos e das cores foram intencionais para fabricar uma imagem impactante que chamasse atenção para a urgência de normalizar, cuidar e respeitar esse sangue que vaza da norma.



Figura 3. Fotografia da oficina *Corpos que menstruam*.
Acervo pessoal.

A terceira foto foi inspirada em relatos que denunciavam a fundamentação transfóbica dos espaços de “valorização menstrual” existentes em nossa sociedade, que pregam discursos de autonomia embasados em uma suposta “natureza feminina”, com alienadas e biologizantes compreensões de gênero. Se faz alusão a grupos geralmente relacionados ao sagrado feminino e ao feminismo radical (Chacon, 2024; Tavares et al., 2023). Os recursos de “empoderamento” prescritos por esses grupos, como o espécule para autoexame e o disco menstrual, foram adicionados junto a analgésicos e absorventes como símbolos que, para as participantes, parecem aprisionar a experiência de quem sangra.

Essa “corrente do sangue” foi compartilhada por algumas pessoas trans que relataram buscar autoconhecimento em todos os lugares possíveis, inclusive naqueles que se diziam progressistas e a favor da autonomia. Mas, por fim, a autonomia era direcionada apenas para mulheres cisgêneras, e a libertação pregada acabava apenas por aprisionar ainda mais os corpos e sangues não normativos na impossibilidade.

Caminhos possíveis para reelaborar o sentido do sangue

A amostra, apesar de limitada, contribui com experiências substanciais de pessoas historicamente excluídas da possibilidade de interlocução e agência em relação a pauta menstrual, aqui identificadas como homens trans, pessoas transmasculinas, não binárias, intersexo e com deficiência. Contudo, quando se escuta estas vozes, o primeiro caminho de análise que emerge (“O sangue como educação cisheteronormativa”) sugere que as narrativas afetadas por essa normatividade menstrual não se encerram nas pessoas que tem a possibilidade de vivenciar o sangue. Isso significa que o sentido do sangue, a sua inerência em ser ritual de transformação de qualquer ser em uma mulheridade específica, além de ser requisito para sê-la, é por si só problema social que diz respeito a muito mais pessoas do que simplesmente aquelas que podem menstruar.

Ao definirem a menstruação como a institucionalização da mulheridade, o debate que é intencionado desloca-se das (im)possibilidades de experiências com o sangue em si para o teor regulatório com que a menstruação se impõe para diferentes identidades e corporalidades. Dito isso, ressalta-se a contribuição de uma travesti, participante cuja foto e narrativa articulada (Figura 1) se mostram como dados ímpares e extremamente valiosos. Mulheres trans e travestis necessitam compor essa discussão, pois o fato de não sangrarem também pode ser um marcador importante no desenvolvimento pleno de suas sexualidades, uma vez que estão sujeitas ao mesmo estigma cisgênero do sangue que se mostra homogêneo em nossa sociedade industrial e ocidental (Willig, 2021). Ou seja, analisar a cisgeneridade dos discursos menstruais permite localizar e mapear os desdobramentos da violência existente em um rito social que confere legitimação a um tipo específico de ser mulher.

Não exercitar essa análise permite facilmente a patologização dos nossos corpos trans como disfóricos e errantes. Por que é que ela desejaria colocar absorventes em sua cueca, não é mesmo, senão por pura disforia?! Isso indica a necessidade de estudos do campo que i) ofereçam referências que contemplem experiências menstruais dissidentes da norma de gênero e corporalidade; mas que também ii) explicitem a cisgeneridade com que se constrói as linguagens disponíveis sobre o sangue, bem com a maneira que isso impacta diferentes pessoas que não se enquadram nessa categoria essencialista de mulheridade.

A título de curiosidade, outro ponto que engrossa o debate (e que não terá possibilidade de aprofundamento para fins deste artigo) diz respeito a como pessoas trans têm sido incluídas no debate menstrual na academia e no mercado de produtos menstruais. De fato, essa “inclusão” tem sido feita por pessoas cis interessadas em torno

de inúmeras questões e experiências trans, sem nenhum questionamento à cisgeneridade. A pergunta “como é menstruar para homens trans?” é utilizada como um artifício para enquadrar experiências menstruais dissidentes como disfóricas, sem que o próprio conceito de menstruação seja problematizado. A menstruação, portanto, tem sido armadilha de perpetuação da cisgeneridade por enclausurar epistemologias trans dentro de seus próprios conceitos normativos.

A segunda categoria de análise do artigo diz respeito as denúncias sobre ambiente ginecológico. Não é novidade que a história da ginecologia é forjada no abuso de mulheres cis, em sua maioria negras e escravizadas, tendo a racialização e a heterossexualidade compulsória como aspectos constitutivos da colonialidade de gênero que legitima essa área de conhecimento (Meinerz & Santos, 2022). De muitas maneiras e em muitas esferas essa história ecoa nos dias de hoje, basta olhar, por exemplo, para o racismo obstétrico ou para falta da agência que mulheres cis possuem nesses tipos de atendimento, tendo a cor da pele como agravante das iniquidades e violências despontadas desse cenário (Meinerz & Santos, 2022; Santana et al., 2024).

Contudo, o que este artigo propõe busca chamar atenção para outras interseccionalidades que não podem ser ignoradas quando se trata do uso (e também do abuso) dessa especialidade médica. Corpos trans, intersexo e com deficiência mostraram possuir demandas específicas em relação a suas identidades e corporalidades a serem levadas em consideração no atendimento ginecológico, assim como as violências que relataram sofrer tiveram como fundamento a discriminação destas mesmas localidades existenciais.

O que tenho chamado de menstruação transreferenciada, articulação incipiente em minha prática de doutorado, visa uma aproximação do campo de pesquisa menstrual aos estudos transfeministas (Nascimento, 2023; Vieira & Pagliarini, 2018). Sendo um campo teórico-ativista que articula os pontos em que o feminismo diz respeito às vidas das pessoas trans, propõe, dentre outras coisas, um corte-denúncia no campo da linguagem ao constatar um arranjo de mundo que deve ser passível de análise: a cisnormatividade (Vieira & Pagliarini, 2018). Isso significa que as proposições sugeridas pelo artigo, especialmente a de tomar a cisgeneridade como categoria de investigação dos discursos menstruais e se atentar as interseccionalidades que emergem do campo, são ferramentas propostas por essa corrente de pensamento para a possibilidade de trabalho em coalizão. Pensar as diferentes realidades cis, trans, intersexo, com deficiência é um desafio audacioso que a história do transfeminismo pode ensinar a elaborar.

Para além da crescente visibilidade do termo “corpos que menstruam” nas redes sociais, não há pesquisas que escutem, analisem, enalteçam as necessidades menstruais das pessoas dissidentes que sangram e proponham recursos adequados para mudança desse cenário social, político, educacional e de direitos. Por este único e exclusivo motivo que a dissertação *Bases para uma Educação Menstrual Popular e LGBTQIAPN+* (Chacon, 2024) foi constantemente citada, pois é uma pequena e embrionária abertura de horizontes em que se faz urgente a existência de muitos outros trabalhos, protagonismos diversos e espaços outros para continuar a germinar. A dimensão étnico-racial, outro limite aqui não aprofundado por não ter sido categoria emergente dos dados, é uma variável fundamental na leitura dessas realidades.

A menstruação tem sido subjugada como um fenômeno irrelevante. Um dos inúmeros pontos que a tornam uma discussão urgente é o potencial dos efeitos de seu sentido hegemônico no desenvolvimento da sexualidade de uma pessoa. Nesse sentido, defendo que o sangue seja ensinado como tal, um agente epistêmico de si mesmo, distante de um determinismo sexual e reprodutivo (Chacon, 2024). É preciso desamararr o sangue de sua definição cis-identitária e aproximá-lo das corporalidades que possuem a condição o experimentar, mas que também não determinam a existência dessa relação. Quem sabe, percorrendo este caminho, o sentido alienante do fluido vermelho já nomeado por Nery (2012), a monstuação, possa dar espaço a elaborações cada vez mais harmoniosas com a autodeterminação dos protagonistas que o vivenciam.

Referências

Antra, Associação Nacional de Travestis e Transexuais (2022). *Diagnóstico sobre o acesso à retificação de nome e gênero de travestis e demais pessoas trans no Brasil*. Brasília: Distrito Drag.

Brasil. Senado Federal (2024). *O que é capacitismo?* Brasília: Senado Federal.

Cabral, Cristiane S. (2011). *Práticas contraceptivas e gestão da heterossexualidade: agência individual, contextos relacionais e gênero*. Tese de Doutorado, PPG em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Chacon, Za S. (2024). *Bases para uma Educação Menstrual Popular e LGBTQIAPN+*. Dissertação de Mestrado, PPGE, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.

Klöppel, Bruna (2021). *A produção da segurança da pílula anticoncepcional: biomedicalização e gênero na ginecologia brasileira*. Tese de doutorado, PPG Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Meinerz, Nadia E., & Santos, Jhulia N. (2022). Ginecologia e colonialidade: intersecções de raça e sexualidade. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*, 24(3).

Nascimento, Letícia (2023). *Transfeminismo*. São Paulo: Editora Jandaíra.

Nery, João. W. (2012). *Viagem solitária: memórias de um transexual 30 anos depois*. São Paulo: Editora Leya.

Novo, Arthur L. C. (2023). “Em clínico geral já me estressei, imagina no ginecologista”: perspectivas etnográficas sobre saúde sexual e saúde reprodutiva de homens trans. *Vivência: Revista de Antropologia*, 1(61).

Preciado, Paul (2018). *Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: N-1 Edições.

Santana, Ariane T., Couto, T. M., Lima, K. T. R. S., Oliveira, P. S., Bomfim, A. N. A., Almeida, L. C. G. A. & Rusmando, L. C. S. (2024). Racismo obstétrico, um debate em construção no Brasil: percepções de mulheres negras sobre a violência obstétrica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 29.

Santos, Thais E. C. (2020). *Jacob (y), “entre os sexos” e cardiopatias, o que o fez Anjo?* São Paulo: Editora Scortecci.

Tavares, Fatima R. G., Ribeiro, Thainá S. & Silvera, Iacy P. (2023). “Religiosidades da nova era e Círculos de Mulheres no Brasil: hibridismos, redes e cortes”. *Textos e Debates*, 29(1).

Vieira, Helena, & Pagliarini, Bia B. (2018). “Transfeminismo”. In: HOLLANDA, Heloisa B. *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 343-378.

Willig, Caroline L. (2021). “Quem menstrua? Não só mulheres”. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 12*, Florianópolis.

Recebido em 17 de fevereiro de 2025.

Aceito em 02 de junho de 2025.

O sentido do sangue: considerações menstruais que vazam da norma

Resumo

O artigo documenta inquietações de homens trans, pessoas transmasculinas, não binárias, travestis, intersexo e com deficiência a respeito da temática menstrual. Entrevistas e imagens decorrentes do projeto *Corpos que Menstruam*, roteiro de documentário aprovado pela lei Paulo Gustavo (2023), foram submetidas a análise descritiva a fim de propor caminhos emergentes para estudos do campo da menstruação. Compõem os resultados denúncias sobre os entraves ao acesso à saúde e educação menstrual digna para pessoas trans; o aniquilamento de pessoas intersexo nas condutas e saberes ginecológicos; manifestos sobre a inexistência de recursos de higiene menstrual adequados para pessoas com deficiência e os efeitos do marco cisheteronormativo do sangue na experiência destas pessoas, sobretudo em uma vivência travesti. Propõe-se a abordagem de menstruação transreferenciada, eixo de análise que se aproxima das do transfeminismo para produção de conhecimentos menstruais implicados com corpos dissidentes da estrutura social binária, cisheteronormativa e sem deficiências que podem sangrar.

Palavras-chave: Menstruação Transreferenciada; LGBTQIAPN+; PCD que Menstruam; Educação Menstrual; Transfeminismo.

The blood's meaning: out of norm menstrual considerations

Abstract

This article documents the concerns of trans men, transmasculine individuals, non-binary, travestis, intersex and people with disabilities about the menstruation theme. Interviews and pictures that took place on the project “*Corpos que Menstruam*” where submitted to descriptive analysis aiming to propose emerging pathways for the menstruation field. Composing the results are important denounces about the difficulty of health access and proper menstrual education of trans people; the lack of acknowledgement of intersex people in the gynecology knowledge and conduct; manifests about the inexistence of menstrual hygiene products for people with disabilities and the effects of the cisheteronormative meaning of the blood, especially concerning travestis. It is proposed a transreferenced menstruation approach that is allocated within the transfeminism studies intended for the production of menstrual knowledge engaged with bodies that can bleed and are dissident from the binary, cisheteronormative and without disabilities system.

Keywords: Transreferenced Menstruation; LGBTQIAPN+; PwD that Menstruate; Menstrual Education; Transfeminism.

“Sonhamos com o nosso sangue sendo respeitado”: educação menstrual em contexto de extensão universitária junto com adolescentes

Clarissa Reche Nunes da Costa

Doutora em Ciências Sociais/Universidade Estadual de Campinas

<https://orcid.org/0000-0002-5778-1122>

clari.reche@gmail.com

Daniela Tonelli Manica

Doutora em Antropologia/Universidade Estadual de Campinas

<https://orcid.org/0000-0001-8014-9996>

dtmanica@unicamp.br

Naedja Cristiane Vieira Costa

Doutoranda em Ciências Sociais/Universidade Estadual de Campinas

<https://orcid.org/0000-0003-3409-2786>

naedjavieira1@gmail.com

Introdução

“O seu discurso não me convence mais,

A consciência tomou lugar em mim

E expulsou a alienação que me cegava.

Eu não preciso protegê-los do meu sangue,

Preciso me proteger desse silêncio.”

Trecho da áudio-colagem “Eu não preciso protegê-los do meu sangue”,

feita em colaboração por Clarissa Reche, Luna Beatriz,

Rayssa Baptista Parros e Thaís Bezerra Novais.

A menstruação é um tema cotidiano, presente na vida de muitas pessoas ao nosso redor. No entanto, o conhecimento científico sobre o assunto foi, até recentemente, majoritariamente produzido sob uma perspectiva masculina e misógina, distanciada das experiências reais de quem menstrua. A literatura tradicional sobre menstruação frequentemente a associa com sentimentos de raiva, nojo, poluição e indignidade, limitando a expressão e participação social das mulheres (Joaquim, 1997). Essa visão, marcada por projeções de controle masculino, branco e ocidental, negligencia as vozes e vivências de quem menstrua, gerando lacunas significativas no entendimento do tema. Duas grandes ausências se destacam: 1) a falta de produção de conhecimento por pessoas que menstruam em sua diversidade, resultando em negligência em áreas como saúde, educação, desenvolvimento e jurisprudência; e 2) a exclusão das experiências, sentimentos e saberes cotidianos de pessoas em diferentes fases da vida menstrual, desde meninas na menarca até mulheres na menopausa.

Grandes instituições, como a UNICEF, têm abordado a menstruação como um pilar para a equidade de gênero, promovendo a “dignidade menstrual” por meio do acesso a informações e produtos de higiene. No entanto, a menstruação ainda é tratada principalmente sob uma perspectiva biológica e médica, ignorando fatores socioeconômicos e culturais (Manica, 2004). Propusemos ampliar esse debate, integrando conhecimentos biomédicos e antropológicos, incluindo as vivências de pessoas que menstruam em contextos urbanos e tradicionais, como populações indígenas e afrobrasileiras. Essa abordagem interdisciplinar permite pensar a dignidade menstrual de forma mais ampla e democrática.

Diante desse cenário, desenvolvemos a pesquisa “Menstruação e Antropologia, multiplicando saberes para alcançar a dignidade”, iniciada no início de 2023 no Laboratório de Estudos Socioantropológicos sobre Tecnologias da Vida (LABIRINTO - Labjor/UNICAMP), sob coordenação da professora Daniela Tonelli Manica. A pesquisa, vinculada ao Programa de Iniciação Científica - Ensino Médio (PIBIC-EM), no período de setembro de 2022 a agosto de 2023, e em parceria com o projeto “Olhos no Futuro” (Costa et al., no prelo). Na pesquisa, buscamos responder à pergunta: como os saberes antropológicos produzidos no contexto acadêmico podem colaborar com a dignidade menstrual, especialmente entre jovens? Utilizamos métodos qualitativos, como a etnografia audiovisual, para criar um experimento em divulgação científica e cultural (Costa e Costa, 2023)¹. Este relato de pesquisa descreve uma experiência de pesquisa-ação sobre o tema da menstruação, partindo da antropologia para desenhar e analisar

1 Uma versão prévia deste relato de pesquisa foi apresentada na IV Reunião de Antropologia do Mercosul, em 2023.

estratégias de trabalho sobre o tema junto a adolescentes.

Discussão metodológica

Partindo de um pressuposto teórico-feminista decolonial, com foco nas necessidades do sul global, nossa prática de pesquisa buscou valorizar a convergência de saberes entre pesquisadoras, independentemente de sua formação ou estágio de pesquisa (Haraway, 1995). Assim, tencionamos hierarquias rígidas e autoritárias nos campos profissional e metodológico, priorizando o respeito às necessidades menstruais de cada participante, já que nosso grupo era composto por mulheres e pessoas dissidentes de gênero. Seria incoerente promover a dignidade menstrual sem aplicá-la em nossas relações de trabalho.

Nossa equipe, formada por nove pesquisadoras em diferentes estágios de vida e de formação², incluindo três bolsistas de iniciação do ensino médio, permitiu refletir sobre a relação do corpo com a menstruação em práticas cotidianas, de trabalho e pesquisa. Tornou-se impossível pesquisar menstruação sem situar continuamente nossas biografias como agentes do campo (Peirano, 1992). Desde o início, percebemos que, para sensibilizar nossas interlocutoras, precisávamos permitir que nossos corpos fossem afetados, mobilizados e transformados pela pesquisa (Favret-Saada, 2005).

Sabíamos que o cenário escolar exigiria cuidado ao abordar a menstruação, um tema historicamente silenciado e constrangedor. Além disso, ao trabalhar com adolescentes em potencial vulnerabilidade social, econômica ou afetiva, era essencial construir uma relação de confiança, evitando qualquer sensação de invasão de privacidade. Nosso objetivo era oferecer uma perspectiva crítica sobre a menstruação, indo além do conhecimento biológico e ajudando as adolescentes a identificar suas necessidades e carências menstruais.

Nosso propósito era testar como os saberes antropológicos sobre menstruação, ao transcender os muros acadêmicos, poderiam ampliar horizontes de consciência e ação, incentivando as adolescentes a transformar seus contextos sociais. Assim, nossa pesquisa se configurou como um diálogo interdisciplinar entre antropologia, pedagogia e artes, adaptando-se às necessidades do campo, que incluía não apenas a escola, mas também nosso laboratório e o coletivo de pesquisadoras.

2 Para realizar esta pesquisa, contamos com o trabalho de três bolsistas de iniciação científica do Ensino Médio: Luna Beatriz, Rayssa Baptista Parros e Thaís Bezerra Novais, todas estudantes de escolas públicas estaduais em Campinas. A equipe também foi composta pela professora Daniela Tonelli Manica (LABJOR-UNICAMP), coordenadora do projeto e referência em pesquisas sobre antropologia, menstruação e ciência no Brasil; Clarissa Reche Nunes da Costa, doutora em Ciências Sociais (IFCH-UNICAMP); Naedja Cristiane Vieira Costa, doutoranda em Ciências Sociais (IFCH-UNICAMP); e as graduandas em Ciências Sociais (IFCH-UNICAMP) Michelle Perez dos Santos, Kaynara Tawka e Bárbara Valadão da Cruz.

Para abordar um campo tão heterogêneo, escolhemos a etnografia como metodologia principal, aliada à pesquisa-ação. A etnografia, método central na antropologia, baseia-se na vivência do pesquisador no campo, permitindo surpreender-se com o que há de mais comum no cotidiano. Ao nos abirmos ao estranhamento, tornamo-nos agentes das etnografias simultaneamente investigadoras e “nativas” (Peirano, 2014). A experiência da menstruação ganhou novos contornos, abrindo-se a possibilidades transformadoras alinhadas aos objetivos da pesquisa.

Inspiradas pela pesquisa-ação, buscamos promover ações participativas através da colaboração e aprendizagem entre escola e pesquisadoras. De acordo com Malmann (2015) a pesquisa-ação institui-se em uma metodologia ativa que promove uma “espiral cíclica ascendente de ação-reflexão-ação” estruturada nos pilares do “planejamento, ação, observação e reflexão”. Decidimos utilizar esse método por ele ajustar-se perfeitamente às necessidades de intervenção que o campo de pesquisa etnográfica propunha. Embora a natureza da pesquisa não permitisse um acompanhamento profundo nas escolas após as atividades, aproveitamos a ebulição de ideias e observações para propor, realizar e avaliar atividades, visando um experimento em divulgação científica e cultural.

As metodologias escolhidas nos permitiram criar diálogos amigáveis sobre menstruação na escola e na sociedade, buscando superar tabus e mitos. Assim, iniciamos a pesquisa com atividades com as pesquisadoras de ensino médio, seguidas por oficinas em uma escola estadual de Campinas (SP), e finalizando a pesquisa com a produção de uma série de podcast para registrar as observações. Durante a pesquisa, utilizamos cadernos de campo pessoais e produzimos materiais audiovisuais, como áudios, fotografias e vídeos, além de materiais gráficos que serviram de suporte às atividades. Estes materiais foram analisados para a produção do podcast, mas também para produção de relatórios, apresentações em congressos, capítulo de livro e relato de pesquisa. Essa abordagem nos ajudou a construir um espaço de reflexão e ação, onde a menstruação pôde ser discutida de forma crítica e transformadora.

Desenvolvimento

Nesta seção, serão apresentadas as principais atividades desenvolvidas durante o projeto. A primeira delas foi a realização de fichamentos artísticos a partir de leituras coletivas sobre a temática da menstruação, promovendo diálogos e reflexões entre as bolsistas do PIBIC-EM. Em seguida, descreveremos as práticas antropológicas realizadas, como entrevistas no Dia Internacional da Mulher, que abordaram emoções e silenciamentos em torno da menstruação, além da criação de “mensagens menstruais” com QR-CODEs

que direcionavam para o acesso online das produções artísticas das bolsistas. Também será detalhada a experiência na Escola Estadual Telêmaco Paioli Melges, onde foram realizadas oficinas sobre dignidade menstrual, mapeando conhecimentos e promovendo diálogos sobre o tema. Por fim, será discutida a produção do podcast “De Lua em Lua”, que busca ampliar as discussões sobre menstruação em diversos contextos sociais, culturais e políticos, com o objetivo de promover reflexões e mudanças de postura em relação à dignidade menstrual.

Fichamentos Artísticos



Figura 1. Colagem digital.

Fonte: Thais Bezerra Novais.

Iniciamos nossos trabalhos recebendo as bolsistas PIBIC-EM em nosso laboratório, localizado no Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (LABJOR) da UNICAMP. Nosso primeiro passo foi realizar leituras coletivas de artigos acadêmicos sobre a temática da menstruação na contemporaneidade. Sabendo que apresentar tais textos a estudantes do Ensino Médio seria um desafio, dedicamos tempo e estratégias para facilitar o processo.

Propusemos a criação de dois produtos a partir das leituras: um “fichamento comum”, seguindo o modelo acadêmico, e um “fichamento artístico”, que permitia liberdade criativa para expressar as percepções das bolsistas sobre os textos.

Cientes de que a experiência da menstruação muitas vezes é difícil de expressar verbalmente (Mckechnie, 2004), optamos por experimentar linguagens artísticas como forma de provocar diálogos. Essa abordagem mostrou-se eficaz e foi mantida ao longo da pesquisa. Durante as leituras e produções, incentivamos as bolsistas a relacionar os textos com suas experiências escolares e sociais, promovendo um aprendizado antropológico baseado no estranhamento do cotidiano (Peirano, 2014).

Para nossa alegre surpresa, as bolsistas demonstraram grande interesse e facilidade ao lidar com os textos acadêmicos. As produções artísticas resultantes, que incluíam poemas, colagens, artes digitais e uma música com clipe, foram compiladas em um blog³. Essas obras refletiram uma consciência coletiva sobre a possibilidade de expressar experiências menstruais, marcadas por alegria, esperança e um ímpeto político feminista. Esse “vazamento” de uma perspectiva feminista nas produções das bolsistas revelou não apenas a influência das pesquisadoras acadêmicas, mas também o contexto geracional das adolescentes, no qual ideias feministas circulam com maior fluidez.

Essa experiência nos ofereceu um primeiro rascunho de resposta à nossa pergunta de pesquisa: “Como os saberes antropológicos produzidos no contexto acadêmico podem colaborar com a dignidade menstrual, especialmente entre jovens?”. A resposta parece estar na capacidade desses saberes em transcender os muros acadêmicos, inspirando transformações políticas e pessoais.

3 Saiba mais em: <https://www.labirinto.labjor.unicamp.br/menstruacao-e-antropologia-multiplicando-possibilidades-para-alcancar-dignidade/>. Acesso em: fev. 2025.

Mensagens Menstruais

Figura 2. Luna, Thaís e Rayssa entrevistando pessoas sobre o tema da menstruação.

Fonte: fotografia de Naedja Cristiane Vieira Costa

Após as leituras e reflexões, partimos para a prática antropológica. No dia 8 de março de 2023, Dia Internacional da Mulher, as bolsistas - PIBIC/EM - realizaram entrevistas nos pátios da Unicamp, abordando pessoas de diferentes perfis, como intercambistas, mulheres de movimentos sociais, homens, universitárias e funcionárias da universidade. Ao todo, 15 pessoas foram entrevistadas.

As perguntas elaboradas buscaram abordar as emoções e silenciamentos em torno da menstruação: “O que você sente quando escuta a palavra menstruação?”; “O que você falaria para sua menstruação se pudesse?”; “Tem algo que você gostaria de ter sabido antes de menstruar?”. Essas questões visavam promover uma reflexão sobre dignidade menstrual, entendida como um processo que envolve conhecimento e autoconhecimento.

As respostas à pergunta “O que você falaria para sua menstruação se pudesse?” revelaram uma diversidade de relações com a menstruação, desde gratidão até desconforto. Algumas respostas incluíram: “Obrigada, porque também significa vida”; “Pediria desculpas por não descansar nos momentos em que meu corpo precisa”; e “Por que tem que ser tão doloroso?”.

Como agradecimento, cada participante recebeu uma “mensagem menstrual” com um QR-CODE que dava acesso aos poemas e músicas criadas pelas bolsistas. A experiência de abordar publicamente pessoas sobre um tema tão delicado foi desafiadora, mas

também enriquecedora. Após as entrevistas, tabulamos as respostas em uma planilha. As bolsistas perceberam que trabalhar com menstruação envolve lidar com uma ampla gama de emoções e experiências, tanto de quem menstrua quanto de quem não menstrua.

Essa prática de escuta e diálogo reforçou a ideia de que os saberes antropológicos podem ampliar e diversificar a noção de dignidade menstrual, oferecendo novas perspectivas e ferramentas para abordar o tema de forma mais inclusiva e reflexiva.

A escola Telêmaco

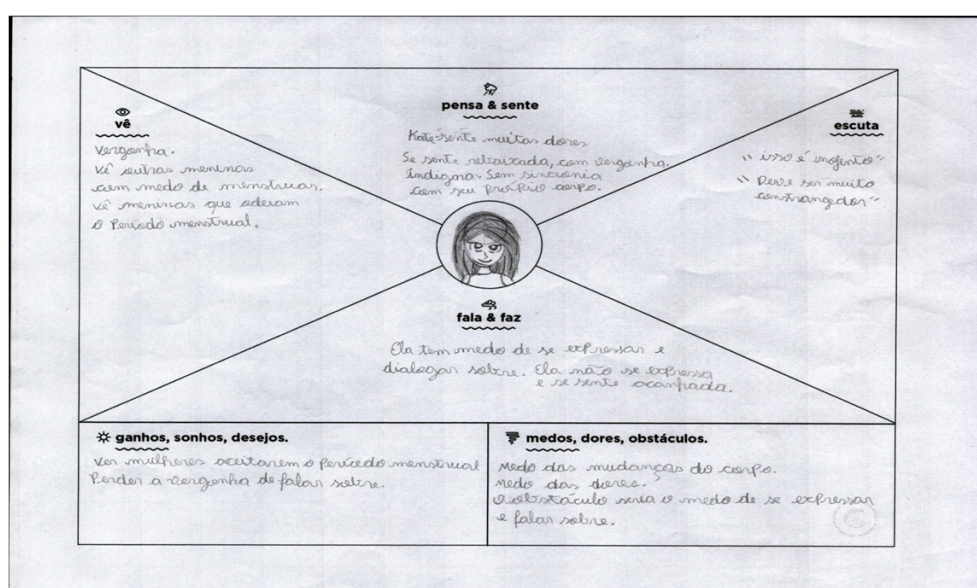


Figura 3. Mapa de empatia realizado na primeira oficina.

Fonte: elaboração própria.

Após a avaliação da experiência de campo no dia das mulheres, começamos a desenhar uma oficina para ser oferecida para adolescentes em escolas. Nossa participação na Escola Estadual Telêmaco Paioli Melges aconteceu através de uma parceria realizada com o projeto Olhos no Futuro, organizado pela Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação/Unicamp, que desenvolve, na escola, projetos educacionais voltados para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2030. Nosso projeto PIBIC-EM ajustava-se às necessidades da escola ao buscar promover conhecimento sobre dignidade menstrual através da antropologia para as estudantes. A escola fica em uma região periférica de vulnerabilidade socioeconômica, na região leste de Campinas, e atende aproximadamente 750 estudantes distribuídos entre ensino fundamental 2 em tempo integral e ensino médio noturno. Ela está inclusa no projeto de distribuição de absorventes organizado pelo governo do Estado de São Paulo.

No primeiro planejamento, havíamos pensado em realizar oito encontros às segundas e quartas-feiras ao longo do mês de março de 2023. Entretanto, a escola nos trouxe a contraproposta de apenas três encontros com a justificativa de prejuízo à grade escolar das estudantes. Esses encontros nos permitiram perceber brevemente as lacunas não só com relação à gestão da menstruação na escola com as estudantes, mas também a nossa necessidade de melhorar nossas estratégias de participação no campo. Essas oficinas aconteceram durante os horários das 14h às 15:45h distribuídas ao longo de três quartas-feiras do mês de março de 2023 e realizou-se com 20 alunas do ensino fundamental 2 dos 8º e 9º anos na faixa etária entre 12 e 16 anos. A frequência em sala de aula foi em torno de 16 alunas.

Abaixo, compilamos as atividades que realizamos em cada oficina:

Oficina	Tema	Atividades	Objetivos
1) 01/03/23 Boas vindas e Mapa de Empatia	Mapa de Empatia	Criar um personagem que apresenta questões sobre a menstruação a partir de suas experiências de vida.	Mapear os conhecimentos das alunas e da escola sobre menstruação
2) 15/03/23 Antropologia e menstruação	A menstruação a partir de diversificados temas sociais: menstruação e religiosidade africana, transexualidade, menstruação na escola, menstruação e saberes indígenas, e menstruação com mulheres encarceradas	Dialogar em grupos sobre os temas levantados e a elaboração de desenhos e frases sobre o que elas entenderam.	Dialogar sobre verdades e mitos a respeito da menstruação em busca de conhecimento sobre o que significa dignidade menstrual.
3) 29/03/23 Antropologia e menstruação	“Como foi sua primeira menstruação?”	Aplicação de um questionário sócio- econômico e roda de conversa sobre experiências com a menstruação.	Permitir que elas encontrassem conforto para falar publicamente e em sala de aula sobre suas experiências com a menstruação. Saber sobre seus acessos materiais a produtos para menstruação.

Quadro 1. Oficinas ministradas.

Fonte: elaboração própria.

Observamos que as oficinas na escola promoveram resultado duplo, onde as atividades realizadas fizeram emergir falas sobre experiências pessoais relacionadas à menstruação tanto nas bolsistas do PIBIC-EM, quanto nas estudantes da escola Telêmaco, revelando marcas profundas de situações traumáticas. Sentimentos de medo e vergonha foram expressos, como menstruar na escola e manchar roupas ou cadeiras, ou ter que pedir absorventes a funcionários homens, além de enfrentar ridicularizações de meninos que associam a menstruação a algo “nojento” ou “sujo”.

A raiva também foi um sentimento frequente, muitas vezes associado à falta de acolhimento durante a menstruação ou nos dias que a antecedem, quando mudanças de humor são mal interpretadas. Essa raiva, em muitos casos, era direcionada ao próprio corpo, acompanhada de angústia por não entender por que a menstruação existe, sendo vista como um fardo. Ouvimos relatos de meninas de 13 a 14 anos desejando retirar o útero para não menstruar mais.

Conversar sobre menstruação também se mostrou um veículo para que as meninas expressassem dúvidas ou curiosidades sobre sexualidade, um tema que emergiu naturalmente, mesmo sem ser abordado diretamente. Isso demonstrou que as atividades criaram um ambiente seguro para elas compartilharem questões muitas vezes silenciadas em casa ou na escola.

Podcast De Lua em Lua

Figura 4. Arte de capa da série podcast De Lua em Lua.

Fonte: Clarissa Reche e Bárbara da Cruz.

Quando iniciamos a pesquisa, tínhamos o desejo de abordar questões para além dos sentimentos negativos que a menstruação evoca, mas o campo insistiu em trazer isso para nós, e ficamos pensando sobre o que podíamos fazer com isso. Ainda em 2023, finalizadas as oficinas na escola, nós começamos a produzir uma série de podcast em parceria com o podcast de antropologia Mundaréu⁴. Desenhamos um percurso de sete episódios, cada um passando por um sentimento relacionado com as experiências

4 Daniela Manica, coordenadora do Labirinto e da pesquisa aqui apresentada, também é coordenadora do podcast de antropologia Mundaréu, que desde 2019 já produziu diversas temporadas e séries. Clarissa Reche também integra a equipe do Mundaréu. O Mundaréu é um podcast dedicado à divulgação científica da Antropologia, com enfoque sobre temáticas feministas e antirracistas. De Lua em Lua foi produzida como uma série temática do podcast, distribuída em seu feed e divulgada em suas redes sociais. Saiba mais em: <https://mundareu.labjor.unicamp.br/>. Acesso em: 02 de jun. de 2024.

compartilhadas de menstruação na escola (De Lua em Lua, 2024). Depois, as bolsistas de PIBIC-EM realizaram entrevistas com a comunidade escolar campineira (estudantes, professores e trabalhadoras), com pessoas representantes de “menstruações diversas”, e com especialistas acadêmicas. A partir da análise das entrevistas, elaboramos os roteiros dos episódios, mesclando diferentes relatos com propostas práticas voltadas à comunidade escolar. Também produzimos a trilha sonora e o desenho que ilustra a série.

Já em 2024, após a conclusão do projeto PIBIC-EM, realizamos a edição, o lançamento e a divulgação da série em parceria com a equipe do podcast Mundaréu (UNICAMP/UnB). A série é composta por sete episódios curtos, de sete a dez minutos cada, nomeados como “ciclos”. A trilha sonora foi produzida a partir de uma música composta por uma das bolsistas de PIBIC-EM, Luna Beatriz, em parceria com o músico do podcast Mundaréu, Gabriel Marçal.

Ao escutar o podcast⁵, é possível conhecer histórias que nos contam experiências que vão desde os vazamentos constrangedores até os renascimentos libertadores, passando por manchas, vergonhas, nojos, dores e desconfortos. Nosso objetivo foi o de reverter a mirada hegemônica, patriarcal e biomédica sobre a menstruação e enfatizar outros olhares a partir de aspectos econômicos, culturais, sociais e políticos. Também buscamos criar um espaço de escuta para as vozes que são sistematicamente silenciadas por causa da menstruação, e construir um espaço de diálogo com acolhimento e pensamento crítico a partir dos conflitos.

Desejamos criar possibilidades de reflexão e mudança de postura, discernimento e ação sobre a menstruação, inserindo-a em um contexto de dignidade e bem estar. Em um diálogo com a antropologia, apresentamos olhares sobre menstruação e dignidade menstrual de pessoas que menstruam em contextos de trabalho, escola, cárcere, situação de rua, terreiros, dissidências de gênero, comunidades indígenas, e também de pessoas que não menstruam, afinal este é um tema que diz respeito a todos nós.

Resultados

Quando a professora Daniela Manica e a coordenadora pedagógica do projeto Olhos no Futuro, Danusia Arantes, apresentaram a proposta das oficinas na escola, houve um deslumbramento diante da possibilidade de materializar diálogos saudáveis sobre dignidade menstrual com adolescentes em situação de vulnerabilidade. Acreditávamos estar preparadas para abordar o tema, mas o campo se revelou um espaço repleto de

5 A série “De Lua em Lua” pode ser escutada aqui: <https://mundareu.labjor.unicamp.br/series/de-lua-em-lua/>. Acesso em: fev. 2025.

desafios e nuances. A experiência mostrou que dialogar com adolescentes exige muito mais sensibilidade e criatividade do que havíamos imaginado.

Inicialmente, nossa intenção era propor discussões baseadas em nossa perspectiva sobre a menstruação, mas percebemos que essa abordagem estava distante da realidade vivida por elas. O fator econômico mostrou-se urgente e limitante, dificultando a vivência de outras possibilidades relacionadas à menstruação. Dentre a situação mais grave ouvimos o relato de uma menina que estava tomando anticoncepcional injetável, de três em três meses, sem nunca ter ido ao ginecologista e sem prescrição médica. Quando tentamos descobrir como ela tinha acesso aos anticoncepcionais ela não quis responder. Perguntamos por sua mãe, como estratégia de desviar o assunto e descobrir sobre sua vida familiar, então ela respondeu que não tinha mãe e morava com o pai e a madrasta, e de forma muito constrangida disse que sofria violência por parte da madrasta, mas não entrou em detalhes. Decidimos, então, não expor ainda mais seu sofrimento e mudamos de assunto. Durante as conversas, o maior desafio foi quebrar o padrão de constrangimento em torno da menstruação e seus atravessamentos. Como destacou a professora que nos acompanhou, Cleusa Felix⁶, eram muitos desafios dentro do “desafio de falar sobre dignidade menstrual”.

Além do desafio socioeconômico, havia o emocional, relacionado à transição vivida pelas adolescentes e à curiosidade sobre as transformações de seus corpos e como isso impactava suas rotinas e relações pessoais, sociais e escolares. Percebemos uma necessidade urgente das estudantes de falar sobre descobertas sexuais e preocupações com gravidez, um tema que havíamos escolhido não abordar diretamente. A presença de uma menina com síndrome de Down na sala de aula trouxe outro questionamento: como são vistas as experiências menstruais de pessoas com deficiências e quais ações afirmativas são necessárias para incluí-las?

A naturalização de violências também nos marcou profundamente. Algumas dessas violências foram narradas com dor e resignação, mas também com dúvida sobre se seriam “coisas menores”. Um exemplo foi o relato de uma estudante sobre professores homens que não permitiam que as alunas saíssem da sala para trocar absorventes, desconfiando que estivessem mentindo. Isso levantou questionamentos sobre como as escolas estão implementando a lei sobre dignidade menstrual, não apenas na distribuição de absorventes, mas na integração do tema à prática pedagógica.

6 A professora e coordenadora Raquel Honorato da Silva também esteve presente durante o planejamento e execução das oficinas.

Em outubro de 2021 o congresso nacional brasileiro instituiu a lei 14.214 do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual⁷. Entre suas atribuições estão a distribuição de absorventes para estudantes de escolas públicas, mulheres em situação de rua, mulheres em situação de cárcere privado e mulheres internadas em unidades socioeducativas e cumprindo medidas referentes às unidades. São situações nas quais a responsabilidade sobre a distribuição de recursos públicos é do governo federal. Entretanto, a letra da lei se mostrou incipiente perante as muitas questões que observamos em campo.

Citamos assim, como outro desafio relevante de nota, a separação entre meninos e meninas durante as oficinas. Nossa proposta era inclusiva, mas a escola optou por separá-los, justificando que os meninos receberiam orientações sobre como se comportar em relação às mulheres e à menstruação em outra sala. Inicialmente, essa decisão nos causou incômodo, mas o campo revelou que, diante da sensibilidade do tema, a separação foi acertada. As alunas demonstraram timidez e dificuldade em falar abertamente sobre menstruação na presença dos meninos, principalmente por medo de ridicularização. A princípio achamos que a escola não nos apoiava, mas, ao refletir, entendemos que ela cumpriu seu papel de proteger as estudantes de possíveis constrangimentos.

Ao vivenciarmos a realidade da sala de aula, sentimos que nossa pergunta de pesquisa escorreu por entre nossos dedos. Os desafios eram tão grandes e complexos que, momentaneamente, nos sentimos paralisadas e incapazes diante das múltiplas carências e abandonos vividos na escola. No entanto, ao retornar ao laboratório e analisar os dados, concluímos que, se os saberes antropológicos sobre menstruação são permeados por posturas políticas feministas, uma pauta urgente para promover a dignidade menstrual é a luta pela inclusão da educação sexual nos currículos escolares, tratada de forma transversal e diversa.

Neste sentido, acreditamos que a produção da série de podcast "De Lua em Lua" foi uma experiência forte de ação baseada em pesquisa científica. Até o momento, realizamos algumas atividades de escuta da série, com resultados bastante positivos. A primeira delas foi no dia 28 de maio de 2024, quando estivemos na Escola Estadual Telêmaco Paioli Melges para apresentar à comunidade escolar o resultado da pesquisa, realizando uma oficina de audição junto à adolescentes. Selecionamos alguns trechos de três episódios diferentes e organizamos a sala em roda. Com uma caixa de som, realizamos uma dinâmica onde escutamos um trecho, e depois abrimos espaço para as adolescentes comentarem o que pensaram, sentiram, lembraram. Abordamos temas como a menarca, a relação dos

7 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114214.htm Acesso em: 28/05/2025

meninos com a menstruação, e desconfortos físicos. Percebemos que a escuta de trechos dos episódios atuou como facilitadora no processo de conversa, instigando as jovens a compartilharem situações que vivenciaram principalmente na escola, mas também em casa junto à família.

Algo interessante também aconteceu neste dia: os meninos do 8º e 9º anos também receberam orientação sobre sexualidade e juventude em uma sala separada. Em março de 2023, eles haviam ficado em outra sala, com uma professora mulher. No nosso retorno, descobrimos que eles exigiram que a atividade deles fosse conduzida por professores homens. Aproveitamos, então, a oportunidade fazendo uma reunião anterior com os professores que ficaram encarregados da tarefa, para apresentar o podcast e selecionar trechos com depoimentos de homens e meninos que eles pudessem apresentar. Esta foi uma importante lição para nós: no caso de planejamentos que incluem a separação de meninas e meninos, é muito importante uma atenção para como e o que será feito com os meninos. E mesmo que a atividade com os meninos não seja conduzida diretamente por nós, é bom tentar sugerir parcerias com professores homens.

Realizamos uma segunda atividade de escuta do podcast com alunos da escola, desta vez dia 12 de novembro de 2024, na Unicamp, durante o evento Jornada Olhos no Futuro. Eram 12 estudantes, e foi a primeira vez que trabalhamos com meninos e meninas juntos. Foi uma experiência interessante. Os meninos quase não falaram. No final da oficina, pedimos para os jovens resumirem em uma palavra como tinha sido a oficina, e o único menino que falou, disse “trauma”. As meninas reagiram de um modo muito surpreendente, reafirmando que sim, trauma tem muito a ver com a menstruação, e parabenizaram o menino. Ele parecia bastante orgulhoso com essa aprovação.

Por fim, observamos, a partir de toda pesquisa realizada e das atividades de divulgação que estamos conduzindo atualmente, uma grande capacidade crítica e uma força transformadora entre as jovens, especialmente as pesquisadoras bolsistas do ensino médio. Elas demonstraram um desejo claro de mudar a situação atual, com uma ânsia por falar e agir para diminuir os sofrimentos associados à menstruação. Dificilmente encontramos falas resignadas; ao contrário, havia uma potência propositiva e transformadora.

Conclusão

Retomando nosso objetivo com esta pesquisa, o de saber se e como os saberes antropológicos produzidos em contexto acadêmico podem colaborar com a dignidade menstrual, em especial junto a jovens, apresentamos, a partir das experiências realizadas,

três pontos: 1. os saberes antropológicos podem fazer vazar para além dos muros acadêmicos o ímpeto político-feminista de transformação que inspirou e deu força às pesquisadoras para desenvolverem seus trabalhos; 2. os saberes antropológicos, a partir de sua metodologia de pesquisa, podem tornar a noção de dignidade menstrual mais ampla e diversa; 3. os saberes antropológicos podem colaborar com a elaboração de conteúdos didático-pedagógicos que deem conta de uma educação sexual transversal e diversa. Porém, hoje é urgente que sejamos capazes de, desde a universidade, nos organizarmos para enfrentar os conservadorismos que varrem os temas de sexualidade e gênero para fora do ensino básico brasileiro.

Acreditamos que a antropologia pode contribuir significativamente para a elaboração de conteúdos sobre menstruação, em parceria com disciplinas como a biologia. No entanto, a luta atual é política e exige que, desde a universidade, nos organizemos para enfrentar os conservadorismos que excluem temas de sexualidade e gênero do currículo e das agendas pedagógicas. A menstruação, como vimos, não é apenas uma questão biológica, mas uma experiência carregada de significados sociais, emocionais e políticos, e é essencial criar espaços seguros para que as jovens possam falar, agir e transformar suas realidades.

Por fim, gostaríamos de enfatizar a riqueza desta experiência de pesquisa coletiva, baseada em valores que consideramos coerentes com a ideia de uma "ciência cidadã", ou seja, uma prática de produção de conhecimento que busca, na medida do possível, horizontalizar as duras e violentas hierarquias presentes na estrutura de trabalho acadêmico, valorizando e potencializando as especificidades e conhecimentos de todas as pesquisadoras envolvidas. Trabalhar junto com bolsistas de ensino médio vem demonstrando ser uma possibilidade de romper com a rigidez da separação entre pesquisa, extensão e divulgação. Entendemos tal separação entre o que seria a pesquisa "de verdade" e as outras funções da universidade como a manutenção de uma desigualdade estrutural que reflete os classicismos, machismos e racismos que enfrentamos sociedade afora. Esse foi um caminho para que nós, a partir do trabalho acadêmico de pesquisa, pudéssemos seguir sonhando:

*Sonhamos com ruas sem nenhuma de nós sendo violentada
sonhamos com o nosso sangue sendo respeitado
mas do que sonhos, nós lutamos, pegamos nossos martelos todos os dias
para destruir
esse muro que nos cerca, nos reprime*

queremos mais do que ver uma paisagem bonita, queremos estar nela
Nosso sangue não é morte, não é nojento e asqueroso
ele é vida e renovação.

Excerto do poema “Agora eu posso falar, minha denúncia tem espaço”, de
 Thais Bezerra Novais

Referências

Costa, Clarissa Reche Nunes da; Costa, Naedja Cristiane Vieira; Santos, Michelle Perez dos; Manica, Daniela Tonelli (2025). *Da pobreza à dignidade: potencialidades dos saberes antropológicos sobre menstruação na escola*. In: Ferreira, Danusia Arantes; Ceriani, Roberta; Silva, Luiz Carlos Pereira da (orgs). *Princípio educativo e práticas extensionistas do Programa Olhos no Futuro*. Campinas: Editora Unicamp. No Prelo.

Costa, Naedja Cristiane Vieira; Costa, Clarissa Reche Nunes da. (2023) “Sonhamos com o nosso sangue sendo respeitado”: pesquisando junto com adolescentes no projeto “Menstruação e Antropologia - Multiplicando possibilidades para alcançar dignidade”. In: *IV Reunião de Antropologia do Mercosul*. Anais eletrônicos. São Paulo: Síntese Eventos, 2023. Disponível em: <https://www.ram2023.sinteseeventos.com.br/anais/trabalhos/lista?simposio=175>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2025.

DE LUA EM LUA. Mundaréu, 22 de maio de 2024. Podcast. Disponível em: <https://mundareu.labjor.unicamp.br/series/de-lua-em-lua/>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2025.

Favret-Saada, Jeanne. (2005) Ser afetado. *Cadernos de campo*, n. 13: 155-161.

Haraway, Donna. (1995) Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu* (5): pp. 07-41.

Joaquim, Teresa (1997). *Menina e moça: a construção social da feminilidade, séculos XVII-XIX*. Lisboa: Fim de Século.

Mallmann, Elena Maria. (2015) Pesquisa-ação educacional: preocupação temática, análise e interpretação crítico-reflexiva. *Cadernos de Pesquisa* v.45 n.155 p.76-98 jan./mar.

Manica, Daniela Tonelli. (2004) Menstruação, natureza ou cultura. *V Congresso Português de Sociologia*.

Mckechnie, Rosemary. (2004) The identification of menstrual change: working with biographies of reproduction. In: TREMAYNE, Soraya (ed.). Special issue on fertility and reproduction. Chippingham: *JASO*.

Peirano, Mariza (1992). A favor da etnografia. *Série Antropologia*. 130. Brasília.

____ Etnografia não é um método. (2014) *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez.

Recebido em 17 de fevereiro de 2025.

Aceito em 01 de abril de 2025.

“Sonhamos com o nosso sangue sendo respeitado”: educação menstrual em contexto de extensão universitária junto com adolescentes

Resumo

Instituições voltadas aos direitos humanos têm abordado a menstruação com ações para a “dignidade menstrual”, promovendo acesso a informações e produtos menstruais. Em consonância, propomos: como os saberes antropológicos podem colaborar com a dignidade menstrual, especialmente entre jovens? Este é um relato da pesquisa “Menstruação e Antropologia - Multiplicando possibilidades para alcançar dignidade”, interdisciplinar e centrada na etnografia, que utilizou métodos da antropologia visual e da educação, como a pesquisa-ação. Como resultados, apresentamos produções de adolescentes, incluindo oficinas e o podcast “De Lua em Lua”. Destacamos a importância de experimentos que vão além da fala e da escuta em pesquisas sobre menstruação com adolescentes, revelando zonas de silenciamento e vulnerabilidade de forma cuidadosa. Também apontamos uma contradição: como pesquisadoras das humanidades, buscamos abordar a menstruação de forma não biologizante. Porém, as adolescentes demandam saber mais sobre seus corpos. Essa tensão é potente, desafiando-nos a desenvolver uma comunicação que desestabilize a separação entre natureza e cultura.

Palavras-chave: Educação Menstrual; Extensão Universitária; Adolescentes; Podcast.

“We dream of respecting our blood”: menstrual education in university extension with adolescents

Abstract

Human rights institutions have addressed menstruation through initiatives aimed at “menstrual dignity,” promoting access to information and menstrual products. In line with these concerns, we propose: how can anthropological knowledge contribute to menstrual dignity, particularly among young people? This report on the research “Menstruation and Anthropology - Multiplying Possibilities to Achieve Dignity,” an interdisciplinary study centered on ethnography, employed methods from visual anthropology and education, such as action research. As results, we present productions by adolescents, including workshops and the podcast “De Lua em Lua” (“From Moon to Moon”). We emphasize the importance of experiments that go beyond speech and listening in research on menstruation with adolescents, carefully revealing zones of silence and vulnerability. We also highlight a contradiction: while we, as researchers, aim to address menstruation from a non-biologizing perspective, adolescents demand to know more about their own bodies. This tension is potent, challenging us to develop communication that destabilizes the separation between nature and culture.

Keywords: Menstrual Education; University Extension; Adolescents; Podcast.

Entre costuras, colagens e corpos: um ensaio sobre a arte da educação menstrual

Isabel Cristina de Almeida Prado¹

Doutoranda em Saúde da Criança e da Mulher/IFF/FIOCRUZ-RJ

<https://orcid.org/0000-0003-2026-8453>

belprado14@gmail.com

Introdução

Este ensaio pretende discorrer e reflexionar sobre a prática da educação menstrual desde sua concepção pelos movimentos sociais da menstruação (Prado, 2024) até a aplicação de diferentes abordagens e metodologias, com públicos diversos, em três oficinas.

Por se tratar de um ensaio (Bondía, 2002, 2004), eu como, por ora educadora menstrual e por ora participante das oficinas, apresento minhas percepções, sensações, experiências e reflexões sobre o tema da educação menstrual, que está em ascensão desde o ano de 2020, quando também emerge os temas da pobreza e da dignidade menstrual (Prado, 2024), sobretudo devido à pandemia da Covid-19, que acirrou as desigualdades sociais e em saúde.

Mais do que profundidade analítica, este ensaio pressupõe experimentação de ideias e linguagens que abordam a menstruação com diferentes públicos e em países bastante heterogêneos, quais sejam, o Brasil e a França. Nesse sentido, Bondía elucida que “o ensaio pode ser tomado como uma linguagem da experiência, como uma linguagem que modula de um modo particular a relação entre experiência e pensamento, entre experiência e subjetividade, e entre experiência e pluralidade” (Bondía, 2004, p.31).

1 Fundação Oswaldo Cruz, Instituto Fernandes Figueira, Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e da Mulher (PGSCM/IFF/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil).

No exercício de experimentar o pensamento e as ferramentas para fazer o que há tempos já deveria estar sendo feito, a educação menstrual, mas que ainda é algo novo e por isso a necessidade de criar ferramentas, estratégias, metodologias, testá-las, aprimorá-las e escrever sobre essas experimentações, refletindo ao mesmo tempo sobre elas, é que o ensaio como opção de escrita me possibilita a problematização e a reproblemática de diversas questões que circundam e de tantas outras que são indissociáveis ao tema da menstruação.

Como pesquisadora dos movimentos sociais da menstruação, assim como uma mulher que menstrua e que reflete sobre o próprio corpo, ciclo e sangue, neste ensaio resgato memórias, narrativas e histórias que me levam a uma reflexividade mais profunda sobre a dimensão da educação menstrual nas oficinas em foco.

Assim, esse artigo se apresenta em duas partes. A primeira consiste em uma reconstrução teórica, desde uma perspectiva histórica da ascensão da indústria de produtos para a gestão menstrual e das primeiras iniciativas de ativismos menstruais, entre elas a educação menstrual, considerada aqui como uma ação de militância dos movimentos sociais da menstruação.

A segunda parte destaca a dimensão da educação menstrual a partir da minha participação em três oficinas, quais sejam, saúde menstrual na escola, criação de fanzines menstruais e confecção de absorventes de pano.

As oficinas aconteceram entre os anos de 2024 e meados de 2025 no Brasil e na França e, apesar das diferenças sociais, culturais, econômicas, políticas e demográficas expressivas entre os dois países, é possível observar que o tabu menstrual e as violências de gênero nele expressas, atravessam Norte e Sul global, desafiando-nos a seguir rompendo silêncios, promovendo encontros e compartilhando informações a respeito do ciclo menstrual-hormonal.

Entretanto, no que se refere a transnacionalidade do ativismo menstrual, sobretudo em relação aos países em foco neste artigo, é preciso considerar que as marcas culturais locais implicam na forma como meninas, mulheres e demais pessoas que menstruam vivenciam a experiência menstrual.

Na França, no que tange a movimentos de militância menstrual, existem atualmente grupos compostos por acadêmicas, pesquisadoras, ativistas feministas e trabalhadoras de diversas áreas que militam pelo que denominam de seguridade social da menstruação², associações que combatem a pobreza menstrual³, além de um projeto de lei nacional

2 Disponível em: <https://blogs.mediapart.fr/les-invites-de-mediapart/blog/260924/pour-une-veritable-securite-sociale-de-la-menstruation>. Acesso em 05 jun. 2025.

3 Ver <https://www.regleselementaires.com/asso/chiffres/>. Acesso em 05 jun. 2025.

denominado “Medidas relativas ao reconhecimento da saúde menstrual e ginecológica no mundo do trabalho⁴”, entre outras ações em âmbito público e privado que dão visibilidade ao fenômeno da menstruação, como o próprio Festival *Les Menstrueuses*, que será citado nos tópicos a seguir, promovido pela Universidade de Poitiers⁵, local onde realizei o meu doutorado sanduiche e de onde vêm as experiências que serão narradas neste ensaio.

Já no Brasil, apesar de não ter havido uma expressão significativa do ativismo menstrual no início deste século, tem emergido movimentos importantes pela dignidade menstrual que fomentam a criação de políticas públicas (Prado, 2024) e que se somam à movimentos que estão acontecendo em outras países latino-americanos⁶, além de diversas pesquisas acontecendo no âmbito acadêmico.

Porém, ainda que haja um crescente interesse sobre o tema da menstruação em ambientes como escolas, universidades, entre outros ambientes que fomentam a cultura e a educação, ainda assim é preciso criar mais espaços de diálogo e de trabalho intersetorial para que meninas, mulheres, homens transexuais e pessoas não binárias e intersexo, educadores e educadoras, profissionais de saúde, etc., tenham oportunidades de aprendizagem sobre o corpo, seus ciclos, suas necessidades e de toda a gama de possibilidades de cuidado individual e coletivo que podem fazer da menstruação um momento de acolhimento, respeito e dignidade.

A educação menstrual em perspectiva histórica dentro dos movimentos sociais da menstruação

A menstruação, como um tema tabu na sociedade e também no campo da saúde e da saúde coletiva, assume a centralidade nos movimentos sociais da menstruação, termo cunhado por mim para fazer referência a ativistas menstruais, grupos e coletivos de militância pelo fim do tabu menstrual e das diversas violências de gênero nele expressas.

Outrossim, todas as tentativas de cessar, ocultar, esconder, negar, higienizar e descartar o “período”, evidenciam que a menstruação é um tema cujo patriarcado está a todo momento manipulando, sobretudo com o objetivo de manter o monopólio desta

4 Disponível em: https://www.assemblee-nationale.fr/dyn/16/textes/116b1386_proposition-loi. Acesso em 05 jun. 2025.

5 Meus sinceros agradecimentos à Professora Stéphanie Tabois, minha anfitriã na Université de Poitiers e atual co-orientadora, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Campus France por me concederem as bolsas de estudo que me possibilitaram realizar esta pesquisa.

6 Uma expressão dessa articulação são os Encontros Latino-americanos de educação, saúde e ativismos menstruais, promovidos pela Emancipadas – Escola de Educação Menstrual – que conta com a participação de brasileiras em todas as suas edições. Para mais informações ver <https://escueladeeducacionmenstrual.com/>. Acesso em 05 jun. 2025.

“mercadoria” e o controle sobre os corpos que menstruam dentro da lógica heteronormativa e de consumo.

O corpo menstrual participa da construção e manutenção sociocultural da feminilidade, onde o corpo que menstrua tornou-se sinônimo de corpo de mulher e sobre esses corpos se desenvolve “um trabalho contínuo e silencioso, de vigilância e adequação corporal que se espera das mulheres a partir dos sentidos socioculturais que carrega a menstruação” (Tarzibachi, 2017, p.12, minha tradução). Assim, ao longo do século XX construíram-se narrativas de que o corpo menstrual é potencialmente vulnerável e doentio, bem como o sangue menstrual sujo e asqueroso, necessitando de intervenções para sua proteção e higiene.

As “antigas” formas de menstruar foram progressivamente se modernizando. As toalhas de algodão reutilizáveis foram substituídas pelos absorventes e tampões descartáveis e os saberes das mulheres sobre o cuidado com o corpo sangrado, substituídos pelos conhecimentos científicos, médicos e farmacêuticos: “o saber biomédico hegemônico sobre o corpo menstrual foi deslocando paulatinamente o saber das mesmas menstruantes sobre seus corpos para outorgar-lhe ao saber legítimo da Medicina” (Tarzibachi, 2017, p.53, minha tradução).

A construção social da menstruação como assunto médico-científico foi concomitante ao crescimento da indústria de produtos de higiene menstrual e sua publicidade, como mostra Eugenia Tarzibachi (2017) no seu livro *Cosa de Mujeres*, onde explana sua vasta pesquisa sobre a ascensão da indústria *Femcare* nas bases da construção de um modo de pensar e viver a menstruação como fato exclusivamente relacionado à reprodução e que deve ser constantemente escondido.

A autora ainda mostra que a menstruação é intrínseca aos discursos hegemônicos sobre “ser mulher” na sociedade, sendo um dos pilares da construção estereotipada, binarizada, heteronormativa e machista do gênero. Já na primeira menstruação, a menarca simboliza a passagem da menina para a mulher, para um corpo sexualizado e reprodutivo, um corpo pronto para a maternidade. O “ficar mocinha” é uma narrativa que compõe a construção social do gênero feminino, acompanhado de vergonha, muitas dúvidas e da possibilidade de, a partir de agora, ser mãe (Tarzibachi, 2017).

A partir da menarca, a menina deve “aprender a ser mulher” (Tarzibachi, 2017, p.91), desde um sentido de ser consumidora de produtos que “protegem” o corpo que menstrua e engravida, considerando que a menstruação é vista como um “problema higiênico” (Tarzibachi, 2017, p.87), bem como de consumir serviços médicos, uma vez que ao passar pela menarca, a menina deve imediatamente passar por um ginecologista.

Essa prescrição padrão, visa, portanto, suprimir qualquer indício de que a menstruação está presente, contribuindo para um estado de normalidade, onde a menina possa realizar todas as suas atividades normalmente e com a aparência um ser a-menstrual (Tarzibachi, 2017).

O corpo que menstrua, subjetivamente visto como um corpo desvantajoso e defeituoso, necessita de tecnologias reparadoras e que ocultem qualquer indício de sujidade provinda de um útero que não foi fecundado (Tarzibachi, 2017). Os discursos que permeiam o imaginário social da menstruação, fundamentam os papéis sociais das bio-mulheres (idem) a partir da bio-lógica que constituiu as binarizações feminino/masculino e natureza/cultura, sendo o feminino ligado à natureza e o masculino à cultura. Essas binarizações apagam qualquer possibilidade de outras configurações e “modelos corporais que não se ajustam àqueles marcados por lógicas heteronormativas e feminizantes” (Sala, 2021, p.1, minha tradução), a exemplo da menstruação estar presente num corpo de homem, como é o caso dos homens transexuais, pessoas não binárias, intersexos, assim como da existência de corpos de mulheres que não menstruam.

Absorventes descartáveis e pílulas anticoncepcionais representaram grande avanço para as mulheres no que diz respeito à saúde reprodutiva e ginecológica, libertação de limitações físicas para o trabalho e vida pública, emancipação. Entretanto, segundo as ativistas menstruais, essas tecnologias não resolveram o problema do tabu menstrual e este é o principal tema de militância dos movimentos sociais da menstruação.

De acordo com Bobel e Fahs (2020) as “ativistas menstruais espiritualistas feministas abriram caminho no final dos anos 1960 com sua reformulação da menstruação como fonte de poder e irmandade” (Bobel & Fahs, 2020, p. 1003). Recusando a suposição de que a menstruação era um incômodo e uma maldição, elas ofereceram uma reformulação conceitual por meio da arte e da ritualização, construindo uma segunda onda de “sensibilidade feminista cultural que abraçou, em vez de obscurecer, as diferenças sexuais” (Bobel & Fahs, 2020, p. 1003).

Na luta pela soberania corporal e por ferramentas e recursos para fazer escolhas informadas sobre fornecedores de produtos de cuidados menstruais e para a gestão menstrual, no ano de 1978 nos Estados Unidos, essas ativistas se “juntaram aos defensores dos direitos do consumidor quando milhares de mulheres desenvolveram a Síndrome do Choque Tóxico (e 38 morreram)” (Bobel & Fahs, 2020, p. 1003) após a utilização de um tampão totalmente sintético lançado no mercado de higiene menstrual.

Algumas ambientalistas também se tornaram ativistas menstruais, aumentando a crítica aos cuidados convencionais, trazendo à tona os efeitos poluentes de produtos

de higiene menstrual de uso único e promovendo alternativas mais ecológicas, como absorventes orgânicos, de pano reutilizáveis, copos e esponjas. Além disso, à medida que o feminismo da terceira onda tomou forma, encontrou alinhamento com o anticapitalismo do punk, do anarquismo e com o ethos *Do It Yourself* (faça você mesma).

Essa interseção tornou-se um local para o surgimento do que Bobel (2010) chama de ala da “menstruação radical” do movimento. Produtos alternativos foram defendidos, assim como o sangramento livre, a criação de zines, blogs e a prática da educação menstrual. Ações criativas como a arte dos tampões e os tampões “enviar de volta”, em que ativistas devolveram produtos menstruais aos seus fabricantes, definiram o ativismo menstrual na virada do século (Bobel & Fahs, 2020, p. 1003).

Outra marca dos ativismos radicais da menstruação foi a abordagem cultural que promovia mudanças de atitudes por meio da arte performática e da inclusão de gênero com a utilização da terminologia “pessoas que menstruam”, diferente dos ativismos anteriores, que trabalharam para proteger as consumidoras, e das feministas espiritualistas, que promoviam a transformação pessoal por meio da celebração da menstruação como símbolo sagrado e de poder (Bobel & Fahs, 2020, p. 1003).

Embora os primeiros movimentos em ativismo menstrual focassem a segurança dos produtos descartáveis e a promoção de produtos alternativos e ecológicos, visando a “resistência criativa à invisibilidade menstrual” (Bobel & Fahs, 2020, p. 1008), o movimento tem hoje seu foco principal no acesso aos absorventes descartáveis. Para Bobel e Fahs, embora sejam estas pautas contemporâneas, necessárias e urgentes, eles estão estritamente focados nas “tecnologias de passagem, que permitem que as menstruadas 'se passem' por não-menstruadas a fim de cumprir as normas culturais – mantê-lo escondido, mantê-lo quieto” (Bobel & Fahs, 2020, p. 1008, minha tradução), mantendo dessa forma os mandatos da vergonha, do silêncio e do sigilo. As autoras ainda denunciam que

[...] o ativismo menstrual contemporâneo embotou seu lado radical por meio de um engajamento neoliberal com o controle menstrual. Quando o foco principal [...] se volta para uma preocupação com “algo para sangrar”, ele trai suas raízes feministas de desafiar o enquadramento misógino do corpo menstrual poluído e nojento (Bobel & Fahs, 2020, p. 1008).

Ou seja, segundo as autoras, o gerenciamento da higiene menstrual *per si* acaba por ocultar o problema do estigma menstrual, aliando-se a cultura do consumo. Portanto, para solucionar este dilema, a proposta das educadoras menstruais é que a distribuição gratuita de absorventes descartáveis para a população vulnerável deva sempre vir acompanhada da educação menstrual, para que efetivamente promova a dignidade, inclusão, soberania e emancipação.

A educação menstrual é uma das frentes de atuação dos ativismos menstruais, abordada e realizada de múltiplas formas, através da difusão de informações sobre temas relacionados a anatomia feminina (ou sistema vulvo-uterino, falando em termos de inclusão de gênero⁷), à fisiologia dos ciclos hormonais e seus aspectos físicos, psíquicos e emocionais, educação sexual e reprodutiva, opções de tecnologias de gestão menstrual, letramento de gênero, autocuidado, autoconhecimento e consciência ambiental.

Conforme o estudo “Livre para Menstruar”, a educação menstrual

Refere-se ao amplo acesso à informação sobre o ciclo menstrual, contemplando-se a perspectiva biológica, emocional, social e as questões de sustentabilidade. A educação menstrual deve ser oferecida a todos, mas é de suma importância que meninas sejam apresentadas ao tema antes da primeira menstruação. Por meio do diálogo livre de estigmas e a partir de informações baseadas em evidências, a educação menstrual impacta positivamente a vida das pessoas que menstruam e de suas comunidades (Bahia, 2021, p. 9).

Dentro deste panorama, a educação menstrual se faz, portanto, através de perspectivas freirianas, horizontais e des-hierarquizantes, com abordagens da educação popular e da pedagogia crítica e feminista, em rodas de conversas e oficinas criativas e dialógicas (Sala, 2021), facilitadas por mulheres que, na maioria das vezes, não são da área da saúde.

Segundo uma pesquisa realizada na Argentina, que entrevistou diversas educadoras menstruais e analisou páginas com o tema em redes sociais, “uma das principais tarefas dentro da educação menstrual é erradicar o tabu menstrual, reivindicando o direito de menstruar” (Sala, 2021, p. 11, minha tradução), e sob esse horizonte, as narrativas sobre o corpo e o sangue menstrual podem assumir novas epistemes. Nesse sentido é que muitas publicações em formato de livros infanto-juvenis, cartilhas e manuais estão sendo escritos para crianças a adolescentes, como ferramentas pedagógico-literárias para falar de maneira clara, e por vezes lúdica, sobre a menstruação e a menarca.

Uma grande aposta das educadoras menstruais refere-se ao incentivo de que cada mulher/pessoa que menstrua perceba e escute seu próprio corpo, considerando que mulher, corpo e menstruação não são universais, e que cada pessoa vivencia a menstruação de uma maneira diferente. Para isso, são ensinadas utilizações de registros sobre o ciclo menstrual-ovulatório, a exemplo das mandalas lunares, que utilizam a metáfora dos ciclos lunares para localizar as mulheres/pessoas que menstruam dentro do ciclo menstrual-

7 Para mais informações ver o Web Seminário Menstruação Interseccional, disponível em: <https://www.youtube.com/live/Cc7djS0br48>. Acesso em 6 jun. 2025.

ovulatório. Nesses registros, devem ser anotadas as observações sobre as emoções, aspectos dos fluidos vaginais, desejos, característica da pele, humor, sonhos, alimentação, sexualidade, dor nos seios, fluxo sanguíneo, presença e intensidade de cólicas menstruais, entre outros.

Na educação menstrual, as mulheres/pessoas que menstruam são convidadas a olhar seus corpos e sua menstruação sob uma perspectiva mais amorosa, de uma forma mais acolhedora para que assim possam reivindicar mais momentos de autocuidado, considerando que durante a menstruação muitas pessoas sentem dores, desconfortos e precisam de conhecimento sobre métodos de manejo desses sintomas, para além dos alopáticos, bem como necessitam de tempo e apoio para descanso e repouso, condição desafiadora, considerando as diversas pressões sociais que exigem múltiplas tarefas e produtividade desses corpos.

Ademais, os ativismos menstruais, praticado nos moldes da educação menstrual, de expressões artísticas e no campo dos direitos e da justiça menstrual, propõem discussões, pesquisas e ações crítico-reflexivas sobre gênero, saúde, pluralidade dos corpos, autonomia e autogestão como forma de resistência, direitos humanos, feminismo decolonial e ação nos territórios (Sala, 2022).

Nesse sentido, a educação menstrual propõe ações para a emancipação dos corpos que menstruam através da interpelação da misoginia expressada no tabu menstrual, quebrando o silêncio, a obscuridade e o negacionismo sobre a menstruação (Vásquez, 2022), falando sobre esse tema dentro e fora do ambiente doméstico, nas escolas, universidades, no trabalho, através de uma pedagogia emancipatória, propondo reflexões sobre a experiência menstrual, suas estéticas, narrativas, subjetividades e a forma como incide sobre as pessoas que a vivenciam.

Muitas educadoras menstruais realizam oficinas de confecção de absorventes de pano com populações femininas privadas de liberdade, oficinas sobre anatomia feminina e fisiologia do ciclo menstrual em escolas, destacando os atributos biológicos e simbólicos da menstruação/ovulação com vistas a emancipação, a soberania e a dignidade menstrual.

Nas escolas, a maioria dessas oficinas são realizadas com “meninas” (e as vezes com os “meninos”⁸ também) com idade entre 10 e 14 anos, idades aproximadas do acontecimento da menarca, a primeira menstruação, evento este que ainda é um grande tabu no ambiente escolar, sendo que muitas dessas pessoas/meninas não encontram uma via de diálogo para sanar suas dúvidas sobre esse processo, nem mesmo dentro de casa.

8 A opção por utilizar os termos “meninos e meninas” com aspas objetiva tensionar a binarização de gênero que vigora na lógica heteropatriarcal.

Como um evento novo em suas vidas e ainda sem experiência no manejo e opções de autocuidado, muitas delas sofrem com fortes cólicas e desconfortos físicos e emocionais, além da privação no acesso ao absorvente em si. Ademais, muitas dessas meninas “recebem informações desde um enfoque predominantemente biomédico, seja por parte dos docentes, seja por profissionais de saúde que participam de projetos financiados por empresas de higiene feminina, como a Johnson & Johnson, que há décadas conta com um departamento educativo” (Felitti, 2016, p. 178, minha tradução).

Ainda segundo Felitti (2016, p. 179, minha tradução), visões mais ecológicas, espirituais e/ou feministas sobre a menstruação, “circulam por canais diferentes dos escolares e convocam principalmente mulheres de classe média urbana, brancas, com certo nível educativo e poder aquisitivo que buscam outras vivências para elas e/ou suas filhas”. Por esse motivo, essas “novas” narrativas sobre a menstruação e sobre os corpos que ciclam permanecem ainda sob a determinação de raça e classe.

Pensando na interseccionalidade da menstruação, ou seja, na diversidade de pessoas que menstruam, em contextos sociais tão distintos e entre pessoas com características étnico-raciais, de gênero e de classe tão plurais, venho refletindo sobre a importância e a necessidade de incluirmos novas terminologias em nossas narrativas e escritas enquanto educadoras menstruais, ativistas e pesquisadoras da menstruação, como menstruação antirracista, menstruação transinclusiva e dignidade menstrual que valoriza os saberes ancestrais e tradicionais sobre menstruação e cuidado.

Assim, compartilho a seguir algumas experiências de onde venho desenvolvendo esses conceitos e as artes de partilhar, criar e tecer encontros, experiências, informações, conhecimentos e ferramentas sobre a menstruação. A primeira delas é a arte de partilhar com estudantes de uma escola pública municipal no Brasil.

A arte de partilhar: saúde menstrual na escola

A aula na escola municipal começa às 7h. Nossa atividade, que pertence ao Projeto de Extensão “Ciclo Saudável: Cuidado e Dignidade Menstrual na Universidade Federal de Ouro Preto/MG”⁹, estava marcada para iniciar às 7:30h e terminar às 9:30h, horário em que as crianças saem para o recreio.

Reunidas em roda, eu, enfermeira de formação e doutoranda em saúde das crianças e das mulheres, juntamente com uma estudante de graduação das Artes Cênicas da UFOP,

9 Disponível em: <https://prace.ufop.br/noticias/projeto-ciclo-saudavel-cuidado-e-dignidade-menstrual-na-ufop-confira#:~:text=O%20projeto%20%22Ciclo%20Saud%C3%A1vel%3A%20Cuidado,de%20bem%20Destar%2C%20inclus%C3%A3o%20e>. Acesso em 15 fev. 2025.

facilitamos a oficina. As crianças chegaram. Algumas curiosas, outras envergonhadas. Todas com muita energia!

A metodologia que preparamos foi de uma atividade que possibilitasse a emergência de dúvidas, experiências e do imaginário sobre menstruação das crianças que ali estavam. Uma metodologia ativa, aplicada através de uma ferramenta que chamei de “Maleta Menstrual”. Uma pequena maleta daquelas antigas, onde dentro havia pistas, respostas, informações, soluções. Para que? Para o que emergisse daquele encontro. Quase nada pronto, mas vários materiais disponíveis: coletor menstrual (copinho), absorvente descartável, absorvente de pano, um livro “Seu sangue é ouro” (Owen, 2021), panfletos e cordéis sobre menstruação, rosas, plantas medicinais, óleos essenciais, bandeirinha da dignidade menstrual, útero/ovários de pano e uma folha ilustrada sobre o ciclo menstrual/hormonal.

Na roda havia 18 crianças, meninas e meninos, todas com 11 anos e uma com 12 anos; todas negras, com exceção de duas crianças brancas, estudantes do 6º ano de uma escola pública municipal.

Nos apresentamos e cada criança disse seu nome. Expliquei a elas que de nada adiantaria eu chegar falando que “a menstruação é uma descamação do endométrio após o óvulo não ter sido fecundado...”; elas riram. Termos técnicos e técnicas expositivas não fariam sentido para elas. Então, propusemos que elas escrevessem em um papel qualquer coisa que quisessem sobre menstruação: dúvidas, experiências, vivências, o que elas pensam sobre, poderiam até mesmo desenhar. O anonimato seria mantido.

Para os meninos, explicamos que, ainda que eles não menstruem, a menstruação está mais presente na vida deles mais do que eles imaginam, pois, suas colegas menstruam, mães, avós, tias, irmãs, talvez futuras filhas e quem sabe também futuras namoradas; eles riram. As meninas disseram que a menstruação está presente na vida delas pois elas descontavam a raiva delas neles. O estresse e a raiva apareceram como emoções associadas à menstruação.

Logo percebemos que, das crianças que compunham o grupo, talvez apenas duas ou três já tinham passado pela menarca. Ou seja, a maioria delas ainda não havia experimentado a primeira menstruação.

Conforme distribuímos os papéis para as crianças, colocamos no chão, no centro da roda, um pano onde dispusemos os materiais que estavam na maleta, de forma a estimular a reflexão das crianças e a escrita. Muitas delas fizeram comentários sobre todos aqueles itens, muitas “brincadeiras”, muitas risadas.



Figura 1. Oficina sobre saúde e educação menstrual em uma escola pública.
Acervo pessoal.

Conforme terminaram de escrever, as crianças colocaram o papel dobrado na maleta menstrual. Ao abriremos os papéis, com cuidado e discrição, percebemos que elas sabiam muito pouco, ou quase nada, sobre menstruação: “Por que a mulher menstrua? Para que serve a menstruação? O que é a menstruação? Por que a mulher tem que sangrar?”

Lançando mão do útero/ovários de pano, abordamos sobre a anatomia dos órgãos genitais e sobre a fisiologia do ciclo menstrual, ovulatório e hormonal, com linguagem simples e de forma lúdica. No centro do útero tem uma borboleta bordada, e através da metáfora do processo de crisálida e metamorfose, assim como das fases da lua, comparamos o ciclo hormonal a esses fenômenos cíclicos da natureza. Abordamos também o processo da ovulação, sobre quando o corpo começa a liberar o primeiro óvulo e algumas “primeiras pistas” sobre questões reprodutivas, como o tempo em que o óvulo permanece no útero para ser fecundado.

Não teríamos tempo para aprofundar o tema da reprodução, tampouco não pretendíamos entrar em temas mais sensíveis como o da sexualidade, apesar de considerarmos ser um tema intrínseco ao tema da menstruação. Nesse sentido, apesar de dispormos de uma vulva com clitóris como material pedagógico, optamos por não utilizar esse material no primeiro contato com a turma.

Focamos então nas dúvidas que vieram do próprio grupo: muitos perguntaram sobre os “remédios”, os frascos de óleos essenciais e as plantas medicinais que estavam sobre o pano. Outras disseram sobre a cólica, uma delas inclusive, assim como eu, estava com cólica menstrual no momento da oficina. Essa foi uma oportunidade para falarmos sobre cuidado pessoal e coletivo, através de técnicas convencionais e alternativas para o alívio da dor. Ademais, falamos sobre a importância de uma boa alimentação e da importância da redução da ingestão de produtos industrializados. O chocolate, claro, entrou nessa história. E para nós tudo bem comer um pouquinho, dando preferência aos chocolates com maior porcentagem de cacau, pois, se a dose for grande, certamente a cólica também será. Esclarecemos a importância de procurar o serviço de saúde caso a cólica seja muito forte ou o fluxo menstrual muito intenso.

Uma palavra que apareceu na escrita das crianças foi o medo. O medo do desconhecido. A vergonha também apareceu, assim como a expressão “a menstruação é uma coisa normal, mas...”. A partir dessas expressões, compreendemos a importância de trabalhar a educação menstrual nessa faixa etária, pois existem saltos de diferença nos sentimentos e no entendimento da experiência menstrual nos anos anterior e posterior a ela. Compreendemos também que o medo e a vergonha podem gerar “monstros” no imaginário dessas crianças apenas por falta de informação, situação que reforça o tabu menstrual, a misoginia e as diversas violências vividas por meninas/pessoas que menstruam durante o período menstrual e pré-menstrual.

As dúvidas em relação aos tipos de absorventes presentes na maleta menstrual nos conduziram a abordar o tema da gestão da menstruação e a apresentar as diferentes possibilidades de absorventes e coletores, enfatizando a perspectiva ecológica das opções reutilizáveis.

A bandeirinha da dignidade menstrual despertou a curiosidade de uma das participantes e quando perguntamos se elas já tinham ouvido falar sobre dignidade ou pobreza menstrual nenhuma delas soube dizer. Essa foi uma abertura para elucidar o fato de que a menstruação, assim como a saúde, são fenômenos que afetam o coletivo, e, para reforçar essa compreensão, utilizamos o exemplo da pandemia da Covid-19, onde a saúde coletiva dependeu da cooperação de todas as pessoas. Algumas crianças ficaram

impactadas de saber que, em presídios por exemplo, algumas pessoas utilizam miolo de pão para absorver o sangue menstrual devido a inexistência de absorventes, assim como pelo fato de terem pessoas que não tem água encanada para realizarem higiene íntima e das pessoas que vivem em situação de rua e não possuem nenhum recurso para menstruarem com dignidade.

Questões de gênero naturalmente pulsaram no grupo, sobretudo com os meninos, e aí tivemos a oportunidade de desconstruir padrões sexistas e machistas, advindos da estrutura patriarcal e impregnados nas crenças e nos discursos das crianças.

A metodologia da maleta menstrual demonstrou-se ser uma ferramenta interessante e exitosa para trabalhar a educação menstrual desde perspectivas dialogadas, participativas e ativas. Entretanto, assumo que ela precisa de aperfeiçoamentos e refinamentos, considerando os grandes desafios atuais no campo da educação e do conhecimento, sobretudo no que se refere à influência das tecnologias e das informações rápidas e superficiais na vida e nas relações sociais.

Um dos pontos a serem aperfeiçoados é em relação a ludicidade da maleta. Ela necessita de um jogo para tornar a experiência da oficina mais divertida e para envolver as/os participantes em desafios que tragam a atenção deles para a roda, considerando que em alguns momentos houve dispersão da atenção.

Os desafios de conduzir crianças interceptadas por diversos problemas sociais se refletiram na oficina. Para mim, que não tenho formação pedagógica, lidar com questões de indisciplina entre outros atravessamentos como dispersão, conversas paralelas, gritos, cadeiras arrastando e etc., estando eu no primeiro dia da minha menstruação, foi realmente desafiador.

Mas apesar desse “choque de realidade” de estar dentro de uma escola pública brasileira, a realização dessa oficina me trouxe a convicção de que trabalhar a educação menstrual com escolares é uma grande oportunidade de desenvolver conhecimentos em diversos âmbitos, desde a área da biologia e da saúde, até a sociologia e na formação para a cidadania.

Diante do exposto, a partir dessa experiência, estou segura em dizer que a educação menstrual feita em uma oficina pontual é apenas uma introdução ao tema, o que não é menos importante, mas, para que todos os assuntos inerentes ao tema da menstruação sejam abordados cuidadosamente e de maneira ampliada, é necessária a realização de um cronograma de encontros, com um programa que contemple os diversos aspectos da educação menstrual e para a criação de vínculo com as crianças, o que certamente favorece o aprofundamento das abordagens.

Não obstante, é notável que a falta de informação e conhecimento sobre o corpo, os hormônios e o ciclo menstrual é um indicador de que a educação menstrual/hormonal é um tema que deveria ser trabalhado com toda a comunidade escolar, considerando os impactos da variação hormonal nesta faixa etária na saúde mental, física e emocional de crianças em transição para a adolescência, a também chamada puberdade. Seria essa, tanto quanto, uma grande oportunidade de realizar educação para a sexualidade consciente, informada e segura.

A arte de criar: Oficina de Fanzines Menstruais

Era um sábado frio de outono na França, pelo menos para uma brasileira acostumada com o clima tropical. Já era o quarto, e último, dia do Festival *Les Menstrueuses*¹⁰ (algo como “As Menstruadoras”), festival cultural e acadêmico que acontece anualmente desde 2021 na cidade de Poitiers / França.

O fechamento do festival não poderia ter sido mais especial. Eu, outras dez mulheres, entre elas uma menina de 9 anos e um garoto de doze anos, nos encontramos na Fanzinoteca de Poitiers¹¹, logo pela manhã. Pessoas que menstruam, pessoas que nunca menstruaram, pessoas que nunca irão menstruar e pessoas que não menstruam mais. Todas re-unidas e rodeadas por um imenso acervo de fanzines do mundo todo e de um ateliê de produção de fanzines e serigrafia.

Esse grupo, que estava sendo facilitado por uma artista residente do festival, foi dividido em outros dois grupos, um deles, o grupo na qual eu fiz parte, ficou responsável por refletir, escrever, desenhar, sentir, qual expressão fosse, sobre a menarca. O outro grupo reflexionou sobre a menstruação a partir da criação de uma história de ficção.

A primeira parte da oficina, que durou toda a manhã, foi muito importante para impulsionar memórias, afetos, emoções, imaginários, histórias e experiências sobre a menstruação. Cada uma ao seu modo foi revelando de que maneiras a menstruação as tocava, dando significados às subjetividades relacionadas a ela, além das histórias vividas em relação à menstruação: textos, desenhos e poesias começaram a nascer.

10 *Les Menstrueuses* é um evento organizado pela Universidade de Poitiers e pelo Espace Mendes France, reunindo estudantes, pesquisadores, artistas e militantes. Aberto ao público em geral, oferece mesas redondas, performances, fanzines, workshops, estandes, exposições, divulgação nas redes sociais, vídeos e podcasts sobre menstruação, menopausa, entre outros temas que envolvem questões de gênero e suas representações, refletindo sobre discursos médicos e as questões sociais e econômicas que os afetam, a partir de pontos de vista múltiplos e interdisciplinares. Para mais informações ver <https://lesmenstrueuses.org/>.

11 Para mais informações acesse <https://www.fanzino.org/>.

A história de ficção deu origem ao “universo das menstruadas”, onde após muitos anos do desaparecimento da menstruação, arqueólogos, que não eram nem homens nem mulheres, encontraram no ano de 3024, uma cápsula menstrual. Após a abertura da cápsula, ocorreu um estranho fenômeno e a menstruação voltou a existir, criando um portal de conexão com gerações ancestrais, entre elas um clã de mulheres sábias que tinham menstruações eternas.

Entre as expressões sobre a menarca, histórias cômicas, envoltas de obscurantismos e mitos, atravessadas pelo poder biomédico, apareceram em desenhos e escritas. Uma das participantes, portadora de notáveis habilidades artísticas com o desenho, expressou simbolismos como medusas, correntes, pessoas assustadas e confusas, seres bizarros, isolamento e solidão.

Outra participante escreveu e desenhou sobre sua primeira experiência com a retirada de um tampão, onde este se perdeu dentro do universo de sua vulva. Nesse episódio, a menina à época, estava apenas com seu pai em casa e, uma vez que ele não poderia entrar no banheiro para auxiliá-la na retirada, ele se manteve ao lado da porta, que estava fechada, mas que conectava pai e filha através do buraco da fechadura. Enquanto o pai, que ligou para o SAMU¹², repassava as informações para filha do outro lado da porta, a menina, por sua vez, muito assustada e achando que iria morrer, sentia um turbilhão de sentimentos, entre eles medo e vergonha.

Logo após o almoço, que foi também coletivo na própria cozinha da Fanzinoteca, nos reunimos numa grande mesa cheia de revistas, canetinhas, lápis, carimbos, entre outros materiais. O próximo passo seria a criação das páginas do material. Cada uma poderia criar até duas páginas da maneira que quisesse, a partir do que já tinha sido produzido na parte da manhã. Foram então utilizadas colagens, escritas, desenhos, pinturas e carimbos.

12 Na França, o SAMU (Service d'Aide Médicale Urgente) é o serviço de emergência médica que atende chamadas de urgência e socorro médico. O número de telefone para contato com o SAMU é o 15.



Figura 2. Oficina de criação de fanzine menstrual na Fanzinoteca de Poitiers.

Fonte: *Les Menstrueuses*.

Logo que as páginas foram concluídas, todo o material foi aglutinado, pensando-se a conexão e diálogo entre ele. O material foi copiado em impressora colorida e então o grupo fez uma força tarefa para organizar as páginas, grampeá-las e finalizar a produção. A capa do material foi feita em serigrafia e as participantes da oficina puderam experimentar e aprender um pouco sobre essa forma artesanal de impressão.

O fanzine se chama “*Ménarchives*”, uma referência a arquivos sobre a menarca, sobre nossos corpos, suas histórias, bem como sobre dar visibilidade a nossos ciclos e suas trajetórias.

A despretensão dessa proposta de fazer da menstruação, do feminino e da mulher uma experiência essencialista e universal, faz da menstruação um universo. Para mim, essa é uma das dimensões mais bonitas da educação menstrual nesse trabalho, qual seja, a de expressar as múltiplas possibilidades, universos, histórias, experiências e subjetividades menstruais de pessoas diversas.

Ao final da oficina, cada participante ficou com um exemplar do fanzine e o original ficou como parte do acervo permanente da Fanzinoteca, onde será acessado por dezenas de pessoas, bem como poderá ser utilizado como referência e/ou como material de apoio para ações de educação e ativismo menstrual.

A arte de tecer: costurando absorventes de pano - costurando fissuras e histórias

Estive na França entre outubro e dezembro de 2024 como parte do meu doutorado sanduíche. Como uma pesquisadora dos movimentos sociais da menstruação, tenho percorrido países, lugares, espaços e encontros que trabalham o tema desde abordagens acadêmicas, populares, políticas, culturais, artísticas e ancestrais.

O Festival *Les Menstrueuses*, conforme já apresentado no tópico precedente, é o único festival sobre menstruação que acontece no continente europeu de que tenho conhecimento até o momento. Pude observar diferenças e semelhanças em relação aos encontros que já participei no Brasil e na América Latina. Certamente, a França possui muito mais recursos e estrutura para a realização das atividades. Esse fato ficou evidente na realização da oficina de confecção de absorventes de pano, que compôs a programação da 4ª edição do *Les Menstrueuses*.

A oficina aconteceu na MEDIATECA central de Poitiers¹³, um estabelecimento público com diversos serviços como biblioteca adulto e infantojuvenil, acervo de áudio e artes plásticas, espaço de trabalho com internet e computadores, exposições e atividades diversas para vários públicos e idades.

O local onde a oficina aconteceu foi o salão central da MEDIATECA, fato que deu visibilidade ao evento e despertou o interesse e a curiosidade de diversas pessoas que ali transitavam, algumas delas inclusive colocaram a mão na massa, ou melhor, na máquina.



Figura 3. Oficina de absorventes de pano na MEDIATECA de Poitiers – França.

Fonte: Centre Presse¹⁴.

13 Disponível em: <https://www.mediathèques-grandpoitiers.fr/mediatheque-francois-mitterrand.aspx>. Acesso em 17 fev. 2025.

14 Disponível em: <https://www.centre-presse.fr/article-889955-poitiers-un-atelier-pour-coudre-des-protections-periodiques.html#prettyPhoto>. Acesso em 22 fev. 2025.

A oficina foi realizada em parceria com uma cooperativa de costureiras, que facilitaram a oficina e emprestaram as máquinas de costura. Eu, assim como algumas participantes da oficina, jamais havia encostado em uma máquina de costura. Outras, já tinham bastante ou alguma experiência com o ofício. Todas mulheres brancas, entre a faixa etária de 17 e 67 anos, aproximadamente.

Muito concentradas, sentadas às máquinas, com as subjetividades e os imaginários acerca da menstruação aflorando. Aos poucos, comecei a escutar conversas sobre menopausa, partilhas de memórias sobre a vida fértil, histórias sobre as dores e as alegrias de menstruar.

Fios e palavras que se entrelaçavam, em um tom de conselhos de avó. Um ar de sabedoria ancestral, de oralidade, de artesanaria.

A dimensão da educação menstrual que percebi nessa oficina foi a visibilidade dada ao fenômeno menstrual em um espaço público, bem como sua desestigmatização, a quebra de tabus, o rompimento de silêncios, a partilha de histórias, relatos e vivências. Uma forma de fomentar o cuidado coletivo e a tessitura de redes em torno do tema da menstruação para promover a dignidade e a saúde menstrual.

Pelo menos em mim, da participação nessa oficina, reverberam ainda muitas reflexões pessoais:

Como lavar o absorvente ou a calcinha de pano? Qual a cor e o cheiro do seu sangue? Você sabia que seu sangue menstrual diz muito sobre a sua saúde? O que fazer com meu sangue menstrual? Plantar minha lua, fertilizar minhas plantas, fazer meus rituais.

Ela é tão linda! A estampa do tecido me traz aconchego durante a minha menstruação. Gosto de vê-las penduradas no varal, secando ao sol, balançando ao vento. Um varal que me representa! Sinto a presença das minhas avós. Um chazinho acompanhando então... uma bolsinha térmica de ervas... é tão melhor menstruar assim!

Dei alguns para uma amiga de presente, para ela experimentar. Ela nunca usou absorventes de pano.

Mas precisa ter muitos, é caro... sim, mas quais as possibilidades de promover o acesso a esses produtos? Como promover oficinas como essa e a geração de renda através dos absorventes de pano?

O que os produtos que usamos para absorver/coletar nosso sangue menstrual diz sobre a cultura de menstruar contemporânea? De que forma a maneira como eu cuido da minha menstruação reflete a maneira como cuido de mim?

A menstruação se tornou algo tão artificializado ultimamente... tudo é tão artificial ultimamente.

Ecoam as vozes dos movimentos sociais da menstruação: “seu sangue não é lixo”, “honrar nossos corpos, honrar a nós mesmas”, “menstruar é um ato político”.

Um absorvente descartável leva aproximadamente 300 anos para se decompor na natureza.

O debate em torno da utilização de absorventes de pano é extenso. E longe de “romantizar” seu uso, pergunto: absorvente de pano para quem? Para quem tem água encanada, para quem tem tempo, disponibilidade e estrutura para lavá-lo. Para quem tem condições financeiras de investir nesse método de gestão menstrual, uma vez que, durante um ciclo menstrual, utiliza-se, em média, 15 absorventes de pano. Esse recorte de realidade é também aplicável quando se compara o Brasil e França em termos de acesso a materiais, insumos e informação, além da própria violência estrutural contra as mulheres.

Eu como educadora menstrual estou a todo momento refletindo sobre as minhas próprias práticas menstruais e sobre as práticas, saberes, crenças e significados dados a menstruação de tempos em tempos. Acredito, portanto, que a reprodução de oficinas como essa pode proporcionar aberturas para reflexões e partilhas diversas sobre a menstruação e afins.

Considerações finais

Transitando espaços, encontrando pessoas, acessando informações, culturas, crenças e modos de abordar o fenômeno menstrual é que venho, em última análise, me (des) educando em relação a menstruação.

Quebrar tabus e estigmas é desconstruir todo um sistema de crenças histórica e profundamente arraigado em relação a menstruação, construído a serviço de um modelo social que favorecesse a exploração dos corpos, em diversos aspectos, como através da exploração do trabalho, do consumo, a serviço do desenvolvimento da ciência moderna, do capitalismo e do patriarcado.

Portanto, a partir das experiências e das reflexões compartilhadas nesse ensaio, desejo que mais pessoas se inspirem a criar e aplicar metodologias criativas, dialógicas e lúdicas de educação menstrual. Desejo que as ferramentas aqui descritas sejam multiplicadas, experimentadas, aprimoradas, que ganhem mais e mais vida para que nossos corpos ganhem mais vida. Para que nosso sangue simbolize a vida e a saúde.

Referências

- Bahia, Letícia (2021). *Livre para menstruar: pobreza menstrual e a educação de meninas*. [On-line]. Disponível em: <https://www.livreparamenstruar.org/>. Acesso em 21 fev. 2025.
- Bobel, Chris (2010). *New blood: third-wave feminism and the politics of menstruation*. New Brunswick, New Jersey, and London: Rutgers University Press.
- Bobel, Chris.; Fahs, Breanne (2020). The Messy Politics of Menstrual Activism. In C. Bobel & I. T. Winkler et al (ed), *The Palgrave Handbook of Critical Menstruation Studies* (Cap.71). Singapore: Palgrave Macmillan. [On-line]. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK565607/>. Acesso em 25 ago. 2025.
- Bondía, Jorge Larrosa (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, 19, pp. 20-28.
- Bondía, Jorge Larrosa (2004). A operação ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. *Educação & Realidade*, 29(1), pp 27-43.
- Felitti, Karina (2016). El ciclo menstrual en el siglo XXI. Entre el mercado, la ecología y el poder femenino. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, 22, pp.175-206.
- Owen, Lara (2021). *Seu sangue é ouro: despertando para a sabedoria da menstruação*. [trad. Josiane Tiburski]. 2.ed. Rio Grande do Sul: Lótus.
- Prado, Isabel C. de A (2024). Políticas Públicas sobre a Saúde Menstrual no Brasil: Olhares pelas Lentes dos Movimentos Sociais da Menstruação. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, 29(1), pp. 1-17.
- Sala, Núria C. (2021). La educación menstrual como proyecto feminista de investigación/ acción. *Revista Pedagógica*, 23, pp. 1-22.
- Sala, Núria C. (2022). Los Cuerpos (Visibles) em prácticas de Educación Menstrual. *Revista de Educación*, 25(2), pp. 53-75.
- Tarzibachi, Eugenia (2017). *Cosa de Mujeres: menstruación, género y poder*. Buenos Aires: Sudamericana.
- Vásquez, Carolina R. (2022). *Educación Menstrual Emancipadora*. [On-line]. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/18e3qrsGisWSEL2W_27_E5ZOaDxmY-elo/view?usp=sharing. Acesso em 25 ago. 2025.

Recebido em 24 de fevereiro de 2025.

Aceito em 07 de maio de 2025.

Entre costuras, colagens e corpos: um ensaio sobre a arte da educação menstrual

Resumo

Este ensaio discorre sobre a educação menstrual desde sua concepção pelos movimentos sociais da menstruação até a aplicação de diferentes metodologias, com público diverso, em três oficinas: saúde menstrual nas escolas, criação de fanzine menstrual e costura de absorventes de pano. O estudo foi realizado entre os anos de 2024 e 2025 em dois países, Brasil e França. A abordagem multi-metodológica demonstrou que sua efetividade está diretamente relacionada a aspectos sensíveis, lúdicos e artísticos. A partir da intersubjetividade das experiências e dos encontros, foi possível compreender que o processo de fazer educação menstrual perpassa memórias, afetos e emoções de meninas, mulheres e demais pessoas que menstruam, assim como de meninos e homens, atravessando experiências vividas desde a menarca até a menopausa, despertando reflexões sobre corpo, gênero, raça, classe, sexualidade e ecologia, possibilitando a compreensão sobre o ciclo menstrual/ovulatório/hormonal, anatomia, gestão do ciclo, dignidade menstrual e cuidados com a saúde.

Palavras-chave: Menstruação; Educação Menstrual; Saúde Menstrual; Saúde Coletiva; Saúde da Criança.

Between seams, collages and bodies: an essay on the art of menstrual education

Abstract

This essay discusses menstrual education from its conception by social movements for menstruation to the application of different methodologies, with diverse audiences, in three workshops: menstrual health in schools, creation of a menstrual fanzine and sewing of cloth pads. The study was carried out between 2024 and 2025 in two countries, Brazil and France. The multi-methodological approach demonstrated that its effectiveness is directly related to sensitive, playful and artistic aspects. Based on the intersubjectivity of experiences and encounters, it was possible to understand that the process of providing menstrual education permeates memories, affections and emotions of girls, women and other people who menstruate, as well as boys and men, crossing lived experiences from menarche to menopause, awakening reflections on body, gender, race, class, sexuality and ecology, enabling the understanding of the menstrual/ovulatory/hormonal cycle, anatomy, cycle management, menstrual dignity and health care.

Keywords: Period; Menstrual Education; Child Health; Menstrual Health; Public Health.

Circo de Umbigo: arte e educação menstrual

Camila Matzenauer dos Santos

Mestra em Artes Visuais/Universidade Federal de Santa Maria

<https://orcid.org/0009-0001-4962-1276>

camila.matze@gmail.com

Introdução

O presente relato descreve experiências com arte e educação menstrual no interior do Rio Grande do Sul, por meio do projeto Rubra: Arte e Educação Menstrual, mais especificamente com ações realizadas através de três edições do projeto “Circo de Umbigo”, realizadas com o financiamento de leis de incentivo públicas na área da cultura, sendo elas: a Lei de Incentivo à Cultura Municipal de Santa Maria (2022 e 2023) e a Lei Paulo Gustavo Estadual do Rio Grande do Sul (2024).

Rubra: Arte e Educação Menstrual surgiu a partir de uma pesquisa de dissertação do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal de Santa Maria e está intimamente ligada a diálogos com estudos feministas e com outras educadoras e ativistas menstruais latino-americanas. Nela, a pesquisadora desenvolveu uma performance artística a partir de centenas de relatos sobre a primeira menstruação. Desde então, seu trabalho se expandiu para além do espaço acadêmico, tendo como foco a arte como ferramenta de transformação social. Desde 2018, o projeto tem promovido diálogos sobre o tema da menstruação em diversos espaços, como feiras, ONGs, conferências e festivais, por meio de ações educativas e artísticas.

O Projeto Circo de Umbigo

O projeto “Circo de Umbigo”, que desde 2022 realiza edições anuais, é uma iniciativa produzida pela companhia artística Umbigo de Bruxa. Através da promoção de oficinas circenses para estudantes, formações para educadores e apresentações do espetáculo “Circo de Umbigo”, o projeto visa descentralizar o acesso às artes circenses e estimular o

aprendizado por meio da arte e da cultura, promovendo o pensamento crítico e a fruição artística. As propostas artísticas buscam construir diálogos horizontais entre crianças, adolescentes e adultos, tendo a arte como caminho para o autoconhecimento, a expressão de si e a comunicação com o entorno.

Edições Realizadas

O Circo de Umbigo teve duas edições realizadas em Santa Maria, RS, com o financiamento da Lei de Incentivo à Cultura Municipal (LIC - SM). Na primeira edição, em 2022, o projeto alcançou cerca de 250 pessoas, incluindo professores, estudantes e suas famílias. Em 2023, com grande repercussão local, o projeto teve sua segunda edição, também financiada pela LIC - SM. Em parceria com a Secretaria de Educação Infantil de Santa Maria, essa edição contemplou cinco escolas, atingindo mais de 500 pessoas, com uma programação cultural gratuita. Em 2024, com recursos da Lei Paulo Gustavo Estadual do Rio Grande do Sul, o projeto executou sua terceira edição, circulando por escolas e APAEs da região da Quarta Colônia, nas cidades de Agudo, Nova Palma, Silveira Martins e Dona Francisca, além de realizar formações online para educadores, alcançando cerca de 500 pessoas. Apesar das ações de educação menstrual estarem presentes no projeto, esse não é o seu principal enfoque. Entre as atividades ofertadas também estão as oficinas “Brincadeiras de Circo” e “Comicidade e Palhaçaria para um Mundo Melhor”, para crianças e adolescentes, bem como as formações para educadores “Circo em Sala de Aula: Possibilidades Pedagógicas” e “Como Utilizar a Comédia para uma Convivência Mais Saudável?”.

Eixos de Atuação do Circo de Umbigo

A promoção da dignidade menstrual no projeto acontece através de três eixos que se retroalimentam e potencializam-se mutuamente, sendo eles: a oficina “Bambolê e Educação Menstrual” para crianças e adolescentes; a formação para educadores “Como Inserir Ações de Educação Menstrual em Sala de Aula” (ambas ministradas por mim) e apresentações do espetáculo “Circo de Umbigo”, do qual também faço parte como artista.

Contextualização da Educação Menstrual

A Educação Menstrual tem se expandido na América Latina, desmistificando o tema e reconhecendo que a menstruação não se resume a um evento biológico, mas é profundamente afetada por questões culturais, sociais e religiosas, sendo um fenômeno bio/psico/eco/social. De acordo com a educadora e ativista menstrual Carolina Ramírez

(2022), a Educação Menstrual configura-se como um conhecimento específico que atende a uma necessidade historicamente negligenciada, com o objetivo de erradicar o tabu menstrual. A autora observa que se desenvolveram estigmas e narrativas em torno da menstruação que limitam a vida de meninas, mulheres e outras pessoas que menstruam, sendo subjacentes, conseqüentemente, à violação de Direitos Fundamentais, como o direito à educação, ao trabalho, à saúde, ao bem-estar e ao direito à dignidade humana (Ramírez, 2022).

No Brasil, o movimento da educação menstrual ainda é recente, e as escolas, de maneira geral, não estão preparadas para abordar o tema e, muitas vezes, não oferecem as condições necessárias para que as estudantes vivenciem a menstruação de forma digna. Uma pesquisa da UNICEF (2021) revelou que 4 milhões de meninas no Brasil enfrentam algum tipo de privação de higiene nas escolas. Portanto, o projeto Circo de Umbigo tem sido um passo importante para levar essa discussão e práticas educativas para o campo.

Desafios e Impactos do Projeto

O tabu menstrual e a feminilização da pobreza impactam significativamente a experiência e autoestima de quem menstrua. Nesse contexto, é fundamental que essas discussões estejam presentes no âmbito escolar, um ambiente que, infelizmente, ainda é pouco acolhedor para pessoas que menstruam. Ao longo desses três anos com o Circo de Umbigo, pode-se relatar que muitos dos espaços que nos receberam foram hesitantes em acolher as propostas de educação menstrual, com o argumento de que temiam como seria a receptividade das famílias dos alunos em relação ao tema. Por outro lado, a maioria das escolas abraçou o projeto, reforçando a necessidade de abordar esse tema em sala de aula. Em muitas das formações e até mesmo em conversas informais, as professoras dessas instituições mencionaram o aumento do número de adolescentes grávidas nas escolas, trazendo esse dado como um agravante sobre a importância de falar sobre a menstruação com as e os estudantes.

Metodologia das Oficinas com Bambolê

A oficina “Bambolê e Educação Menstrual” propõe uma abordagem lúdica e corporal que articula dança, expressão corporal e jogos interativos com base em faixas etárias entre 9 e 14 anos, geralmente divididas em três grupos. O bambolê é o principal recurso pedagógico e simbólico, por sua circularidade — que remete aos ciclos corporais — e por ser uma ferramenta que possibilita o contato lúdico e expressivo com o próprio corpo.

A proposta metodológica é inspirada em elementos da pedagogia do movimento de Jacques Lecoq, que valoriza o corpo como centro da criação cênica e da aprendizagem sensível. Lecoq, Carasso e Lallias (2010) destacam que “é pelo corpo que o ser humano entra em contato com o mundo, é o corpo que conhece antes do pensamento”, e é a partir dele que as oficinas buscam estimular um saber corporal que antecipa o discurso racional, promovendo uma reconexão afetiva com o próprio corpo. Essa perspectiva é fundamental em processos de educação menstrual, já que muitas meninas e adolescentes têm suas experiências corporais marcadas por vergonha, silenciamento ou desconhecimento. Além disso, ao girar o bambolê, a criança entra em um estado de atenção plena, de escuta do centro do corpo, favorecendo uma percepção mais profunda de si. O movimento circular atua, portanto, como metáfora dos ciclos menstruais e também como dispositivo técnico para a construção de novas narrativas sobre a menstruação: mais conscientes, afetivas e empoderadas.

A presença dos meninos nas oficinas é intencional e estratégica: trata-se de um espaço educativo que visa quebrar o tabu e combater o bullying menstrual, promovendo o respeito e o acolhimento. Os jogos com bambolês são estruturados para incluir toques respeitosos, observação empática e dinâmicas de cuidado mútuo, desenvolvendo não apenas a consciência corporal, mas também competências socioemocionais, como a empatia e a escuta ativa.

As práticas são também influenciadas pelos jogos teatrais de Viola Spolin, especialmente pela ideia de “jogos que abrem possibilidades” (Spolin, 2001), ao invés de impor respostas. Isso cria um ambiente de aprendizagem horizontal, no qual os saberes de crianças e adolescentes são valorizados e os corpos podem ser sentidos como legítimos portadores de conhecimento.

Portanto, a metodologia das oficinas não apenas oferece informações sobre o ciclo menstrual, mas também atua na construção de novos modos de habitar o próprio corpo, promovendo autonomia, respeito e descolonização de narrativas corporais.

A Arte como Instrumento de Transformação Social

Ao reconhecer os educadores da rede pública de ensino como agentes fundamentais na transformação das comunidades, o projeto também promove ações formativas voltadas para esse público. O objetivo é oferecer recursos e ferramentas pedagógicas que incentivem novas abordagens de ensino, mais inclusivas e transdisciplinares, que valorizem a diversidade, a escuta, a empatia e a ludicidade. Isso permite que tanto as oficinas quanto às formações se tornem espaços de socialização e fortalecimento dos

vínculos entre os membros das comunidades, aproximando os estudantes e professores do processo criativo e das técnicas presentes no espetáculo Circo de Umbigo.

O Espetáculo Circo de Umbigo

O espetáculo Circo de Umbigo, que dá nome ao projeto, propõe uma “estética menstrual”, termo usado pela ativista menstrual Kali Saxa (2021), através da provocação dos narizes dos palhaços que são, na verdade, coletores menstruais. É importante refletir sobre a potência da arte da palhaçaria para tocar em temas delicados da nossa sociedade. Nas palavras de Junqueira (2012), o palhaço é “um provocador”, que em “sua aparente inocência e suas atitudes ridículas, toca em questões profundas das relações humanas”.

Conectando ainda o humor com o recorte de gênero, a autora escreve:

O corpo feminino é um corpo histórico, sem limites, transgressor, imperfeito, e não quer mais se esconder atrás de padrões, nem ser considerado um objeto de consumo. O riso pode ser um caminho de libertação desse corpo, explorando os extremos, invertendo papéis. Cabe às palhaças colocar essas questões em evidência e descobrir maneiras de fazer com que isso seja risível, admitir as diferenças para procurar igualdade exatamente no que diferencia e fazer rir a homens e mulheres, crianças e adultos. (Rabelo, 2012, p. 42)

Em uma das cenas do espetáculo, os três palhaços — sendo eles duas mulheres e um homem — estão em cena lavando e estendendo roupas em um varal. Em um dado momento, Cilibrina (nome de minha palhaça) se dá conta de que tem em suas mãos uma calcinha sua manchada de sangue menstrual. Demonstrando grande constrangimento, tenta esconder a peça de roupa do público, mas já é tarde: todos viram. Esse é um momento de muito burburinho na plateia, formada por estudantes e professoras das escolas. É muito interessante observar como o comportamento das crianças que passaram pela oficina de educação menstrual antes de assistir ao espetáculo é completamente diferente daquelas que ainda não participaram. Geralmente, as que vivenciaram a oficina demonstram carinho por minha palhaça, dizem que não há nada de errado e até mesmo censuram outras crianças que acham nojento ou riem. “Que nojo!” talvez seja a frase mais dita nessa cena.

Ao longo de várias apresentações, tanto eu e os artistas quanto a equipe técnica que acompanha o espetáculo relatamos que — em muitos casos — as expressões de mais choque são dos próprios adultos educadores. Por fim, a cena finaliza com os dois palhaços acolhendo Cilibrina e estendendo a calcinha no varal, tratando a situação com

naturalidade, buscando enfatizar a ideia de que menstruar é algo comum e que não há problema nenhum em ter uma calcinha manchada.



Fotografia 1. Foto do Espetáculo Circo de Umbigo. 2024.

Fonte: Fernanda Xavier.

Conclusão

O projeto Circo de Umbigo mostra como as artes circenses, assim como outras artes, podem ser um caminho de aproximação e sensibilização das pessoas através da ludicidade e humor para abordar temas tabu. Trazer para a cena uma situação tão cotidiana e retirar a menstruação do lugar privado, reconhecendo que ela não se resume a uma experiência pessoal, mas também política, abre espaço para que o tema seja discutido de forma mais ampla.

O processo de realizar educação menstrual em cidades do interior também envolve desafios. Por ser um trabalho social feito majoritariamente por mulheres, ainda se enfrenta dificuldade em consolidar a educação menstrual como uma profissão dignamente remunerada. As leis de incentivo e financiamento público à cultura são, portanto, uma possibilidade sólida para ampliar e tornar sustentáveis essas ações, garantindo que todas as trabalhadoras e trabalhadores envolvidos nesses projetos sejam devidamente

remunerados. Reforçando que projetos assim contribuem para o desenvolvimento da economia criativa, envolvendo uma cadeia de profissionais que vão desde artistas, produtores culturais e prestadores de serviços terceirizados locais. O projeto Circo de Umbigo e a iniciativa Rubra: Arte e Educação Menstrual são exemplos de como a arte pode ser um veículo poderoso de transformação social e de promoção de direitos fundamentais, como o direito à dignidade menstrual e ao cuidado com o corpo e a saúde.

Referências

Junqueira, Mariana Rabelo. 2012. *Da graça ao riso: contribuições de uma palhaça sobre a palhaçaria feminina*. Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas) – Centro de Letras e Artes da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Lecoq, Jacques; Carasso, Jean-Gabriel; Lallias, Jean-Claude. 2010. *O corpo poético: uma pedagogia da criação teatral*. Tradução: Cláudia Müller Sachs. São Paulo: Sesc São Paulo / Editora Senac.

Ramírez, Carolina. 2022. *Educação menstrual emancipadora: um conceito e um modelo metodológico para a ação e a transformação*. Disponível em: <https://escueladeeducacionmenstrual.com/educacion-menstrual-emancipadora-un-concepto-y-un-modelo-metodologico-para-la-accion-y-la-transformacion/>. Acesso em: 07 maio 2024.

Saxa, Kali. 2021. *Arte e Estética Menstrual - Além do Sagrado Feminino - Kali Saxa*. Entrevista concedida ao canal do youtube Círculo Místico. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GZE4ewEC6hs&t=162s>. Acesso em: 02/02/2025

Spolin, Viola. 2001. *Improvisação para o teatro*. Tradução e revisão: Ingrid Dormien Koudela & Eduardo José de Almeida Amos. São Paulo: Perspectiva (6. ed.), 384 p.

UNICEF. 2021. *No Brasil, milhões de meninas carecem de infraestrutura e itens básicos para cuidados menstruais*. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/no-brasil-milhoes-de-meninas-carecem-de-infraestrutura-e-itens-basicos-para-cuidados-menstruais#:~:text=Almdeprivaodechuveiros,escolascomobanheirosabonetes>. Acesso em: 18 janeiro 2025.

Xavier, Fernanda. 2024. *Registro do espetáculo “Circo de Umbigo”*. Acervo privado de fotografias - Umbigo de Bruxa.

Recebido em 17 de fevereiro de 2025.

Aceito em 21 de maio de 2025.

Circo de Umbigo: arte e educação menstrual

Resumo

O presente relato descreve experiências com educação menstrual no interior do Rio Grande do Sul através do projeto “Rubra: Arte e Educação Menstrual”, realizados com financiamento de leis de incentivo públicas na área da cultura. Em diálogo com estudos feministas e outras educadoras e ativistas menstruais latinoamericanas, o projeto - que surgiu a partir de uma pesquisa de dissertação do Programa de Pós Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal de Santa Maria - tem como enfoque a arte como ferramenta de transformação social e desde 2018 tem promovido diálogos sobre o tema em diversos espaços, como feiras, ONGs, conferências e festivais. Aqui, mais especificamente, serão abordadas ações do projeto “Circo de Umbigo”, através do qual têm sido desenvolvidas oficinas de bambolê e educação menstrual para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, bem como formações para educadores, além de apresentações artísticas que abordam o tema de forma lúdica.

Palavras-chave: Educação Menstrual; Arte Menstrual; Feminismo; Artes Circenses.

Circo de Umbigo: Art and Menstrual Education

Abstract

This report describes experiences with menstrual education in small cities of Rio Grande do Sul through the project “Rubra: Art and Menstrual Education,” carried out with funding from public incentive laws in the cultural sector. In dialogue with feminist studies and other Latin American menstrual educators and activists, the project—originating from a dissertation research in the Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Santa Maria—focuses on art as a tool for social transformation. Since 2018, it has promoted dialogues on the subject in various spaces such as fairs, NGOs, conferences, and festivals. Specifically, this report will focus on actions from the “Circo de Umbigo” project, through which hooping and menstrual education workshops have been developed for children and adolescents in situations of social vulnerability, as well as training for educators, in addition to artistic performances that approach the topic in a playful manner.

Keywords: Menstrual Educacion; Menstrual Art; Feminism; Circus Arts.

Outras menstruações possíveis: retomadas entre sangue e corpo-território

Eloyza Tolentino Soares

Doutoranda em Antropologia Social/Universidade Federal do Rio Grande do Norte

<https://orcid.org/0000-0001-5721-5414>

eloyza.tolentino@gmail.com

Introdução

Pensar o corpo como ferramenta crucial para qualquer movimento em nossas vidas é o ponto de partida que orienta as reflexões desta pesquisa. Ao reconhecermos a corporeidade que nos move, nos afetamos também por todos os fluidos e agenciamentos que nos atravessam. Fluxos e fluidos nos moldam e são moldados cotidianamente, sendo enfatizados a partir de suas construções históricas e culturais. Desde o nascimento, nos ensinam sobre as várias formas que devemos lidar com os diferentes tipos de secreções que saem do nosso corpo. O manejo corporal acontece por meio de processos de contenção, higienização ou mascaramento de odores com o uso de perfumes, cremes, papel higiênico, absorventes descartáveis e mais uma infinidade de produtos que fazem parte da indústria de “cuidados” que, não raramente, atua como dispositivo de controle. É nesse contexto que me volto à menstruação e à educação menstrual, reconhecendo nelas agências transgressoras que nutrem as ciências como material de análise social e que carregam potências transformadoras em contextos políticos, sociais e culturais.

A menstruação destaca-se entre os fluidos corporais por possuir especificidades que a tornam alvo de inúmeras restrições e controles. Tais restrições vão desde os tabus até os processos de higienização impostos aos corpos que menstruam, muitas vezes desmerecendo as subjetividades que os envolvem (Seraguza, 2017). Quero aqui frisar que quando menciono restrições, controles e tabus, não estou, necessariamente, enfatizando uma ótica ocidentalizada e higienizada da menstruação ou dessas categorias. Em cada contexto sociocultural, as intervenções menstruais seguem lógicas próprias, de acordo com os costumes daquela sociedade. Em alguns contextos, as pessoas que menstruam

enfrentam períodos de reclusão, restrições alimentares ou limitações em certas atividades cotidianas que seriam realizadas normalmente fora do período menstrual. Além disso, é importante considerar que o cuidado com quem menstrua pode envolver toda a dinâmica de convívio de uma comunidade (Seraguza, 2017; Primo dos Santos Soares, 2019). Em outros contextos, rituais específicos podem ser realizados, servindo como um guia de cuidado das energias que envolvem aquele período, durante o qual a pessoa que menstrua pode também ser colocada em um lugar de exercício de agência para as funções comunitárias, tendo em vista que, de acordo com essas interpretações, carregaria consigo poderes de cura (Somé, 2007).

Para além dessas perspectivas, é possível observar a influência de uma medicina ocidental e eurocentrada que, historicamente, não apenas invisibilizou a menstruação, mas também a tratou como um problema que precisaria ser controlado. As dinâmicas de controle corporal se deram, por um lado, por meio da medicalização e supressão do ciclo menstrual — por considerar que esse era um sangue inútil à reprodução (Manica, 2009) —; por outro lado, pela tentativa de regular os corpos que menstruam, construindo uma ciência baseada em verdades inquestionáveis sobre como a corporeidade deveria ser construída e normatizada seguindo objetivos reprodutivos (Rohden, 2001).

De acordo com a pesquisa realizada por Emily Martin (2006), o período menstrual poderia ser considerado como uma falha no processo reprodutivo, tendo em vista que o sangramento mensal indica que a gravidez não ocorreu. Logo, o corpo que menstrua, e que se espera que engravide, falhou em sua tentativa. A autora também chama atenção para a ideia de inutilidade associada ao fim da idade reprodutiva, quando a pessoa se encaminha para a menopausa. Mais uma vez, recai sobre esse corpo a marca da falha e da não serventia social, já que o que se espera dele é a gravidez.

Avançando nos estudos sobre menstruação, encontramos pesquisas com novas perspectivas, que compreendem o sangue menstrual como um elemento dotado de potências simbólicas e materiais. Em algumas literaturas, inclusive, ele é considerado relevante para o desenvolvimento de pesquisas científicas realizadas em laboratórios (Manica, Goldenberg & Asensi, 2018). Ao mesmo tempo, observa-se o surgimento de formas mais sutis e sofisticadas de controle sobre os corpos que menstruam, dessa vez bem mais elaborado e maquiado por tecnologias digitais e estratégias capitalistas — como é o caso da atuação dos chamados “*MenstruApps*”¹ (Paletta, 2019).

1 *MenstruApps* são aplicativos de monitoramento do ciclo menstrual, frequentemente utilizados para que as pessoas possam acompanhar mensalmente, através do calendário, as fases que são marcadas como principais: ovulação e menstruação. Além disso, a pessoa pode elencar os sentimentos que fazem parte daquele período, se tomou algum remédio, se está fazendo exercício físico, se transou com ou sem preservativos etc.

Podemos notar um crescimento das pesquisas sobre menstruação no Brasil, impulsionado pelo engajamento que vem ocorrendo em ambientes universitários. Destaca-se, por exemplo, a organização de grupos de trabalho (GTs)² em instituições localizadas no Centro-Oeste e Sudeste do país, com predominância de apresentação de trabalhos de pessoas também oriundas dessas regiões. Contamos também com a publicação do dossiê “Corpo e Menstruação na Amazônia Indígena³”, que reúne contribuições elaboradas a partir de perspectivas situadas na região Norte. Em 2025, o GT “Antropologia da menstruação — feminismos, corporalidades e tecnologias”, integrante da XV Reunião de Antropologia do Mercosul, realizada na capital baiana, no Nordeste brasileiro, conta majoritariamente com apresentações de trabalhos advindos da região Sul, Sudeste e Centro-Oeste, há apenas duas pessoas vinculadas a universidades nordestinas, além de duas representantes de instituições da França e do Peru.

Sobre ativismo menstrual em territórios nordestinos, eu e Naedja Vieira⁴ nos situamos a partir da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), localizada em Mossoró/RN, para a fabricação de outras realidades menstruais. Atuamos desde as margens, com o objetivo de apresentar nossas pesquisas durante o *Seminário de Políticas Públicas para o Semiárido*, realizado pelo Núcleo de Políticas Públicas do curso de Ciências Sociais da universidade.

Em Mossoró, pautamos o diálogo a partir de alguns movimentos relacionados ao ativismo menstrual que trouxeram visibilidade ao tema, mas que acabaram não sendo efetivados, permanecendo apenas no papel devido à falta de engajamento da câmara legislativa municipal. Nesse percurso, participamos do evento em dois momentos. No primeiro, Naedja Vieira construiu uma oficina utilizando metodologias ativas com o intuito de mostrar como a menstruação é um tema necessário a ser debatido em contexto escolar. Durante a oficina, as participantes compartilharam incômodos relacionados à temática menstrual, elencando situações e questões vivenciadas a partir de relações familiares; o grupo compreendeu a importância de refletir sobre o que a menstruação pode significar

2 A Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia ocorreu em 2021, durante a pandemia da covid-19, contando com um Seminário chamado “Sangue, Técnica e Multiplicidade: vazantes de menstruações diversas”, organizado por Daniela Manica, da Universidade Estadual de Campinas, e por Luísa Elvira Belaunde, da Universidade Nacional Maior de São Marcos (Lima, Peru). O evento foi organizado num formato *online*. Já a Reunião de Antropologia do Mercosul, ocorreu presencialmente, em 2023, na Universidade Federal Fluminense, contado com o grupo de trabalho denominado “Antropologia da menstruação — feminismos, corporalidades e tecnologias”, sob coordenação de Anna Paula Vencato da Universidade Federal de Minas Gerais, e Larissa Pelúcio, da Universidade Estadual Paulista.

3 Para saber mais sobre o dossiê, acesse <https://www.scielo.br/j/ref/a/bg7c9m5cYm8RKRYtHLYjddS/> acesso em 04/07/2025.

4 Doutoranda no programa de pós-graduação em Ciências Sociais — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp.

em nossas vidas e de que forma ela pode modular as percepções das outras pessoas que estão ao nosso redor.

No segundo momento, estive presente em uma mesa que tinha como eixo central a discussão de políticas públicas para o semiárido, pensando em articulações a partir de Mossoró. Elaborei uma abordagem geral sobre as discussões que estão sendo levantadas em torno da menstruação a nível tanto global quanto local. Para localizar a temática, eu trouxe questões relacionadas ao início dos ativismos menstruais nos Estados Unidos, a partir do panorama traçado por Chris Bobel (2010) e Emily Martin (2006), e realizei um afunilamento até chegar às discussões atuais acerca de debates menstruais no Brasil. Recorri ao referencial base que venho utilizando nas pesquisas (Belaunde, 2006; Manica, 2009; Moraes, 2021; Paletta, 2019; Primo dos Santos Soares, 2019; Costa, 2024; Sardenberg, 1994; Wons, 2019) para que as pessoas pudessem compreender as múltiplas formas como a menstruação vem ocupando espaços institucionais e não institucionais. Em seguida, contornei os aspectos que dizem respeito ao ativismo menstrual e de que modo essa articulação tem influenciado a construção de políticas públicas.

Quando finalizei a exposição, recebi perguntas que deram início a um debate. Uma das questões trazidas dizia respeito ao ensino da educação menstrual nas escolas. A dúvida de um dos professores presentes era se a atribuição de ministrar o conteúdo relacionado à menstruação nas escolas seria de professores e professoras do ensino básico. Essa questão surgiu porque durante a minha fala, mencionei a importância da inserção desse debate na esfera pública, a começar pelo ensino básico, conforme propõem as educadoras menstruais com quem dialogo em minhas pesquisas.

Entre as categorias que se intersectaram com os debates realizados durante o evento (e com as pautas contemporâneas em torno da menstruação), destaca-se a da educação menstrual. Trata-se de um termo em disputas nos diversos espaços em que a menstruação vem sendo tematizada, em parte por surgir como resposta à demanda por maior conscientização sobre o corpo e sobre a menstruação. Ao mesmo tempo, grandes empresas da indústria de cuidados pessoais — como as fabricantes de absorventes e produtos correlatos — têm se apropriado desse debate, muitas vezes como estratégia de *marketing* voltada à ampliação de seus mercados consumidores. Embora esteja em evidência e seja uma pauta emergente nos debates atuais sobre a menstruação, essa discussão não é nova e nem recente, como já apontava Chris Bobel (2010) ao tratar do conceito de letramento corporal.

As perspectivas sobre o ensino da educação menstrual são diversas, partindo, em muitos casos, de iniciativas privadas nas quais as futuras educadoras precisam arcar com

os custos dos cursos para ter acesso ao conteúdo. Tais conteúdos costumam abordar temas relacionados à dignidade e saúde menstrual; aspectos biológicos; relações familiares e escolares; direitos sexuais e reprodutivos, entre outros. A depender do contexto em que está inserida, a categoria “educação menstrual” também tem sido mobilizada sob uma lógica de mercado, já que objetiva formar pessoas qualificadas para ensinar sobre o tema. Assim, o termo surge também como um nicho mercadológico de atuação. Nesse sentido, o termo se consolida como um nicho de atuação profissional. No entanto, ao pensarmos na educação menstrual sob a ótica da privatização, acabamos excluindo pessoas interessadas em participar desse processo de ensino-aprendizagem, mas não dispõem de recursos financeiros para isso.

Diante das incitações desenvolvidas durante o debate, mencionei que a intenção é que possamos pensar em uma política pública para as menstruações e entender de que forma o assunto pode ser ampliado e inserido nas salas de aula de escolas. As proposições mencionadas pelas colaboradoras de uma pesquisa mais ampla que venho desenvolvendo, envolvem diversas dimensões, que vão desde palestras até oficinas com o uso de jogos lúdicos para facilitar o envolvimento e engajamento com o tema. A análise dos dados, realizada a partir de relatórios, leis, cartilhas e outras iniciativas, aponta para a importância de desenvolver ações pedagógicas que incluam a educação menstrual nos debates desde o ensino básico. É fundamental reconhecer que, ao pensar num ensino que contemple essa temática — seja dentro ou fora da escola —, é necessário considerar diferentes marcadores sociais. Gênero, raça, contextos socioeconômicos, deficiências e condições do espectro autista, entre outros aspectos, moldam os modos de vida e influenciam diretamente como cada pessoa vivencia a menstruação. Ao considerar as cosmopercepções que envolvem a menstruação, podemos compreender que não existe um manual único que possa ser elaborado para dar conta de todas as realidades menstruais.

No diálogo que venho construindo com educadoras menstruais e pessoas que trabalham com a menstruação⁵, pude perceber que existe um movimento autônomo, que parte de diversas frentes, para o ensino da educação menstrual no Brasil. Além disso, o movimento digital que discute a menstruação também aborda temas relevantes, objetivando além de divulgar conhecimentos e ampliar a consciência crítica acerca da temática, promover seus próprios trabalhos com terapia menstrual, educação menstrual ou venda de produtos.

5 Durante a realização da pesquisa para desenvolvimento de minha tese de doutorado, foi possível perceber que nem todas as entrevistadas se consideram educadoras menstruais. Assim, ainda que esse diálogo com a menstruação possa ser visto como um letramento ou educação menstrual, algumas pessoas se consideram terapeutas ou ativistas, entre outras categorias que fazem parte desse nicho de atuação.

Em consonância com discussões brasileiras sobre a menstruação, meu trabalho busca fomentar o debate partindo de uma perspectiva multissituada (Marcus, 1995). Assim, não me detenho na observação realizada em um lugar específico, mas trilho um caminho entre documentos, pessoas e teorias sobre o corpo e a educação, seguindo um trajeto pelo qual transitam observações e outras comunicações construídas a partir dos ambientes digitais (Hine, 2020). Desse modo, apoio-me também na noção de multiplicidade proposta por Annemarie Mol (2002) para compreender a menstruação não como um evento corporal único, marcado por leituras biologizantes ocidentalizadas, mas como uma experiência plural, tendo em vista que carrega consigo saberes e significados outros, que podem ser acionados por cosmopercepções próprias de distintos povos e territórios no Brasil.

Sendo assim, apresento a seguir as análises iniciais de uma pesquisa mais ampla, que busca mapear como educadoras e pessoas engajadas com a temática da menstruação no Brasil estão construindo proposições para abordar o tema. Para orientar a leitura, destaco que o artigo está dividido em três partes. A primeira, intitulada “Tessituras sanguíneas”, reúne discussões teóricas que fundamentam um olhar para o corpo e para a menstruação a partir de outras óticas, valorizando saberes historicamente subalternizados e dialogando com movimentos sociais, teorias e análises que envolvem o tema da educação menstrual. Em seguida, na seção “Modos de seguir o sangue”, apresento o processo de emergência da educação menstrual, a partir da observação em ambientes digitais e da análise de documentos relacionados ao processo de formulação e implementação da Lei nº 14.214/2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. Por fim, na seção “Fluindo em ações”, apresento iniciativas e materiais que sinalizam possibilidade de diálogo com a educação menstrual.

Desse modo, este artigo visa discutir os rumos que a menstruação tem tomado diante da emergência da educação menstrual, buscando compreender as influências da Lei nº 14.214/2021 e a instituição do programa. Para as análises, utilizarei os diálogos construídos entre os documentos produzidos acerca da educação menstruação, como é o caso das cartilhas “Oxe, me respeite! Nas Escolas” (Bahia, cf. Secretaria Estadual de Políticas Públicas para Mulheres, 2023) e do Programa Dignidade e Saúde em Ciclo (Minas Gerais, cf. Secretaria de Estado de Educação, 2023).

Tessituras sanguíneas

Ao colocarmos gotas de sangue menstrual em um copo com água, é possível perceber que essa matéria, aparentemente uniforme, esvai-se formando inúmeros fios, como se, por si só, ganhasse vida e construísse seus próprios movimentos a partir de uma trama sanguínea. A tessitura desenhada pelo sangue ao encontrar a água parece se expandir em caminhos que se multiplicam por onde passam. Trago esse exercício prático imagético para que possamos pensar o corpo e o sangue menstrual como territórios de transgressão em retomada.

Baseio-me em bell hooks (2013) para repensar formas e outras possibilidades que questionem o modelo de ensino tradicional ocidental imposto à menstruação — um modelo que a associa à dor, à precariedade, à pobreza e à escassez. Ao nos reconhecermos em narrativas teóricas que abordam a menstruação, podemos compreender a sua existência de outras maneiras e, a partir daí, imaginar outros mundos onde ela não seja invisibilizada. Em subjetividades e corporeidade marcadas por gênero, raça e classe, a autora comenta:

Cheguei à teoria porque estava machucada — a dor dentro de mim era tão intensa que eu não conseguia continuar vivendo. Cheguei à teoria desesperada, querendo compreender — aprender o que estava acontecendo ao redor e dentro de mim. Mais importante, queria fazer a dor ir embora. Vi na teoria, na época, um local de cura (hooks, 2013, p. 83).

Em “Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade”, bell hooks (2013) constrói uma narrativa que se une à sua trajetória, mostrando como a educação possui um potencial transformador na vida das pessoas. Na citação acima, a autora pontua o seu encontro com teorias, a partir da literatura, como espaço de cura para as diversas indagações e aflições que vivia ao não conseguir se encaixar em determinadas normas do seu meio familiar.

Ainda criança, bell hooks já tencionava aspectos da sua criação, embora enfrentasse dificuldades para ter suas demandas ouvidas, devido às condições sociais de seu contexto familiar. Suas formulações podem ser associadas à educação menstrual, pensada como prática que transgride e questiona normas, gerando pensamento e ações críticas sobre a temática. A autora propõe uma infinidade de reflexões sobre as teorias e as práticas. Para hooks (2013, p. 97) a teoria surge do cotidiano, dos testemunhos vivenciados diariamente, em assuntos que podem construir a base para uma teoria feminista libertadora.

As reflexões acerca de uma teoria crítica da menstruação não podem ser desvinculadas de ações que envolvam o diálogo com as comunidades. Quando falo em comunidades, faço referência ao universo acadêmico, à população subalternizada, às escolas, aos postos de saúde etc. Para isso, é necessário compreender os contextos menstruais a partir de múltiplas perspectivas, articulando pesquisas comprometidas com o envolvimento social e com a partilha como ferramenta central para a elaboração de movimentos de retomada do corpo. Trata-se de observar o corpo a partir de suas demandas e localizações sociais, considerando seus territórios de origem. É importante ressaltar que, apesar do crescente interesse acadêmico pela menstruação, a produção nesse campo ainda se concentra nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Além disso, os trabalhos têm sido produzidos majoritariamente por mulheres brancas e cisgênero. Esse mesmo padrão se repete entre as pessoas que atuam como formadoras ou ministram cursos sobre educação menstrual no Brasil. Destaco aqui os trabalhos de Hannah de Vasconcellos (2024), mulher negra que elaborou sua tese pensando no sagrado feminino e numa série de problematizações raciais que o envolvem; e Za Chacon Saggioro (2024), que desenvolveu sua dissertação sobre Educação Menstrual Popular e LGBTQIAPN+.

Desse modo, pensando em educação menstrual, é possível refletir sobre a sala de aula — mas não só — como local de partilhas e envolvimento corpóreos. Essas partilhas precisam dar conta dos vários marcadores existentes no Brasil, partindo das especificações de cada contexto social. No entanto, seguindo hooks (2013), notamos que, ao entrarmos nas escolas de ensino básico, o corpo é relegado a um plano de silenciamentos, como se as capacidades intelectuais de aprendizagem não habitassem também essa materialidade que nos faz caminhar, interagir e refletir criticamente. Assim, “chamar a atenção para o corpo é trair o legado de repressão e negação que nos foi transmitido pelos professores que nos antecederam, em geral brancos e do sexo masculino” (hooks, 2013, p. 253).

Para articular os ensinamentos que envolvem o corpo a partir de uma pedagogia crítica e engajada, hooks (2013) propõe que nos voltemos ao lugar que Eros e o erotismo ocupam em sala de aula. Nessa perspectiva, o erotismo não se restringe a questões sexuais, mas diz respeito às formas como nos relacionamos e empreendemos os nossos modos de ser e estar no mundo. A sala de aula, nesse contexto, torna-se um espaço de pulsão de vida,

Visto que a pedagogia crítica procura transformar a consciência, proporcionar aos alunos modos de saber que lhes permitam conhecer-se melhor e viver mais plenamente no mundo, em certa medida ela tem de se basear na presença do erótico em sala de aula para auxiliar o processo de aprendizado (hooks, 2013, p. 257).

Assim, compreender a educação como um ato dotado de potência erótica e utilizar a sala de aula como espaço de expansão do ensino menstrual como movimento vital, nos aproxima do que Audre Lorde (2009)⁶ propõe: a experiência de estarmos inteiras e realizadas em nosso fazer. Olhar com mais atenção para um corpo que menstrua, é reconhecê-lo para além de dores, doenças e pobreza — é enxergá-lo também como dotado de sentidos outros, que escapam daqueles que são fabricados pelas indústrias farmacêuticas e de cuidados corporais, bem como pela lógica cisheteronormativa que insiste em enquadrá-lo a partir de uma perspectiva generificada e biológica.

Lorde (2009) faz referência à categoria “mulheres”, e reafirmo a importância de seu uso em todos os espaços. No entanto, ao falarmos sobre menstruações, é fundamental compreender sua multiplicidade, que inclui também homens trans e pessoas não binárias. É preciso relembrar, como aponta Oyèrónké Oyěwùmí (2020), que o gênero é uma construção que não atravessa todas as sociedades. Fortaleço, assim, esse argumento ao seguir os caminhos da menstruação e compreender o sangue menstrual como uma materialidade complexa — um artefato relacional, comportamental, biológico, subjetivo, espiritual e psicológico, entre outras dimensões que emergem a depender do contexto.

Nesse sentido, utilizo-me das proposições de Audre Lorde (2009) para pensar que devemos retomar o corpo que menstrua como um território que deve ser nutrido pelas energias vitais que ampliam nossos modos de viver: partindo da oralidade, das percepções das sensações, da ludicidade. Resgatar, a partir do corpo, os sentidos que foram depreciados e despossuídos — significados a partir das colonialidades do gênero e do saber (Lugones, 2020) — oferece à educação menstrual um modo de refletir sobre um ato erótico, insubmisso e revolucionário. Essa perspectiva se alinha ao pensamento de Lorde quando ela afirma que:

O erótico, para mim, acontece de muitas maneiras, e a primeira é fornecendo o poder que vem de compartilhar intensamente qualquer busca com outra pessoa. A partilha do gozo, seja ele físico, emocional, psíquico ou intelectual, monta uma ponte entre quem compartilha, e essa ponte pode ser a base para a compreensão daquilo que não se compartilha, enquanto, e diminuir o medo de suas diferenças (Lorde, 2009, p. 12).

Seguindo essa perspectiva, a partilha dos saberes que envolvem as menstruações impulsiona a criação de caminhos que favoreçam um olhar mais atento aos processos corporais. Para isso, é necessário observá-los também a partir de fatores sociais, garantindo que nada seja reduzido a uma leitura puramente biológica.

6 As datas e numerações de páginas aqui inseridas correspondem ao texto que foi traduzido para o português em 2009.

Para Lorena Cabnal (2010), existe uma perspectiva importante que nasce entre os feminismos comunitários — tomando, como exemplo, as mulheres Xinkas — que consiste em pensar o corpo como primeiro território a ser ocupado e defendido. Esse ato, de acordo com a autora (2010, p. 22), faz parte de uma política emancipatória que defende a importância de refletir sobre as práticas feministas onde “o pessoal é político” e “o que não se nomeia, não existe”. Assim,

Asumir la corporalidad individual como territorio propio e irrepetible, permite ir fortaleciendo el sentido de afirmación de su existencia de ser y estar en el mundo. Por lo tanto emerge la autoconciencia, que va dando cuenta de cómo ha vivido este cuerpo en su historia personal, particular y temporal, las diferentes manifestaciones y expresiones de los patriarcados y todas las opresiones derivadas de ellos.

Recuperar el cuerpo para defenderlo del embate histórico estructural que atenta contra él, se vuelve una lucha cotidiana e indispensable, porque el territorio cuerpo, ha sido milenariamente un territorio en disputa por los patriarcados, para asegurar su sostenibilidad desde y sobre el cuerpo de las mujeres (Cabnal, 2010, p. 22).

Cabnal (2010) endossa a reflexão do corpo-território como um conceito indissociável, pois não há como falar de corpo sem falar de território e vice-versa. Contudo, quando pensamos nos processos de defesa e de retomada daquilo que foi historicamente subjugado pela colonização, a reflexão proposta pela autora sobre corpo como primeiro território que habitamos nos remete à depreciação da menstruação na história da ginecologia (Rohden, 2001).

Nesta pesquisa, podemos pensar sobre territórios que atravessamos diariamente e que também são perpassados pela menstruação: salas de aula, ruas e comunidades digitais. Todos esses locais servem como espaços de reflexão para pensar o corpo a partir de uma perspectiva crítica, sabendo que “o que não se nomeia, não existe”. Silenciar a menstruação é recusar sua presença e negar o conhecimento desse processo, o que pode acarretar uma série de implicações, perpetuando desconforto, vergonha, tabu, dores etc.

Assim, considero o sangue menstrual como mobilizador central, dotado de agência. Ao pensarmos na materialidade fluida e vermelha do sangue, podemos notar que, mesmo com o uso de itens de controle e retenção — como absorventes, coletores e afins — a menstruação simplesmente flui. Muitas vezes, ela acontece, sem que a possamos gerir ou controlar. Por isso a importância de considerarmos as suas particularidades e multiplicidades, compreendendo de forma contextualizada como podemos construir outros caminhos e diálogos para aprendermos a nos envolver com o seu movimento.

Modos de seguir o sangue

Com base nos ensinamentos de bell hooks (2013), Audre Lorde (2009) e Lorena Cabnal (2010), enxergo a menstruação como uma potência transgressora e insubmissa, observando-a a partir de um saber teórico-metodológico que impulsiona e motiva a percorrer diversos saberes, pois, em vez de pobre e precarizada, ela pode (e deve) ser enxergada como múltipla (Mol, 2002).

Ainda em 2012, ao iniciar os caminhos de pesquisa que desenvolvo sobre menstruações, embarquei nas navegações digitais e aportei em comunidades do *Facebook* que discutiam assuntos diversos relacionados a menstruação: sangue, magia, rituais, espiritualidade, saúde e nutrição. Anos depois, em 2021, durante a elaboração do projeto de pesquisa do meu doutorado, enxerguei na etnografia em ambientes digitais um modo de pesquisar menstruação para além do formato presencial. Destaco a relevância de observar que quem faz uso de tecnologias digitais são indivíduos corporificados (Hine, 2020), dotados de desejos e emoções e que realizam ações e atuações políticas. Logo, a internet passa a ser um local passível de análises antropológicas que fortalecem o debate acerca da menstruação e onde é possível observar esse sangue fluindo por vários caminhos.

A internet e as trilhas pelas quais as redes sociais digitais vão se construindo, revelam nuances que merecem atenção. Quando opto por seguir a menstruação em circuitos online, especialmente pelo *Instagram*, percebo como essa plataforma tem se tornado um espaço de interações políticas e ativistas polêmicas em que um único clique pode provocar debates que antes eram invisibilizados. A menstruação já vinha ganhando espaço a partir de movimentações ocorridas em meios virtuais, sobretudo a partir da exposição do sangue menstrual em imagens e fotografias que o representavam em uma perspectiva política, artística, mágica e simbólica. No entanto, é possível perceber que, a partir da publicação do Relatório sobre a Pobreza Menstrual (Unicef; UNFPA, 2021), o debate causa uma comoção nacional, que atinge diversas esferas públicas. Diante disso, também me aproprio da etnografia de documentos para perceber como os contextos sociais que estão relacionados à menstruação, desde a divulgação desse relatório — que é percebido aqui como um documento — até a criação e aplicação de leis, se embasam em categorias específicas para a formulação de políticas públicas. Assim, é possível observar que

O recente e vigoroso interesse antropológico pelos documentos burocráticos iluminou de modo incontornável o fato de que etnografias em arquivos, sobre arquivos e que tomam papéis e tipos variados de acervos e fontes escritas como artefatos etnográficos não são trabalhos destoantes na área, embora muitas vezes sejam assim apresentados. Além disso,

considerando sua contribuição para o referido campo da antropologia do Estado, esse movimento também revelou que, em determinados contextos de pesquisa, analisar documentos e práticas de escrita burocrática são tarefas imprescindíveis (Ferreira, 2022, p.165–166).

Examinar a fabricação de documentos, sejam eles oficiais ou não, tornou-se um campo fértil para compreender as possibilidades de narrativas que podem ser produzidas sobre a menstruação. Quando Letícia Ferreira (2022) menciona uma etnografia em arquivos, pensamos logo em papéis que podem ser encontrados em espaços físicos, marcados por fronteiras burocráticas e geográficas. No entanto, as reflexões e ideias produzidas nesta pesquisa surgem mediadas pelo ambiente virtual, a partir de redes sociais, *sites*, *links*, arquivos em PDF etc, todos hospedados em plataformas digitais. Não obstante, apesar desses materiais estarem disponíveis na internet, com uma suposta facilidade de acesso, foi necessário criar estratégias de como percorrer esses caminhos digitais, compreender como chegar aos documentos envoltos por maior burocracia. Para isso, segui os ensinamentos de Bruna Potech (2018), objetivando entender a elaboração da Lei nº 14.214/2021.

Durante a análise de dados, percebi que há uma série de documentos oficiais e não oficiais atrelados à menstruação. Apesar de não me aprofundar nessa perspectiva neste momento, considero importante destacar que minha opção por seguir agências sobre a menstruação formuladas por pessoas autônomas, foi provocada por ideias geradas a partir do contato com burocracias estatais, especificamente da construção da Lei nº 14.214/2021. Nesse processo, de forma direta ou indireta — muitas vezes imperceptível para grande parte das pessoas — o discurso que orienta o que deve ser feito e quais devem ser as prioridades em torno da menstruação, se baseia em narrativas muitas vezes construídas a partir das colonialidades do saber (Lugones, 2020). Essas narrativas definem as formas de “cuidado” e “proteção” atreladas a um corpo historicamente marcado por raça, classe, território e gênero.

Se antes a menstruação era marcada por invisibilidade e tabus, com a publicação de cartilhas educativas, relatórios e, especialmente, com a elaboração de uma lei voltada à proteção e promoção da saúde menstrual, o tema passa a transitar em mídias televisivas, redes sociais como o *Instagram*, além do *YouTube* e outras plataformas digitais. No entanto, é importante observar que esse processo de institucionalização da menstruação se constrói a partir de uma ótica centrada no empobrecimento e na precariedade, frequentemente sustentada por análises superficiais que desmerecem a complexidade histórica das narrativas científicas sobre o sangue menstrual. Ao acompanhar o processo de formulação da Lei, identifiquei momentos específicos em que termos como “pobreza”,

“precariedade” e “dignidade menstrual” foram mobilizados com diferentes intensidades e sentidos. Eles flutuaram, tomando outras proporções que pareciam ter como objetivo reorganizar a narrativa construída em torno da menstruação, tornando-a mais inclusiva, porém acabaram contribuindo para a reafirmação de discursos problemáticos atrelados às questões de gênero e territórios.

As movimentações imagéticas construídas no *Instagram* com textos curtos ou longos, fotografias, montagens, publicização de pautas políticas, interações por meio de comentários, *stories* e outras construções audiovisuais da menstruação, promoveram o debate a partir de óticas diversas, nem sempre trazendo as problematizações necessárias sobre categorias importantes que envolvem questões de corpo, raça, gênero e sexualidade. Todavia, esse local tornou-se um campo frutífero para pensar os diferentes modos como a menstruação tem sido construída e, além disso, é um espaço para refletir sobre as críticas possíveis e para fortalecer o debate na área. Assim, tenho acompanhado a ascensão do debate menstrual nas plataformas digitais que ocorrem em picos específicos, quando alguma publicação causa controvérsias e/ou comoção sobre o tema.

Durante a pandemia da covid-19, a temática da menstruação experimentou um pico de audiência, virou a “pauta do momento”. As postagens traziam à tona, inicialmente, um debate sobre a “pobreza menstrual”, categoria difundida a partir da publicação do Relatório sobre Pobreza Menstrual (2021). A partir daí, as discussões giraram em torno de uma pauta principal: a doação de absorventes para pessoas vulnerabilizadas. Enquanto as discussões sobre menstruação ganhavam ritmo e constância no *Instagram*, com postagens diárias, comentários e compartilhamentos alguns conteúdos provocavam sentimentos depreciativos quanto ao tema. O objetivo aparente era escancarar uma realidade até então invisibilizada, que se detinha ao ambiente privado: a precarização da menstruação diante da falta de acesso a produtos de higiene. Imagens circulavam, relacionando o sangue menstrual a miolo de pão, jornais e outros materiais improvisados, que serviam como absorventes. Por um bom período significativo, a menstruação tornou-se a pauta da moda. Lives eram feitas diariamente e *links* para as chamadas “vaquinhas”, campanhas virtuais de arrecadação, buscavam apoio financeiro para compra de absorventes.

Nesse período, começaram a surgir no Brasil inúmeros projetos de lei, tanto em âmbito municipal quanto estadual que propunham, em sua maioria, a distribuição gratuita de absorventes. Embora apresentassem variações pontuais, esses projetos seguiam uma lógica semelhante, ancorada principalmente no Relatório da Pobreza Menstrual (2021), como o foco na higienização da menstruação. Trata-se de um movimento que, além de político e legislativo, levanta questões que podem (e devem) ser analisadas por uma perspectiva antropológica (Santos & Manica, 2023).

Apesar de não ser o foco deste artigo, considero importante ponderar sobre como os conceitos de pobreza e dignidade são construídos a partir de questões territoriais e contextos culturais. É o caso, por exemplo, dos estados das regiões Norte e Nordeste, frequentemente lidos e representados como pobres, escassos e carentes de recursos materiais ou intelectuais para lidar com a menstruação. Essa perspectiva, no entanto, desconsidera as reinvenções, estratégias e formas de agência construídas por populações historicamente subalternizadas, racializadas e atravessadas por diversas colonialidades. Assim, ao discutir a necessidade do fornecimento de absorventes, é fundamental reconhecer também que cada corpo-território está enraizado em regionalidades e especificidades que não podem ser ignoradas no momento da elaboração de políticas públicas.

O acesso aos dados aqui apresentados se deu por meio de redes de contatos estabelecidas em formato tanto virtual quanto presencial, a partir de observações realizadas no *Instagram* e no *Facebook*, assim como durante conversas formais e informais. Num primeiro momento, não planejei realizar pesquisa de campo presencial para verificar diretamente como as ações são executadas, por quem e de que forma impactam a comunidade em geral. Essa decisão considerou tanto a disponibilidade de tempo quanto de recursos financeiros para a realização da pesquisa. Nesse sentido, optei por conduzir um mapeamento virtual das ações em curso, o que permite uma visão mais ampla dos caminhos percorridos pela menstruação desde que a pauta passou a ocupar espaço recorrente nos debates políticos.

Fluindo em ações

Os diálogos que apresento a seguir buscam analisar e problematizar a Lei nº 14.214/2021 — que instituiu o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual — bem como as campanhas educativas e cartilhas sobre educação menstrual produzidas no âmbito dessa política. A construção da lei envolveu a atuação de múltiplas agências, incluindo organizações nacionais e internacionais, ativistas das pautas menstruais, além de parlamentares e outros agentes responsáveis pela fabricação e execução das leis.

O artigo 4º da Lei nº 14.214/2021 e os parágrafos que o seguem, funcionou como um disparador para os caminhos investigativos adotados nesta pesquisa. O texto legal estabelece que áreas como saúde, assistência social, segurança pública e educação devem estar envolvidas na implementação da Lei. Menciona ainda que “o poder público” será responsável por realizar campanhas educativas e que os gestores da área da educação têm autorização para utilizar recursos orçamentários com vistas ao cumprimento dos objetivos previstos.

Em alguns trechos do documento que embasa o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual (2023), há um breve lapso em relação à educação menstrual, que é mencionada como viabilizada por campanhas promovidas por agentes de saúde. No entanto, o texto não detalha de que forma essas campanhas serão efetivamente realizadas.

A partir da etnografia dos ambientes digitais e dos documentos que acessei, e depois de analisar cuidadosamente alguns sites ligados ao governo, compreendi que existe a construção de campanhas⁷ que objetivam gerar uma consciência — nada crítica — acerca da menstruação. Uma das campanhas que analisei foi publicada pelo Ministério da Saúde em 2023; é uma campanha de orientação que mobiliza um saber biológico acerca da menstruação:

O Ministério da Saúde lança, nesta segunda-feira (23), uma série de publicações sobre os cuidados necessários durante a menstruação: o especial “Saúde Menstrual”. Para isso, foram reunidas informações a respeito do tema e listados alguns sintomas que podem indicar a necessidade de um acompanhamento médico mais específico. Na primeira abordagem, entenda as diferenças entre ciclo e fluxo menstrual.

O ciclo menstrual ocorre em mulheres em idade fértil e corresponde ao período em que ocorrem alterações fisiológicas no útero para a liberação do óvulo, que pode ser fecundado mediante relação sexual ou técnicas reprodutivas. A duração regular do ciclo tem, em média, 28 dias, embora, intervalos entre 25 e 35 dias também possam ser considerados normais. Porém, quando os períodos são menores que 25 ou maiores que 35 dias, geralmente, é sinal de que a mulher não está ovulando, e um médico deve ser consultado (Ministério da Saúde, 2023, n.p.)

O título da notícia que divulga a série de publicações, “Série orienta mulheres sobre cuidados durante a menstruação”, já apresenta generificação, pois exclui todas as pessoas que menstruam, mas não se identificam como mulheres. Além disso, a menstruação é abordada apenas por seu viés reprodutivo. A campanha tem alguma validade ao oferecer informações que abordam a menstruação em uma perspectiva biológica (ainda que genérica), mas ignora questões fundamentais levantadas pelo ativismo menstrual quando abordamos questões de gênero. Soma-se a isso o fato de que as campanhas informativas são veiculadas majoritariamente em mídias que exigem certo letramento digital, o que restringe o acesso de parte significativa da população brasileira. Muitas pessoas não possuem acesso à internet e, se possuem, nem sempre encontram os caminhos necessários para chegar aos sites oficiais do governo e às informações de uma campanha como essa. No meu caso, por ser pesquisadora da área e empreender etnografias em ambientes digitais,

7 Para saber mais sobre a série, acesse <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/serie-orienta-mulheres-sobre-cuidados-durante-a-menstruacao>. Acesso em: 07/07/2025.

acabei me emaranhado nos inúmeros *links* e *sites* relacionados às publicações do governo. Dessa forma, pude constatar que as campanhas, de fato, estão sendo realizadas, ainda que de forma dispersa ou pouco acessível. No entanto, se o objetivo é promover o letramento menstrual sob uma perspectiva social, avalio que, talvez, ele não esteja efetivamente se concretizando.

Há outros pressupostos presentes no texto da campanha que merecem ser questionados e problematizados. Por exemplo, ele parte da ideia de que todas as mulheres menstruam, sem considerar que nem todas as pessoas que se reconhecem como mulheres vivenciam a menstruação. Por outro lado, pessoas trans ou não binárias também podem menstruar, fato que também é deixado de lado pela reportagem. A ausência dessas menções fortalece uma perspectiva biologizante e arraigada da menstruação. Com isso, não desconsidero a importância da biologia, mas pontuo que a construção das narrativas em torno da menstruação deve considerar uma crítica epistêmica, que leve em conta abordagens geopolíticas e marcadores como gênero.

Apesar das limitações observadas nas campanhas nacionais, é possível identificar iniciativas locais que buscam ampliar o alcance e a abordagem das ações voltadas à saúde menstrual. Entre as iniciativas públicas que contemplam a esfera do ensino básico, podemos citar o exemplo do Governo do Estado da Bahia, que buscou, além da distribuição de absorventes, abordar a temática da educação menstrual nas escolas. Segundo a reportagem publicada pela secretaria de comunicação social no site do Governo da Bahia ⁸:

O programa Dignidade Menstrual, do Governo da Bahia, atenderá, ao longo deste ano, mais de 225 mil pessoas que menstruam e estão regularmente matriculadas na rede estadual de ensino. A iniciativa oferta, mensalmente, um pacote com dez unidades de absorventes descartáveis para estudantes que se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza, na faixa etária de 11 a 45 anos. Além disso, promove ações pedagógicas no sentido de orientar sobre a prevenção de doenças e o combate aos estigmas que envolvem esta condição que ocorre com metade da população do planeta.

Esta é uma política pública que está sustentada não apenas na distribuição, mas segundo a diretora da unidade escolar, Adriana Oliveira, diversas ações de promoção da saúde e prevenção de doenças também têm acontecido, inclusive, sobre a saúde menstrual. “Temos trabalhado esta temática com nossos alunos, desmistificando tabus e resistências. Com a distribuição dos absorventes, oferecemos dignidade de verdade às nossas alunas”, disse Adriana, completando que existe uma bancada nos sanitários femininos do colégio, onde também são disponibilizados

8 Para ver mais, acesse: <https://www.comunicacao.ba.gov.br/2024/06/noticias/mais-de-225-mil-pessoas-sao-beneficiadas-com-o-programa-dignidade-menstrual-nas-escolas-estaduais/>. 07/07/2025

absorventes. no tripé conhecimento, cuidado e empatia, conforme explica a secretária da Educação do Estado, Rowenna Brito (Secretaria de Comunicação Social, 2024, n.p.).

Observamos que a publicação, feita em 3 de junho de 2024, traz avanços em relação à implementação de práticas e ações pedagógicas voltadas para a menstruação nas escolas. Devido à natureza virtual do mapeamento que tenho realizado, enfrento algumas limitações, como a dificuldade de estar presente em campo para verificar como a educação menstrual está, efetivamente, sendo transmitida e trabalhada nas escolas em diferentes territórios no Brasil. Apesar da reportagem indicar que existe uma cartilha com informações educacionais a respeito do assunto, não foi possível encontrá-la no formato digital.

Ao acessar o site do Governo da Bahia, na seção da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, busquei o termo “menstrual” para filtrar quais foram as ações mais recentes realizadas sobre o assunto. Foi possível constatar que existe uma série de eventos voltados para questões de gênero, violências e desigualdades que contemplam projetos relacionados à menstruação, como é o caso do “Oxe, me respeite! Nas Escolas”⁹:

O projeto Oxe, me respeite na escola, promovido pela SPM, em parceria com a Secretaria da Educação (SEC), a Universidade Federal da Bahia (Ufba) e do Fundo de População das Nações Unidas 3 (Unfpa), tem como objetivo conscientizar estudantes e educadores sobre direitos sexuais e reprodutivos, além de fomentar um ambiente escolar mais inclusivo e respeitoso. Durante o evento, o projeto realiza ações de sensibilização, distribuição de materiais informativos e exposição de artes visuais.

A chefe de gabinete da SPM, Neia Bastos, destacou a importância da participação no encontro estudantil para ampliar o alcance das ações do projeto. “A SPM debateu durante todo o ano o projeto Oxe, me respeite nas escolas com estudantes, discutindo padrões normativos de gênero e incentivando a construção de uma nova cultura na escola, e buscando a equidade de gênero. Este evento é uma oportunidade de fortalecer o debate e promover um ambiente escolar inclusivo para meninas e meninos”, afirmou (Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, 2024).

O projeto “Oxe, me respeite! Nas Escolas”¹⁰ conta com um folheto informativo contendo os temas considerados essenciais para fomentar a discussão durante a sua implementação; também conta com um guia para que tutores possam levar temáticas

9 Para ver mais, acesse: <https://www.ba.gov.br/mulheres/noticias/2024-12/7302/projeto-oxe-me-respeite-nas-escolas-promove-reflexoes-sobre-genero-e>. Acesso em 07/07/2025

10 Para ver mais, acesse: <https://www.ba.gov.br/mulheres/7050/dignidade-menstrual>. Acesso em 07/07/2025

como violências de gênero e masculinidades, sexualidade, desigualdades, direitos sexuais e reprodutivos para serem discutidas com adolescentes. Os objetivos propostos são os seguintes:

Instrumentalizar os estudantes sobre saúde menstrual, direitos sexuais e reprodutivos nas unidades escolares da rede estadual;

- Mostrar a importância da saúde menstrual, da adoção dos hábitos e cuidados pessoais;
- Realizar reflexões sobre qualidade de vida.
- Desenvolver a autoestima, o autocuidado, a empatia de forma a oportunizar modificações comportamentais de forma a promover a construção de uma nova percepção da vida;
- Promover a quebra de paradigmas sobre menstruação;
- Fortalecer um sistema educacional inclusivo;
- Fomentar a educação entre pares na perspectiva do jovem educa jovem e do diálogo intergeracional visando a disseminação e enraizamento dos conteúdos;
- Promover discussões sobre a temática nas unidades escolares. Para concretização dos objetivos, os conteúdos serão trabalhados a partir dos aspectos biológicos/fisiológicos, sociais/comportamentais, visando o conhecimento, a empatia e a dignidade (Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, sem data).

Percorrer ambientes digitais para mapear ações relacionadas à educação menstrual tem sido importante para perceber quais conteúdos estão sendo considerados na formulação desses saberes. No documento citado anteriormente, é possível perceber que a menstruação deixa de ser tratada apenas sob uma ótica biologizante e passa a incorporar outros saberes, com abordagens que envolvem também questões sociais e comportamentais. Ao falarmos sobre menstruação, não é possível dissociá-la de discussões sobre direitos sexuais e reprodutivos, tampouco desvinculá-la dos marcadores sociais da diferença, como gênero, raça, classe e território. A iniciativa documentada na internet aponta que existem ações acontecendo na Bahia; no entanto, para avaliarmos a sua efetividade, é importante observar como as ações acontecem na prática e se há, de fato, a permanência desse conteúdo nos currículos e no cotidiano das escolas.

Durante as entrevistas realizadas, uma das colaboradoras do trabalho de mapeamento que desenvolvo mencionou a existência de uma cartilha implementada pelo Governo Estadual de Minas Gerais. A cartilha visava desenvolver ações relacionadas ao tema propondo um formato de trabalho que fosse realizado em perspectivas transversais

na sala de aula; já a função ficaria a cargo da prática docente. De acordo com os dados da cartilha¹¹:

O PDSC segue as diretrizes constantes da Resolução SEE nº 4.826, de 09 de março de 2023, que traz como objetivos:

I — promover ações educativas, realizando o diálogo sobre dignidade e pobreza menstrual, buscando desmistificar os tabus socialmente construídos em torno do tema;

II — promover o debate sobre a dignidade e pobreza menstrual, orientando às estudantes quanto ao direito e acesso ao absorvente higiênico e ao não afastamento das aulas e atividades por motivo da menstruação;

III — promover ações educativas para prevenção de doenças;

IV — apoiar a diminuição da infrequência escolar;

V — fornecer o absorvente higiênico às estudantes que necessitarem, disponibilizando-o em local que não gere constrangimento e bullying;

VI — orientar aos estudantes quanto ao uso e descarte correto dos absorventes higiênicos.

O Programa Dignidade e Saúde em Ciclo (PDSC) fundamenta-se em uma cartilha que possui orientações que direcionam as ações. O documento menciona que a pessoa responsável pela gestão da escola é parte essencial na implementação do programa, tendo a função de divulgar e garantir o seu cumprimento. Além disso, conta também com especialista da educação básica para a propagação de materiais que possam orientar professores, construindo diálogos e promovendo articulação entre o PDSC e outras temáticas do programa escolar. No entanto, é importante que esse programa seja discutido de forma transversal ao currículo. Assim, a cartilha apresenta um quadro, exemplificando como os Temas Contemporâneos Transversais podem ser trabalhados em sala de aula. Entre as proposições, estão as temáticas que se relacionam com saúde, economia, meio ambiente, ciência e tecnologia e multiculturalismo.

As iniciativas citadas merecem atenção do Governo Federal, para que ações semelhantes possam ser ampliadas e adaptadas para todos os estados e municípios. Tais propostas podem ser incorporadas ao currículo escolar ou desenvolvidas como campanhas de conscientização sobre corpo, menstruação, direitos sexuais e direitos reprodutivos. Nesse sentido, vale mencionar outras duas propostas que foram encontradas no *site* da Agência do Governo quando busquei pela palavra “menstrual”, com o intuito de verificar

11 Para ver mais, acesse: educacao.mg.gov.br/wp-content/uploads/2023/05/Documento-Orientador-Dignidade-e-saude-em-ciclo.pdf. Acesso em 07/07/2025

se havia campanhas educativas relacionadas ao tema. Entre os 58 itens listados — em sua maioria voltados à distribuição de absorventes — os primeiros resultados destacados pela etiqueta “relevância” traziam duas iniciativas: uma cartilha¹² para pessoas com e sem deficiência e o jogo “ciclo do poder”¹³ relacionado ao ciclo menstrual.

A notícia que apresenta a cartilha refere-se a ela como um “guia para cuidado menstrual de pessoas com e sem deficiência”, e é parte de uma parceria entre Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), Ministério da Saúde e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Assim,

O documento reconhece que vários corpos experienciam a menstruação, a exemplo de meninas, mulheres, homens trans e pessoas de gênero não binário. O conteúdo da cartilha foi desenvolvido a partir das referências listadas, de debates e consulta à sociedade civil organizada pela emancipação das pessoas com deficiência no Brasil.

São quatorze páginas explicando de forma educativa como funciona todo o processo do ciclo menstrual e como ele está ligado à saúde e ao bem-estar físico e mental. Apresenta informações sobre as características, os sintomas e também como se cuidar durante o ciclo. Ensina o que evitar para não ter problemas de saúde, passar por constrangimentos, situações de vulnerabilidade e como adquirir absorventes junto às equipes de saúde da família (Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, 2023).

As proposições apresentadas na cartilha ultrapassam uma linguagem generificada, como a que foi utilizada durante a elaboração da Lei nº 14.214/2021. Além disso, o material incorpora reflexões sobre corporeidades que, até então, não haviam sido contempladas na construção narrativa das políticas públicas analisadas. Pensar em pessoas que menstruam para além da cisnormatividade é essencial para promover uma compreensão mais ampla e emancipatória das menstruações, considerando os múltiplos aspectos que envolvem a corporeidade. Isso inclui desde o modo como o ciclo ovulatório-menstrual é experienciado por diferentes corpos até a crítica sobre a forma como os absorventes são produzidos, frequentemente a partir de uma lógica normativa, que desconsidera outras realidades e necessidades.

Já o jogo “ciclo do poder”, elaborado por especialistas do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz) em associação com a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) e a Universidade Federal Fluminense (UFF), faz parte de uma ação lúdica

12 Para ver a notícia e acessar a cartilha: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202309/guia-para-cuidado-menstrual-de-pessoas-com-e-sem-deficiencia-esta-disponivel-a-populacao>. Acesso em 07/07/2025

13 Para ver mais sobre o jogo, acesse: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202501/ciclo-do-poder-conquista-premio-de-jogo-indie-brasileiro-de-2024>. Acesso em: 07/07/2025

e educativa que aborda questões relacionadas à pessoa que menstrua, como pode ser observado na reportagem a seguir:

Por meio de um design envolvente de jogo de tabuleiro e de mecânicas que incentivam a reflexão, o ‘Ciclo do Poder’ tem como objetivo ajudar uma pessoa que menstrua, chamada Cris, a passar pelo seu primeiro ciclo menstrual, elucidando o máximo de questões possíveis sobre o processo, desde implicações sociais e culturais até questões envolvendo a saúde e o bem-estar mental.

Os participantes são convidados a entrar em uma jornada onde cada decisão pode ter um impacto significativo na experiência do jogo. Os jogadores precisam lidar com questões importantes, como o acesso a produtos menstruais, a educação sobre saúde menstrual e as relações sociais que afetam a forma como a menstruação é vista na sociedade (Agência Gov, via Fiocruz, 2025).

A utilização de jogos em sala de aula ou em outros momentos de interação — voltados tanto para o ensino básico quanto para ações lúdicas que envolvam crianças e adolescentes —, configura-se como uma estratégia interessante para a inserção da discussão sobre menstruação sob uma perspectiva libertadora e emancipatória. No entanto, é importante atentar para o conteúdo dessas ferramentas: verificar se os jogos não reificam questões biologizantes e de gênero, e se são capazes de promover uma reflexão crítica que ultrapasse as abordagens reducionistas sobre pobreza menstrual.

Uma das mulheres com quem conversei, realiza oficinas pagas — em sua maioria virtuais — para meninas¹⁴ e adolescentes, tendo como objetivo trazer informações sobre os processos relacionados à primeira menstruação. Nesse sentido, a sua busca para a formulação e partilha desses saberes acontece a partir da construção de jogos educativos que facilitem a aprendizagem. As entrevistadas trabalham com a menstruação em vários aspectos. Algumas promovem, de forma autônoma, oficinas voluntárias em escolas ou comunidades nas periferias de suas cidades ou, a partir do engajamento com organizações não governamentais, participam de editais de fomento e conseguem financiamento para colocar em prática os seus projetos; outras têm realizado atendimentos online, mobilizando saberes da ginecologia natural; além disso, existe também a prática de ministrar cursos para pessoas que menstruam, cobrando um valor para o acesso às aulas.

14 Categoria utilizada pela colaboradora.

Considerações finais

Os percursos trilhados neste levantamento de ações relacionadas à menstruação no Brasil mostram que, desde a publicação do Relatório da Pobreza Menstruação (2021), diversos movimentos — coletivos e individuais — estão se construindo e colocando em prática o que se prevê em suas discussões como educação menstrual. O que se tem observado é que os itinerários menstruais são percorridos, independentemente do fato das iniciativas partirem ou não do poder público. Por um lado, isso evidencia a incipiência das políticas públicas em atender às demandas complexas que envolvem as menstruações e suas imbricações. Por outro, revela a força de mobilizações autônomas e plurais, como aponta Aguilar Ferro (2022, p. 17): “Los feminismos menstruantes tienen semillas plurales, germinan con las primeras gotas de sangre menstrual y florecen en calles, barrios, comunidades, escuelas, historias, congresos, cuerpos y vivencias”.

Apartir das análises que estou construindo para as problematizações sistematizadas no processo de minha pesquisa doutoral, pude notar que existe, por parte das educadoras e ativistas menstruais, a intenção de realizar parcerias com setores públicos para inserir a educação menstrual nas escolas. No entanto, essa proposta enfrenta obstáculos desde a formulação da Lei nº 14.214/2021, que não priorizou a dimensão educativa da pauta, concentrando-se na distribuição de absorventes, com a justificativa da promoção da dignidade e saúde menstrual para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Essa ênfase reducionista, embora importante, desconsidera que, muito antes da tramitação da Lei, já existem ativismos menstruais em curso — articulados em diversas frentes políticas, artísticas, científicas e educacionais — num processo imbricado que envolve desconstrução e construção de saberes. São práticas e teorias elaboradas por pessoas que menstruam e compreendem a importância de pensar e falar sobre o tema.

Tal como sangue menstrual, os assuntos que o envolvem possuem agência e se multiplicam entre redes, fluxos e fluidos, criando e recriando estratégias, financiadas ou voluntárias, para a propagação desses saberes. A maioria das entrevistadas demonstra forte engajamento político na construção de projetos em suas cidades e busca ativamente estabelecer parcerias com escolas para oferecer suas propostas educativas. No entanto, enfrentam resistências na recepção das propostas, muitas vezes justificadas pela ausência de financiamento. Assim, é possível perceber que a educação menstrual emerge como uma metodologia marginal de ensino, capaz de evocar uma retomada do sentir-pensar historicamente negado. Tal retomada confronta os vieses colonialistas que medicalizam, higienizam e doutrina os corpos que menstruam, alicerçados em concepções eurocentradas e patriarcais da menstruação.

Referências

Aguilar Ferro, Andrea. I. (2022). *(Contra) narrativas menstruales desde Abya Yala*: Tejido diverso convocado por Andrea Aguilar Ferro (Spanish Edition) (pp. 18–19). Edição do Kindle.

Belaunde, Luisa. E. (2006). A força dos pensamentos, o fedor do sangue. Hematologia e gênero na Amazônia. *Revista de Antropologia, USP*, 49(1), 1–34.

Bobel, Chris. (2010). *New blood*: Third-wave feminism and the politics of menstruation. Rutgers University Press.

Brasil, Presidência da República. (2021, outubro 6). *Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021*. Secretaria-Geral. Brasília, DF. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14214.htm

Cabnal, Lorena. (2010). Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: *Feminismos diversos*: El feminismo comunitario (pp. 11–25). Madrid: Acsur Las Segovias.

Saggiaro, Za. C. (2024). *Bases para uma educação menstrual popular e LGBTQIAPN+* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação).

Costa, Clarissa. (2024). *Manchando: (o que) fazer (com) a menstruação — Estratégias e experimentos para vazar questões feministas através das tecnociências* (Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas).

Ferreira, Letícia. (2022). Encontros etnográficos com documentos burocráticos: Estratégias analíticas da pesquisa antropológica com papéis oficiais. *Etnografías Contemporáneas*, 8(15). Disponível em: <https://revistasacademicas.unsam.edu.ar/index.php/etnocontemp/article/view/1220>. Acesso em: 24/07/25

Hine, Christine. (2020). A internet 3E: Uma internet incorporada, corporificada e cotidiana. *Cadernos de Campo* (São Paulo - 1991), 29(2), e181370. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/181370>. Acesso em: 24/07/25

hooks, bell. (2013). *Ensinando a transgredir*: A educação como prática da liberdade (M. B. Cipolla, Trad.). São Paulo: Editora WMD Martins Fontes.

Lorde, Audre. (2009). Os usos do erótico: O erótico como poder. In: *Textos escolhidos de Audre Lorde* (T. N. dos Santos, Trad.). Disponível em: <https://apoiamutua.milharal.org/files/2014/01/AUDRE-LORDE-leitura.pdf>. Acesso em: 24/07/25

Lugones, María. (2020). Colonialidade e gênero. In: Heloísa. B. de Hollanda (Org.), *Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais* (pp. 87–102). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Manica, Daniela. T. (2009). *Contracepção, natureza e cultura: Embates e sentidos na etnografia de uma trajetória* (Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas). 319 f.

Manica, Daniela. T., Goldenberg, R. C. dos S., & Asensi, K. D. (2018). CeSaM, as Células do Sangue Menstrual: Gênero, tecnociência e terapia celular. *Interseções: Revista De Estudos Interdisciplinares*, 20(1). <https://doi.org/10.12957/irei.2018.35862> Acesso em: 24/07/25

Marcus, George. (1995). Ethnography in/of the world system: The emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, 24, 95–117.

Martin, Emily. (2006). *A mulher no corpo: Uma análise cultural da reprodução* (S. B. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Editora Garamond.

Mol, Annemarie. (2002). *The body multiple: Ontology in medical practice*. Duke University Press.

Morais, Janaína. de A. (2021). *Portal Vermelho: Uma etnografia sobre corpo, gênero, sangue, emoções e experiência* (Tese de doutorado). Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas.

Oyéwùmí, Oyèrónkẹ. (2020). Conceituando o gênero: Os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: Heloísa. B. de Hollanda (Org.), *Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais* (pp. 103–119). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Paletta, Gabriela. C. (2019). *Menstruapps na era farmacopornográfica: Aplicativos de monitoramento de ciclo menstrual e interseções entre corpos, máquinas e tecnopolíticas de gênero* (Dissertação de Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Potechí, Bruna. (2018). *Fazer mulher, fazer lei: Uma etnografia da produção de leis no Congresso Nacional Brasileiro* (Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social).

Primo dos Santos Soares, Ana. M. (2019). Sangue menstrual na sociedade Karipuna do Amapá. *Amazônica: Revista de Antropologia*, 11(2), 414–433.

Rohden, Fabíola. (2001). A ginecologia: Uma ciência da mulher e da diferença. In: *Uma ciência da diferença: Sexo e gênero na medicina da mulher* (2ª ed., pp. 49–108). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Santos, Michelle. P. dos; Manica, Daniela. T. (2023). Pobreza menstrual no Brasil: Levantamento das leis aprovadas e em tramitação. *Anais da Reunião de Antropologia do Mercosul*, XIV Reunião de Antropologia do Mercosul.

Sardenberg, Cecília. M. B. (1994). De sangrias, tabus e poderes: A menstruação numa perspectiva sócio-antropológica. *Revista Estudos Feministas*, 2, 33–50.

Secretaria de Estado de Educação. (2023, maio). *Programa Saúde em Ciclo*. Minas Gerais. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/wp-content/uploads/2023/05/Documento-Orientador-Dignidade-e-saude-em-ciclo.pdf>. Acesso em: 24/07/24

Secretaria Estadual de Políticas Públicas para Mulheres. (2023). *Oxe, me respeite! Nas Escolas: Guia para tutores*. UNFPA, NEIM, UFBA. Bahia. Disponível em: https://www.ba.gov.br/mulheres/sites/site-spm/files/2024-05/Revista%20-%20Oxe%2C%20Me%20Respeite%20-%20Nas%20Escolas%20_compressed.pdf. Acesso em: 24/07/25

Seraguza, Lauriene. (2017). Do fluxo do sangue aos cortes da vida em reserva: sangue, ritual e intervenção entre as mulheres Kaiowa e Guaraní em MS. *Tellus*, 17(33), p. 139–162. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/tellus.v17i33.444> Acesso em: 24/07/25

Somé, Sobonfu. (2007). *O Espírito da Intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar*. São Paulo: Odysseus.

Unicef & UNFPA. (2021). *Pobreza menstrual no Brasil: Desigualdade e violações de direitos*. Disponível em: https://dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_mai2021.pdf. Acesso em: 24/07/25

Vasconcellos, Hannah. L. A. de. (2024). *Mercado da cura: As dinâmicas raciais do cuidado ou o encontro entre mulheres negras e o sagrado feminino* (Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social).

Wons, Letícia. (2019). *Introduzindo o primeiro produto menstrual que não absorve nada: Coletores menstruais e transformações nas ordens prático-simbólicas da menstruação* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – PPGNEIM).

Recebido em 04 de março de 2025.

Aceito em 16 de junho de 2025.

Outras menstruações possíveis: retomadas entre sangue e corpo-território

Resumo

No Brasil, a Lei nº 14.214/2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, movimentou o país durante o seu processo de elaboração, gerando controvérsias e ampliando a visibilidade da menstruação em ambientes digitais. Iniciativas autônomas passaram a ser construídas por pessoas que se movimentam através da menstruação, seja em meios digitais ou presenciais, buscando disseminar o assunto a partir de uma abordagem que envolve ensinamentos, abordando temáticas desde o tabu menstrual e questões ginecológicas até direitos sexuais e reprodutivos. A partir de observações em documentos digitais imbricados com a menstruação, busco compreender os caminhos e as reinvenções que a educação menstrual tem percorrido no Brasil. Diante dos documentos analisados, foi possível perceber que a educação menstrual ainda é incipiente no Brasil, necessitando de um olhar crítico para que possa ser efetivada através de políticas públicas que considerem a multiplicidade das pessoas que menstruam.

Palavras-chave: Educação Menstrual; Corpo-Território; Antropologia Digital.

Other possible menstruations: resumptions between blood and body-territory

Abstract

In Brazil, Law No. 14.214/2021, which established the Program for the Protection and Promotion of Menstrual Health, stirred national debate during its drafting process, generating controversies and increasing the visibility of menstruation in digital environments. Autonomous initiatives began to emerge, led by individuals engaged with menstruation, whether in digital or in-person spaces, seeking to disseminate the topic through an educational approach that addresses issues ranging from menstrual taboos and gynecological concerns to sexual and reproductive rights. Based on observations of digital documents intertwined with menstruation, this study seeks to understand the paths and reinventions that menstrual education has taken in Brazil. The documents analyzed reveal that menstrual education remains incipient in the country, requiring a critical perspective so it can be effectively implemented through public policies that recognize the multiplicity of people who menstruate.

Keywords: Menstrual Education; Body-Territory; Digital Anthropology.

Dignidade menstrual na formação docente: cartografias de experiências no Brasil e no México

Caroline Luiza Willig

Doutoranda em Processos e Manifestações Culturais/Universidade Feevale

<https://orcid.org/0000-0002-6133-4835>

carol.willig@gmail.com

Saraí Patrícia Schmidt

Doutora em Educação/Universidade Federal do Rio Grande do Sul

<https://orcid.org/0000-0001-8795-3100>

saraischmidt@feevale.br

Ruth Belinda Bustos Córdova

Doutora em Educação/Universidade Autónoma do Estado de Morelos

<https://orcid.org/0000-0002-2047-177X>

ruthbustos7@gmail.com

Introdução

Esta investigação integra meu processo de doutoramento e é escrita em primeira pessoa, na condição de primeira autora, sob orientação das segunda e terceira autoras. Abordo experiências distintas de pesquisas-intervenções em dignidade menstrual e formação docente, ocorridas entre 2022 e 2024, nos territórios do Brasil e do México. Fazendo uso da cartografia (Deleuze & Guattari, 2006) como método de pesquisa-intervenção, estes escritos rememoram e refletem vivências para as quais dedico, literalmente, meu sangue.

Desde 2019, investigo a temática e levo a discussão para o território escolar e/ou formação docente por meio de atividades formativas distintas. Se tratando de memórias, as experiências são apresentadas em ordem cronológica, com espaço para reflexões e conexões entre uma vivência e outra.

Em 2022, realizei a segunda edição do minicurso dirigido a toda rede municipal de docentes de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, mediante o acordo de Educação Antidiscriminatória, firmado entre a Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo e a Universidade Feevale, por meio do Grupo Criança na Mídia – Núcleo de Pesquisa em Comunicação, Educação e Cultura. Essa foi a primeira das experiências aqui cartografada, sob orientação da professora doutora Saraí Patrícia Schmidt.

Em 2024, fui selecionada para o Programa de Doutorado-Sanduiche no Exterior (PDSE) da CAPES, para realizar uma instância de investigação doutoral na Universidad Pedagógica Nacional (UPN), unidade 171, localizada na cidade de Cuernavaca, no estado de Morelos, México. Este período me permitiu levar a temática da dignidade menstrual para dentro da sala de aula de uma universidade pública a partir da fala *Necesitamos platicar acerca de la dignidad menstrual*, voltada exclusivamente para a formação docente, e discutir com educadoras/es em formação de maneira interseccional.

Também em 2024, tive um projeto cultural aprovado no meu município-natal, Três Coroas, Rio Grande do Sul, por meio da Lei Paulo Gustavo (LPG), política pública de reparação para a classe cultural afetada pela pandemia do Covid-19. O projeto consistiu na realização de um curso intitulado *Precisamos falar sobre dignidade menstrual* voltado para a população trêscoense.

A experiência de sentipensar as três atividades formativas e depois vivenciá-las junto às pessoas participantes deságua em uma complexidade de territórios, experiências e imaginários que ganham caminhos outros diante dos colonialismos patriarcais que os atravessam. Por isso, optamos por apresentar uma cartografia conjunta, já que os caminhos percorridos são distintos, mas o sangue que escorre por eles segue sendo a dignidade menstrual.

Caminhos teóricos e metodológicos

A experiência de sentipensar as três atividades formativas para tempos, espaços e públicos distintos implicou estratégias situadas e propostas de tessituras coletivas para a dignidade menstrual. Neste espaço, se apresentam os caminhos teóricos e metodológicos percorridos no sentipensar das formações docentes em dignidade menstrual, influenciando nas opções de ferramentas, conteúdos, metodologias e recursos acionados em cada formação.

As três atividades formativas estão situadas em territórios latino-americanos, terras também conhecidas como Abya Yala, terra em florescimento, ou América Ladina, como referência a intelectual brasileira Lélia Gonzalez (2020). Brasil e México são dois

territórios amplos e complexos, com suas similaridades, discrepâncias e caminhos que se entrecruzam. Embora os países não façam fronteira territorial, habitam entrelugares atravessados por opressões colonialistas e luta por emancipação do “sangue latino que corre por nossas veias e também por entre as pernas cujos úteros pulsam vida a cada ciclo e jorram a visceralidade da existência diante da necessidade higienista, eurocêntrica e americanizada ofertada em massa pela mídia”, conforme escrevi em meu Diário de Momentos.

Como objetivo geral, a investigação propôs a cartografia de cada um dos percursos formativos, desde o sentipensar de cada atividade até a apresentação de memórias das experiências, captadas por meio de questionários, imagens, fotografias, depoimentos, vivências e reflexões do Diário de Momentos (Hess, 2006). Estas vivências mapeadas servem para a reflexão sobre a dignidade menstrual de forma interseccional, entrelaçando saberes das culturas brasileira e mexicana de maneira emancipatória. A proposta das formações foi enfocada em permitir espaços de diálogo e criticidade, desconstruindo coletivamente as colonialidades, apontando para a complexificação das discussões sobre dignidade menstrual nos territórios escolares, culturais e na mídia, com a compreensão das existências das cosmopercepções plurais e identidades que as impregnam.

Para cada atividade formativa, foi realizado um processo cartográfico e interseccional de pesquisa-intervenção. O trabalho iniciou com o mapeio de políticas públicas, investigações científicas, produtos midiáticos, ações de saúde e educação envolvendo dignidade menstrual em cada território, seguido da organização dos materiais cartografados, elencados como conteúdos para apresentação durante as formações.

A diversidade de marcadores sociais da diferença na sociedade ocidental moderna, situada em cada território e público, foi levada em consideração mediante as opções feitas na etapa de planejamento das formações. Foi observado a utilização dos conteúdos com a intenção de gerar reflexões e diálogos coletivamente, trazendo a oportunidade de reflexionar sobre a menstruação digna com pessoas que partem de seus territórios. Assim, as pessoas participantes podem, com base em seus percursos, lutar pela dignidade menstrual, contribuir com a construção de saberes interseccionais acerca da temática e realizar uma tessitura de práticas nascidas nas comunidades, voltadas para elas mesmas, que se desenvolvem de maneiras distintas mediante as necessidades e experiências de cada território.

A cartografia, opção teórico-metodológica que estrutura estes escritos, traz a compreensão do devir deleuziano e é mimetizada na fluidez da menstruação, desaguando em territórios distintos enquanto fenômeno tanto social quanto fisiológico. Compreendo

o território investigativo como um mapa movente que deságua por territórios distintos, onde as curvas inesperadas da pesquisa me levam, de norte a sul da América Latina.

Neste percurso investigativo, não há quantificação, imparcialidade ou previsibilidade, mas a fluidez do percurso e a confluência de diversas fontes vindas de territórios distintos (Deleuze & Guattari, 2006; Kastrup, 2008; Passos & Barros, 2009). Há uma série de afluentes e percursos que ora se encontram, ora se dividem, e fazem parte das buscas por sentidos. Na investigação cartográfica, há afeto e afetamento mútuo, uma relação simbiótica de investigação-investigadora/s, sujeitos coletivos que se reconhecem integrais ao fazerem uso não apenas da inteligência racional, mas também da inteligência emocional, trazendo para o percurso de planejamento e realização das atividades formativas o sentipensamento (Restrepo, Escobar, 2005).

Foi necessário coraçonar cada uma das formações, compreendendo que, ao tratar da dignidade menstrual, se está falando de direitos humanos. A sensibilidade de entender este acontecimento, além dos saberes e necessidades específicos que o envolvem, é fundamental na abordagem da educação cidadã, como pontua a investigadora mexicana Yurén (2000). Ao discutir a cidadania como respeito mútuo às particularidades e diversidades, a autora, dentro dessa educação cívica, afirma que o autocuidado é fundamental – conceito que Yurén retira de Foucault, voltando-se para forma de os cidadãos procurarem seu próprio bem-estar, mantendo uma relação crítica com seu contexto e a busca por dignificar a vida de todos.

A interseccionalidade, também articulada enquanto teoria e metodologia, se desborda em toda a investigação em complementaridade com a cartografia, permitindo a valorização da diversidade de saberes e desconstrução das colonialidades (Akotirene, 2019; Bilge & Collins, 2021; Crenshaw, 1991; González, 2020; Oyèrónké, 2021; Segato, 2012).

Compreendo que cada território coletivo e sujeito que integra, direta ou indiretamente, as formações, está atravessado por marcadores sociais da diferença que atuam tensionando-se mutuamente, gerando opressões outras e experiências singulares, conectadas por essas violências. As mazelas da falta de dignidade para menstruar são compartilhadas, embora cada menstruante vivencie essa situação de vulnerabilidade de maneira única.

Dignidade menstrual por territórios de Brasil e México

Tanto o Brasil quanto o México aderiram à constituição Universal de Direitos Humanos da ONU e fazem parte da lista de países membros do Conselho de Direitos

Humanos. Ambos têm índices de violação de direitos de menstruantes por situações similares. Em nível mundial, a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) estima que meninas perdem entre 10% e 20% de seus dias escolares porque não têm acesso a produtos de saúde menstrual ou informação, segundo dados de 2004. Surgiram iniciativas públicas e privadas, civis e jurídicas, que denunciam e buscam soluções para essa complexa situação, permeada por desigualdades sociais, tabus e silenciamento.

A dignidade menstrual está estreitamente relacionada com a violação de uma série de direitos por conta da experiência de pobreza menstrual. A situação afeta, principalmente, jovens que carecem de conhecimentos, condições materiais e sociais para vivenciar de maneira saudável seus períodos (Willig; Schmidt, 2024). Isso resulta em absenteísmo escolar, denunciando uma situação complexa que coloca em evidência as correntes colonialistas que operam de maneira patriarcal e capitalista, oprimindo as pessoas que menstruam e empurrando-as ao papel cisheteronormativo determinado para pessoas menstruantes.

Nesse contexto, as atividades formativas, enquanto pesquisas-intervenções voltadas para a educação – como a presente investigação – têm empregado o esforço de aprofundar a discussão e transcender discursos que se enfocam quase exclusivamente em dispositivos tecnológicos de contenção do sangue menstrual, ignorando questões estruturais de sociedades urbanizadas, como a falta de saneamento básico ou de conhecimentos essenciais na grade curricular da educação pública.

Segundo uma pesquisa realizada no México pela Essity, marca de cuidados femininos, e também segundo a UNICEF, 20% das mulheres mexicanas têm faltado à escola por problemas relacionados com a menstruação (2022), percentual similar ao do Brasil, segundo pesquisa da UNICEF/UNFPA (2021), que assinala que 20% das meninas não vão à escola durante seu período menstrual por uma série de questões que perpassam um cerceamento de saberes, bem como uma pauperização da população menstruante.

Em cada território, seguem mapas diferentes em uma busca comum: a dignidade para menstruar. Até 2021, as pessoas que menstruam no México e no Equador pagavam, respectivamente, 16,0% e 12,0% de impostos sobre produtos menstruais. A taxa sobre pessoas menstruantes, em toda a América Latina, reflete uma injustiça que perpassa a estruturação colonial dos estados-nação, alicerçada em essencialismos biologizantes de sexo e raça, tendo como operante o sistema capitalista, segundo Alhelí Calderón-Villarreal (2023), corroborando para a pauperização de menstruantes (Willig, 2024).

Índices de 57 países e territórios e 78 estados (os dos Estados Unidos e do Brasil), analisados desde 2012, apontam que somente 10 países e territórios eliminaram a

tributação sobre produtos menstruais, sendo eles Jamaica, Canadá, São Cristóvão e Névis, Trinidad e Tobago, Guiana, Colômbia, Porto Rico, México, Equador e Barbados. Cerca de 63,2% dos locais seguiam cobrando impostos sobre itens de higiene menstrual em 2022, incluindo o Brasil, que até os dias atuais, mantém a cobrança. A isenção dos impostos caminha a passos lentos, entretanto, reverbera lutas árduas de pessoas engajadas nos movimentos pela dignidade menstrual que desmantelam uma série de estruturas opressoras sobre corpos feminilizados, de maneira interseccional.

O Brasil, em 3 de setembro de 2021, foi sancionada a Lei Federal 14.214, que instituiu o *Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual* e prevê a distribuição de absorventes e outras ações básicas relacionadas à promoção da dignidade menstrual para pessoas em situação de vulnerabilidade social, inscritas no programa, bem como em escolas públicas, pessoas em situação de rua ou em sistema penitenciário.

Assim como a gravidez, menstruação não é uma doença, mas exige cuidados específicos para evitar que se torne uma. Demonizada pela cultura higienista ocidental moderna, a menstruação é uma condição que coloca pessoas em vulnerabilidade diante de um sistema que foi criado para rechaçar e fazer uso de tudo aquilo que é feminino, trazendo leis iguais e não equânimes para pessoas que possuem necessidades diferentes e, portanto, requerem atenção e visibilidade, além de políticas públicas voltadas para a temática que reparem esse histórico lugar de marginalização.

Dentro do território escolar, tanto Brasil quanto México não possuem políticas públicas dirigidas para a educação menstrual, sendo que a temática raramente tem espaço na grade curricular da escola pública além da aula sobre a reprodução humana na disciplina de biologia. Como parte da educação sexual, a educação menstrual é um saber que está sendo resgatado em iniciativas independentes e, aos poucos, ocupando espaço no sistema. As experiências cartografadas neste artigo são um experimento social guiado pela inspiração de diversas iniciativas que atravessaram meu caminho como menstruante e como investigadora. O objetivo foi suscitar debates, intercâmbios de conhecimentos e cocriar espaços de autonomia para o desenvolvimento de saberes e práticas para a dignidade menstrual que respeitem as características de cada território por onde as ações formativas percorreram.

Da mesma forma que o sangue é central para a investigação, a interseccionalidade (Akotirene, 2019; Bilge & Collins, 2021; Crenshaw, 1991) é visceral nesta pesquisa, considerando e evidenciando a ancestralidade acadêmica à qual pertence – do coração das mulheres negras, como bem referencia Akotirene (2019) através de suas experiências de resistência aos colonialismos de sexo, gênero e raça.

O tabu e a feminilização da menstruação são perceptíveis também no silenciamento coletivo a respeito do tema, com a mancha da menstruação enquanto uma mácula naquelas que a possuem; um sangue que escapa e rememora a condição inferior do corpo imperfeito, doente e pecador (Willig, 2021), enunciando os estigmas que reforçam as estruturas patriarcais e que, através do silenciamento, mantém invisíveis e naturalizadas as violências contra menstruantes.

A busca pela dignidade perpassa o reconhecimento da menstruação como um fenômeno integral que não pode ser separado de seus imbricamentos culturais e biológicos, diante de uma sociedade que baseia o ser mulher numa lógica pautada no corpo. Os entrecruzares colonialistas de gênero, raça, classe, território, idade, religião influem diretamente na forma como cada pessoa vai vivenciar a sua menstruação, neste contexto de discursos que evidenciam uma dignidade menstrual universalizante, higienista e guiada pelas pressões neocapitalistas, que transformaram a necessidade de menstruantes em nicho de mercado.

Estratégias para gerar diálogos acerca da dignidade menstrual

A cartografia, os afetos e o coraçonar foram utilizados como estratégias para sensibilizar nas atividades formativas, articuladas para reumanizar o espaço de ensino-aprendizagem. A interseccionalidade vem para complexificar as camadas de opressões e formações identitárias. Estas se apresentam como ferramentas de análise e compreensão da realidade, além de possibilitar que as comunidades teçam com autonomia seus processos históricos no que tange à menstruação.

As atividades formativas que integram a investigação tiveram seus conteúdos adaptados de acordo com o público, fazendo do processo de doutoramento um caminho interseccional e cartográfico, que parte sempre do tempo-espaço que percorro enquanto menstruante e pesquisadora.

O percurso traz também o sentipensar quando propõe a adaptabilidade dos conteúdos para cada realidade, com enfoque emancipatório e gerador de autonomia para a tessitura de suas próprias narrativas e caminhos. A seguir, são apresentadas as atividades formativas:

Formações em dignidade menstrual Brasil e México								
Formação	Período	Quantidade de encontros	Formato	Território	Público	Caráter	Custo	Vínculo
Estigmas do Sangue no Território Escolar	De 19 de julho a 04 de outubro de 2021	4	Virtual por Google Meet	Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil	Docentes, coordenadoras/es, diretoras/es, de escolas de educação infantil e ensino fundamental, séries iniciais e finais da Rede Municipal de Educação de Novo Hamburgo	Institucional e facultativo	Gratuito	Parceria entre a Universidade Feevale, por meio do Criança na Mídia e a Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo
Precisamos falar sobre dignidade menstrual	De 13 a 29 de agosto de 2024	4	Virtual por Google Meet	Três Coroas, Rio Grande do Sul, Brasil	Estudantes e profissionais de saúde, assistência social, educação, arte, cultura, direitos humanos, ativistas e público em geral, com prioridade para a comunidade de Três Coroas	Financiado pelo governo e livre	Gratuito	Realização por meio de recursos financeiros da Lei Paulo Gustavo) edital 01/2024 do Município de Três Coroas
Mapeo del Cuerpo-Territorio Menstruante	22 de agosto de 2024	1	Presencial	Universidad Pedagógica Nacional, unidade 171, Cuernavaca, Morelos, México	Estudantes do sétimo semestre de Pedagogia da Universidad Pedagógica Nacional de Cuernavaca, Un. 171	Institucional e facultativo	Gratuito	Realización por medio de la beca de investigación PDSE financiada por CAPES

Quadro 1. Relação de formações sobre a menstruação.
Fonte: elaboração própria (2025).

Cartografando ações formativas em dignidade menstrual

A primeira formação que constitui o enfoque desta investigação é a segunda edição de um curso previamente realizado junto de docentes da Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfina Diefenthäler, em Novo Hamburgo. Esta experiência integra a dissertação *“Tá de chico?” Estigmas do Sangue na Mídia e na Escola* (Willig, 2021). A nova edição teve seus conteúdos revisados e complexificados pelas análises que emergiram da primeira experiência, e foi disponibilizada com vagas limitadas para toda a rede municipal de ensino de Novo Hamburgo, a partir do Convênio de Educação Antidiscriminatória em 2021. Na figura abaixo, é apresentado o material de divulgação da ação formativa.



Figura 1. Folder de divulgação da formação *Estigmas do Sangue no Território Escolar*.

Fonte: Criança na Mídia (2021).

A formação ocorreu de forma virtual, conforme se observa na figura seguinte, via *Google Meet*, devido ao contexto delicado em que ainda enfrentávamos a pandemia do COVID-19. Por esse motivo, as atividades formativas foram realizadas totalmente online, contando com quatro encontros, durante os quais foram disponibilizados questionários para que as pessoas participantes pudessem contribuir com reflexões suscitadas durante os momentos de reunião online. Os conteúdos abordados foram diversos, todos partindo de análises anteriores dos percursos de mestrado e doutorado, bem como de materiais midiáticos e pesquisas acadêmicas que abordam a temática. Participaram da formação um público majoritariamente feminino e com experiência de mais de dez anos de docência em escola pública, profissionais com experiências e vivências a partilhar sobre o tema, e que optaram por estar presentes para contribuir com a discussão.



Figura 2. Imagem ilustrativa com print de tela da formação *Estigmas do Sangue no Território Escolar*.

Fonte: elaborado pela primeira autora (2021).

Os encontros suscitaram diversas percepções, entre elas a de que a rede municipal de escolas de Novo Hamburgo representa um território complexo, com suas periferias e centros, onde a dominação colonialista e masculina se manifesta de formas distintas e penetra também nos territórios escolares, oprimindo pessoas feminilizadas em diversas fases da vida:

A questão de relacionar a produção (produtividade) em relação à menstruação e à subalternização das meninas e idosas porque perderam sua utilidade produtiva, é uma desumanização. Pensei nos vários níveis que nos constituem como mulheres: menina, moça, senhorita, senhora, todas estas etapas nos remetem a um processo de dominação. Vamos precisar fortalecer e empoderar nossas meninas! (Docente participante da formação, 2021).

Sobretudo durante a adolescência, a menstruação representa um fator extra de vulnerabilização, resultando no absenteísmo escolar, situação em que menstruantes deixam de ir à escola durante o período. Isso ocorre por diversos fatores, e não somente pela ausência de absorvente: “A problemática das faltas das meninas na escola, quando estão menstruadas, passei a observar na nossa escola as ausências. Fiquei muito preocupada”, relatou uma participante.

A realização de ações locais como forma de transformar essa realidade também se mostrou presente nos relatos das docentes participantes, refletindo a autonomia da comunidade em gerir seus processos de emancipação a partir da tomada de consciência, da educação, da fala e da escuta. “Temos várias meninas que não vem à escola quando estão menstruando. Temos várias meninas participando de um grupo de acolhimento, escuta e tivemos relatos de muitos temas que são invisibilizados no contexto”, declarou

uma participante, reverberando a importância de espaços de acolhimento para que os afetamentos diante das opressões patriarcais possam ser expressos, permitindo que as urgências das pessoas vulnerabilizadas sejam narradas.

A violação de direitos básicos de menstruantes também transbordou durante os encontros, em relatos vindos de docentes de escolas distintas, refletindo a precariedade do saneamento básico de algumas regiões de Novo Hamburgo:

As condições de água, luz saneamento básico pautadas pela ONU para menstruar com dignidade me parecem assustadoras pois dialogam com uma realidade no município que é o caso das vivências em espaços de ocupação precária nas periferias da cidade, não regularizados, com acessos informais a água e luz, por exemplo (Docente participante da formação, 2021).

Muitas famílias vivenciam essa situação, conforme destacou uma participante: “Sabemos da falta de acesso e higiene das famílias ao redor da escola. Algumas sem água e/ou banheiro”. Mas também muitas escolas do município: “A falta de papel higiênico, sabão sempre foi uma realidade contundente nas escolas, talvez, esteja hoje minimizada em razão da pandemia”.

Para além da água potável, banheiro, itens de higiene, a falta de um chuveiro quente num estado como o Rio Grande do Sul, onde as temperaturas no inverno são baixíssimas, dificultam um simples banho para ir à escola ou ao trabalho. Em 2024, com as enchentes de maio que inundaram cerca de 95% do território gaúcho, a situação de vulnerabilidade de pessoas menstruantes se desbordou. Em nível mundial, segundo a ONU, as mulheres representam 80% das refugiadas climáticas¹, aquelas que precisaram sair de seus lares por questões ambientais, como as que vivenciamos no Rio Grande do Sul. Eu, na condição de primeira autora, também tive que abandonar meu lar por conta de deslizamentos de terras que afetaram o espaço onde eu morava, na cidade de Três Coroas.

Na condição de refugiada climática, e em meio ao grande rio que se transformou minha terra natal, mergulhei na experiência cartográfica de pesquisadora e vivenciadora da história que dá sentidos ao processo de doutoramento. Eu era uma entre mais de 1 milhão e 400 mil pessoas afetadas pelas enxurradas, abrigada por amigas/os. Entre muitas pessoas desabrigadas, a situação nos espaços de acolhimento também foi complicada para pessoas feminilizadas. Começaram a vazar situações de abusos sexuais e de falta de itens essenciais para a garantia da dignidade menstrual – era a crise climática ampliando

1 Mais informações podem ser encontradas no seguinte link: <https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/segundo-onu-mulheres-representam-80-das-pessoas-forçadas-a-migrarem-por-mudancas-climaticas/>. Acesso em: 13 jan. 2025.

ainda mais as desigualdades sociais. Diversos movimentos surgiram para solucionar as questões e fornecer itens básicos de higiene menstrual, e, de toda forma, foi inevitável escrever em meu Diário de Momentos o quanto me reconhecia dentro da pesquisa, tanto investigada quanto investigadora de minhas próprias percepções.

Em meio às inundações, alcei voo em direção aos caminhos abertos do outro lado do hemisfério, adentrando o território mexicano com a bagagem de experiências para compartilhar. Desembarquei em 16 de maio de 2024 para realizar a instância investigativa PDSE, junto da Universidad Pedagógica Nacional, localizada na cidade de Cuernavaca. À distância e de modo online, mediei mais uma edição do curso, desta vez uma proposta de formação intersetorial. A segunda experiência cartografada, como é ilustrado na figura abaixo, foi o curso *Precisamos Falar sobre Dignidade Menstrual*, com a comunidade de Três Coroas, Rio Grande do Sul, Brasil, minha terra natal. Esta formação também é fruto e consequência das atividades formativas anteriores. Embora não tenha ocorrido por meios acadêmicos, mas sim de uma escolha independente que acabou desaguando na tese, ela faz parte do meu processo enquanto investigadora, sendo meu primeiro projeto cultural aprovado. Oriunda de um projeto selecionado por meio de edital no município de Três Coroas, a formação foi financiada pela Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195/2022), edital 01/2024. Ocorreu de modo online e contou com inscrições gratuitas, vagas limitadas e quatro encontros ao vivo que foram gravados e disponibilizados para todas as pessoas participantes.



Figura 3. Folder de divulgação da formação docente *Precisamos Falar sobre Dignidade Menstrual*.

Fonte: elaborado pela primeira autora (2024).

Foram trabalhados os preconceitos e tabus que cercam a menstruação, culturalmente tecidos ao longo do tempo, como a vergonha, além dos direitos de menstruantes e a forma como a menstruação é abordada na mídia. A percepção da realidade circundante, a partir do diálogo, proporcionou observações acerca da menstruação precoce: “Decidi participar do curso porque sou professora dos anos iniciais e atualmente estou diretora de escola. Observo que cada vez mais, as meninas menstruam antes (do que na minha época) e que algumas sentem vergonha ainda”, destaca uma das participantes do curso” (Participante da formação, 2024).

A menstruação precoce ocorre por uma combinação de fatores, desde a crise climática, o uso de fertilizantes e agrotóxicos que interferem diretamente no sistema sexual reprodutivo, até a alimentação baseada em ultraprocessados, transgênicos e alimentos repletos de hormônios. Isso, combinado com a hiperexposição e hipersexualização das infâncias nas mídias, estimula o adiantamento da puberdade. A dignidade menstrual deveria abranger todas essas questões, muito além das questões materiais e assistencialistas que reduzem a pauta à necessidade de absorventes descartáveis, que, inclusive, contêm químicos que aumentam o fluxo menstrual e prejudicam a saúde do sistema ovulomenstrual.

A diversidade e a interseccionalidade também foram abordadas além das experiências ocidentalizantes. Durante um dos encontros, foi exibida uma produção cinematográfica sul-riograndense voltada para a menstruação nos moldes de um dos povos originários desse território. A etnoficção Mbya Guarani intitulada *Um Tempo Para Mim*, dirigida por Paola Mallmann, trouxe uma relativização do lugar universal imposto à menstruação pelos moldes higienistas, eurocêtricos e americanizados. A produção mostrou outros modos possíveis de vivenciar a menstruação e, conseqüentemente, necessidades diferentes para a garantia da dignidade menstrual.

Participantes trouxeram a percepção de nunca terem refletido sobre a forma como vivenciamos a menstruação na sociedade ocidental moderna, cujo processo histórico é marcado por opressões colonialistas. Ao mesmo tempo, existem narrativas de processos históricos invisibilizadas que seguem resistindo diante da aculturação dos povos originários. Formas de vida que transcendem as percepções biológicas e que perpassam compreensões subjetivas, como o reconhecimento da lua no céu enquanto um espelho que mimetiza as fases do ciclo ovulomenstrual. Ademais, tem-se os saberes passados de geração em geração por meio do diálogo, fazendo das avós as professoras; sábias encarregadas de transmitir, mediante a oralidade, os costumes, ritos, ervas e preparações para que as novas menstruantes da comunidade tenham os conhecimentos necessários para viver com saúde e tranquilidade essa nova fase de suas vidas.

O reconhecimento do diálogo como ferramenta primeira para abordar a dignidade menstrual foi uma pista emergente durante os encontros. As pessoas participantes evidenciaram sua participação na formação para aprofundar conhecimentos e desmistificar o tema:

Acredito ser importante dialogar abertamente e colocar em evidência os temas que envolvem o corpo, as vivências e a saúde das mulheres e demais pessoas menstruantes. *É um assunto tabu, mas é nosso, e precisa de espaço.* Me interessa também apoiar a pesquisa e o trabalho da minha amiga e demais mulheres, além de formar parte de redes que propiciem o pensamento crítico na região. Além disso, vejo nos encontros propostos a possibilidade de conhecer mais e adquirir novas ferramentas a respeito do assunto (Participante da formação, 2024, grifo nosso).

A tessitura de redes de trocas de saberes entre pessoas que vivenciam contextos distintos se mostrou um afetamento muito importante durante os encontros, reforçando a relevância da diversidade de olhares como sendo essencial para o desenvolvimento de intervenções interseccionais e para a percepção coletiva de aspectos até então entendidos como íntimos e individuais, mas que perpassam a vivência de muitas pessoas menstruantes – como os tabus, conforme expressou uma participante da formação: “Por muitos anos sentia a menstruação como algo sujo, incômodo, indesejável. Mas com o passar da maturação fui percebendo que ela (menstruação) faz parte de mim, de quem eu sou!”.

Pessoas que atuam na educação, na saúde, no direito, na educação menstrual especificamente, integrantes da comunidade trêscoroense, além da rede de contatos e pessoas interessadas que cruzaram o caminho da primeira autora e da temática, fizeram parte do público, ocasionando discussões que proporcionam um olhar menos fragmentado sobre o assunto: “Gostaria de compreender a menstruação além do fisiológico e como ela é vista/sentida por outras pessoas”, destacou uma participante. Transcender os aspectos fisiológicos da menstruação, bem como compreendê-la como um fenômeno cíclico, foram pontos importantes do debate gerado durante os encontros:

Percebo o quanto a falta de conhecimento sobre o assunto negligencia os corpos menstruantes. **A forma como trabalho ciclo menstrual, na disciplina de ciências, não vem favorecendo de forma satisfatória a quebra dos estigmas sobre menstruação.** O curso me fez pensar em formas diferentes de trabalhar o assunto com adolescentes (Participante da formação, 2024, grifo nosso).

Esta é a percepção de uma professora de ciências do ensino fundamental do município de Três Coroas, que, vale destacar, foi minha professora no ensino fundamental e, em alguns momentos de minha vida profissional, também colega de trabalho. A forma como a menstruação é apresentada nas escolas, atualmente, só tem espaço em seus aspectos biológicos, quando se aprende sobre o sistema reprodutivo humano. Mesmo sem espaço além desse lugar no currículo básico, é uma escolha de cada docente, independentemente da disciplina ministrada, abordar a temática de modo transversal, já que existem vários aspectos além dos fisiológicos que podem e devem ser discutidos no território escolar.

No último encontro, um exercício que convidou as pessoas participantes a mapearem os sentipensares de corpos-territórios menstruentes trouxe importantes contribuições sobre o que permeia o imaginário social em torno da menstruação. A figura abaixo traz uma ilustração realizada por uma participante do curso, que faz parte da minha trajetória de lutas pelos direitos das mulheres e de pessoas menstruentes.

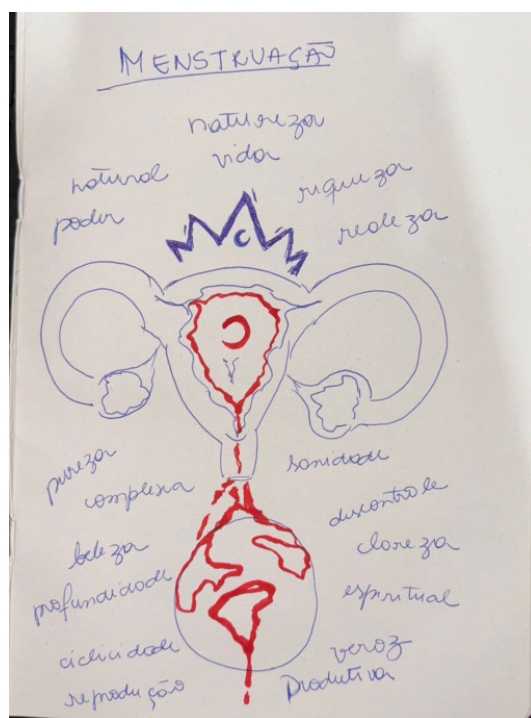


Figura 4. Mapeamento dos sentipensares de corpos-territórios menstruentes realizado por participante do curso, advogada e pesquisadora.

Fonte: Participante do curso *Precisamos falar sobre Dignidade Menstrual* (2024).

A conexão da terra com a lua, o ventre e uma série de palavras demarcam o que atravessa o universo de menstruentes, que trazem de suas entranhas o sangue menstrual para a terra e, a partir dele, tecem cultura. As diversas facetas que envolvem o menstruar

tornam este ato um ser e fazer ambíguo e também ambivalente em suas tantas camadas. Advogada e pesquisadora dos direitos das mulheres gordas, a participante citada cresceu no Vale do Paranhana, assim como eu, e é um exemplo do quanto a rede de afetos e afetamentos na luta se tece organicamente pelos caminhos da vida:

Eu me inscrevi no último minuto, sabendo que estaria cheia de compromissos, mas que valeria a pena te escutar. Não escrevo isso porque tu é minha amiga, mas sou tua amiga porque te admiro, me inspiro e me identifico. Todas as palavras ditas, é perceptível, vem do sangue latejante que circula, dá vida, acalenta e se derrama no teu pesquisar. [...] Todes ganham com isso, sobretudo as mulheres que tantas vezes são marginalizadas e violentadas pelo simples fato de serem. Identifiquei a relação com a minha própria pesquisa, que trata sobre mulheres gordas, essas que são animalizadas e seu corpo é visto com nojo de fora pra dentro e, sem dúvida, de dentro pra fora (Participante da formação, 2024).

A rede enlaçada coletivamente é quem dá o sustento para a realização de movimentos emancipatórios, como buscamos realizar na busca pela dignidade menstrual. Não consigo separar a pesquisadora da lutadora por direitos humanos, ou da amiga. Elegemos as amizades também pela reciprocidade, pela capacidade de expressarmos nossas vulnerabilidades e acolhermos as pessoas, e assim tecemos saberes, como a ampliação das percepções acerca dos corpos gordos e de como são afetados pelos entrecruzamentos das expressões colonialistas.

A figura a seguir foi elaborada pela diretora de uma escola de educação infantil em Três Coroas, uma figura essencial na minha trajetória de vida: minha mãe. Ela foi a motivação pessoal para que eu escolhesse a menstruação como temática de pesquisa e de luta. Suas diversas vivências e complicações de saúde, tanto nos seios quanto no útero – enfrentando endometriose, muitas cirurgias, incluso uma histerectomia – foram processos que acompanhei de perto. O número de vezes em que quase a perdi me levou a questionar profundamente os afetamentos colonialistas e como eles se somatizam, sobretudo nos corpos feminilizados, de forma compulsória e coletiva, representando um feminino atacado e adoecido em nossa sociedade. “Territórios inférteis e opressores para quem pare, sangra e amamenta”, como escrevi em meu Diário de Momentos.

A presença da minha mãe nos encontros trouxe memórias da minha infância em relação ao menstruar. Destaco um episódio em que fui para a creche usando os absorventes dela, o que gerou um constrangimento coletivo. Foi algo que, depois das discussões com o grupo, provocou reflexões: afinal, o que motiva ter vergonha de um absorvente?



Figura 5. Mapeio dos sentipensares de corpos-territórios menstruantes realizado por participante do curso, professora.

Fonte: Participante do curso *Precisamos falar sobre Dignidade Menstrual* (2024).

Os entrecruzares da menstruação com a gravidez, um sangue que tem potência para gerar humanidade em sua literalidade, foram muito presentes no desenho de minha mãe, conforme se observa na Figura 5. Além dos itens de contenção de fluxo, aparecem ali o método ancestral de conhecer o ciclo menstrual que é o uso do calendário, também conhecido como “tabelinha”, o teste de gravidez e o dispositivo intrauterino (DIU), um método de contracepção usado por ela, mas que lhe causava muitas cólicas. As políticas públicas também foram citadas no mapeio, ressaltando que esse ponto causou muitos afetamentos entre as pessoas participantes, no debate sobre o espaço quase inexistente da educação nas políticas públicas voltadas para a dignidade menstrual.

Entre os afetamentos que as participantes partilharam em seus mapas, chamou a atenção o fato de ambos partirem do útero como figura central para representar menstruantes, cercado de palavras e símbolos. Esse material dialoga com a terceira experiência em educação para a dignidade menstrual, o *Mapeio do corpo-território Menstruante*, que aconteceu junto de estudantes do sétimo semestre de Pedagogia da Universidad Pedagógica Nacional de Cuernavaca, unidade 171 Morelos, México. Tal experiência ocorreu durante a minha instância investigativa PDSE, escrevendo aqui na condição de primeira autora, e consistiu em uma participação presencial como professora convidada na disciplina de Thesis 1, em 22 de agosto de 2024, sob regência da investigadora Ruth Belinda Bustos Córdova, terceira autora, orientadora de tese junto com a pesquisadora brasileira Sarai Schmidt, segunda autora.

Após a apresentação dos mapeios de índices e panoramas de como a menstruação performa no mundo e na América Latina nos âmbitos da mídia, saúde, educação e culturas, os alunos foram convidados a participar da pesquisa por meio da atividade de mapeio dos corpos e territórios menstruantes. Os mapeios foram fotografados e, a partir deles, são apresentadas as discussões que os permeiam, fazendo dos participantes também tecedores de saberes e práticas voltadas para a dignidade menstrual.



Figura 6. Compilado de mapeios dos sentipensares de corpos-territórios menstruantes realizado por estudantes da UPN.

Fonte: Montagem realizada pela primeira autora a partir de mapeios de estudantes da UPN (2024).

A turma era formada por um público jovem e diverso, com idades entre 21 e 30 anos, majoritariamente feminino. No entanto, chamou a atenção a participação ativa dos homens, o que contrastou com outras experiências que eu havia tido no Brasil ao abordar essa temática. Vale ressaltar que essa diferença não se reflete nos índices, já que Brasil e México são equilibrados nos índices de violência envolvendo machismos. Assim como nos mapeios realizados na formação em Três Coroas, itens de contenção de fluxo menstrual,

bem como contraceptivos, calcinhas e testes de gravidez foram símbolos presentes nos mapeios. A ambiguidade de sentidos que permeia a menstruação e o imaginário social de um território tão distante reflete a universalização da menstruação e os diversos mecanismos criados para o controle de corpos menstruantes.

Em contraponto, tem-se a forte presença de propostas emancipatórias, como a vulva-flor desenhada em diversos tons de vermelho por uma aluna que é transgênero, e atua em suas investigações com a temática da educação sexual e sua inserção no currículo escolar. Um dos mapeios trouxe também um trecho da canção mexicana *Entre las piernas*, de Elma e Elmar, lançada em 2024, que fala justamente da menstruação: “me hace dulce me hace eterna, soy tan dulce y tan violenta”, evidenciando um diálogo do tema com uma produção recente da indústria da cultura musical do país. Depois do encontro, fui procurar a música e me informar melhor sobre ela, já que traz uma série de elementos para observar a construção cultural da menstruação em solo mexicano.

A ambivalência do menstruar, entre suas doçuras e violências, atravessa os entendimentos e a relação ambígua que menstruantes desenvolvem com o fenômeno. O menstruar que torna a vida um eterno deixar morrer para renascer, também tema da música, dialogou com a figura do esqueleto elegida por um dos grupos de estudantes para representar de forma interseccional as pessoas menstruantes, sem enquadrá-las num padrão corporal específico. Além disso, o esqueleto representa a íntima relação que o povo mexicano possui com a morte, herança pré-hispânica que revela uma sabedoria profunda dos eternos ciclos de vida, morte e vida aos quais estamos todos sujeitos. Outro grupo elegeu um manequim com a mesma proposta de não estereotipar menstruantes.

Palavras finais

Por meio da contextualização da discussão e apresentação dos materiais que afetaram meu caminho, bem como dos saberes construídos a partir de análises do processo de doutoramento, os conteúdos apresentados em cada uma das atividades formativas foram adaptados aos públicos. Os momentos foram permeados por discussões sobre os estigmas menstruais, e a união da cartografia das experiências proporcionou uma aproximação entre os territórios por meio da compreensão das realidades distintas, mas também atravessadas por opressões colonialistas de controles de corpos menstruantes, que perpassam Brasil, México e América Latina.

Cada uma das três atividades permitiu uma complexificação da cosmopercepção e da formação dos imaginários sociais dos respectivos territórios, evidenciando e valorizando o pluralismo histórico no que tange a ferramentas e saberes para a geração

da dignidade menstrual, respeitando as comunidades que habitam os territórios por onde as atividades formativas percorreram.

Coraçonar cada uma das atividades formativas deu espaço para a exposição de pensamentos hegemônicos e dominantes e para a valorização de formas outras de se vivenciar a menstruação. A interseccionalidade se mostrou presente em cada etapa do processo, trazendo oportunidades de compreensão dos entrecruzamentos de opressões patriarcais, neoliberais e ambientais que afetam pessoas menstruantes, bem como de reflexão acerca dos papéis da mídia, educação e saúde, além da geração de políticas públicas voltadas para a educação no território escolar e outros espaços.

Mediante os índices de investigações demográficas, iniciativas educativas independentes e institucionais, discursos dos meios de comunicação, entre outros materiais que adentraram as discussões das atividades formativas, foi possível desenvolver um fluxo de consciência que enlaçou experiências distintas no Brasil e no México, permitindo um diálogo interdisciplinar e interseccional sobre a dignidade menstrual no Brasil e no México.

O tema menstruação ganhou espaço na mídia, nas políticas públicas e na sociedade global. Contudo, a dignidade menstrual avança lentamente em termos de pesquisas e práxis no Brasil e no mundo, com muitas lacunas a serem cobertas. O interesse social e científico pelo tema é recente, no sentido de quebrar o estereótipo de uma maneira universal de menstruar e buscar erradicar a pobreza menstrual.

A busca por esses materiais e ferramentas firmou o propósito de encontrar ressonâncias, dissonâncias e complementaridades entre estudos, iniciativas e políticas públicas, com o objetivo de fazer uma contrapartida no país estrangeiro por meio da apresentação de pistas emergentes e também trazer pistas emergentes do intercâmbio para o Brasil. Ademais, compartilhar experiências e pistas emergentes do caminho intercultural, a fim de encontrar interfaces que possam inspirar-se mutuamente nos diferentes territórios do Brasil-México, estimula o debate para promover políticas públicas voltadas à dignidade menstrual com foco na educação antidiscriminatória, realizando a divulgação científica da experiência.

A partir dessa experiência formativa, são apresentadas pistas para compreender a educação menstrual como um conhecimento específico, que envolve diretamente a construção da dignidade menstrual a partir da criação de diálogos e espaços educativos que valorizem as especificidades de cada comunidade, permitindo sua emancipação e tecendo seus próprios processos históricos de resistência aos colonialismos que subalternizam historicamente as pessoas menstruantes e oprimem culturas que não seguem as suas

expectativas do mundo. O sentimento emancipatório das pessoas afetadas pelas formações – dos estudantes e profissionais da saúde à assistência social, educação, cultura, arte e comunidade em geral – foi o de trazer mais pessoas no caminho das múltiplas dignidades possíveis para a menstruação.

Referências

Akotirene, Carla (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen Produção Editorial Ltda.

Bilge, Silma; Collins, Patricia Hill (2021). *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo.

Calderón-Villarreal, Alhelí (2023). Taxing women's bodies: the state of menstrual product taxes in the Americas. *The Lancet – Regional Health Americas*, 29, pp. 1-6. Disponível em: <https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S2667-193X%2823%2900211-9>. Acesso em: 20 jul. 2024.

Crenshaw, Kimberlé (1991). Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, 43(6), pp. 1.241-1.299. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1229039>. Acesso em: 20 jul. 2024.

Deleuze, Gilles; Guattari, Félix (2006). *Mil platôs 1: capitalismo e esquizofrenia*. 4. ed. São Paulo: Editora 34.

Gonzalez, Lélia (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Hess, Remi (2006). Momento do diário e diário dos momentos. In R. Hess (org.), *Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si* (pp. 89-104). Porto Alegre: EDIPURS.

Kastrup, Virginia (2008). A aprendizagem da atenção na cognição inventiva. In V. Kastrup; S. Tedesc & E. Passos (org.), *Políticas de cognição* (pp. 156-172). Porto Alegre: Sulina.

Oyèrónké, Oyewumi (2011). *A invenção das mulheres: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Passos, Eduardo & Barros, Regina Benevides de (2009). Por uma política da narratividade. In E. Passos; V. Kastrup & L. Escóssia (org.), *Pistas do método cartográfico* (pp. 150-171). Porto Alegre: Sulina.

Restrepo, Eduardo & Escobar, Arturo (2005). Otras antropologías y antropología de otro modo: elementos para una red de antropologías del mundo. In A. Escobar, *Más allá del tercer mundo: globalización y diferencia* (pp. 231-256). Bogotá: Icanh.

Segato, Rita Laura (2012). Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos CES (Online)*, Coimbra, 18, pp. 1-5. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em: 20 jul. 2024.

Willig, Caroline Luiza (2021). “*Tá de chico?*” Estigmas do sangue na mídia e na escola. 2021. Dissertação (Mestrado em Processos e Manifestações Culturais) – Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais, Universidade Feevale, Novo Hamburgo. Disponível em: <biblioteca.feevale.br/Vinculo2/000043/0000434e.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

Yurén, María Teresa Camarena (2000). Formación, eticidad y relación pedagógica. In M. T. C. Yurén, *Formación y puesta a distancia: Su dimensión ética* (pp. 27-41). México: Paidós

Recebido em 17 de fevereiro de 2025.

Aceito em 30 de março de 2025.

Dignidade menstrual na formação docente: cartografias de experiências no Brasil e no México

Resumo

Esta investigação apresenta pesquisas e intervenções cartográficas envolvendo dignidade menstrual e formação docente realizadas nos territórios Brasil e México. A primeira (2022) ocorreu junto à rede municipal de professores/as de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil. A segunda integrou aulas temáticas junto de estudantes da Universidad Pedagógica Nacional em Cuernavaca, Morelos, México (2024). A terceira apresenta um minicurso realizado no Município de Três Coroas (2024), Rio Grande do Sul. Tanto Brasil quanto México aderiram à Constituição Universal de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e fazem parte da lista de países-membros do Conselho de Direitos Humanos. Ambos têm índices similares de violação dos direitos sexuais e reprodutivos das pessoas que menstruam. As intervenções buscam a autonomia de cada território para reconhecer estigmas universalizantes e colonialistas envolvendo o sangue menstrual, resgatar saberes e gerir seus processos históricos diante das menstruações.

Palavras-chave: Dignidade Menstrual; Formação Docente; Direitos Humanos; Formação Intersetorial.

Menstrual dignity in teacher training: cartographies of experiences in Brazil and Mexico

Abstract

This research presents research and cartographic interventions involving menstrual dignity and teacher training carried out in the territories of Brazil and Mexico. The first (2022) took place with the municipal network of teachers in Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brazil. The second integrated thematic classes with students from the Universidad Pedagógica Nacional in Cuernavaca, Morelos, Mexico (2024). The third presents a mini-course held in the municipality of Três Coroas (2024), Rio Grande do Sul. Both Brazil and Mexico have signed the Universal Constitution on Human Rights of the United Nations (UN) and are on the list of member countries of the Human Rights Council. Both have similar rates of violation of the sexual and reproductive rights of people who menstruate. The interventions seek the autonomy of each territory to recognize universalizing and colonialist stigmas involving menstrual blood, rescue knowledge and manage their historical processes regarding menstruation.

Keywords: Menstrual Dignity; Teacher Training; Human Rights; Intersectoral Training.

“Menstruação sem Tabu”: uma reflexão sobre a experiência com oficinas de educação menstrual em escolas e instituições públicas

Janaina de Araujo Moraes

Pós-doutoranda no Labjor/Nudecri/Universidade Estadual de Campinas

<https://orcid.org/0009-0009-8846-2704>

janainajanis@gmail.com

Introdução

O tema da dignidade menstrual tem ganhado cada vez mais espaço na agenda nacional e mundial. O relatório “Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdades e violação de direitos” (UNFPA/UNICEF, 2021) apresenta um cenário alarmante sobre a realidade das meninas e mulheres brasileiras. Em situação de pobreza e vulnerabilidade social, elas são privadas de serviços de saneamento básico, recursos para higiene pessoal e íntima e também a conhecimentos de qualidade sobre o próprio corpo e o ciclo menstrual. Os desafios de acesso aos direitos menstruais representam barreiras ao completo desenvolvimento do potencial das pessoas que menstruam, acirrando ainda mais as desigualdades sociais e de gênero.

O presente trabalho tem como propósito realizar uma reflexão sobre a experiência de elaboração e execução de um projeto de educação menstrual em escolas e instituições públicas, em uma cidade¹ do interior do estado de Minas Gerais, que teve como propósito promover a dignidade menstrual por meio da educação.

O projeto Menstruação sem Tabu teve início em setembro de 2023, no Instituto Federal Sudeste, da cidade em questão, com os estudantes (meninas e meninos) do primeiro ano do ensino médio integrado ao técnico, alcançando mais de 180 alunos e totalizando 50 horas de conteúdo. Em 2024, o projeto foi levado a duas escolas municipais

1 Optamos por não divulgar o nome da cidade onde o trabalho aconteceu, bem como os nomes das escolas municipais, na tentativa de nos resguardar de qualquer eventual reação a este artigo por terceiros – esse cuidado ficará mais evidente com a leitura do mesmo. Tal escolha não compromete a qualidade das informações veiculadas.

da mesma cidade, uma localizada em um bairro periférico, que aqui nomearemos de Escola A, e outra localizada em um distrito rural, que aqui nomearemos Escola B. Na Escola A, o trabalho foi realizado no contraturno escolar, com cerca de 20 meninas, com faixa etária entre 10 e 14 anos de idade e na Escola B as oficinas foram realizadas, durante horário regular, com as quatro turmas de 8º e 9º ano do ensino fundamental, envolvendo cerca de 65 estudantes (meninas e meninos).

O intuito com as oficinas foi criar espaços originais e criativos para discussões e vivências sobre menstruação para além da concepção que encara o sangue menstrual como algo negativo e ruim, ou mesmo para além do modelo convencional biomédico, que em geral acaba sendo o mais disseminado e conhecido. A menstruação foi abordada de forma transdisciplinar, trazendo conteúdos de outras áreas tais como a antropologia, a história e as artes e criando também dinâmicas que envolviam o tema para além da reflexão, levando para o campo da ação.

O conteúdo e metodologia foram desenvolvidos por mim, que sou antropóloga e educadora menstrual, acumulando dez anos de experiência em pesquisa e estudos sobre o tema menstruação. Para a realização das oficinas contamos também com a assistência de uma psicóloga (2023) e uma fisioterapeuta (2024), ambas especialistas em saúde da mulher. O projeto foi uma iniciativa minha, em parceria com outras três instituições da cidade, o Instituto IDEIAS (Instituto de Desenvolvimento da Educação, Inclusão e Ações Sociais), a ONG Vertente Solidária e o Ivert (Instituto Socioambiental das Vertentes).

A experiência com esse primeiro ano de projeto abriu a possibilidade para muitas reflexões e questionamentos. Quais são os desafios de implementação deste tipo de projeto na rede pública de ensino? Como é a recepção dos estudantes e da comunidade escolar diante deste tema? Como meninas e meninos acolhem ou não esta abordagem? Quais os impactos da educação menstrual na formação dos jovens? Quais os desafios para o desenvolvimento de metodologia e conteúdo para esse tipo de oficina?

Essas questões serão elaboradas neste trabalho que abre o campo² para o desenvolvimento de uma pesquisa de pós-doutorado, financiada pelo CNPq e iniciada em junho de 2024, no Labjor/Nudecri, Unicamp, que busca refletir sobre os impactos e desafios da educação menstrual na promoção da dignidade menstrual.

2 É preciso destacar que, inicialmente, este trabalho não foi desenvolvido para uma pesquisa acadêmica, contudo, por ser uma cientista, dados foram coletados com o consentimento dos estudantes para avaliar o impacto do trabalho realizado. De toda forma, o anonimato das pessoas participantes é preservado neste trabalho. Tais dados juntamente com a experiência em campo são utilizados nessas análises.

Educar para Transformar!

A primeira experiência do projeto “Menstruação sem Tabu”, realizado no Instituto Federal, apresentou-se bem sucedida, não só porque foi possível testar a metodologia de ensino e conteúdos voltados à educação menstrual de forma positiva e exitosa, como também foi capaz de mobilizar e sensibilizar os estudantes (meninas e meninos) para um tema tão importante e ainda pouco abordado. A maioria dos estudantes se mostraram abertos e interessados, o corpo docente e a administração do IF também foram muito receptivos, facilitando nossa inserção em campo³. Isso tudo foi muito importante, dado que nossa primeira ideia foi realizar as oficinas em uma escola da rede estadual, contudo, apesar da direção da escola estar aberta a receber o projeto, a superintendência de ensino não liberou sua realização.

Assim, durante três meses fizemos encontros regulares com mais de 180 alunos⁴, em horário regular, visto que os estudantes do IF têm uma grade curricular integral e não seria possível oferecer algo no contraturno - contamos com o apoio de alguns professores que cederam tempo de aula, em especial, as professoras de história, português e inglês.

Realizamos cinco encontros, com duração de 100 minutos cada (duas aulas geminadas), com as seis turmas do primeiro ano, em que abordamos temas tais como: a história da menstruação; a origem dos tabus e da ideia de nojo que envolve o sangue menstrual; as diferentes perspectivas culturais sobre o tema; o que é a pobreza menstrual e seus impactos; como funciona a educação menstrual; qual o lugar dos meninos e homens no debate do tema; informações sobre a anatomia do corpo feminino e menstruante e do ciclo menstrual; as mudanças físicas, mentais e emocionais ligadas ao ciclo e como são percebidas em sociedade; a higiene menstrual e o autocuidado; sexualidade e contracepção; dentre outros assuntos. No primeiro e último encontros trabalhamos temas comuns a meninos e meninas e nos outros três encontros separamos as turmas, trabalhando conteúdos específicos para cada público. Para o encerramento do projeto os estudantes foram instigados a produzirem imagens e textos que valorizassem o corpo feminino e a menstruação. A instalação artística resultado deste exercício foi exposta ao público no hall principal do Instituto Federal.

3 Nosso primeiro contato foi feito com a diretora da instituição à época, que nos colocou em contato com a coordenadora de ensino e a coordenadora dos cursos técnicos para que pudéssemos elaborar a logística de encontros.

4 O projeto se inseriu na grade curricular da instituição, assim, os estudantes que estavam presentes em sala de aula participaram dos encontros, os estudantes que não queriam participar se ausentaram e nenhum aluno foi abordado de forma individual.



Figura 1. Aula sobre anatomia e ciclo menstrual no Instituto Federal.

Fonte: Júlia Marcier.



Figura 2. Parte da instalação artística desenvolvida pelos estudantes do IF.

Fonte: Janaina Morais.

As alunas tiveram a oportunidade de entrar em contato com conteúdos de suma importância para o seu desenvolvimento físico, psíquico e emocional, demonstrando engajamento durante os encontros, que também foram capazes de estreitar a relação entre elas e ainda que umas e outras estivessem um pouco tímidas, a maioria estava bastante interessada. O trabalho desenvolvido com os alunos superou nossas expectativas pois, ainda que em sala de aula encontrássemos alguns alunos com certo preconceito, os

relatos finais recebidos por meio do questionário aplicado ao fim das oficinas, foram muito satisfatórios, demonstrando uma sensibilidade e compreensão para tratar do assunto, ainda que não seja algo que os envolvem diretamente.

Alguns desafios encontrados ao longo do percurso inclui a sobrecarga dos estudantes com as diversas disciplinas do ensino integral - em alguns momentos os alunos estavam muito cansados e dispersos, principalmente nos últimos encontros que aconteceram no fim de semestre letivo - o que nos fez questionar se a melhor via de acesso para as oficinas seria mesmo a inserção dentro do horário regular, ainda que neste caso específico não houvesse outra alternativa. Dessa forma, buscamos em edições futuras oferecer as oficinas no contraturno escolar, apenas para as pessoas que se interessem pelo tema, para testar alternativas e ver o melhor funcionamento, que foi o que fizemos na Escola A no ano seguinte.

Também tivemos dificuldades com o tempo de aula e a quantidade de conteúdo oferecida, pois apesar das aulas estarem bem preparadas para o tempo planejado, tivemos muitas dificuldades que envolveram problemas tecnológicos - cada sala tinha um funcionamento diferente quanto ao projetor e acesso à internet e a cada encontro mudávamos de sala, o que comprometeu um pouco o trabalho. Além disso, cada turma tem uma dinâmica diferente e algumas eram mais engajadas que outras, de modo que o conteúdo não caminhou de forma homogênea e linear em todas as turmas. Assim, a partir dessa experiência, pensamos na alternativa de ter uma sala fixa, em que os estudantes pudessem ir ao nosso encontro, para evitar esse tipo de transtorno, algo que também foi possível testar no ano seguinte na Escola A, mas que não solucionou a questão de problemas técnicos, visto que a sala utilizada não tinha energia elétrica ativada e todas as vezes tínhamos que conseguir uma extensão que, constantemente, dava problemas.

Também foi possível perceber quais conteúdos e práticas geram mais engajamento e interesse e quais não. Vimos que a parte histórica sobre a menstruação, bem como a construção da ideia do tabu menstrual, ainda que considerada importante do ponto de vista educacional, não gera tanto engajamento, enquanto informações de cunho mais prático, que dizem respeito ao cotidiano da vida de mulheres e corpos que menstruam, seja a partir de relatos pessoais ou mesmo pelo compartilhamento de informações sobre o funcionamento do ciclo menstrual e sobre os dispositivos de gestão menstrual (absorventes, coletores etc.) promovem maior interesse. Da mesma forma, as práticas que envolveram atividades artísticas, tais como colorir o desenho de um útero e desenvolver os materiais para o mural, foram muito apreciadas.

Em relação ao conteúdo trabalhado com os meninos percebemos que há uma lacuna de atividades e materiais para este público que precisa ser melhor estruturado e testado. Se as experiências em educação menstrual com meninas são incipientes, com os meninos o quadro é ainda menor, faltando referências. Assim criamos um conteúdo para ser trabalhado com eles que envolveu o papel dos homens dentro do tema menstruação, que foi discutido a partir do filme *PadMan*⁵, seguido de uma reflexão sobre a construção da masculinidade e da sexualidade de meninos e homens. A experiência com o filme não foi muito boa, por se tratar de um filme longo e com legendas, acabou não engajando tanto os alunos, apesar de ter gerado boas discussões no final por meio de nossas provocações, e em relação aos temas sexualidade e masculinidade percebemos uma boa recepção, ainda que as noções dos estudantes estivessem muito enrijecidas e carregadas de preconceitos. Por fim, chegamos ao entendimento que seria muito interessante que estes assuntos fossem abordados por um professor homem.

No geral, essa primeira experiência foi muito satisfatória, nos dando base para continuar e aprimorar os trabalhos futuros. Percebemos que se o tema for tratado de forma consciente e respeitosa, em um espaço tranquilo, aberto e criativo, os estudantes ficam interessados, e nós conseguimos nosso objetivo que é contribuir com a promoção da dignidade menstrual, auxiliando o desenvolvimento emocional e intelectual de cada estudante.

Para avaliar os resultados do projeto realizamos uma pesquisa com os estudantes participantes. Construímos um formulário com perguntas específicas para as alunas e outro para os alunos. Algumas das perguntas envolviam percepções sobre a experiência com o projeto; concepções sobre menstruação; interesse no tema; dentre outros assuntos. Após a aplicação do questionário percebemos que seria interessante ter feito um questionário para ser aplicado antes e um após, para vislumbrar mudanças no entendimento dos estudantes, de toda forma, os resultados trazem dados interessantes. De 181 estudantes, 83 responderam o questionário, sendo 43 respostas das alunas e 40 dos alunos, o que correspondeu a quase 46% do público assistido (responder o questionário não era obrigatório).

Vou trazer aqui o retorno de alguns estudantes do Instituto Federal sobre a experiência com o projeto.

5 O filme conta a história de Lakshmikant “Laxmi” Chauha, inspirado na vida real de Arunachalam Muruganatham, um homem que trabalhava em uma oficina mecânica, em uma cidade rural da Índia. Laxmi ficou impactado com a forma na qual sua esposa lidava com a própria menstruação, utilizando panos velhos para conter o sangue, algo que poderia acarretar em várias doenças. Dando conta da situação das mulheres indianas, que não tinham acesso a absorventes descartáveis, por ser um produto caro, resolveu desenvolver seu próprio absorvente. Entretanto, sofreu muito preconceito por levar à luz um tema tabu.

Foi muito boa, consegui melhorar minha concepção sobre a menstruação e ainda entender que esse assunto é bem confortável quando abordado de forma correta.

O projeto foi bem interessante, incluir a menstruação nas discussões escolares não apenas atende às necessidades educacionais dos estudantes, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais informada, equitativa e respeitosa.

Minha experiência foi bem interessante e cheia de curiosidades que eu nem imaginava que teria. Este projeto foi algo inovador e que gostei bastante de me aprofundar, pois nunca foi retratado em nenhuma escola que estudei. Visa nos informar sobre diversos aspectos e conhecimentos sobre nosso corpo e em como ele reage nesse período de menstruação.

Foi uma experiência agradável e até mesmo de libertação, normalizando a conversa sobre o corpo feminino de forma mais simples e compreensiva".

Eu adorei o projeto, além de abranger meu conhecimento sobre o assunto pude entender o lado de minhas amigas.

Foi uma experiência que eu não poderia comparar a alguma outra experiência já vivenciada por mim, isso se deve ao fato do projeto menstruação sem tabu, ser uma experiência única de aprendizado e reflexão, hoje vejo como é necessário a aplicação de um projeto como esse para atingir pessoas de todas as idades.

Pelos relatos, é possível perceber que a experiência dos estudantes do Instituto Federal foi bem positiva, sendo capaz de promover mudanças na concepção e comportamento dos alunos quanto ao tema, visto como algo necessário de ser abordado na escola e não só, havendo inclusive a sugestão de aplicação do projeto para pessoas de todas as idades.

Em relação à ideia de nojo que envolve a menstruação, perguntamos aos estudantes se eles sentiam nojo do sangue menstrual e as meninas 9,3% responderam que sim, 41,9% responderam que depende e 48,8% responderam que não. Já os meninos 12,5% responderam que sim, 27,5% responderam que depende e 60% respondeu que não. Nos surpreendeu que a porcentagem de meninos que responderam negativamente à questão é maior que o das meninas. Algumas das respostas que seguiram esta pergunta apresentamos a seguir:

[MENINAS]

Não sei, acho que foi algo que foi implantado na minha criação.

É só sangue que saiu de mim mesma, não tem motivos para ter nojo justamente por ser algo natural que eu vou ter que conviver mensalmente pelo menos por mais 35 anos.

Eu tenho nojo de qualquer tipo de sangue.

Eu não tenho nojo do meu sangue menstrual em basicamente nenhum momento, mas geralmente sendo de outras pessoas eu passo a não ter muita afeição, não é só por ser sangue menstrual necessariamente, mas qualquer sangue é um fluido de outra pessoa, o que me causa um pouco de aversão dependendo de quem é.

[MENINOS]

Não é algo pra se ter nojo, é algo comum, todo mundo sangra mesmo de uma forma diferente.

O sangue menstrual é parte da mulher, é sangue como qualquer outro sangue, acredito que sintam nojo, pois está diretamente ligado à sexualidade feminina, diferente de outros sangramentos causados por ferimentos, hemorragias, enfim, e por sexualidade também ser um tabu tão rígido quanto este tabu retratado, as pessoas sentem esse nojo, eu porém não vejo diferença entre o sangue menstrual e o sangue que sai do nariz de uma mulher por exemplo, o que vejo é a mensagem que o sangue menstrual carrega consigo, que passa adiante uma história que precisa ser contada, por isso não sinto nojo, valorizo

Eu tenho nojo de qualquer fluido corporal que não seja meu. Pode parecer narcisista, mas é só nervoso. Enxergo o sangue menstrual como se fosse sangue que sai de feridas externas só que mais espesso e nojento igual.

Acho que temos que acostumar, pois isso é uma coisa normal, mas se acontecesse de eu ver assim e tudo não sei qual seria a minha reação.

Não encostaria, mas olhar e sentir o cheiro é de boa.

É possível perceber pelas respostas que há quem sinta nojo de qualquer tipo de sangue ou fluido corporal, não necessariamente de menstruação, há quem sinta nojo da menstruação de outras pessoas e não da própria, há outro que aponta o nojo como uma construção desde a criação e outro que demonstra clara noção sobre o nojo da menstruação estar ligado à sexualidade feminina, sendo, assim, um tabu e há também aqueles que tratam o fluido com naturalidade.

Aos alunos também perguntamos se eles acreditam que a menstruação é um assunto para meninos e homens e 80% respondeu que sim, 20% respondeu que depende e nenhum menino respondeu negativamente. A seguir algumas respostas dadas a essa pergunta:

Ambos nascemos de um ventre, e talvez iremos nos casar um dia com uma mulher, logo é de exímia importância ter ciência desse “evento”, para que saibamos a melhor forma de lidar com a menstruação de mulheres próximas.

Acredito que uma sociedade ideal é aquela onde homens e mulheres não são restritos a convivência social por seus gêneros, eu acredito que o homem na participação da luta feminista é de exímia importância, pois uma participação maior se torna mais abrangente, trazendo mais simpatizantes homens para a causa e principalmente, trazendo mais mulheres para uma realidade onde ela tem valor.

Todos devem ter conhecimento, não necessariamente aprofundado, mas saber pelo menos por cima, é importante pelo fato de quase todos eles terem uma mulher na sua vida, seja mãe, irmã, tia, prima e colegas também, que há muitos casos de acidentes acontecerem e passarem vergonha na escola ou em outros lugares, muitas vezes causadas por eles aliás.

E quando perguntados sobre qual seria o papel dos meninos e homens para romper com o tabu da menstruação recebemos as seguintes respostas:

Auxiliar nas dificuldades que apresentar com as mulheres que você convive.

Estudar sobre e perder o preconceito acerca do assunto.

Terem a mente mais aberta sobre o tema.

Serem mais sensatos sobre o assunto, sem fazer piadas, e sempre que puderem ajudar.

Ajudar as mulheres de sua família quando estiverem passando pelo período menstrual comprando os itens necessários e suporte caso a mulher não consiga cuidar de si mesma sozinha (alguém desabilitado, talvez). Acredito também que pode ser legal passar essas informações para filhos ou sobrinhos...

Primordialmente, manter compostura ao abordar o tema da menstruação, abstendo-se de expressar qualquer aversão ou repulsa. Em segundo plano, cultivar o respeito incondicional pelas mulheres, reconhecendo a importância de suas experiências biológicas.

As respostas demonstram uma boa consciência, sensibilidade e respeito para tratar o tema. O que, em certa medida, nos surpreendeu visto que em sala de aula tivemos episódios de alguns alunos tratarem o tema como algo jocoso, o que acabava constrangendo as meninas. E foi exatamente por comportamentos como este que, metodologicamente, pensamos em ter encontros em que meninas e meninos ficassem separados, para que pudessemos abordar o tema com mais liberdade e da forma mais confortável possível para as meninas. Contudo, pelas respostas é possível perceber também a riqueza de se tratar deste tema com os meninos, assim, acredito que a metodologia de trabalhar alguns

temas em conjunto e outros, de cunho mais intimista, de forma separada surtiu um bom resultado.

Por fim, a partir do retorno dos estudantes, bem como da direção e dos professores que gostaram muito do projeto e se mostraram abertos a nos receberem em outros momentos, fizemos as assimilações necessárias e buscamos adequar conteúdos e metodologias para novas oficinas. Também como resultado desta primeira experiência iniciamos o processo de compilar as principais informações das oficinas em um guia, que serviria de base para as oficinas e deste resultado surgiu a cartilha “A Voz do Sangue - Guia de Educação Menstrual”, cujo compartilhamento gerará uma série de desdobramentos futuros que serão analisados a seguir.

Quando A Voz do Sangue encontra a voz do conservadorismo

Finalizando o projeto no Instituto Federal, começamos a articular a continuidade do mesmo para o ano de 2024. Nosso objetivo era levar o projeto para escolas municipais da cidade. Na roda de conversa que realizamos como encerramento do projeto no IF, sobre Saúde e Autocuidado Feminino, aberta à comunidade, conhecemos algumas mulheres do Ivert - Instituto Socioambiental das Vertentes que desenvolviam um projeto de letramento racial com as alunas da Escola A, no contraturno escolar. Com esse encontro surgiu a possibilidade de uma parceria.

Apresentamos o projeto e a sequência didática que gostaríamos de implementar com as alunas da escola A ao Ivert, e estes documentos foram encaminhados para a direção da escola, que, por sua vez, encaminhou a documentação à secretaria municipal de educação, recebendo sua aprovação. No dia 24 de março de 2024 iniciamos o projeto na escola em questão e, uma vez por mês, sempre às quartas-feiras, das 15h às 16h30, íamos à escola nos encontrar com as alunas para as oficinas. Realizamos um total de cinco encontros com cerca de 20 alunas, com idades entre 10 e 14 anos. Durante os encontros utilizamos projetor para passar os conteúdos, que envolvem imagens e vídeos, utilizamos modelos anatômicos para facilitar a visualização do aparelho reprodutor e levamos materiais de gestão menstrual, tais como absorventes, calcinhas menstruais e coletores para ensinar as alunas a correta utilização.

Antes do início do projeto, em janeiro de 2025, começamos a produzir a cartilha, intitulada “A Voz do Sangue - Guia de Educação Menstrual”, onde compilamos as informações mais importantes veiculadas nas oficinas, com o desejo de distribuir este material às alunas, para que elas pudessem acessar sempre que necessário. Eu desenvolvi todo o conteúdo textual e junto com uma ilustradora e uma designer produzimos a cartilha,

que foi amplamente elogiada por seu conteúdo e valor estético. A cartilha ficou pronta no dia 26 de abril, sendo distribuída pela primeira vez na Escola A, no dia 22 de maio, nosso terceiro encontro, sendo muito bem recebida pelas alunas. Depois disso, ainda tivemos mais dois encontros e encerramos o projeto em julho sem qualquer intercorrência por parte das alunas, pais ou direção escolar até haver uma reclamação iniciada em outra escola.



Figura 3. Capa da Cartilha "A Voz do Sangue".

Fonte: Janaina Morais.

Por meio de uma ex-professora da Escola B, ficamos sabendo que a escola era aberta a receber projetos e foi amplamente elogiada pela professora por ser um espaço cativante, nas palavras dela "Você vai amar lá e não vai querer sair!". Entramos em contato com a diretora da escola, que recebeu uma cópia do projeto e a sequência didática e após uma reunião concordou em receber o projeto na instituição. Antes do início do projeto, no dia 17 de abril, fizemos uma reunião com a secretária de educação municipal, junto com outras pessoas que também iriam desenvolver diferentes projetos na escola. Enquanto os

outros projetos iriam precisar aguardar aprovação futura, por envolver outras pessoas além dos alunos, o projeto Menstruação sem Tabu foi aprovado na reunião em questão, pelo fato de ser realizado somente com os estudantes. De todas as formas, achamos por bem aguardar a aprovação de todos os projetos para iniciar o nosso e assim foi feito. É necessário acrescentar, que nesta ocasião a cartilha só não foi apresentada à secretária porque ainda não estava pronta, como mencionado anteriormente, recebemos as cartilhas impressas no dia 26 de abril. Contudo, a diretora da Escola B recebeu uma cópia antes do início do projeto, que foi aprovada por ela e amplamente elogiada.

Assim, o projeto teve início no dia 24 de maio, dentro do horário regular, na disciplina de ciências, com os alunos do 8º e 9º ano, abarcando tanto meninas quanto meninos e previa uma série de quatro encontros de aulas geminadas. O projeto se adequa à necessidade de cada escola, em alguns casos fazemos no contraturno escolar somente com meninas, como foi na Escola A, em outros fazemos dentro da grade curricular, envolvendo todos os estudantes, como foi também no Instituto Federal. Desta forma, o conteúdo é adequado ao contexto escolar e adaptado às diferentes faixas etárias. É preciso destacar inclusive, que a cartilha é utilizada apenas como base para as aulas, dentro de sala de aula o conteúdo é ainda mais aprofundado e elaborado de acordo com a realidade da instituição.

No dia 21 de junho voltamos à escola para realizar nosso segundo encontro. Neste encontro dividimos as salas entre meninos e meninas, trabalhando conteúdos específicos para cada um e foi esta a ocasião na qual as meninas receberam a cartilha pela primeira vez (a cartilha foi desenvolvida exclusivamente para as meninas). No dia 26 de junho fui informada pela diretora da escola que todos os projetos que estavam sendo executados haviam sido suspensos pela secretaria de educação, sem mais informações. Somente no dia 2 de julho fui informada pela diretora que a cartilha entregue às alunas havia sido alvo de reclamações à secretaria, o que provocou a possibilidade de cancelamento de todos os outros projetos. E somente no dia 4 de julho a diretora conseguiu me relatar sobre a reclamação ter sido feita por um vereador (MDB) que também é pastor e presidente da câmara municipal, que, de acordo com ela, recebeu a cartilha de um pai de uma aluna e, por isso, o projeto estava suspenso até que a secretaria fizesse uma devida averiguação. As cartilhas haviam sido recolhidas, sem exposição dos fatos e arquivadas no que chamam de “arquivo morto”. Depois disso, o vereador, ao saber que o projeto estava sendo realizado também na Escola A, fez outra reclamação pedindo sua suspensão. Desta forma, na Escola B não pudemos concluir o projeto, faltando dois encontros para sua finalização.

Após a suspensão das atividades pela secretaria, tal fato chegou ao conhecimento do Conselho Municipal de Educação da cidade que pediu uma reunião extraordinária com a secretária de educação para maiores esclarecimentos. Participei dessa reunião, e o que me foi esclarecido sobre o caso é que o vereador, ao receber a cartilha, ficou consternado com o conteúdo que, de acordo com ele, estaria difamando a bíblia e incentivando os estudantes a beberem sangue menstrual. Fiquei estarecida com esta interpretação da cartilha que, a meu ver, é totalmente equivocada e expliquei todo o conteúdo do material, seu embasamento científico, pautado em dez anos de pesquisa sobre menstruação. Os conselheiros que estavam presentes e leram o conteúdo da cartilha concordaram com meus apontamentos, comentando o absurdo que é a suspensão deste projeto e da forma como aconteceu. Na ocasião, a secretaria municipal de educação, por meio do diretor pedagógico, explicou como a reclamação chegou a eles, falaram que a suspensão se deu por não ter conhecimento prévio da cartilha e nem do projeto e que ambos precisavam ser analisados para que o projeto fosse retomado ou não. Causou-me espanto a fala do diretor pedagógico sobre a secretaria de educação não terem conhecimento do projeto, visto que tivemos reunião com a secretária, previamente, apresentando o mesmo, que já estava sendo realizado em outra escola com a autorização deles. O único apontamento verídico seria o fato de não terem tido conhecimento sobre a cartilha, pois como mencionei anteriormente, ela não estava pronta na ocasião da reunião e, ainda, assim, os conselheiros apontaram que a direção das escolas tem liberdade de cátedra e gestão para autorizar o material e que a forma na qual a situação foi conduzida seria um caso de ingerência da secretaria.

Muito ainda foi dito e explicado e no fim, a maioria dos conselheiros votou pela retomada do projeto. Em setembro tive conhecimento que a secretaria deu seu parecer mantendo a decisão de suspender as atividades do projeto e quando achei que este assunto estava encerrado, no dia 2 de outubro o vereador e pastor, candidato a reeleição, postou um vídeo no seu Instagram, falando sobre a retirada do projeto das escolas, mencionando que a cartilha estava fora dos parâmetros do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), e dizendo que a cartilha trazia conteúdos de medicina alternativa que incentivava as crianças a usarem o sangue menstrual como alimento, para fazer pinturas, além de incentivar a automutilação para os meninos. A seguir o conteúdo escrito do vídeo:

"Atenção pais de [nome da cidade], o que eu vou falar aqui é muito sério. No mês de junho eu recebi a denúncia de um pai, que a sua filha tinha recebido um material na sua escola, numa escola municipal, falando sobre dignidade menstrual (Aparece DIGNIDADE MENSTRUAL em letras garrafais, riscado). A cartilha que tem pelo título A Voz do Sangue,

apresentou fora do PNLD, Plano Nacional do Livro Didático, ensinamentos de medicina alternativa, onde instiga a crianças a usar sangue menstrual como alimento, o sangue menstrual para fazer pinturas, fora a questão de automutilação em relação aos meninos. Tudo isso você pode conferir nesta cartilha que está escrito e eu vou deixar em pdf para você consultar. (LINK NOS COMENTÁRIOS). E eu falo para você como isso aconteceu? Foi uma ONG que apresentou junto à secretaria de educação um plano de contraturno escolar, mas na prática trouxe essa coisa horrenda para nossas escolas. No período da denúncia, notifiquei o prefeito que, claro, apresentou desde já e prontidão sua atuação e foi suspenso de todas as escolas municipais essa proposta de apresentação desta cartilha para demais escolas. Mas eu pergunto para você e as crianças que foram expostas a esse tipo de conteúdo? Fique de olho pai, se isso tá chegando na sua casa. Nós precisamos estar defendendo sempre as nossas crianças e eu, pastor Ewerton, como vereador desta cidade, estou atento a essas demandas. Deus abençoe vocês e peço seu voto para continuar na câmara municipal e atuando sobre nossas escolas para que nunca mais uma cartilha como essa seja apresentada em nossa cidade. Isso aqui não passa de um lixo!” (JOGA A CARTILHA NA MESA) Aparece a vinheta de campanha e fecha o vídeo.

O vereador ainda disponibilizou um link no seu Instagram para que qualquer pessoa pudesse acessar, reproduzindo todo o conteúdo da cartilha na íntegra e na legenda do vídeo ainda menciona que a cartilha foi denunciada junto ao Ministério Público⁶ e que a mesma seria uma “afrenta aos ensinamentos familiares para nossas crianças”. Este vídeo feito em colaboração com outros quatro perfis (incluindo o de sua esposa que é pastora e seu sogro que também é pastor), recebeu 553 curtidas, 79 comentários e 1.014 compartilhamentos, tendo 15.800 visualizações. Além disso, ele fez uma versão curta do vídeo que teve 122 curtidas, 15 comentários e 32 compartilhamentos, tendo 6.835 visualizações.

Vamos analisar os argumentos levantados pelo vereador em relação à cartilha. Sobre o fato da cartilha não estar em concordância com o PNLD, ponto que foi discutido durante a reunião com o conselho municipal de educação, uma das conselheiras argumentou que o fato da cartilha não estar dentro dos padrões do PNLD, não afeta a realização do projeto e outra conselheira ainda acrescentou que o projeto está de acordo com as normas da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação

6 O processo aberto pelo vereador foi instaurado, o Ministério Público entrou em contato com a Secretaria Municipal de Educação pedindo informações e logo foi arquivado. Contudo o vereador pediu a reabertura do mesmo, fazendo com que o Ministério Público iniciasse uma investigação mais minuciosa, entrando em contato novamente com a Secretaria Municipal de Educação, com a direção das escolas envolvidas e comigo. A partir dessas apurações, o Ministério Público arquivou novamente o processo por não encontrar qualquer indicativo de delito.

Nacional) e seguindo ainda orientações da Unicef de trabalhar o tema da educação menstrual, diante do cenário alarmante da pobreza menstrual no Brasil.

Sobre a questão que envolve os conhecimentos de medicina alternativa, que supostamente estariam instigando os estudantes a usarem o sangue menstrual como alimento e fazer pinturas com o sangue, estes dois assuntos foram abordados em uma sessão da cartilha que trata sobre criar novos referenciais em relação à menstruação, que busquem valorizar o sangue menstrual, contudo, em nenhum momento os estudantes são instigados a utilizarem o sangue como alimento, eles são instigados a perceberem que o sangue menstrual pode ser encarado como algo para além da ideia de nojo, sujo, morto, trazendo outras visões possíveis. Assim, nesta sessão falamos sobre uma pesquisa realizada na Universidade Federal do Rio de Janeiro, que utiliza o sangue menstrual em pesquisas sobre células tronco (Manica, Goldenberg & Asensi, 2018), em seguida abordamos o movimento de “plantar a lua”, que consiste em devolver o sangue menstrual diluído em água à terra, fertilizando as plantas, logo falamos sobre as medicinas menstruais, que é uma técnica desenvolvida por uma terapeuta menstrual argentina de utilizar o sangue menstrual para se criar homeopantias, tinturas e unguentos, depois abordamos a arte menstrual, mostrando como muitas mulheres utilizam o sangue para criar artisticamente e, por fim, trouxemos a educação menstrual para fechar o ciclo de novas representações. Em nenhum momento tratamos o sangue como alimento e sim falamos sobre sua possibilidade de ser utilizado como remédio, e essa informação é passada de forma contextualizada, da mesma maneira que ocorre com a questão da arte menstrual. Vou reproduzir aqui os dois textos na íntegra como aparece na cartilha:

“Sangue que vira remédio! Ainda mais curioso e intrigante são as medicinas feitas com sangue menstrual. É possível fazer tinturas, homeopantias, unguentos, cristais e amuletos com o sangue, mas primeiro a pessoa precisa realizar um processo de limpeza alimentar e ingerir cinco tipos de plantas medicinais para limpar o corpo e coletar o sangue. Esse método foi desenvolvido pela terapeuta menstrual argentina Zulma Moreyra, que acredita que a medicina com o sangue funciona como um elixir, trazendo diversos benefícios físicos e emocionais para a pessoa que o consome. A antropóloga e terapeuta menstrual Doutora Janaina Moraes realizou uma pesquisa sobre o assunto – saiba mais no final da cartilha”. (A Voz do Sangue, 2024, p. 13)

“Sangue que vira arte! Muitas artistas criam pinturas, fotografias e performances que envolvem o sangue menstrual para se conectar com a força dele, trazer visibilidade ao tema (quebrar o tabu!) e inspirar questionamentos e rupturas sobre o significado do sangue menstrual em nossa sociedade”. (A Voz do Sangue, 2024, p. 14)

Como é possível perceber, as interpretações feitas pelo vereador e pastor sobre o conteúdo são enviesadas e aparecem em sua fala de forma totalmente descontextualizadas, gerando assim uma série de equívocos, que alcançam um patamar muito grave quando ele sugere que a cartilha instiga os meninos à automutilação. Para tratar deste ponto específico que, ao meu ver, é um dos mais delicados, vou contextualizar como essa informação aparece na cartilha, é preciso, contudo, destacar que em nenhum momento usamos a palavra “automutilação”.

Para construir o conteúdo da cartilha nós desenvolvemos uma personagem, a Rainha Vermelha, que seria a personificação do sangue menstrual. A cartilha inicia com a apresentação desta personagem que convida as pessoas a conhecerem sua história. Assim, o primeiro conteúdo da cartilha fala sobre a menstruação em diversas perspectivas socioculturais, ou seja, como o sangue menstrual foi sendo percebido ao longo da história e em diferentes culturas. Iniciamos com a ideia mais comum do sangue menstrual como algo impuro, trazemos uma passagem do livro Levíticos que aborda uma série de interdições sobre a menstruação, falamos também como essa visão muda na Idade Média, quando palavras como “lua” e “flor” foram utilizadas para se referir à menstruação e voltamos mais ainda no tempo, na Idade da Pedra, quando a menstruação era vista como algo divino, depois apresentamos como a menstruação é encarada pelos Beng, um grupo étnico da Costa do Marfim, para quem a mulher menstruada cozinha a melhor comida e finalizamos com a curiosa história da ilha de homens menstruantes na Nova Guiné, os homens Wongeo, que praticavam rituais mensais de “sub-incisões”, realizando pequenos cortes no próprio pênis, para se purificarem do que a religião Wongeo chama de “poluição causada pelo ato sexual”.

Todas essas histórias são trazidas de forma contextualizada, embasadas em textos antropológicos sobre o tema, com o propósito de mostrar que a história da menstruação não é algo universal e nem mesmo linear, cada cultura ou tempo histórico terá diferentes noções e percepções sobre a menstruação. E a história da ilha de homens menstruantes aparece também para levantar um ponto muito importante que diz respeito ao fato de a menstruação, ainda que seja uma prerrogativa feminina, não é exclusividade das mulheres. E logo em seguida mencionamos, que sabemos que não são só as mulheres que menstruam, homens trans e pessoas não binárias também podem receber a menstruação, e é por este motivo que também utilizamos a expressão “menstruantes” no material.

Percebam, então, como a interpretação que o pastor e vereador faz do material é feita de forma moralista e até desonesta? Mobilizando assim a sua base eleitoral, causando medo e chamando os pais para estarem atentos em suas casas, buscando garantir votos,

ao se apresentar como um grande defensor das crianças, da família e dos bons costumes. Por fim, ainda, finaliza o vídeo afirmando seu compromisso de seguir fiscalizando as escolas para que este tipo de conteúdo nunca chegue na cidade, pois a cartilha não passa de um "lixo"! E mais uma vez o sangue menstrual é tratado como algo ruim, dispensável, descartável e morto, só reforçando paradigmas, o que fica mais evidente quando a decisão da secretaria de educação em visita técnica à escola⁷, logo após a reclamação do vereador, opta por recolher todas as cartilhas dos estudantes e destiná-las ao "arquivo morto".

A seguir vou reproduzir alguns comentários da versão original do vídeo, para seguirmos as análises do caso. O primeiro comentário fixado pelo vereador é de sua própria esposa, que também é pastora, e diz o seguinte:

REPÚDIO TOTAL

Um absurdo!!! Foi entregue sem qualquer autorização dos pais! Monstruosa a capa da cartilha...e olha os detalhes contidos nela:

diz que a Bíblia é "um livro retrógrado".

mostrou para adolescentes a possibilidade de usar o sangue menstrual para cultivo de plantas

para alimento

para arte

para medicina

na linguagem não diz "mulheres", mas o livro se direciona a "seres menstruantes"

fala de automutilação em meninos!

NÃO MEXAM COM NOSSAS CRIANÇAS E NEM COM NOSSA FÉ!

O comentário da esposa do vereador, segue a mesma linha do vídeo, acrescentando algumas informações novas, primeiro em relação à capa que seria "monstruosa", a capa da cartilha é o rosto da personagem que foi criada por uma ilustradora, a Rainha Vermelha, que é uma figura feminina de pele preta e cabelos volumosos, de vários tons de vermelho, como vocês podem ver em ilustração anterior. Esse comentário da pastora, que é uma mulher branca, soa bastante racista, principalmente quando na minha experiência tenho o contraponto de uma mulher preta que quando viu a Rainha Vermelha na capa da cartilha disse pra mim, "Nossa! Amei! Me senti muito representada!".

7 No dia 27 de junho de 2024 o vereador, junto com representantes do gabinete do prefeito estiveram na Escola B para fiscalizar a reclamação recebida e no dia 28 de junho de 2024. Também esteve presente na escola o diretor pedagógico da secretaria municipal de educação e, desta visita, foi gerado um Termo de Visita Técnico que me foi enviado posteriormente pela diretora da escola.

Em seguida vem os detalhes da cartilha que ela elenca com emojis de vômitos. É muito comum nos comentários dos usuários da internet em relação ao tema da menstruação utilizarem os emojis de vômito, algo que eu observei na minha tese de doutorado (Morais, 2021) quando analisei os comentários em uma matéria de jornal sobre a exposição de arte menstrual que eu desenvolvi - os usos dos emojis de vômito foram incontáveis para expressar a reação dos usuários diante de uma exposição de arte menstrual.

Seguindo as análises, a pastora fala que a cartilha diz que a bíblia é um “livro retrógrado”, colocando a frase entre aspas, como se tivesse citando literalmente o que está escrito na cartilha, entretanto, em nenhum momento falamos que a bíblia é um livro retrógrado. Como disse anteriormente, no momento em que estamos contando a história da menstruação, trazemos diversas perspectivas culturais sobre o tema, incluindo aquelas que tratam a menstruação como algo ruim, sujo, nojento e até mesmo perigoso. Abrimos com um quadrinho intitulado “Você sabia?”, que traz as seguintes informações:

“Há quem acredite, por exemplo, que se uma pessoa menstruada tocar algum alimento, ele pode estragar. Também há quem proíba o contato de menstruentes com outras pessoas durante o período menstrual, impeçam a prática de atividades físicas, banhos de mar e a ingestão de alguns alimentos, dentre várias outras interdições”. (A Voz do Sangue, 2024, p.4)

Em seguida trazemos uma passagem de Levíticos que fala sobre a menstruação, aqui vou reproduzir exatamente o que está na cartilha:

“Quando uma mulher tiver fluxo de sangue que sai do corpo, a impureza da sua menstruação durará sete dias, e quem nela tocar ficará impuro até a tarde. Tudo sobre o que ela se deitar durante a sua menstruação ficará impuro, e tudo sobre o que ela se sentar ficará impuro. Todo aquele que tocar em sua cama lavará as suas roupas e se banhará com água, e ficará impuro até a tarde. (...) Se um homem se deitar com ela e a menstruação dela nele tocar, estará impuro por sete dias; qualquer cama sobre a qual ele se deitar estará impura.” (A Voz do Sangue, 2024, p. 5).

Em seguida a essa passagem, mencionamos que “a Bíblia cristã é uma referência para muitas culturas e as concepções negativas sobre o sangue menstrual estão muito presentes nela – embora esta não seja a única narrativa que exista” (A Voz do Sangue, p. 5). Em nenhum momento falamos sobre a bíblia ser retrógrada, só dizemos que a concepção negativa sobre o sangue, tratado como impuro está presente na Bíblia, como também está presente em várias outras culturas e livros, e que por ser o livro mais lido e vendido do mundo (dado que falo em sala de aula), isso pode influenciar a forma na qual encaramos a menstruação, entretanto, não é a única concepção. Assim, logo depois,

trazemos os dados referentes à Idade Média, a Idade da Pedra e de outras culturas como já mencionado anteriormente. Contudo, somente por trazer a palavra “negativa” junto à Bíblia já se faz a leitura depreciativa do conteúdo, como se estivéssemos difamando a Bíblia. Com este argumento sendo levantado para deslegitimar o conteúdo da cartilha e até mesmo o projeto, fica evidente a falácia da ideia de laicidade do Estado, pois um pastor, que é vereador, foi até a escola, pedir a suspensão de um projeto que tem como material um conteúdo que de acordo com a sua interpretação estaria difamando a Bíblia e corrompendo as crianças. “NÃO MEXAM COM NOSSAS CRIANÇAS E NEM COM A NOSSA FÉ!”, é a frase que encerra o comentário da pastora. E, ainda que este argumento tenha sido levantado na reunião com o conselho municipal de educação, como um argumento que não justifica a suspensão do projeto e o tempo todo o diretor pedagógico tenha deixado claro que a sua Bíblia são as Leis Educacionais e tanto o projeto quanto a cartilha seriam analisadas sob esse olhar, no parecer final em relação ao projeto, a análise pedagógica diz o seguinte sobre a cartilha em relação a essa passagem:

Em análise à cartilha que é parte do projeto “Menstruação sem Tabu, pode se considerar que o Guia de Educação Menstrual “A Voz do Sangue”, contempla aspectos sociais, culturais e científicos, perpassando por viés econômico e sustentável sobre a menstruação. Observou-se ainda que o documento é apresentado de forma didática, utilizando-se linguagem formal e acessível aos estudantes. Contudo, ressaltamos que na página 5, a abordagem referente à Bíblia Cristã traz os termos “concepções negativas”, que podem gerar conflitos com os dogmas religiosos dos sujeitos envolvidos”. (Secretaria de Educação da cidade, Parecer Pedagógico, 2024).

Além disso, no que diz respeito aos conteúdos que aparecem na sessão de novos referenciais, o parecer da secretaria acredita que por conta destes conteúdos o projeto deva ser apresentado aos familiares antes de sua execução, “especialmente aos aspectos tratados nas páginas, 12, 13 e 14, devido à cultura e formação das famílias”. Em toda a análise pedagógica realizada pela secretaria estes são os únicos pontos levantados contra o projeto, que apontam os mesmos conteúdos levantados pelo pastor. É entendido que a temática está contemplada no currículo nacional, que o projeto e a sequência didática apresentada está em consonância com o que se espera de um projeto pedagógico, contudo por conta destes pontos mantém-se a suspensão do projeto, o que ao meu ver, novamente, não justifica a suspensão do mesmo, no máximo uma readequação de abordagem. Contudo, cabe aqui ressaltar que o prefeito estava em concordância com a ação do vereador em relação ao projeto, e representantes do gabinete do prefeito acompanharam o vereador em visita à escola. Então, ainda que o diretor pedagógico afirme que a sua Bíblia são as

Leis Educacionais, sabemos que a secretaria está subjugada à prefeitura, que é comandada por um missionário católico.

Assim, não me surpreende que mais uma vez, em nome da religião, da moral e dos bons costumes, meninas, mulheres e pessoas menstruantes estejam sendo privadas de receber informação de qualidade sobre seus corpos, ciclos e sexualidade. Reitero que os pontos levantados não justificam a suspensão do projeto, contudo é mais fácil cortar, podar, arquivar, do que dialogar.

Depois do comentário da pastora seguiram outros comentários em apoio à atitude do vereador:

“Eu trabalho na maior escola municipal de [nome da cidade] e nunca soube desse material e nem tive acesso... me causou estranheza sua publicação... inclusive me lembrou até do Bolsonaro com aquela cartilha nas redes sociais... me causa estranheza esse material chegar até vocês e nós que trabalhamos diretamente dentro da escola não termos acesso a isso... inclusive tudo que entra nas escolas tem que ter autorização da Sedec”.

A lembrança dessa pessoa sobre o caso do Bolsonaro é extremamente pertinente para analisar essa situação envolvendo a cartilha “A Voz do Sangue”. Ao longo da campanha eleitoral de 2018, o então candidato Bolsonaro, chegou a levar o livro “Aparelho Sexual e Cia”, lançado há mais de 20 anos na França e traduzido para mais de 25 países, ao Jornal Nacional, da TV Globo, pois de acordo com o candidato, tal livro comporia o material didático oferecido a professores por outro candidato à presidência, o Fernando Haddad. Esse livro já estava no radar de Bolsonaro, desde quando, ainda deputado, em 2011 fez campanha contra o programa Escola Sem Homofobia, que seria instituído pelo Ministério da Educação (MEC) na gestão de Fernando Haddad. Por causa da forte oposição, que afirmava que o conteúdo do material estimula o “homossexualismo (sic) e a promiscuidade”, o projeto não foi lançado. A deturpação do conteúdo por seus apoiadores, serviu para alimentar uma série de fake news a respeito do suposto “kit gay” (Pina, 2018). Entretanto, o livro “Aparelho Sexual e Cia” nunca fez parte do programa Escola Sem Homofobia, na ocasião o MEC financiou uma cartilha própria para orientar os professores sobre cidadania e direitos da população LGBTQIAPN+. Também no mesmo período surgiu outra notícia falsa envolvendo Fernando Haddad, por meio de um vídeo vulgarmente conhecido por “mamadeira de piroca”, em que um homem mostra uma mamadeira com o bico no formato do órgão genital masculino dizendo que o item foi distribuído em creches pelo PT a mando de Fernando Haddad. O caso ganhou repercussão internacional, e embora não haja estudos que evidenciem de forma definitiva a influência de notícias falsas como

esta nas eleições, episódios como este são frequentemente referenciados como tendo sido um dos responsáveis pela eleição de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil em 2018.

Tornou-se comum a deturpação de fatos, ou mesmo a criação de informações falsas para manipular as pessoas, a fim de conseguir uma boa votação nas eleições. Infelizmente, o nosso projeto e a cartilha foram utilizados pelo vereador e pastor com este mesmo propósito, visto que durante a visita técnica na escola ficou-se acordado entre as partes que o projeto seria suspenso e as cartilhas seriam recolhidas sem qualquer exposição dos fatos aos estudantes e comunidade escolar, contudo, quatro dias antes das eleições o vereador faz a exposição do ocorrido, manipulando a informação em seu benefício, tendo uma boa repercussão nas redes sociais e conseguindo mobilizar sua base eleitoral de forma eficaz, como podemos perceber nos comentários que seguem:

Eu fico em paz em saber que temos alguém que nos defende.

Por isso, e por tantos outros motivos [número do candidato] dia 06/10.

Absurdo. A importância de ter alguém nos representando.

Meus netos estudam na rede pública, louvo a Deus pelo seu comprometimento com a segurança das nossas crianças. A seriedade do seu trabalho muito nos alegra #[número do candidato].

Está repreendido em nome de Jesus que Deus proteja nossos filhos.

Por isso a importância de termos um homem de Deus lá! Que vai cuidar da nossa cidade, não só da infraestrutura, mas também cuida das nossas crianças!! MEU VOTO É [número do candidato]!!

JESUS toma conta de nossas crianças. A maldade extrema está no ar. Uma batalha espiritual muito grande. Vamos orar e muito. Só DEUS PAI nas causas contra Satanás.

Misericórdia! Tenho medo de pôr filho no mundo, hoje em dia as escolas estão tomadas pela cultura inútil.

Que pouca vergonha! É inadmissível termos livros desse nível nas nossas escolas tentando mexer com a mente das nossas crianças! Ainda bem que temos o senhor para defender os direitos da família, princípios e valores! Por isso que meu voto é [número do candidato].

Parabéns Pr. [nome]. Lugar de lixo é no lixo! Orgulho de você, que Deus continue te abençoando.

Indignação com este lixo introduzido na vida de nossas crianças. Ainda bem que Deus levanta homens valentes para lutar e proteger nossas crianças. Meu voto é [número do candidato].

É um absurdo! Livro nojento! Por isso é tão importante que nosso vereador pr. [nome] continue no mandato [número do candidato]!!

Fico feliz que as crianças de nossa cidade têm sido protegidas e sua inocência preservada! Assuntos como este não podem ser tratados desta forma e muito menos por uma escola.

Sua atuação firme e comprometida com o bem-estar das nossas crianças fez toda a diferença. O conteúdo impróprio foi retirado das escolas, garantindo que o ambiente escolar continue sendo um lugar seguro e de formação de bons valores. Que Deus continue te abençoando nessa caminhada em defesa da família e de nossas crianças.

A maioria dos comentários fazem coro ao absurdo que é este tipo de projeto, tratando a cartilha como lixo, seguindo a mesma atitude do vereador no vídeo, demonstrando preocupação e medo em relação às crianças expostas a esse tipo de proposta pedagógica, mencionando também a importância de haver um homem de Deus, defensor da família, da moral e dos bons costumes na câmara legislativa e declarando o apoio à reeleição do vereador.

É possível perceber, pelos comentários, que o vereador foi bem sucedido em utilizar essa informação em sua campanha. Este vídeo é o que teve maior repercussão em sua rede social, em relação a todos os outros conteúdos veiculados durante a sua campanha eleitoral e o vereador conseguiu a reeleição, sendo o terceiro vereador mais votado da cidade.

Ainda que toda esta situação seja bastante desagradável, para dizer o mínimo, ela abre o campo para muitas reflexões importantes sobre os desafios de implementação deste tipo de projeto na rede pública de ensino. Para seguir as análises vou acrescentar alguns dados que provêm de outras fontes. A primeira é o Termo de Visita Técnico que a Secretaria de Educação fez na escola em questão e que já mencionei anteriormente. Este termo menciona que o vereador não só mais uma vez fala sobre a questão da cartilha não estar referendada no PNLD, como também acrescenta que haverá uma provação da secretaria de saúde local, para que ela auxilie de forma mais clara e técnica, já que seria de responsabilidade da saúde tal matéria. Este ponto levanta uma questão que surge para nós que estamos pensando em educação menstrual. Quem tem competência para lecionar, assumir ou julgar este tipo de vivência e conteúdo? São os profissionais da saúde? Nos poucos artigos que encontramos sobre experiências de educação menstrual em escolas (Matos et al., 2023; Lima et al., 2023), quem têm trazido este tipo de debate em sala de aula tem sido os profissionais da saúde, contudo, sempre de forma muito pontual, sem muitas reflexões e aprofundamentos e seguindo somente o modelo biomédico. Não é que não iremos trazer informações da medicina e biologia sobre o funcionamento do corpo humano e da menstruação, mas por se tratar de um tema complexo, transdisciplinar e

multidimensional, como é a pobreza menstrual, é extremamente necessário aprofundar nas discussões, trazendo elementos históricos, sociais, econômicos, debatendo a questão do tabu que envolve o tema, procurando em alguma medida criar um espaço que promova uma reflexão que busque romper com este estigma, competência esta que talvez os profissionais da saúde não tenham adquirido em sua formação. Então, o vereador não só contesta o conteúdo da cartilha e o projeto, como também, mesmo que de forma indireta, levanta a questão de quem tem autoridade para falar sobre este tema. Ou seja, eu, uma pesquisadora com título de Doutora, com dez anos de experiência em estudos sobre menstruação, por ser antropóloga, aos olhos do vereador, não tenho competência para tal. E essa ideia é reforçada quando no Termo de Visita Técnico fica decidido que “o tema “Menstruação” não deixará de ser trabalhado, mas será realizado dentro das limitações dos Livros de Ciências do PNLD e através dos Professores Regentes de Ciência do Quadro Funcional da Unidade”.

Os desafios de execução deste tipo de projeto são muitos, pois falar sobre menstruação e temas tangenciais tais como gênero e sexualidade em uma instituição pública, como a escola, não é algo simples. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que são a forma na qual os conhecimentos se estruturam e articulam na comunidade escolar, que estavam em vigor desde 1997 até 2017, compreendiam uma possibilidade de elaboração de conteúdos ligados aos estudos de gênero e sexualidade no ambiente escolar.

Juntamente com outras áreas, a Orientação Sexual era apresentada enquanto Tema Transversal (PCN, 1997), ou seja, seus conteúdos, incluído a menstruação, poderiam ser desenvolvidos ao longo de todo o currículo, em disciplinas e anos variados, o que possibilitava o ensino sobre o ciclo menstrual para meninas antes que este se iniciasse, preparando-as para as mudanças que enfrentariam então. Todavia no ano de 2017 foi aprovada a terceira versão da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), que substituiu os PCNs e deixou uma lacuna sobre as temáticas de gênero no currículo escola. (Reyes, Silva & Jung, 2023, p.51).

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) a menstruação é um tema que deve ser trabalhado na disciplina de Ciências, no 8º ano do ensino fundamental, dentro da unidade temática que vai abordar mecanismos reprodutivos e sexualidade. É, contudo, fundamental destacar que a pedido do Ministério da Educação, as temáticas de gênero e sexualidade foram suprimidas do texto final pelo Conselho Nacional de Educação (órgão redator da BNCC). Dessa forma, esse assunto ficou restrito a uma abordagem dos aspectos biológicos e fisiológicos do aparelho reprodutor feminino (Reyes, Silva & Jung, 2023). Ainda que este tema deva ser abordado na escola, o relatório da UNFPA e UNICEF

(2021) sobre a Pobreza Menstrual no Brasil, aponta que 71% dos jovens entre 13 e 24 anos, relataram a inexistência de aulas, palestras ou rodas de conversa sobre o tema da menstruação nas instituições escolares que frequentaram, ou seja, estar incluído como tema obrigatório na disciplina de ciências não é garantia que o mesmo será trabalhado em sala de aula e na profundidade que poderia e deveria.

A decisão de limitar a abordagem deste tipo de conteúdo nas escolas está relacionada a um movimento conservador que tem encarado a abordagem de tais temas como “ideologia de gênero”, posicionando contra a inclusão do ensino sobre gênero e sexualidade nos planos de educação seja em nível nacional, estadual ou municipal. Ainda que o argumento de ideologia de gênero não tenha aparecido no vídeo do vereador, o link no qual ele disponibiliza em seu Instagram, com a cartilha completa, junto a este mesmo arquivo, encontra-se um documento endereçado à secretaria municipal de educação que menciona o material disponibilizado pelo projeto como um livro que “aborda aspectos sensíveis da ideologia de gênero”. Dentro deste contexto, levar essa discussão às escolas sempre irá depender de um aval da Secretaria de Educação, bem como da direção da escola, além da adesão do corpo docente, da comunidade estudantil e dos familiares e não estará isento de represálias ainda com todas as autorizações concedidas, vide o exemplo do que aconteceu com o projeto “Menstruação sem Tabu”.

Acredito, assim, que o maior desafio para a implementação deste tipo de projeto está em transpor as barreiras desse movimento conservador e acredito ainda, que todos esses desafios só enfatizam a importância de projetos que envolvem a educação menstrual, pois estamos lidando com uma pedagogia e conteúdos emancipadores contra um movimento que se beneficia da desinformação. Além disso, os impactos deste tipo de iniciativa na formação dos estudantes são notáveis, como fica claro nos relatos dos estudantes que participaram do projeto no Instituto Federal.

Como na Escola B não pudemos concluir o projeto e aplicar nosso questionário final, somente o inicial, não foi possível mensurar o impacto das oficinas na formação dos estudantes, mas durante as aulas pudemos perceber os estudantes muito envolvidos e interessados no tema. Já na Escola A pudemos realizar a pesquisa prévia e a posterior. Na prévia vemos a completa falta de informação das alunas sobre o tema e o desejo de compreender mais o que se passa com seu corpo e na posterior podemos perceber um avanço na compreensão destes temas e o desejo que o projeto se perpetue. No nosso último encontro ouvi de várias alunas frases do tipo: “semestre que vem você volta, né tia?”; “Tem que voltar!”; “Eu gostei muito!”. Além disso, a diretora da escola relatou perceber uma melhora nas alunas em vários aspectos, tanto pessoal, de autoestima, quanto também comportamental, de higiene básica.

Considerações finais

É uma lástima que o conservadorismo tenha impedido a continuidade do projeto nas escolas da cidade e que tanto o projeto quanto a cartilha tenham sido utilizados de forma leviana pelo pastor para garantir sua reeleição. Poderíamos revisar o conteúdo e abordagem das oficinas? Sim, com toda certeza! Seria suficiente para que o projeto tivesse continuidade? Improvável. Acredito que se não fosse esse conteúdo outros assuntos abordados também poderiam ser interpretados de forma equivocada e manipulados para favorecer a suspensão do mesmo, porque no fim das contas estamos lidando com informações e metodologias emancipadoras, capazes de romper tabus consolidados e fazerem as pessoas pensarem de forma diferente sobre si próprias, algo nada atrativo para um movimento que se beneficia da falta de informação e conhecimento.

Por fim, acredito que sim, as oficinas e os conteúdo são capazes de causar transformações visíveis no pensamento e comportamento dos estudantes, promovendo assim um espaço mais respeitoso e digno para as pessoas que menstruam e que o maior desafio de implementação deste tipo de projeto, para além dos desafios técnicos, metodológicos e de infraestrutura é transpor as barreiras do conservadorismo, presentes em diversas instâncias.

Referências

Lima, et al. 2023. Pobreza menstrual entre adolescentes de uma escola estadual em Rio Verde – Goiás. *Research, Society and Development*, v. 12, n. 5, e15112541629. (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v12i5.41629>

Manica, Daniela Tonelli; Goldenberg, Regina Coeli dos Santos; Asensi, Karina Dutra. 2018. CeSaM, as células do sangue menstrual: Gênero, tecnociência e terapia celular. *Interseções*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 93-113, jun.

Matos, et al. 2023. Dignidade e pobreza menstrual: relato de experiência da extensão universitária na saúde do adolescente. *Revista ELO - Dialogos de Extensão*, Viçosa, MG - Volume 12.

Morais, Janaina de Araujo. 2021. *Portal Vermelho: uma etnografia sobre corpo, gênero, sangue, emoções e experiência*. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

MORAIS, Janaina de Araujo. 2024. *A Voz do Sangue - Guia de Educação Menstrual*. Publicação Independente. 1º edição.

Pina, Rute. 2018. TSE confirma que “kit gay” nunca existiu e proíbe “fake news” de Bolsonaro. *Brasil de Fato*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/16/tse-confirma-que-kit-gay-nunca-existiu-e-proibe-fake-news-de-bolsonaro>. Acesso em: 18/11/2024.

Reyes, Gabriela; Silva, Denise; Jung, Hildegard. 2023. Reflexões sobre a pobreza menstrual de estudantes na educação básica brasileira. *Revista Ambivalências do Grupo de Estudos e Pesquisa Processos, Identidade e Poder*. Dossiê: “Educação, Política e Gênero (Metas Para Cumprimento dos ODS ONU - 2030)”. V.11 • N.21 • p. 40 – 60.

Secretaria Municipal de Educação de [nome da cidade]. 2024. *Termo de Visita Técnico*. 28 de junho de 2024.

Secretaria Municipal de Educação de [nome da cidade]. 2024. *Parecer Pedagógico*. 17 de julho de 2024.

UNFPA/UNICEF. 2021. *Pobreza Menstrual no Brasil: Desigualdades e Violações de Direitos*.

Recebido em 17 de fevereiro de 2025.

Aceito em 22 de abril de 2025.

"Menstruação sem Tabu": uma reflexão sobre a experiência com oficinas de educação menstrual em escolas e instituições públicas

Resumo

O presente trabalho tem como propósito realizar uma reflexão sobre a experiência de elaboração e execução de um projeto de educação menstrual em escolas e instituições públicas, em uma cidade do interior do estado de Minas Gerais, que teve como propósito promover a dignidade menstrual por meio da educação. A experiência com este projeto abriu a possibilidade para muitas reflexões e questionamentos. Quais são os desafios de implementação deste tipo de projeto na rede pública de ensino? Como é a recepção dos estudantes e da comunidade escolar diante deste tema? Como meninas e meninos acolhem ou não esta abordagem? Quais os impactos da educação menstrual na formação dos jovens? Quais os desafios para o desenvolvimento de metodologia e conteúdo para esse tipo de oficina? Essas questões serão elaboradas neste trabalho que abre o campo para o desenvolvimento de uma pesquisa de pós-doutorado, no Labjor/Nudecri, Unicamp.

Palavras-chave: Educação; Menstruação; Dignidade Menstrual.

"Menstruation Without Taboo": A Reflection on the Experience with Menstrual Education Workshops in Schools and Public Institutions

Abstract

This work aims to reflect on the experience of designing and implementing a menstrual education project in schools and public institutions in a city in the interior of the state of Minas Gerais, with the goal of promoting menstrual dignity through education. The experience with this project opened up possibilities for many reflections and questions. What are the challenges of implementing this type of project in the public education system? How do students and the school community receive this topic? How do girls and boys accept or reject this approach? What are the impacts of menstrual education on the development of young people? What are the challenges in developing methodology and content for this type of workshop? These questions will be explored in this work, which lays the groundwork for the development of a postdoctoral research project at Labjor/Nudecri, Unicamp.

Keywords: Education; Menstruation; Menstrual Dignity.

Menstruar é político: notas (auto)etnográficas sobre Educação Menstrual Emancipadora

Larissa Pelúcio

Livre-docente em Estudos de Gênero, Sexualidade e Teorias Feministas/Universidade Estadual Paulista

<https://orcid.org/0000-0001-6212-3629>

larissa.pelucio@unesp.br

“Você agora é uma mocinha”

Aos 59 anos, eu sabia muito pouco sobre menstruação. Apesar de ter menstruado aos 10 anos, o que me deixou revoltada com a vida e num mau humor que eu descontava na minha mãe e em lágrimas no banheiro. Passei 44 anos menstruando sem saber quase nada sobre o ciclo menstrual. Tive três filhas que herdaram de mim essa ignorância. Na escola, mesmo nos anos de 1990 e 2000, quando elas cursaram a Ensino Fundamental II e o Ensino Médio, tudo que aprenderam não estava distante do que eu mesma havia aprendido, folheando os livros que minha mãe me deu naquele longínquo 1973, quando, pela primeira vez vi uma mancha de sangue em minha calcinha.

“Você agora é uma mocinha” é uma frase horrível. É como uma sentença contra a infância que ainda nos habita. Espero que eu mesma não a tenha repetido para as minhas filhas. Já não me lembro, mas é provável que eu também tenha desfiado todo aquele novelo emaranhado de lugares comuns, fazendo de uma certa ignorância ancestral, uma forma de educar crianças e pessoas que menstruam.

Aprendi com Carolina Ramirez, uma das fundadoras do projeto colombiano *Princesas Menstruantes*¹, que é fundamental incluir a palavra “meninas” na expressão “pessoas que

1 O Projeto *Princesas Menstruantes* foi idealizado pela psicóloga Carolina Ramirez Vásquez (que assina na maior parte das suas produções com o sobrenome Ramirez) e Claudia Monsalve Arboleda, hoje coordenadora acadêmica da *Escuela de Educación Menstrual Emancipadas*. Arboleda tem formação em Serviço Social. Aproveito para agradecer imensamente a Claudia pelo encontro em Medellín. Uma entrevista regada por muitas informações, bom papo e trocas riquíssimas.

menstruam”. Desde a primeira aula do *Diplomado en Educación Menstrual*, que cursei com fins etnográficos ao longo de seis meses, entre março e agosto de 2024, Carolina destacou que essa escolha é antes de tudo política. Em breve, apresentarei a *Escuela de Educación Menstrual Emancipadas*, seus conceitos estruturantes e outros elementos etnográficos que compuseram minha experiência imersiva como aluna do diplomado².

Voltemos a 1973, ao dia seguinte daquela tarde em que entrei em luto por não ser mais criança. Minha mãe me deu um sutiã verde claro, estilo camisetinha; uma calcinha rendada bege, de fundo plastificado e com presilhas para fixar as alças do “modess” (nome da marca, mas era como chamávamos os absorventes higiênicos naquele então). Entre essas prendas, não sei dizer qual delas eu mais detestei. O kit “agora você é uma mocinha” também continha um livro, mais um, dos muitos que minha mãe me dava sobre o que devia se chamar naquele tempo de “educação sexual”³. Ele era bonito, ilustrado e didático, mas em nenhuma página eu encontrei explicação para minha tristeza imensa e pela vergonha que estava sentido. Como, provavelmente, eu era a única menina no mundo que estava passando por aquilo (sim, eu acreditava nisso), enquanto as outras celebravam aquela interrupção sangrenta da infância, eu tinha certeza que ninguém me entenderia. Que ririam de mim, e que nenhum livro poderia me acolher.

Na escola ia ser pior. Entre 1968 e 1973, o “autorismo moralista” estava hipertrofiado (Rosenberg, 1985). De maneira que levar a educação sexual para o currículo formal passava pelo crivo de clérigos, militares e educadores que acreditavam que aquele deveria ser um tema de alçada exclusiva da família. Não é difícil imaginar o silêncio retumbante em torno de temas como menstruação, gravidez e prevenção no âmbito familiar, nos anos ditatoriais.

Parafraseando Michel Foucault (1999, p. 14), quando o tema é a menstruação e seu ciclo, ouvimos educadoras/es falarem prolixamente de todo o silêncio que se construiu em torno do sangramento menstrual, em lições obstinadas em detalhar o que não se diz.

2 Este artigo deriva de pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, intitulada “Menstruação e tecnopolíticas de resistências ativismos feministas e plataformização do ciclo menstrual” (Auxílio de Pesquisa Regular - Processo 2022/14937-3). Esta pesquisa conta ainda com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e constitui o projeto de pesquisa associado à Bolsa Produtividade (PQ-2, Processo 309923/2022-0).

3 Fúlvia Rosenberg, em artigo publicado em 1985, faz minucioso apanhado das discussões sobre a implementação de Educação Sexual nas escolas ao longo de duas décadas (1960 a 1980), evidenciando como a moral vigente durante os anos da ditadura militar no Brasil obstaculizou o debate sobre a inclusão de conteúdos que envolvessem qualquer tipo de abordagem sobre o tema. A perseguição e mesmo punições a professoras e professores que ousaram levar temas referentes à sexualidade está bem documentada no artigo de Rosenberg. Ainda assim, tive acesso a livros que me foram presenteados por minha mãe, estudante de pedagogia à época.

Zallocco (2019) destaca que a menstruação tem sido regulada, familiar e educativamente silenciada e socialmente castigada ao longo da história, principalmente nas sociedades ocidentais, inclusive, na atualidade. A autora ainda menciona que na sociedade atual, a influência do saber biomédico na educação, os materiais pedagógicos para falar sobre o ciclo menstrual e a indústria publicitária têm contribuído para associar à menstruação com uma alta carga simbólica negativa, associada ao medo, à vergonha e à opressão dos corpos que menstruam, as mulheres cisgênero, os homens trans, e algumas pessoas não binárias (Marin & Cassiani, 2021, p. 96).

O mutismo e a ignorância (no sentido de se ignorar) que cercava a menstruação, e outras orientações e informações sobre sexualidade nas conversas de família, não deixou de ser a regra (Costa et.al, 2021). Mulheres, que como eu, tinham entre 10 e 14 anos nos anos de 1970, foram entrevistadas por Maria Luísa Eleutério Mundim, Milena Polizelli Leite de Souza e Vitor Castalões Gama (2021). Como eu, algumas delas, quando menstruaram, moravam no Plano Piloto, em Brasília, e pertenciam à classe média. Como eu, todas tiveram medo quando veio a menarca, aquele primeiro sangramento. M., uma mulher de 68 anos e que teve o primeiro sangramento aos 9, relatou a Mundim e colaboradoras (2021, pp. 235-236) que ao menstruar, foi informada que estaria pronta para ser mãe.

M. foi ensinada que todo o tormento que ela passava uma vez ao mês era necessário para se ter filhos, mas ela enfrentou dificuldades quando mais velha precisou de assistência médica para engravidar. Quanto a D [67 anos], que só foi aprender sobre o que era o ciclo menstrual depois de adulta, por meio de um programa de televisão, ela reforça que o acesso à informação para sua geração era altamente defasado e difícil.

Décadas depois, minhas filhas estavam mais informadas. Mas, na escola só tiveram acesso a conteúdos sobre corpo e sexualidade nas aulas de Ciências, ao fim do Ensino Fundamental. Bem, antes tarde do que nunca. Mas, acho que todas, todes e todos, sabemos que a educação menstrual, quando trabalhada em escolas, tende a ser higienista, determinista e biomédica (Marin & Cassiani, 2021, p.94). Acrescento que esta educação é muitas vezes misógina. Sensualiza, a partir de discursos que simulam o cuidado, o corpo menstruante. Aprofunda-se, assim, perspectivas essencialistas e binárias sobre os gêneros⁴.

4 Ainda que a semenarca, o início da produção de sêmen para os garotos, também venha carregada de desconhecimento e medo, os meninos costumam ser informalmente ensinados que agora são homens e isso lhes dá privilégios de gênero, desde que se esforcem para se mostrarem heterossexuais (Guimarães, 2023).

Es necesario mencionar que cuando una niña menstrúa por primera vez se le otorga el estatus de mujer sexuada sostenido en el mandato hegemónico y heteronormado que reduce la menstruación exclusivamente a la capacidad reproductiva. Es decir, la menarca resulta un evento riesgoso para la niña en contextos sociales misóginos (Vásquez, 2022, p. 99).

Portanto, se tornar uma “mocinha”, num quadro de pouca informação para além dos aspectos biologizantes, ainda é um evento envolto em tabus que, ao fim, controlam a sexualidade de pessoas que são assignadas com meninas ao nascerem, desde quando estas ainda são muito jovens. O tabu menstrual, como discutem Carolina Ramírez Vásquez (2022) e Eugenia Tarzibachi (2017), é mesmo um aliado do patriarcado⁵. Aprendi isso muitos anos depois, quando eu não sangrava mais e passava a viver, desta vez criticamente⁶, um outro tabu, o da menopausa.

O tabu em torno da menstruação é tão poderoso que fez com que acreditássemos em TPM⁷ como uma condição patológica que torna insuportável a pessoa que menstrua. Fomos ensinadas que o sangue menstrual é uma espécie de “maldição”, uma falta, um útero vazio, um mês a mais no qual desperdiçamos o sangue da descamação do endométrio em cólicas que comprovam nossa condição de corpos naturais demais para merecerem a civilização.

O sangue menstrual ofende os esforços civilizatórios. Assim, aprendemos que é preciso esconder o máximo possível qualquer evidência de que estamos menstruadas, o que inclui manchar-se. Aprendemos que menstruar é vergonhoso; que um corpo menstruando, mesmo que seja de uma criança de 10 anos, é um corpo que está em perigo e pode, até mesmo, engravidar.

Com a chegada da menarca, éramos imediatamente advertidas sobre uma série de proibições: não participar de determinadas atividades domésticas, como o preparo de certos alimentos; não lavar os cabelos; não pisar descalça no chão ao acordar. Eram

5 Como Joan Abelda e Anastacia Infantes 2021, p. 3), a partir de Gerda Lerner (1990) o Gayle Rubin en su conocido artículo sobre el tráfico de mujeres (1986), condiciona la existencia de mujeres y hombres en tanto que se trata de un sistema de dominación jerárquico, un sistema de exclusión basado en una división sexual del trabajo y los espacios-tiempos, a partir de una supuesta biología significativa”

6 No próximo capítulo explorarei a dimensão teórico-política da menopausa a partir de minha experiência etnográfica como aluna do curso de *Educación Menstrual Emancipadora*.

7 TPM é a sigla para Tensão Pré-Menstrual ou SPM, Síndrome Pré-Menstrual. “A SPM pode ser compreendida como um desenvolvimento contemporâneo desse dispositivo no qual o corpo da mulher é analisado, qualificado e desqualificado e principalmente integrado ao campo das práticas médicas por uma patologia que lhe seria ‘intrínseca’. Enquanto construção complexa, a SPM pode ser articulada a um dispositivo de saber e poder integrado ao campo das práticas médicas e também ao cotidiano das estratégias de poder entre homens e mulheres, mães e filhos, patrões e empregadas, apresentando pontos de resistência e servindo para justificar a desigualdade entre os gêneros, fundamentando-as na própria natureza. (Mariano, 2012, p. 64).

restrições ao cuidado de si, ao gesto cotidiano, que carregavam o peso de um aprendizado doméstico e popular, transmitido de forma intergeracional. No campo do lazer, também se nos impunham limites: não entrar em rios ou açudes, não correr, não andar de bicicleta, não pular corda, não brincar como antes. Em muitas regiões do Brasil, como mostram os relatos de meninas sertanejas estudadas por Virgínia Palmeira Moreira (2013), o início da menstruação significava não apenas a chegada de um risco — o de engravidar —, mas a interrupção de uma infância corporalizada na liberdade de brincar e circular. Em vez disso, impunha-se a postura da “mocinha”: sentar direito, cuidar do corpo, não se expor. As meninas que antes podiam “andar à toa”, como se dizia, passavam a ter seus passos medidos. Tais restrições, como mostram também os registros etnográficos analisados por Cecília Sardenberg (1994), não são apenas culturais, mas operam como tecnologias de gênero, inscritas em práticas que situam o corpo que sangra como perigoso, poluído, fora do lugar. A depender da região, da religião ou da cosmologia local, o sangue menstrual podia interromper processos como a queima da cerâmica ou espantar os peixes de um manguezal — o que justificava, entre outras coisas, o afastamento das meninas menstruadas de atividades coletivas, artísticas ou rituais.

Um aprendizado doméstico e popular que começou a mudar em regiões urbanas brasileiras bem no momento em que eu menstruei. Nos anos de 1970, entre a classe média brasileira, se estabelecia um modo “moderno” de se menstruar: absorventes descartáveis em lugar de panos reutilizáveis, associando esse insumo à liberdade feminina. Não foi diferente em outros países sul-americanos (Tarzibachi, 2017), onde a chamada indústria dos “cuidados femininos” investia na imagem da mulher que trabalhava fora do lar e nas meninas púberes, que diferente de suas mães poderiam esconder melhor o fato de estarem menstruadas, se livrarem do “risco” das “constrangedoras” manchas de sangue e mais: não terem de lidar com seu próprio sangue ao higienizarem paninhos, que também deveriam ser mantidos fora do olhar dos outros, sobretudo, dos homens.

Meu interesse em torno de processos endócrinos/fisiológicos como menstruar e parar de menstruar, se deu quando conheci os aplicativos para o monitoramento do ciclo menstrual⁸. Esses Rastreadores de Ciclo Menstrual, mais do que monitorar esses processos, estão nos ensinando a como menstruar, combinando slogans emprestados das lutas feministas a uma pedagogia mecatrônica⁹. Segundo Deborah Lupton (apud Paletta,

8 Baixei dois deles, os mais populares segundo as lojas digitais Google e Appel, o Clue Calendário Menstrual e de Ovulação e o Flo Calendário Menstrual. Ao fim, foquei neste último, sobretudo, por um dos seus serviços, chamado de “Papo Privado”, onde pessoas que utilizam o app podem intercambiar informações motivadas por perguntas lançadas pela equipe do Flo. Agradeço a Milla Pizzignacco, minha filha mais nova, quem me alertou para o potencial investigativo dos aplicativos.

9 A pedagogia mecatrônica poderia ser descrita como uma abordagem educacional que articula conhecimentos técnicos e científicos a partir de uma visão crítica e interdisciplinar, promovendo não

Nucci & Manica, 2020, p.06), aplicativos móveis como os *menstruapps* oferecem linguagens específicas que “moldam corpos humanos e pessoas como parte de redes heterogêneas, criando novas práticas e conhecimentos”.

Então, pensei, a menstruação se tornou um tema tecnopolítico, envolvendo *Big Techs* interessadas nessa fonte aparentemente inesgotável que é o sangue menstrual. Evgeny Morozov (2018), um dos críticos mais agudos da extração maciça de dados digitais-pessoais que vem sendo operada por grandes corporações como Amazon, Google, Microsoft, considera os aplicativos como os *menstruapps*, sedutores agentes digitais do neoliberalismo. *Apps* voltados para monitoramento de funções biológicas e fisiológicas não só mineram informações valiosas sobre saúde, ciclos naturais e estados emocionais de usuárias(es), como tendem a acenar com mágicas soluções individuais, diante de temas macrossociais como saúde, pobreza e desemprego.

Diante desse cenário, passei a buscar por meios digitais as resistências feministas articuladas em ativismos menstruais. Foi quando me deparei com *Escuela de Educación Menstrual Emancipadas*, um espaço crítico e de reelaboração dos aprendizados sobre menstruação. Ao explorar todo o site da *Escuela*, entendi que eu precisava fazer o diplomado em educação menstrual, não só para cumprir alguns objetivos de pesquisa, mas porque eu vinha de me dar conta de minha imensa ignorância.

Neste artigo, apresento esta experiência a partir de enfoque autoetnográfico, o que combina a análise reflexiva da própria vivência com uma leitura crítica dos contextos socioculturais em que essa experiência se insere (Poulos, 2021, p. 4). A autoetnografia me permite trabalhar com

múltiplas camadas de reflexividade, uma vez que a pessoa que pesquisa e aquela que é pesquisada são a mesma. Para Grant (2014), pesquisas autoetnográficas desempenham um valioso papel na antropologia: expõem partes de fenômenos culturais que as pessoas vivem, mas não costumam falar. Falam sobre o não dito, advogando contra determinadas invisibilidades e silenciamentos, ao mesmo tempo em que ressaltam a importância da narração, em especial da narração pessoal, nas ciências humanas e sociais (Gama, 2020, p. 190).

A experiência como aluna do Diplomado em educação menstrual, se tornou um campo de investigação em si, permitindo que eu analisasse as transformações nas minhas percepções sobre menstruação, bem como os tensionamentos entre os saberes

apenas habilidades práticas, mas também a capacidade de reflexão ética e política sobre o impacto das tecnologias no mundo contemporâneo. Ao integrar mecânica, eletrônica, computação e automação, essa pedagogia pode tanto empoderar sujeitos para atuar em contextos tecnológicos quanto questionar as lógicas de poder, exploração e exclusão que permeiam a produção e o uso dessas tecnologias.

compartilhados no curso e os que orientavam a maior parte das 12 estudantes que compartilharam comigo seis meses de formação.

Enfim, busquei investigar como o curso articulou epistemologias feministas e decoloniais na abordagem da menstruação e de que maneira isso dialogou com minha hipótese sobre o fluxo de dados emocionais nas tecnologias menstruais¹⁰. Nesse sentido, a reflexividade crítica foi central, permitindo-me compreender os atravessamentos entre teoria e prática, entre aprendizado e vivência, e refletir sobre minha posição como pesquisadora e participante ativa do campo. Esse percurso formativo não foi apenas um dado biográfico, mas um eixo analítico fundamental para compreender como o saber menstrual se constrói no cruzamento entre ativismos, pedagogias feministas e infraestruturas tecnológicas que regulam corpos e afetos.

Para fechar esta introdução, vale marcar que este trabalho se inscreve no campo da (auto)etnografia feminista, entendida aqui como uma abordagem que articula vivência pessoal e análise crítica dos contextos sociais e políticos em que a experiência se insere (Poulos, 2021; Gama, 2020). Utilizo o termo (auto)etnográfico para sinalizar que o material empírico não se limita à minha trajetória pessoal como aluna do curso, mas também se constrói a partir de outras fontes: anotações de campo, conteúdo programático do Diplomado, entrevistas informais com participantes e educadoras, além de materiais audiovisuais, textos e registros institucionais da *Escuela*. Assim, o corpus é composto tanto por minha própria participação no curso, quanto por documentos públicos e experiências compartilhadas por outras integrantes.

Educação menstrual pra quê?

Cada vez que mencionei com colegas da universidade, familiares, amigas e amigos que estava fazendo um diplomado em educação menstrual, me deparei com algumas perguntas: pra quê?; mas o que é isso?; isso existe?; mas o que se aprende num curso desses?. Algumas pessoas tinham dúvidas legítimas, outras apenas achavam aquilo uma grande bobagem, afinal, o que uma mulher cisgênera com mais de 60 anos precisaria aprender sobre menstruação? Aliás, há o que aprender sobre esse tema? Diante destas perguntas eu devolvia com outra: o que você realmente sabe sobre menstruação? Como eu, as pessoas não sabiam mais do que o mínimo. Por fim, tinha a resposta: manter-nos na ignorância tem sido uma eficiente forma de controle.

10 O que não terei como explorar neste artigo. Recomendo fortemente a dissertação de Nicole Baumgarten (2024), para uma visão profunda do potencial pedagogizante dos *menstruapps*. Além do artigo escrito por mim e Eduarda Albrecht (2025).

O próprio saber médico acumula um grande desconhecimento/ignorância sobre a menstruação e a menopausa (Lacquer, 2001; Briden, 2019; Llobet-Valls, 2020), nos educando com pílulas e assombros. A médica feminista Carme Valls Llobet, discute como a medicalização do corpo das mulheres cisgêneros convive, paradoxalmente, com desconhecimento médico sobre estes corpos. Em relação à menstruação, “la ‘medicina oficial’, absolutamente androcêntrica, no entendió ni sus síntomas ni sus malestares” (Llobet-Valls, 2020, p. 103). Tampouco parece ter se esforçado para tal, como mostra Thomas Lacquer em sua genealogia sobre a história do sexo e do gênero na medicina e a criação dos corpos incomensuráveis pelo saber médico (Laqueur, 2001).

Laqueur argumenta que o saber médico sempre esteve intimamente ligado às concepções sociais e políticas de cada época, moldando e sendo moldado pelas estruturas de poder e pelas normas culturais dominantes. Ao longo dos séculos, a medicina não apenas descreveu os corpos, mas os classificou e hierarquizou de acordo com valores morais e políticos, sustentando a diferenciação de gênero e naturalizando desigualdades. No modelo de sexo único predominante até o século XVIII, por exemplo, os corpos femininos eram interpretados como variações imperfeitas dos masculinos, reforçando concepções que subordinavam as mulheres na esfera social. Com a consolidação do modelo de dois sexos, a medicina passou a legitimar discursos sobre a suposta natureza biológica das mulheres, vinculando sua identidade à reprodução e ao controle dos ciclos corporais, especialmente a menstruação. Essa transição demonstra como a ciência médica não opera em um vácuo neutro, mas dialoga constantemente com interesses políticos e sociais, perpetuando desigualdades de gênero ao justificar biologicamente diferenças que, muitas vezes, são construções culturais.

Desde Aristóteles, quem nunca disfarçou seu desprezo pelas mulheres¹¹, o desconhecimento sobre o ciclo menstrual foi substituído pelo poder masculino em teorizar, baseado em conjecturas, sobre os corpos de mulheres. O que era a menstruação e por que, mulheres cis sangravam pela vagina todo mês, tomou muito tempo de estudiosos no final do XIX até metade do XX, período em que a medicina consolidou sua autoridade como produtora legítima do saber sobre os corpos femininos.

A menstruação, antes interpretada como um mecanismo de purgação de um corpo imperfeito, no modelo hipocrático e galênico do sexo único, passou a ser vista, no paradigma

11 Para o filósofo grego, a mulher seria um homem impotente, ou como um menino (Laqueur, 2001, p. 84, nota 70). Carolina Ramirez Vásquez refere-se ao *Tratado sobre a reprodução*, escrito por Aristóteles, para remontar a história do saber ocidental frente à reprodução e à menstruação. No referido livro, seu autor afirma que “la mujer es como si fuera un varón deforme” y que “la descarga menstrual es semen, pero en un estado impuro, es decir carece de un constituyente y uno solo, el principio de alma” (Aristóteles apud Vásquez, 2022, p. 64).

do dimorfismo sexual, como um marcador da natureza reprodutiva feminina, justificando sua exclusão de espaços de decisão política e intelectual. A patologização do ciclo menstrual, com discursos médicos que o associavam a estados de fragilidade emocional e a distúrbios como a histeria, reforçou a ideia de que as mulheres eram regidas por seu aparato biológico frágil. Uma perspectiva determinista que ignorava os condicionantes históricos e sociais. Assim, a medicina, em sua aliança com a ordem patriarcal, manteve sua função de controle sobre os corpos menstruantes reforçando normas de gênero sob a roupagem da objetividade científica.

Em *Mujeres invisibles para la medicina*, Carme Valls-Llobet (2020, p. 9) mostra como os vieses de gênero pautaram a ciência médica desde Galeano e, antes dele, o já citado Aristóteles, até o início do século XXI pelo menos, quando a médica publica o livro referido acima. Ela nos interroga, referindo-se à permanência de abordagens patriarcais e de pesquisas indisfarçavelmente androcêntricas

Cómo es posible que un mundo que se cree científico haya podido olvidar los problemas de la mitad de la población —sin atender, por ejemplo, a la relación del ciclo menstrual con las enfermedades autoinmunes, cuando hace treinta años sí lo relacionaba— y por el contrario haya medicalizado casi todas las etapas naturales de la vida de las mujeres? Si la especialidad de cardiología ha hecho notables avances en percibir las diferencias, ¿por qué no lo han hecho con la misma intensidad las demás especialidades? (Valls-Llobet, 2020, p. 9).

A própria autora responde estas questões ao longo da obra. Para Llobet esse apagamento não é casual, mas sim resultado de uma estrutura biomédica que desconsidera as experiências das mulheres e negligencia pesquisas direcionadas a suas condições de saúde. Ao longo das décadas, os avanços na cardiologia, por exemplo, foram possíveis porque, diante da constatação de que as doenças cardiovasculares se manifestavam de maneira diferente em mulheres e homens, a pressão científica e social exigiu uma adaptação nos protocolos clínicos. No entanto, essa mesma lógica não foi aplicada com a mesma força em outras especialidades, pois os processos biológicos constituídos como exclusivamente femininos — como o ciclo menstrual, a menopausa e as condições autoimunes — continuaram sendo interpretados como anomalias ou estados patológicos que exigem controle médico, em vez de serem compreendidos em suas complexidades naturais.

A lo largo del siglo XX, la Medicina se constituyó como una autoridad indiscutida sobre el cuerpo menstrual, y configuró su saber sobre esos cuerpos desde un estándar que incluyó estrictos patrones de normalidad

(duración, frecuencia). También estableció una serie de modelos de conducta que feminizaron el cuerpo desde la definición de su destino reproductivo “natural” y desde las sugerencias del modo correcto de gestionar las menstruaciones, qué comer, cuánto dormir, cómo poner en actividad el cuerpo en esos días, entre otros (Tarzibachi, 2017, p. 62).

Ao longo do século XX, outro agente educador se soma ao discurso médico, entra em cena a voz do mercado. As empresas voltadas para o que hoje chamamos de *femecare*¹², produtoras de absorventes higiênicos, assim como laboratórios farmacêuticos que se dedicam às pílulas anticoncepcionais e/ou remédios para cólicas, começaram a desempenhar um papel ativo na construção de discursos sobre menstruação, promovendo uma educação menstrual alinhada a seus interesses comerciais. Essas empresas passaram a distribuir panfletos informativos, lançar campanhas publicitárias e realizar palestras em escolas, difundindo a ideia de que a menstruação deveria ser gerida com discrição e higiene, reforçando narrativas que associam o ciclo menstrual ao desconforto e à necessidade de controle.

Como apontam Eugenia Tarzibachi (2017) e Jeane Guien (2023), a intervenção do mercado não apenas influenciou percepções culturais sobre os corpos menstruantes, mas também incentivou a associação entre produtos descartáveis com uma gestão moderna e “higiênica” da menstruação. Assim como as soluções farmacológicas passaram a ser vendidas como respostas universais para vivências menstruais diversas. O saber médico e a lógica mercadológica, operando juntos, consolidaram um modelo no qual a menstruação deixou de ser compreendida em sua complexidade fisiológica e sociocultural, tornando-se uma experiência altamente medicalizada e regulada pelo consumo.

Enfim, faço eco às palavras de Eugenia Tarzibachi (2017) quando a pesquisadora constata que temos uma dívida pendente com as novas gerações frente à educação para a gestão do ciclo menstrual. Para ela, outras narrativas precisam orientar toda uma forma de se educar sobre o processo do adolescer e a relação dessa fase da vida com as transformações pelas quais nossos corpos passam. “Educar sobre los cambios puberales y, en particular, sobre la salud menstrual a las nuevas generaciones de niñas y niños con

12 O termo “femcare” é uma combinação das palavras em inglês “female” (feminino) e “care” (cuidado), referindo-se à indústria dedicada a produtos de higiene e saúde feminina, como absorventes, tampões e outros itens relacionados ao cuidado menstrual. Embora a origem exata do termo não seja claramente atribuída a uma única pessoa ou entidade, ele tem sido amplamente utilizado para descrever esse segmento do mercado. É importante notar que termos relacionados, como “femtech” (tecnologia para a saúde feminina), foram popularizados por figuras como Ida Tin, co-fundadora do aplicativo de rastreamento menstrual Clue, que cunhou “femtech” para descrever a interseção entre tecnologia e saúde feminina. [[ocs.ige.unicamp.br](https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/article/download/3804/3669/14150?utm_source=chatgpt.com)].

un lenguaje inclusivo, positivo y libre de estereotipos de género es una deuda pendiente” (Tarzibachi, 2017, p. 274).

Já nas primeiras aulas do diplomado em educação menstrual, Carolina Ramirez, quem a turma de número 15, da qual fiz parte, passou a chamar intimamente de Caro, insistiu nesse mesmo ponto: é preciso se construir outras narrativas capazes de desconstruir tabus populares, enfrentar os binarismos genereficados das explicações biologicistas e higienistas que, ao fim, alimentam a vergonha e o medo diante do sangue menstrual. Discursos que têm simbolicamente construído os corpos nascidos com útero como, obrigatoriamente, femininos e heterossexuais.

Uma escola menstruocêntrica

Éramos 12 mulheres de diversos países latino-americanos, México, Uruguai, Colômbia, Chile, Brasil, paradas em frente uma tela, segurando velas acesas, reverentes, ouvindo Caro, “la maestra”, dizer palavras que emocionavam porque falavam de despedida. Naqueles seis meses de encontros quinzenais, sempre on-line, tínhamos nos conectado a tal ponto que criamos grupos de estudos paralelos às aulas e nos empenhamos, sempre que isso foi possível, a nos encontrarmos pessoalmente.

Foi assim, durante o campo etnográfico na Colômbia que, em Bogotá¹³, encontrei Camila, uma de minhas colegas de turma. Ela marcou nossa conversa em *La Casa de la Paz*, um espaço de resistência, forrado de cartazes combativos, que funciona como bar onde se vende produtos diversos feitos por ex-combatentes das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e vítimas do conflito armado, com o objetivo de geração de renda.

Cercadas por grafites, murais e cartazes com frases anticolonialistas, nos sentamos para tomar cerveja feita nas regiões pacificadas da Colômbia, enquanto trocamos nossas experiências sobre o diplomado, que, naquele momento estava no módulo cinco (Reflexiones sobre el panorama político de la menstruación). O nosso entusiasmo com o curso era provocado por motivos distintos e, ao mesmo tempo, por muitos pontos de convergências. Ambas concordamos que a condução de Carolina era envolvente e que havia bastante espaço para expressarmos durante as aulas¹⁴. Além disso, ambas estavam impressionadas com a qualidade do conteúdo bibliográfico. Eu, surpresa em encontrar tantos textos clássicos dos estudos feministas¹⁵ e Camila pela possibilidade de imergir numa

13 Espaço cultural e comunitário localizado em Bogotá, Colômbia, que surgiu após a assinatura do Acordo de Paz de 2016.

14 O que nem todas as alunas do Diplomado concordavam. Em nossas conversas privadas, havia quem sentisse falta de mais ações propositivas e menos teóricas, além de mais tempo para escuta do grupo.

15 Entre os textos clássicos lemos, sempre em espanhol, a introdução do livro *Masculino/Feminino II* -

literatura que não fez parte de sua formação como bióloga. Nós duas, entusiasmadas com tanta literatura feminista sul americana¹⁶. Comentamos sobre a profundidade das leituras¹⁷ e também nos pareceu importante que em muitas aulas síncronas houvesse convidadas especializadas nos temas específicos como menstruação e pessoas transexuais e/ou intersexo; educação menstrual para meninos; funcionamento do aparelho reprodutivo e ciclo menstrual por um enfoque biológico e terapias alternativas para lidar com dores e desconfortos do ciclo. Assim, conhecemos mais de perto o trabalho de Verónica Naranjo, uma das educadoras da *Escuela*, quem me recebeu em Medellín.

Um parêntese para mencionar um dos dias de trabalho de campo na cidade que é a casa da maioria das educadoras da *Escuela Emancipadas*: Medellín, a segunda maior cidade da Colômbia. Encontrei com Verónica no Museu *Casa de la Memoria*, um espaço dedicado à compreensão e superação do conflito armado e das diversas formas de violência que afetaram Medellín e toda a Colômbia por décadas. Naquele dia chuvoso de junho de 2024, acontecia no espaço externo da *Casa*, quase às margens de um riozinho que corta o terreno cheio de árvores e pássaros, a feira das hortas comunitárias. No processo de pacificação de Medellín, as hortas comunitárias se tornaram espaços estratégicos para a reconstrução das relações sociais e a garantia da segurança alimentar. Iniciativas como o projeto *Terrazas Verdes*, criado por Carlos Sánchez, o 'Nene'¹⁸, ressignificam os terraços de casas em bairros historicamente marcados pela violência, transformando-os em hortas urbanas. Nessas hortas, mulheres chefes de família e pessoas com mobilidade reduzida encontram caminhos para cultivar e comercializar seus próprios alimentos, fortalecendo a autonomia econômica e reduzindo a vulnerabilidade ao controle territorial armado. Além

disolver la jerarquía, de Françoise Héritier; Antropología y Feminismo, cap. 1, de Henrietta Moore; Evelyn Sullerot, um fragmento de *Naturaleza Femenina*, entre outros.

- 16 Entre as autoras sul americanas esteve a própria Carolina Ramirez; Adriana Guzmán Arroyo; Eugenia Tarzibachi; Verónica Naranjo Quintero; María Jorgelina Caviglia; José Luis Iglesias-Benavides e Gutierre Tibón. Muitos módulos incluíam vídeos disponíveis na plataforma Youtube como a entrevista com Carme Valls Llobet; Adriana Guzmán Arroyo, e links para sites como *Descolonizo mi cuerpo*; *Mujer Sin Reglas* e *No pausa* (o único sobre menopausa).
- 17 O grupo de estudos que se formou por iniciativa da colega do Uruguai, do qual não tive oportunidade de agenda para participar com consistência, se dedicava, justamente, a explorar o volume de conceitos que cada uma destas leituras trazia. Chegamos mesmo a pedir à professora que nos desse mais tempo para assimilar o conteúdo e realizar os exercícios que estavam ao fim de cada módulo.
- 18 Em 2018, Nene, juntamente com seu irmão, iniciou o projeto *Terrazas Verdes*, que transforma terraços de casas em bairros marginalizados em hortas urbanas utilizando sistemas hidropônicos. O projeto visa proporcionar a mães chefes de família e pessoas com mobilidade reduzida a oportunidade de cultivar e comercializar seus próprios alimentos, promovendo a autossuficiência alimentar e econômica. Além disso, *Terrazas Verdes* inclui componentes de apoio psicossocial e artísticos, fortalecendo os vínculos comunitários e contribuindo para a coesão social (Redacción 100 líderes, *El País*, 05/12/24: https://elpais.com/america-colombia/branded/los-lideres-de-colombia/2024-12-05/carlos-sanchez-nene-el-musico-y-lider-social-que-con-huertas-urbanas-salva-vidas-en-barrios-marginados.html?utm_source=chatgpt.com).

disso, o projeto articula apoio psicossocial e práticas artísticas, potencializando vínculos comunitários e tensionando as estruturas que reproduzem a violência.

Verónica, além de educadora da *Escuela*, é doutoranda em Gênero e Diversidade na Universidad de Oviedo, Espanha e desenvolve o projeto autônomo *Úteras Vibrantes*. No contexto em que nos encontramos, ela, junto com um grupo de mulheres expunham produtos do projeto *Huerta Menstrual*. Tudo que se planta na horta menstrual é voltado para o aplacamento das dores menstruais e outros mal-estares que podem ser tratados com ervas e a baixo custo¹⁹. A *Huerta Menstrual* cresce no *Centro Solidário*, junto com outras hortas comunitárias situadas em um bairro periférico da cidade²⁰. O projeto envolve mais de 500 mulheres.

Considereei importante abrir este longo parêntese, pois percebo o trabalho realizado por meio da horta proposta por Verónica como uma forma de se fazer educação menstrual. Desde 2021 realizando oficinas no bairro, a educadora parte da dor menstrual para trabalhar o que ela chama de “pedagogia corporal”, um processo que se inicia com o reconhecimento do próprio ciclo menstrual e dos órgãos sexuais.

El tema de la menstruación les causaba muchas risas y era muy difícil como poder nombrar [a menstruação sem uso de eufemismos] (...) igual a la vulva. Entonces, es un proceso largo. Yo pienso que estos cambios, entorno de la educación menstrual y los activismos, no pueden ser solo una acción. Estoy convencida que los cambios se logran tejiendo con la comunidad (...) El dolor menstrual es mucho más complejo, porque nos dijeron que nuestros cuerpos esta para aguantar dolor (Verónica Naranjo, em entrevista à pesquisadora, em 18/06/2024, Museo de La Memoria, Medellín)

A ideia é desnaturalizar a dor como própria do ciclo menstrual, problematizá-la, investigá-la e, neste processo, trazer discussões sobre corpo, órgão sexuais, gênero, violência, prazer, senso comunitário e sobre como cuidar-se a partir do que se pode produzir nas hortas. A ideia é que as mulheres cisgêneras que integram o projeto se tornem autônomas, cultivem as ervas necessárias em hortas comunitárias, possam gerar renda com a venda de produtos como ervas secas para chás, infusões e banhos, mas que também sejam protagonistas e multiplicadoras dos aprendizados que, ao fim, são conjuntamente construídos.

19 Verónica acrescenta que há acompanhamento médico relativo às receitas com ervas, sendo ela mesma mestra em bioética.

20 A horta está situada no bairro María Cano Carambolas está localizado na periferia nordeste da Comuna 3. Relativamente nova, o bairro não tem 60 anos ainda, a região foi se formando a partir de migração campo-cidade, por pessoas que se viram forçadas a se deslocarem devido conflitos armados colombianos. Marcado por uma tradição de luta, María Cabo Carambolas se ergueu nas encostas da cidade, e procura resistir a processos de gentrificação que ameaçam a permanência de seus moradores no bairro.

Vimos no capítulo introdutório deste texto que “la menstruación ha sido utilizada como un mecanismo de control y subordinación, por lo tanto, la educación menstrual es un camino de resistencia” (Vásquez, 2022, p. 12). A proposta da *Escuela de Educación Menstrual Emancipadas* é, justamente, pavimentar o caminho da resistência, a partir de uma educação denominada de “emancipadora”, inspirada, entre outras, pela pedagogia freiriana.

Según Paulo Freire (2019), la emancipación parte del diálogo como un principio ético y político, debe procurar la libertad y la dignidad, garantizar espacios de reflexión, diálogo y producción de conocimientos que contribuyan a la erradicación de las opresiones y las hegemonías falocéntricas, patriarcales, heteronormativas, reproductivistas, aspectos que adquieren especial relevancia cuando habla mos de educación menstrual dado que una de las estrategias de control, en este caso, fue apresar la menstruación a la función reproductiva como vía para sostener la maternidad hegemónica y el mandato heteronormativo (Vásquez, 2022, pp. 14-15).

A *Escuela* nasceu do projeto colombiano *Princesas Menstruantes - Proyecto Latinoamericano de Educación Menstrual*, que desde 2014 oferece oficinas sobre corpos, sexualidade e menstruação, para educação de meninas e adolescentes cisgêneros²¹. Além de prestar assessorias familiares, o projeto publica material literário com releituras dos contos de fadas como uma das ferramentas para a promoção de pedagogias emancipadoras. Funciona também como espaço acadêmico para pesquisas. O projeto tem como proposta “construir conceptualizaciones, metodologías y didácticas para la implementación responsable de la educación menstrual con enfoque emancipador”²². É esta matriz que alicerça teoricamente todos os oito diplomados e cursos que a *Escuela* oferece²³.

21 As oficinas têm sido, em sua maioria, direcionadas a pessoas cisgêneras, mas vêm incorporando em seus conteúdos e práticas o reconhecimento de que pessoas intersexo, não binárias e transexuais também menstruam. Essa abordagem não se dá sem tensões: em muitos dos territórios onde essas formações ocorrem, tais identidades de gênero ainda são invisibilizadas ou não reconhecidas coletivamente — o que impacta diretamente a autopercepção de quem não se identifica com o padrão cisgênero. Ainda assim, ao adotar uma perspectiva crítica e interseccional, essas oficinas buscam desestabilizar o binarismo de gênero que historicamente estruturou tanto o saber médico quanto a pedagogia menstrual tradicional, reconhecendo a pluralidade de experiências menstruais como uma questão política e educativa central

22 Disponível em: <https://www.princesasmenstruantes.com/educacion-menstrual-2/>.

23 Em janeiro de 2025, estes eram os cursos que constavam no site da *Escuela de Educación Menstrual Emancipadas*: Diplomado en Educación Menstrual; Diplomado en Salud Menstrual Decolonial; Diplomado en Dolor Menstrual; Seminario: El Tabú Menstrual, Entenderlo para Erradicarlo; Curso Arte e Menstruação: Percursos Poéticos e Políticos; Herramientas periodísticas para el desarrollo de narrativas menstruales; Formación en Alfabetización Corporal e Herramientas para el desarrollo de narrativas menstruales (<https://escueladeeducacionmenstrual.com/>).

Carolina Ramirez Vásquez, uma das idealizadoras do *Escuela*, e autora do livro *Educación Menstrual Emancipadora - Una vía para interpelar la misoginia expresada en el tabú menstrual*²⁴, define a educação emancipadora como um modelo educativo crítico à ordem patriarcal e heteronormativa, mas também aos modelos sociais e políticos dominantes (burguês e capitalista). “Una educación horizontal, anti-patriarcal, que reconozca los saberes situados, que se esfuerce por la construcción de la autonomía y ofrezca las herramientas para derogar los mandatos inscritos en los cuerpos de las personas menstruantes” (Vázquez, 2022, p. 14).

Epistemologicamente, os cursos e diplomados oferecidos pela *Escuela Emancipada* articulam as contribuições de pensadoras e pensadores da América Latina à experiência acumulada pelas educadoras nos territórios onde atuam. Por isso, assumem a centralidade dos saberes populares, apreendidos e compartilhados em rodas de conversa, oficinas e iniciativas como hortas comunitárias, desenvolvidas no que as educadoras chamam de “juntanzas entre las mujeres”.

Com base em abordagens feministas, as ações desenvolvidas na *Escuela* são tanto de formação como de pesquisa.

Una academia de mujeres que generan conocimiento a través del estudio y la enseñanza de la educación menstrual como práctica de resistencia que desentraña y transforma las narrativas opresoras que controlan los cuerpos de las mujeres, las niñas y otras personas que menstrúan generando malestar y desapropiación²⁵.

A *Escuela Emancipadas* tem como horizonte, tornar-se “una academia menstruocéntrica en la que se construyan saberes desde los cuerpos. Construir nuevas narrativas menstruales en América Latina”²⁶.

O menstruocentrismo é um conceito desenvolvido pela fundadora e diretora da *Escuela*, Carolina Ramirez Vásquez, o qual coloca a menstruação como categoria de análise central e multidimensional, de forma que o tema da menstruação passa a ser abordado como uma questão que atravessa diferentes campos sociais. Um dos propósitos dessa perspectiva é provocar e articular outras narrativas sobre corpos, gêneros, relações sociais, ambientais e epistemológicas. Nas palavras de Ramirez, o menstruocentrismo como abordagem teórica, é o “trazo desde el cual se conjugan y se despliegan prácticas, saberes y estrategias que hilvanan bienestar en todas las áreas de la vida de las personas

24 Publicado pela prefeitura de Medellín - cidade onde a maior parte das educadoras reside.

25 Disponível em: <https://escueladeeducacionmenstrual.com/sobre-la-escuela-de-educacion-menstrual-emancipadas>.

26 Disponível em: <https://escueladeeducacionmenstrual.com/sobre-la-escuela-de-educacion-menstrual-emancipadas/>.

que menstrúan, posibilitando la experiencia menstrual (o no menstrual) cómoda, digna y autónoma”²⁷.

O cronograma do diplomado nos permite entender como o menstruocentrismo se configura como alicerce epistemológico na formação de educadoras menstruais. A partir do terceiro módulo, após aula síncrona sobre o funcionamento do curso, dinâmica de apresentação pessoal e do módulo assíncrono (Sintetizando el concepto y la práctica), temas e materiais teóricos, como textos, vídeos e sites, partem da menstruação para abordar questões como Direitos Humanos, classe, raça, meio ambiente, saúde integral e reprodutiva, sexualidade, gênero, cultura e políticas públicas. Esses conteúdos mobilizam outros conceitos fundamentais na formação oferecida, tais como interseccionalidade e decolonialidade. Ao instrumentalizar as estudantes para a prática educativa, percebemos que a proposta se sustenta pelo menstruocentrismo e é orientada pelo princípio da emancipação.

Essa profissionalização da formação militante, ainda que ética e politicamente compreensível, visto o investimento de tempo e saber das educadoras, delimita um campo de acesso que se aproxima das lógicas neoliberais do empreendedorismo ativista²⁸. Há, portanto, um desafio ético e estratégico colocado: como sustentar projetos políticos e educacionais críticos, sem reproduzir barreiras estruturais?

Essa tensão se agrava quando pensamos na proposta de “territorializar” a educação menstrual. Se, por um lado, é potente articular o saber com o território, por outro, há limites concretos para sua aplicação em regiões onde o debate sobre gênero e menstruação ainda enfrenta resistência cultural e institucional. Em muitos desses contextos, as identidades trans, intersexo e não binárias sequer são reconhecidas socialmente, o que impacta na percepção de si por parte de quem não é cisgênero e vive o ciclo menstrual. É nesse ponto que a proposta emancipadora da *Escuela* encontra seus maiores desafios — e, também, suas possibilidades mais urgentes.

27 Definição que aparece em destaque na página da Escuela: <https://escueladeeducacionmenstrual.com/>.

28 Ainda que os valores cobrados nos cursos da Escuela de Educación Menstrual Emancipadas possam ser considerados elevados para algumas realidades — especialmente no Sul global —, é importante contextualizar que esses recursos são utilizados para a continuidade das formações, bem como para viabilizar ações voluntárias realizadas pelas educadoras em territórios diversos. Além disso, a Escuela oferece bolsas e descontos para estudantes latino-americanas, prática não incomum em cursos similares de formação feminista e decolonial. A proposta de profissionalização do ativismo, nesse contexto, busca sustentar politicamente uma rede de educadoras comprometidas com a disseminação de saberes críticos sobre o sangue menstrual, sem abrir mão de práticas coletivas, acessíveis e territorializadas. Como referência, os valores para o Diplomado variam entre 1.999.000 COP (cerca de 510 USD) para alunas da América Latina e Caribe, e 2.550.000 COP (cerca de 600 Euros) para alunas do Norte Global. O Programa de Avanço para Educadoras Menstruais EMPM (<https://educacional.herself.com.br/pro>) cobra, por exemplo, 10 parcelas de R\$300 ou €50.

Gente, sou educadora menstrual!

Em 31 de agosto de 2024, a 15a turma do *Diplomado de Educación Menstrual Emancipadora* encerrava sua formação. Naquela data, todas nós apresentamos nossos planos de atuação como educadoras menstruais. Nas duas semanas anteriores, obedecendo a disponibilidade de agenda da professora, passamos a agendar assessorias individuais para apresentar o projeto que deveria se transformar no trabalho final.

A sessão de apresentação dos trabalhos coroou o diplomado. Eu já estava muito envolvida teórica e emocionalmente com o curso, de forma que aquele momento foi desafiante traçar uma linha segura entre o rigor investigativo e as afetações que aquela despedida me provocava. A autoetnografia me exigia rigor analítico, mas também honestidade sobre como minha trajetória se entrelaçava ao tema pesquisado. Quando estamos fazendo autoetnografia, um dos maiores desafios é não fazer do método uma desculpa para a falta de critérios analíticos rigorosos. Ainda que a experiência pessoal seja central, ela não pode ser tratada como um dado isolado, mas como um campo atravessado por relações de poder, história e política. Isso significa que a escrita autoetnográfica precisa articular a vivência com referências teóricas e contextos coletivos, evitando tanto a armadilha do relato meramente confessional quanto a perda da dimensão situada da pesquisa.

Mais de um ano desde o dia em que acendemos as velas como sinal de presença e parceria, revisito os trabalhos apresentados pelas minhas colegas. Percorro também as anotações que fiz à mão em um caderno pautado, registrando reflexões ao longo de todo o curso. Ao retomar esses materiais, ficou claro para mim que sim, as propostas de ação desenhadas por minhas parceiras eram mesmo muito boas²⁹.

Meu projeto, estruturado na forma de slides, traz contornos institucionais e se insere no debate sobre educação menstrual interseccional e emancipadora dentro da universidade onde sou concursada. A proposta é articulá-lo com grupos que já atuam nesse espaço, estabelecendo um diálogo crítico e colaborativo que permita fortalecer práticas comunicativas comprometidas com a autonomia e a pluralidade das experiências menstruais. Mais do que disseminar informações, o objetivo é tensionar normatividades e construir, de forma coletiva, estratégias de comunicação que rompam com os tabus e promovam um debate amplo e acessível sobre a menstruação.

29 Camila Andrea Leon Forrero (quem me recebeu tão amorosamente em Bogotá); Alba Lucia; Naiquém; Paola Chávez; Vianey Palacios Carabali, entre outras companheiras, apresentaram propostas de intervenção seja na forma de projetos presenciais e/ou por formação via redes sociais digitais. Algumas delas já tinham projetos em curso associados à educação menstrual, outras iniciaram a partir do curso seus projetos. Sigo em contato com elas. Todas as pessoas aqui citadas autorizaram a divulgação de seus nomes.

Depois das apresentações dos trabalhos, acendemos nossas velas, aquelas que Caro havia pedido que levássemos para aquele último dia do diplomado. A professora toma a palavra depois de ter comentado cada trabalho e pede que acendamos as velas como uma metáfora. Quem se ilumina primeiro quando uma vela é acesa senão nós mesmas? Nós todas já éramos educadoras menstruais. Que fizéssemos as formações sempre pautadas pela ética da escuta e do respeito aos nossos não-saberes. Desejou que cada uma de nós fôssemos como lugares seguros para se falar de menstruação. Somos educadoras que podemos criar lugares pautados pela “ternura radical”³⁰, um compromisso político e afetivo de acolhimento e cuidado que desafia normas opressivas e individualizantes. Me emocionei de verdade.

Como um exercício de sistematização, listo os aprendizados que obtive ao longo dos seis meses do Diplomado. A ordem em que apresento não é hierárquica, no sentido de elencar a importância desses aprendizados:

1. Passei uma vida menstruando imersa em uma segura ignorância sobre os significados culturais, políticos, econômicos e de saúde sobre o ciclo menstrual;
2. Crianças menstruam. A menarca não nos faz, compulsoriamente, “mocinhas”;
3. Quando uma criança ou adolescente menstrua, o corpo dela não se torna uma ameaça para aquela pessoa, por isso precisamos repensar firmemente conselhos como “agora você tem que ter cuidado com os meninos”; “agora você pode ficar grávida”;
4. Nunca havia pensado que minha educação menstrual, assim como de milhares de mulheres de minha geração, foi feita pelas grandes empresas fabricantes de produtos para a gestão da menstruação;
5. Essas indústrias nos educaram para esconder que estamos menstruando, sempre nos ensinando a disfarçar, a não deixar a roupa nos denunciar, sobretudo, reforçando que manchar-se é se expor a olhares de rechaço e nojo;
6. Estas indústrias, no esforço de nos ensinar a usar seus produtos, desenharam vulvas “mutiladas”, em ilustrações que sempre omitiam que temos clitóris;
7. Gestionar a menstruação não é igual a higienizá-la;
8. Não precisamos higienizar o corpo menstruante para apagar manchas e invisibilizar a menstruação, o que precisamos é de segurança social

30 O conceito foi forjado por Francesca Carol, “curadora, escritora y doctora en artes escénicas y visuales en la Escuela de Doctorado en Humanidades de la Universidad de Estrasburgo (FR) con la tesis ‘Letters to a Radical Performance Curator’. Para saber mais, consultar: <https://loie.com.ar/loie-07/performance/ternura-radical-esun-manifiesto-vivo-escrito-por-dani-demilia-y-daniel-b-chavez/>.

para menstruar em locais públicos sem sofrer *bullying*, com banheiros e/ou locais seguros para que possamos nos limpar, lavar as mãos, fazer descartes de produtos³¹;

9. Manchar-se de sangue é o maior medo de quem menstrua e este medo afasta mais pessoas que menstruam das salas de aula do que a falta de produtos sanitários;

10. Não existe pobreza menstrual, mas precariedade para geri-la. A menstruação não é pobre, mas muitas pessoas que menstruam o são e precisam de políticas públicas não-assistencialistas para menstruarem com dignidade;

11. Nem todas as pessoas que menstruam poderão aderir a formas mais ecológicas para gerir o sangue menstrual, pois para muitos grupos como pessoas em situação de rua, refugiados, populações em situação de vulnerabilidade sanitária, precisarão de insumos descartáveis;

12. A menstruação vem sendo utilizada há séculos e por diferentes sociedades para controlar os corpos das mulheres cisgêneras, alijando-as da vida pública e as inferiorizando;

13. Apelar à ancestralidade como uma fonte de sabedoria sobre o ciclo menstrual e pessoas que menstruam, é uma forma ingênua, a-histórica e dessituada de se buscar conhecimentos decoloniais;

14. O movimento de mulheres cisgênero em torno da mistificação da menstruação pode nos levar a armadilhas conservadoras, as quais reproduzem privilégios de classe, assim como reforçam o binarismo de gênero;

15. Algumas pessoas não-binárias, intersexo e transmasculinas menstruam. O mercado já descobriu isso, mas este não é um tema para ser tratado apenas como mercadoria, é uma discussão social, cultural e política profunda;

16. A menstruação é um tema político, por tanto, deve ser discutida abertamente, envolvendo todas as pessoas, pois, mesmo que apenas algumas delas menstruem, todo mundo vive num mundo no qual a menstruação existe e mobiliza tabus que operam desigualdades, que por sua vez reproduzem exclusões. Estas aprofundam iniquidades e tendem a perpetuar preconceitos e barrar o acesso de mais da metade da população mundial a direitos básicos.

17. O tabu menstrual é uma tecnologia de opressão.

31 Por este aprendizado, agradeço imensamente à profa. Dra. Marni Sommer, quem me recebeu para um estágio de pesquisa junto ao Gender, Adolescent Transitions and Environment (GATE), programa baseado no Department of Sociomedical Sciences, da Columbia University.

A experiência formativa vivida junto à *Escuela de Educación Menstrual Emancipadas* ofereceu-me um campo fértil para pensar a educação menstrual como prática política, situada e insurgente. Ao adotar metodologias críticas e feministas, as educadoras procuram construir um saber coletivo que desafia normas cisheteronormativas e epistemologias coloniais. Ao mesmo tempo, é necessário problematizar as condições materiais e simbólicas que cercam tais formações: sua profissionalização, seu alcance, e os contextos nos quais se territorializam. O desafio é articular práxis transformadora e justiça social, sem perder de vista as contradições que habitam o próprio campo do ativismo.

Para encerrar esta longa lista, aprendi – e aqui o verbo pede um gerúndio – a repensar meu corpo, mas não só o meu (um plural se impõe aqui). Em uma releitura que é também uma revisita emocional aos processos fisiológicos que vivi com tanto medo, encontro hoje um caminho feminista para experimentar a menopausa³².

Referências

- Baumgarten, Nicole C. (2024). *Dataficando a menstruação: uma etnografia com um aplicativo de monitoramento do ciclo menstrual* [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo].
- Briden, Laura (2019). *Cómo mejorar tu ciclo menstrual: tratamiento natural para mejorar las hormonas y la menstruación*. GreenPeak Publishing.
- Felitti, Karina A. (2021). *Unidas en un gran conjuro: Espiritualidad y feminismos en la Argentina contemporánea*.
- Foucault, Michel (1999). *A história da sexualidade, vol. 1 - A vontade de saber*. Graal.
- Gama, Fabiana (2020). A autoetnografia como método criativo: experimentações com a esclerose múltipla. *Anuário Antropológico*, 45(2), 188-208.
- Guien, Jeanne. (2023). *Une histoire des produits menstruels*. Éditions Divergences.
- Guimarães, Jamille (2023). “Abriu minha mente”: transitando entre a infância e a adolescência. *Etnográfica: Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, 27(2), 341-364.

32 Gostaria de deixar registrado alguns nomes de antropólogas que, mesmo não tendo seus trabalhos citados neste artigo, foram fundamentais para que ele existisse: Cecília Sardenberg (1994); Daniela Manica (2011); Gabriela Palleta (2018); Karina Felitti (2021), Letícia Wons (2020); Nicole Baumgarten (2024) e Anna Paula Vencato (2023), que mesmo não sendo uma pesquisadora da menstruação, estuda corpo, gênero e sexualidade há décadas e não hesitou em dizer “sim”, ao meu pedido de “bora propor um grupo de trabalho sobre antropologia da menstruação?”. O mesmo ocorreu no âmbito da XIV Reunião de Antropologia do Mercosul, em 2023.

Lacqueur, Thomas. (2001). *Inventando o sexo*. Relume Dumará.

Llobet_Valls, Carme. (2020). *Mujeres invisibles para la medicina*. Capitán Swing Libros.

Manica, Danila. T. (2011). A desnaturalização da menstruação: hormônios contraceptivos e tecnologia. *Horizontes Antropológicos*, 17, 197-226.

Mariano, Miriam O. *A construção da síndrome pré-menstrual*. 2012. 216 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Saúde; Epidemiologia; Política, Planejamento e Administração em Saúde; Administra) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

Marín, Yionier. A. O., & Cassiani, Suzani (2021). Como seria o mundo se os homens cisgêneros também menstruassem? Outras abordagens sobre a menstruação no ensino de ciências e biologia. *Bagoas: Estudos Gays, Gêneros e Sexualidades*, 14(22).

Moreira, Virgínia P. "Pronto, agora já sou moça": valores, crenças e saberes que envolvem a menstruação Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2013.

Morozov, Evgeny. (2018). *Big Tech*. Ubu Editora.

Mundim, Maria Luiza. E., de Souza, Milena P. L., & Gama, Victor C. (2021). Transformação da percepção da menstruação entre gerações. *Tensões Mundiais*, 17(33), 229-247.

Paletta, Gabriela. C. (2018). Menstruapps: sobre poder tocar, ser tocada e onde. *Revista Tecnologia e Sociedade*, 14(34).

Paletta, Gabriela. C., Nucci, M. F., & Manica, D. T. (2020). Aplicativos de monitoramento do ciclo menstrual e da gravidez: corpo, gênero, saúde e tecnologias da informação. *Cadernos Pagu*(59), e205908.

Silva, Larissa. M. P., & Motta, Eduarda. A. (2025). Não binariedade nos menstruapps–paradoxos entre visibilidade e vigilância queer. *Revista Estudos Feministas* (REF), 33(1), 22.

Poulos, Christopher. N. (2021). *Essentials of autoethnography*. American Psychological Association.

Rosenberg, Fúlvia. (1985). Educação sexual na escola. *Cadernos de Pesquisa*, 11-19.

Sardenberg, Cecília. M. B. (1994). De sangrias, tabus e poderes: a menstruação numa perspectiva sócio-antropológica. *Estudos Feministas*, 314-344.

Tarzibachi, Eugenia. (2017). *Cosa de mujeres: Menstruación, género y poder*. Sudamericana.

Vásquez, Carolina. R. (2022). *Educación menstrual emancipadora: Una vía para interpelar la misoginia expresada en el tabú menstrual*. Alcaldía de Medellín - Secretaría de las Mujeres.

Vencato, Ana Paula, & Pelúcio, Larissa (2023). GT 08: Antropologia da menstruação: feminismos, corporalidades e tecnologias. *Reunião de Antropologia do Mercosul, 14*.

Wons, Letícia. (2020). "Introduzindo o primeiro produto menstrual que não absorve nada": Coletores menstruais e transformações nas ordens prático-simbólicas da menstruação.

Recebido em 14 de fevereiro de 2025.

Aceito em 23 de abril de 2025.

Menstruar é político: notas (auto)etnográficas sobre Educação Menstrual Emancipadora

Resumo

Durante seis meses vivi a experiência (auto)etnográfica de ser aluna do curso ofertado pela Escuela de Educación Menstrual Emancipadas, cujas idealizadoras e professoras são colombianas. Este artigo parte da sistematização dessa experiência formativa, articulando observações participantes, análise documental e entrevistas, como o objetivo de compreender como a educação menstrual emancipadora se apresenta como prática crítica, situada e decolonial. A pesquisa conjuga narrativas pessoais e análise dos conteúdos e metodologias do curso, observando também suas tensões, limitações e potenciais transformadores. Ao longo do texto, argumento que a proposta menstruocêntrica da Escuela se articula com pedagogias feministas latino-americanas, enquanto também inscreve desafios, como a profissionalização do ativismo e as barreiras de acesso a essas formações.

Palavras-chave: Escuela de Educación Menstrual Emancipadas; Educação Menstrual; Feminismo Decolonial; Interseccionalidade; Academia Menstruocêntrica.

Menstruation is political: (Auto)ethnographic notes on Emancipatory Menstrual Education

Abstract

For six months, I engaged in the (auto)ethnographic experience of being a student in the course offered by the Escuela de Educación Menstrual Emancipadas, created and taught by Colombian educators. This article emerges from the systematization of that formative experience, combining participant observation, document analysis, and interviews to understand how emancipatory menstrual education unfolds as a critical, situated, and decolonial practice. The research weaves together personal narratives and analytical reflections on the course content and methodologies, while also considering its tensions, limitations, and transformative potential. Throughout the text, I argue that the menstruocentric approach proposed by the Escuela aligns with Latin American feminist pedagogies, while simultaneously raising challenges related to the professionalization of activism and the barriers to accessing such educational initiatives.

Keywords: Escuela de Educación Menstrual Emancipadas; Menstrual Education; Decolonial Feminism; Intersectionality; Menstruocentric Academy.

Menstruação e território: a experiência do Fluxo Sustentável, projeto de Educação Menstrual

Letícia Santos Ferreira

Doutoranda em Ciências Humanas e Sociais/Universidade Federal do ABC

<https://orcid.org/0009-0008-3720-0723>

ferreira.leticia@ufabc.edu.br

Bruna Mendes de Vasconcellos

Professora Adjunta/Universidade Federal do ABC

<https://orcid.org/0000-0002-4017-0384>

mendes.bruna@ufabc.edu.br

Amanda Abreu

Educadora Menstrual e em Sexualidade, especialista em Educação e Saúde Sexual

amandaabreu.edu@gmail.com

Introdução

Menstruação e território não são palavras automaticamente associadas, o mais comum é pensar que se estes dois termos se conectam é porque o território da menstruação é o corpo. Sim, menstruar acontece no corpo. Mas a descrição biológica da experiência física não esgota o assunto. Há diferentes cenários, territórios e narrativas que caracterizam o que é menstruar e que incidem no modo como a experiência é vivida. Todos esses elementos constituem a maneira como a sociedade educa as pessoas sobre a menstruação (Persdotter, 2020).

Educar sobre menstruação, portanto, é algo que ocorre na vida cotidiana quando alguém orienta a esconder o absorvente, ou quando o processo menstrual é associado à ausência de gravidez na aula de biologia, ou quando alguém diz “desceu”, “tô naqueles dias” bem baixinho, ao invés de dizer “estou menstruando”. O aprendizado é sobre silêncio

(Tarzibachi, 2017). Silêncio este institucionalizado na quase ausência de políticas públicas que tornariam mais digna a experiência menstrual de muitas pessoas, promovendo acesso a saneamento básico, serviços de saúde de qualidade e recursos para gerir a rotina menstrual.

É como reação e resistência a esse silêncio que a Educação Menstrual vem sendo construída como uma área específica do conhecimento que busca, por meio de práticas educativas, transformar as narrativas menstruais que condicionam de maneira negativa a experiência de quem menstrua (Ramírez, 2022). Ela se diferencia de outras disciplinas abrangentes (como Biologia e Educação Sexual), pois centra intencionalmente suas vias de ensino e pesquisa na menstruação e em subverter o que já foi dito/praticado quanto a ela. As intervenções no nível da Educação Menstrual se mostram relevantes no que tange à defesa da dignidade menstrual como um direito humano, conforme consta no relatório *Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos* (2021) produzido pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância (UNICEF) em parceria com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

A Educação Menstrual, enquanto especialidade do saber e do fazer, está atenta às características territoriais que propiciam vivências menstruais mais ou menos dignas. As ações em Educação Menstrual percebem quais são as condições para menstruar em cada localidade e, a partir disso, definem manejos adequados. Este artigo descreve esse trajeto no caso do projeto Fluxo Sustentável, uma iniciativa de levar Educação Menstrual para as periferias da cidade de Santo André, no ABC Paulista¹.

A metodologia que guiou a pesquisa foi a observação participante no período entre outubro de 2022 e abril de 2023, em que ocorreram seis oficinas de Educação Menstrual. A dinâmica das oficinas, sua estrutura e outros aspectos mais subjetivos da presença nos encontros foram registrados em diário de campo, sendo este o principal material para os próximos tópicos. Quanto às participantes, ao todo, foram 52 mulheres e meninas cis com idades variadas (de 8 a 50 anos), em sua maioria negras e em situação de vulnerabilidade social².

1 O texto é derivado do capítulo quatro da dissertação de mestrado *Menstruação, gênero e subjetividade: articulações teóricas e experiências com Educação Menstrual*, conduzida pela primeira autora e orientada pela segunda.

2 A maior parte delas (44) é cadastrada no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) oferecido pelo CRAS para pessoas em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica com objetivo de fortalecer relações familiares e comunitárias e prevenir o agravamento de situações de risco social por violação de direitos. Mais informações sobre o serviço estão disponíveis em: <https://web.santoandre.sp.gov.br/portal/secretarias-paginas/60/departamentos/>. Acesso em: 23/5/2025.

No início, falaremos sobre as condições territoriais dos bairros em que atua o Fluxo Sustentável; depois, abordaremos a viabilização e a estrutura do projeto; por fim, analisaremos as principais repercussões e desafios encontrados nesta prática de Educação Menstrual.

O Fluxo no território: infraestrutura e políticas públicas para dignidade menstrual

O Fluxo Sustentável atua, majoritariamente, em dois bairros periféricos de Santo André que, conforme consta no site do programa Santo André 500 Anos³ são constituídos por “[...] núcleos habitacionais, loteamentos irregulares e, muitas vezes, precários. A alta densidade demográfica [quase 80 mil pessoas] no território resulta em uma carência de infraestrutura e de equipamentos públicos” (Santo André, 2021).

No cenário das políticas públicas que poderiam alterar a situação de infraestrutura, a facilitação da rotina menstrual e o combate aos tabus que cercam a menstruação não constam entre as prioridades municipais. No entanto, há iniciativas, ainda que poucas e recentes, a serem fortalecidas. Algumas delas são: na esfera estadual de São Paulo, o Programa Dignidade Íntima⁴; no âmbito municipal, o decreto nº 18.079 de 6 de março de 2023⁵ e, a nível federal, o Programa Dignidade Menstrual - um ciclo de respeito⁶. Os três programas têm foco na distribuição gratuita de absorventes, o que é um avanço considerando a taxa de 27% de impostos que recaem sobre os absorventes descartáveis no estado de São Paulo. A distribuição em si é um aspecto fundamental da promoção da dignidade menstrual e tem potencial de assegurar a presença de estudantes nas escolas, no entanto, as políticas públicas não devem parar por aí. É preciso rever o tipo de informação que disseminamos sobre menstruação e aprimorar o ambiente escolar que proporcionamos para que seja acolhedor a quem menstrua.

3 Trata-se de uma iniciativa municipal que dividiu geograficamente a cidade em conjuntos de bairros com indicadores socioeconômicos semelhantes, delineou as principais demandas de cada território e traçou metas e estratégias para atender essas demandas até 2053. Mais informações estão disponíveis em: <https://www.santoandre500anos.com.br/>. Acesso em: 23/5/2025.

4 Instituído pelo Governo do Estado de São Paulo por meio da Lei nº 17.525 de 23 de março de 2022, prevê a distribuição gratuita de absorventes nas escolas, além de formação para educadoras e educadores e palestras para estudantes. Mais informações estão disponíveis em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2022/lei-17525-23.03.2022.html#:~:text=Institui%20o%20Programa%20Dignidade%20%C3%8Dntima,Paulo%2C%20e%20d%C3%A1%20provid%C3%A2ncias%20correlatas>. Acesso em: 23/5/2025.

5 Regulariza a distribuição gratuita de absorventes em UBSs para pessoas menstruantes em situação de vulnerabilidade social. Mais informações estão disponíveis em: <http://www4.cmsandre.sp.gov.br:9000/normas/30457>. Acesso em: 23/5/2025.

6 O programa prevê a distribuição gratuita e continuada de 40 absorventes a cada 56 dias para pessoas menstruantes entre 10 e 49 anos, em farmácias (primeira e atual fase de implementação), além de ações de Educação Menstrual (segunda fase de implementação). Mais informações disponíveis em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/campanhas-da-saude/2024/dignidade-menstrual>. Acesso em: 23/5/2025.

Além disso, apesar de alguns textos oficiais mencionarem ações de Educação Menstrual - como formação para educadores e educadoras, palestras para estudantes e ações de conscientização em equipamentos de saúde -, essas práticas não parecem ser prioridades. Em duas das oficinas, havia professoras acompanhando as estudantes, então pudemos conversar um pouco sobre a execução do programa Dignidade Íntima. Elas afirmaram que houve distribuição de absorventes nas escolas estaduais em março de 2022 e que puderam acessar uma formação online opcional sobre o tema. Também relataram que, na ocasião da entrega dos absorventes, as estudantes receberam um *flyer* informativo e uma palestra sobre saúde e higiene menstrual.

Partindo de um ponto de vista que considera Educação Menstrual algo que vai além de distribuir absorventes e transmitir informações sobre o corpo (especialmente sob viés da higiene⁷), o programa Dignidade Íntima, por exemplo, pode ser melhorado para incluir práticas educativas que estimulem a quebra do tabu menstrual por meio de intervenções no ambiente escolar.

Quanto ao decreto municipal, não pudemos ter conversas com profissionais da saúde durante as oficinas para colher relatos sobre a implantação nas UBSs da região, mas, lendo o texto oficial, a iniciativa parece válida e, assim como a anterior, prioriza a distribuição de absorventes e tem foco educacional em aspectos fisiológicos e de higiene. Nesse sentido, é outro projeto a ser fortalecido e ampliado, incluindo novas perspectivas em Educação Menstrual, levando em conta que a precariedade menstrual pode ser entendida de muitas maneiras, como falta de acesso a informações de qualidade sobre menstruação, ou pouco acolhimento emocional ao marcar-se de sangue menstrual em público.

Quanto à efetividade do Dignidade Menstrual no território, há dois desafios. O primeiro está relacionado à obrigatoriedade do uso do aplicativo Meu SUS Digital para cadastro prévio e impressão do comprovante de autorização para retirar os absorventes, já que nem todas as pessoas que têm direito aos absorventes possuem celulares, computadores ou impressoras para efetuar o cadastro e imprimir o comprovante. O segundo é que a promoção de Educação Menstrual no território está alocada apenas na

7 No campo dos Estudos Críticos da Menstruação, há literatura sobre as normas menstruais, seu aspecto colonizador e o decorrente controle sobre os corpos menstruantes, as narrativas centradas na higiene são um exemplo desse controle. Para saber mais sobre o assunto, consultar o livro *Cosa de Mujeres - Menstruación, género y poder* (2017), da psicóloga argentina Eugenia Tarzibachi, que analisa principalmente propagandas de absorventes descartáveis na Argentina e nos Estados Unidos, considerando seus efeitos no controle dos corpos e na formação subjetiva envergonhada de quem menstrua. Também recomendamos a leitura do artigo *Introducing Menstrunormativity: Toward a Complex Understanding of 'Menstrual Monsterings'* (2020), da socióloga Josefin Persdotter, que cunha o conceito de menstrunormatividade e pontua seus desdobramentos no controle social sobre corpos que menstruam.

segunda fase de implementação do projeto, deixando em segundo plano o combate ao tabu menstrual⁸.

Todas essas medidas são ainda bastante incipientes e recentes, não havendo dados extensos de acompanhamento quanto à distribuição dos absorventes ou sobre as ações educativas e de combate ao tabu. No decorrer dos próximos períodos, será necessário observar e registrar o desenvolvimento desses projetos, analisando-os de maneira crítica.

É em meio a estas configurações sociais e políticas que o Projeto Fluxo Sustentável foi criado. Uma iniciativa civil para atuar na transformação das narrativas menstruais e na distribuição de recursos para gestão da rotina menstrual. Todo o projeto foi idealizado e executado por uma educadora menstrual e em sexualidade, moradora de Santo André. Ela detectou a fragilidade no acolhimento a quem menstrua em seu território e começou um financiamento coletivo online⁹ para arrecadar recursos a fim de tornar realidade uma ação em Educação Menstrual envolvendo compartilhar informação e distribuir recursos para gestão da rotina menstrual. Uma vez com o dinheiro em mãos, a educadora mobilizou algumas costureiras andreenses para produzir kits de absorventes reutilizáveis ao mesmo tempo em que elaborou um roteiro de oficina de Educação Menstrual com partes expositivas e atividades lúdicas.

Esse modelo de oficina foi realizado em diferentes locais do território, como o Centro de Juventude Ananias, o Núcleo São Jerônimo e a Associação de Moradores da Titan. Em todas as ocasiões, a viabilidade das oficinas se deu por oferta da idealizadora do projeto em busca ativa por esses locais e por organização de seus gestores(as)/frequentadores(as). Esse dado é importante, pois comunica um interesse territorial pela temática e revela o reconhecimento da importância do tema e da lacuna que ele representa.

8 O texto que regulamenta o programa orienta que as ações educacionais devem abordar a menarca, a prevenção de infecções e doenças e combater os estigmas e mitos em torno da menstruação. Na área da saúde, prevê escuta qualificada nas unidades de saúde, considerando as especificidades de cada beneficiária e os efeitos físicos e emocionais da menstruação. De maneira geral, o intuito é promover a equidade de gênero e a redução das desigualdades. Mais informações estão disponíveis em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cartilhas/2024/dignidademenstrual>. Acesso em: 23/5/2025.

9 O financiamento foi alocado no site Benfeitoria e pode ser acessado em <https://benfeitoria.com/projeto/fluxosustentavel>. Mais informações sobre o projeto podem ser encontradas no Instagram @sustentavelfluxo e na reportagem Projeto Social Busca Combater a Pobreza Menstrual em Santo André, de Thaina Lana para o Diário do Grande Abc, disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/3822356/projeto-social-busca-combater-a-pobreza-menstrual-em-sto-andre>. Acesso em: 23/5/2025.

As oficinas do Fluxo: estrutura metodológica e principais temáticas

A estratégia escolhida pelo projeto para atuar no território foram as oficinas, um modelo pedagógico em que é possível congregiar momentos expositivos, atividades práticas e trocas de experiências entre as participantes. Foram diversos os materiais utilizados, todos com o intuito de facilitar o aprendizado e a interação afetiva entre as participantes: vídeos, imagens, músicas e materiais de exemplificação, como modelos anatômicos de vulva, clitóris e útero 3D, bem como camisinhas femininas e absorventes reutilizáveis. As fotos reproduzidas na Figura 1 são exemplos da mesa de materiais básicos usados em todas as oficinas, a foto reproduzida na Figura 2 ilustra os kits de absorventes que as participantes receberam no final.



Figura 1. Mesa de materiais básicos utilizados em todas as oficinas - coletor menstrual, modelo anatômico de clitóris, camisinhas femininas (embalagens em roxo e amarelo), modelos anatômicos de vulva e pênis (embalagem azul), modelo anatômico 3D de útero.

Fonte: Ferreira (2024, p. 84).



Figura 2. Kit de absorventes reutilizáveis distribuídos no final de cada oficina - uma bolsa impermeável com duas divisórias, quatro absorventes reutilizáveis em tamanhos e estampas variados.

Fonte: Ferreira (2024, p. 85).

Todas as oficinas começaram com um momento de apresentações das participantes e do tema da Educação Menstrual. Para entrar na temática, havia uma dinâmica de aquecimento em que ouvíamos um áudio¹⁰ com relatos de menarca e cada uma podia compartilhar suas experiências e o que já sabia sobre menstruação. Em seguida, fazíamos duas dinâmicas com produção de cartazes, um com os nomes mais comumente usados para designar a menstruação e outro com os nomes para a vulva, o que permitia trabalhar a anatomia do órgão sexual e as fases do ciclo menstrual de maneira lúdica antes das explicações teóricas sobre esses assuntos. No caso do ciclo menstrual, as participantes aprendiam também a marcar em um calendário seus dias de sangramento e a contar os intervalos entre uma menstruação e outra.

Para abarcar o debate sobre gestão da menstruação, havia uma parte expositiva e a possibilidade de interagir com diferentes recursos para gerir o sangramento, como absorventes e calcinhas reutilizáveis. Para informar sobre o acesso à saúde pública, a facilitadora elencava os serviços disponíveis e mostrava diferentes métodos contraceptivos, explicando seus funcionamentos e efeitos colaterais. A finalização das oficinas ocorria com a distribuição dos kits de absorventes reutilizáveis e com uma dinâmica de despedida, em que cada uma dizia uma palavra sobre como foi a oficina.

10 Parte inicial (até o minuto 04:03) do documentário Rubra Fluidéz, produzido pela atriz e educadora menstrual Camila Matzenauer. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wlg00zLE2w>. Acesso em: 23/5/2025.

Cada encontro se organizou de maneira diversa de acordo com o espaço, o tempo disponível, o número de participantes, a idade das presentes e as dúvidas que elas apresentavam. O grupo da primeira oficina, por exemplo, era falante e participativo, composto por quatro mulheres que já se conheciam e duas crianças (filhas de uma das integrantes). Nesse grupo, além das dinâmicas já descritas, foi possível fazer uma extra em que as participantes desenharam vulvas como parte da explicação sobre anatomia. Já na segunda oficina, havia apenas duas participantes que tinham 13 e 14 anos e estavam envergonhadas com a temática, já que não tinham sido avisadas sobre a atividade com antecedência pelo Centro de Juventude. Com elas, conduzimos uma conversa sobre o tema e não realizamos nenhuma atividade lúdica.

A terceira e a quarta oficinas foram compostas apenas por adolescentes acompanhadas de educadoras do Núcleo São Jerônimo. Embora ambas tenham sido no mesmo lugar, uma pela manhã e outra pela tarde, a configuração dos grupos foi bastante diferente. Na terceira oficina, elas estavam mais agitadas e fizeram mais piadas de cunho sexual, não pudemos ir até o final do roteiro nesta ocasião, pois fizemos a escolha de acolher as dúvidas que surgiram pelo caminho. Já na quarta oficina, conseguimos percorrer todo o roteiro. A quinta oficina foi a configuração mais distinta, tendo a maioria das participantes adultas e organizando-se de maneira mais semelhante a uma palestra. A sexta oficina teve participantes de idades variadas que, em autogestão, se engajaram na viabilização do encontro, pediram por novos momentos como esse e trouxeram dúvidas muito parecidas com as da terceira oficina.

Devido à multiplicidade de cenários, algumas atividades foram adaptadas ou excluídas de uma oficina para outra e a ordem em que ocorreram também foi alterada. O Quadro 1 mostra em que oficina aconteceu cada atividade e quais foram as adaptações.

ATIVIDADES POR OFICINA						
	Oficina 1	Oficina 2	Oficina 3	Oficina 4	Oficina 5	Oficina 6
Apresentações						
Apresentação do tema						
Aquecimento			Cartazes	Cartazes		
Nomes para Menstruação		Oral			Oral	
Nomes para órgão sexual		Oral			Oral	
Desenho da Vulva						
Anatomia da vulva						
Ciclo Menstrual						
Calendário						
Gestão da menstruação						
Acesso à saúde pública						
Distribuição de kits						
Dinâmica de despedida						

Quadro 1. Atividades por oficina, com ou sem adaptações.
Fonte: Ferreira (2024, p. 90).

Tomando por base este roteiro e suas adaptações a depender das características dos grupos, destacamos algumas atividades e temáticas/dinâmicas grupais que surgiram no decorrer das oficinas e que permitem entender quais assuntos aparecem quando abrimos espaço para falar sobre menstruação.

Educação Menstrual e educação sobre menstruação

Interagindo com as participantes desde os momentos iniciais até os finais de cada oficina, percebemos que todas elas já haviam recebido algum tipo de educação sobre menstruação. O tema faz parte do dia a dia em casa, na escola, no médico, em todos os lugares. No entanto, essas informações estavam distantes de suas vivências menstruais e continham tabus historicamente perpetuados. Os conteúdos transmitidos nas oficinas e as metodologias utilizadas, diferentemente, ofereceram a elas Educação Menstrual, ou seja, novas perspectivas sobre a menstruação, mais conectadas com as experiências menstruais das participantes e mais críticas em relação ao tabu menstrual.

As noções preexistentes que as participantes tinham sobre menstruação, isto é, o que aprenderam fora das oficinas, foram mencionadas já no início dos encontros, nas dinâmicas de apresentação e de aquecimento. Após escutarmos o áudio na atividade de aquecimento, a facilitadora perguntava “Quando vocês pensam em menstruação, o que vem na cabeça?”, e as participantes costumavam dizer frases, sentimentos e palavras que

lhes ocorriam. A partir disso, tinha início uma conversa sobre como é menstruar para elas, e algumas compartilhavam seus relatos de primeira menstruação ou expectativas, no caso das que ainda não haviam menstruado.

Nesse momento da oficina costumavam surgir relatos sobre o que mudou a partir da primeira menstruação, como se sentiram, quais conhecimentos tinham sobre o tema quando menstruaram pela primeira vez e quais pessoas foram acionadas na ocasião da primeira menstruação. As trocas iniciais também permitiram entender a vivência territorial da menstruação, já que a escola e os serviços de saúde foram elencados entre as principais maneiras pelas quais elas se informam sobre o tema.

Quanto à escola, os relatos giraram em torno dos conteúdos das aulas de biologia e do espaço físico do banheiro escolar. Em metade das oficinas, houve relatos de que, por vezes, falta água e sabão no banheiro da escola; o acesso a papel higiênico, como afirmam as participantes de duas oficinas, é difícil, porque o rolo não fica sempre disponível, é preciso pedir para a coordenadora, assim como a chave do banheiro (se quiserem usar o do andar de cima que é limpo com mais frequência). Trancar a porta do banheiro foi uma questão que surgiu em cinco das seis oficinas, já que em algumas escolas, segundo o que as jovens contam, não há chaves nos banheiros, ou elas funcionam mal.

Sobre os conteúdos das aulas, as participantes referiram ao ensino sobre o corpo do livro didático, distanciando da realidade menstrual das estudantes, que parecem não compreender como os conteúdos da aula de biologia se associam com a menstruação que experienciam em seus corpos. As participantes da segunda oficina estudavam na mesma turma e contaram que já tiveram aulas sobre menstruação, mas que não lembram muito bem das explicações que receberam, disseram que a parte que ficou mais marcada foi a de prevenção da gravidez e de ISTs. Uma delas conta que se lembra da professora “falando que tem aquela bolinha, né? Que sai e aí se você não engravida, menstrua” (14 anos). Essa fala faz referência ao caminho do óvulo ao ser liberado dos ovários para as trompas e sair do corpo junto com o sangue menstrual. Falas como essa apareceram em outras três oficinas, em que as adolescentes afirmam que não se lembram e que não sabem explicar o que aprenderam na escola.

Já sobre os serviços de saúde, os relatos mais frequentes foram sobre “sintomas” associados à menstruação, como “cólica”, “TPM”, “doenças”, “saúde do corpo”, “dor no corpo” e “dor de cabeça”. A qualidade das informações que recebem e o quanto elas são transmitidas de maneira acessível por profissionais da saúde foram outras questões levantadas. Na primeira oficina, todas as adultas reclamaram sobre consultas ginecológicas superficiais nas quais o médico ou a médica pergunta a data da última menstruação e receita algum anticoncepcional, caso haja “sintomas”.

O relato das participantes da segunda oficina se soma aos exemplos sobre como a dificuldade de acesso a serviços de saúde preparados para acolher quem menstrua pode gerar afastamento em relação a cuidados importantes. Ambas as adolescentes da segunda oficina afirmam sentir cólicas que nem sempre se resolvem com analgésicos, mas preferem não ir ao médico “porque ele não vai fazer nada” (13 anos), “vai falar pra tomar o remédio [pílula anticoncepcional] e minha mãe não quer que tome, quer que eu faça exame, mas ele não pede” (14 anos).

No que tange à educação sobre menstruação, observa-se que a biologia é uma das matérias mais acionadas, priorizando a universalização da experiência menstrual em torno do que seria um funcionamento biológico adequado. As menções a “sintomas” fazem pensar sobre uma educação patologizadora sobre o menstruar, que pouco considera as particularidades vividas por cada uma, ou sequer amplia as possibilidades de manejo dos sinais físicos de estar menstruada.

Receber informações médicas de qualidade e em um contexto acolhedor pode fornecer melhores condições para que as pessoas tomem decisões mais conscientes sobre seus corpos. No entanto, acessar esses ambientes e informações parece ser difícil no contexto em que vivem as participantes das oficinas. As oficinas de Educação Menstrual atuam nesta lacuna, buscando oferecer informações assertivas e que subvertem os tabus que cercam a temática, além de estabelecerem conexões mais diretas com as vivências menstruais.

Algumas atividades das oficinas proporcionaram outro tipo de aprendizado sobre anatomia e ciclo menstrual, diferente do que alcançam o ensino formal e os serviços de saúde. Na primeira oficina, durante a atividade do desenho da vulva, as participantes receberam uma folha de papel sulfite e uma canetinha, juntamente com a instrução para desenhar o órgão sexual. Em seguida, as que se sentiram à vontade puderam mostrar seus desenhos para as outras e falar os nomes das partes anatômicas. Esta atividade antecedeu a explicação sobre a anatomia, a primeira etapa expositiva das oficinas.

Depois do compartilhamento dos desenhos (momento acompanhado de muitos risos), a facilitadora apresentou às participantes modelos anatômicos de vulva, clitóris e útero 3D, indicando e nomeando as partes que compõem o órgão sexual. Elas puderam tocar os modelos, desmontá-los e montá-los novamente. Houve também um slide expositivo sobre o tema, onde constavam desenhos de vulva, clitóris e útero com indicações das partes anatômicas nomeadas. Neste momento, foram trabalhados conteúdos de anatomia, autoconhecimento, diversidade e aceitação, na medida em que a facilitadora indicava a diversidade de vulvas que pode haver naturalmente sem que haja um padrão correto de beleza.

Em seguida, na segunda parte expositiva das oficinas, a facilitadora explicava sobre a dinâmica do ciclo menstrual. Para isso, recorreu a um slide sobre as fases do ciclo menstrual e explicou para as participantes as características físicas e emocionais de cada uma delas. Também mostrou como contar os dias de duração de um ciclo completo, falou sobre a regularidade do ciclo, a variação aceitável entre um sangramento e outro e os indicadores de saúde ao longo do ciclo menstrual.

Na quarta oficina, para ilustrar a dinâmica de um ciclo, a facilitadora propôs uma atividade prática para ensinar a acompanhar a ciclicidade no calendário. Cada participante recebeu uma caneta e um calendário impresso em folha sulfite. Nos primeiros 3 meses do calendário, foram orientadas a marcar um exemplo didático de ciclo menstrual oferecido pela facilitadora. Em seguida, contaram os dias entre o último dia de sangramento de uma menstruação e o primeiro dia de sangramento da menstruação seguinte e marcaram os números no espaço entre um mês e outro. Essa atividade gerou uma conversa sobre o que é a regularidade do ciclo menstrual (que pode variar de pessoa para pessoa, não sendo condicionada ao ciclo de 28 dias), autoconhecimento e saúde.

Falar da menstruação a partir deste viés implicou em tirar do silêncio temas pouco abordados em outros contextos, como os eufemismos usados para se referir à menstruação e a vulva, o distanciamento em relação ao próprio corpo e as implicações sociais da menstruação. Nos próximos tópicos, abordaremos essas questões com mais contexto e profundidade.

O silêncio

Apesar de já terem aprendido sobre menstruação em seus cotidianos, uma das principais temáticas que surgiram foi o silêncio em torno da menstruação. Um silêncio que se apresenta de diversas formas e que diz muito sobre o tabu menstrual. Nos momentos de elaboração de cartazes com nomes para a menstruação e vulva, esse silêncio se destacou na forma de eufemismos, que podem ser consultados nas Figuras 3 e 4.

Nomes de Menstruação

to de chico
Rio vermelho
Coiso aqui
to de tpm
Desceu pra mim
aqueles dias
Vazou

Figura 3. Cartaz com nomes para menstruação produzido na sexta oficina.
Fonte: Ferreira (2024, p. 100).

Nomes para VULVA:

- Periquita (o)
- Matagal - Boceta
- Vagina - Xoxota
- Xexeca - Perereca
- Xereca - Prendinha
- Laruzinha - Perseguida
- Florzinha
- Bichinha

Figura 4. Cartaz com nomes para a vulva produzido na terceira oficina.
Fonte: Ferreira (2024, p. 95).

Os momentos de produção desses cartazes foram marcados por risos em todas as oficinas. Foram momentos que interpretamos como de identificação entre semelhantes e de liberdade para dizer em voz alta palavras que elas não costumam ser incentivadas a pronunciar. Depois do registro, a facilitadora perguntava o que elas achavam dos nomes. Partindo deles, as participantes falavam sobre o porquê de cada denominação, onde já ouviram aquelas palavras, se consideram que elas têm uma conotação positiva ou negativa. Neste momento, algumas conversas sobre vergonha e assédio surgiram e a importância de dizer “estou menstruada” e “vulva” foi debatida no sentido de naturalizar

o ato de falar sobre a menstruação e de desmistificar o nome do órgão sexual, produzindo autoconhecimento.

A partir dessas duas dinâmicas, verificamos que o uso de eufemismos é eficaz em garantir o silêncio e a inexistência simbólica da menstruação, que fica disfarçada por trás de expressões atenuantes como “tô naqueles dias” e “desceu pra mim”. Há ainda um caráter de cumplicidade nesse silêncio em que todas são ensinadas a calar, porque, como nos explica uma das mulheres que participou da primeira oficina, “é feio” (sic) falar sobre menstruação na frente de outras pessoas, já que este é um assunto particular e “ninguém precisa ficar sabendo” (sic). O silêncio cúmplice também é exemplificado por uma participante da segunda oficina, quando ela conta sobre a dinâmica doméstica da compra dos absorventes por sua mãe: “Eu não falo, minha mãe não fala também. Mas eu percebo como ela fica, é que a gente não fala isso não. Quando ela vai no mercado, ela já compra o absorvente, aí nem precisa pedir, não falo nada”.

Como pontuamos na introdução, há narrativas menstruais cotidianas que nos ensinam “o modo correto de menstruar” ou, como nomeia a socióloga Josefin Persdotter (2020, p. 539), a *menstrunormatividade*: um conjunto de normas e discursos que orientam a lidar com a menstruação e que propagam majoritariamente a visão biomédica de menstruar, deixando excluídas outras formas de experimentar o sangramento. A estratégia lúdica da construção de cartazes permitiu que os nomes ficassem registrados, fossem visíveis e ditos em voz alta. Seus significados foram questionados e, ao final da dinâmica, foi possível provocar as participantes com bom humor a falarem as palavras “vulva” e “menstruação”. Dessa forma, nos aproximamos afetivamente de transformar silêncios e não ditos em enunciações seguras.

O silêncio também apareceu na forma de ocultação do sangue. Todas as participantes receberam a orientação de esconder o sangue, seja enrolando o absorvente no papel higiênico antes de jogar no lixo do banheiro, amarrando o blusão na cintura para esconder possíveis manchas na roupa ou passando o absorvente escondido para outra colega. Uma das participantes adultas da quinta oficina fornece um exemplo dizendo que “[...] Na escola a gente tinha que passar o absorvente assim escondido por dentro da blusa, como se fosse droga, um negócio proibido”.

Um dos desdobramentos da ocultação do sangue é o distanciamento em relação ao próprio corpo¹¹, o que pode afastar também práticas promotoras de autonomia,

11 Um exemplo sobre como as temáticas e seus desdobramentos se entrelaçam é o fato de o distanciamento em relação ao próprio corpo também se associa com a educação formal com ênfase para os processos biológicos, desconsiderando a fenomenologia diversa das vivências menstruais, e com as experiências em consultórios médicos que tendem a patologizar os sinais da menstruação.

autocuidado e saúde. No intuito de promover tais práticas, abordamos a menstruação como um indicador de saúde geral do corpo. Usando imagens, demos exemplos de como o sangue menstrual pode ser quanto à cor, textura e quantidade (vermelho, marrom, preto, coagulado, líquido, abundante ou escasso) e apontamos os tipos que poderiam indicar a necessidade de procurar um profissional da saúde e os que são considerados sinais de uma menstruação saudável.

Sobre o aspecto do sangue, o comentário geral do grupo da quarta oficina foi que não costumam olhar muito para o absorvente, nem para o papel higiênico. Três participantes, no entanto, afirmaram que não tem como não olhar no momento da troca e “quando você vai se limpar” (sic). Interessante notar que nenhuma praticava a observação do sangue menstrual como algo importante para saber sobre seu próprio corpo e sua saúde. Esse foi o argumento da facilitadora ao afirmar que é natural ver o sangue menstrual nos momentos de troca de absorvente, ou quando vai ao banheiro e que é importante olhar para ele e saber mais sobre si, inclusive para identificar quando algo muda e poder explicar isso a profissionais da saúde se for necessário.

Outra estratégia escolhida para abordar o tópico da ocultação do sangue foi mostrar às participantes diversos recursos para gestão da rotina menstrual (como absorvente descartável e reutilizável, calcinha e biquíni absorventes, coletor e disco menstrual) e promover uma conversa sobre situações em que as participantes se mancharam, sobre seus medos disso acontecer e sobre a limpeza do sangue menstrual e seu caráter não contaminante¹². Neste momento, foram trabalhados conteúdos de escolha sobre o próprio corpo, o tabu da mancha, sentir-se confortável nos locais quando está menstruada e possibilidades de acesso a cada recurso. O estímulo foi no sentido de que, na medida do possível, elas experimentassem cada método ao longo de algumas menstruações e escolhessem como gerir seus sangramentos. A distribuição de kits de absorventes reutilizáveis ao final das oficinas também foi um momento de sensibilização quanto à questão da vergonha que implica a norma da ocultação do sangue.

Por último, o silêncio apareceu na forma de manutenção da produtividade, já que as participantes relatam continuar trabalhando e estudando enquanto disfarçam outras necessidades físicas durante o período menstrual. Na quinta oficina, uma das participantes adultas foi direta ao afirmar que “o capitalismo não espera” (sic). Essa fala surgiu no contexto de uma conversa sobre como é trabalhar estando menstruada, em que

12 Existe uma tradição na literatura médica, já vastamente explorada por Thomas Laqueur (2001), Fabíola Rohden (2001) e Emily Martin (2006), que mostra a construção sócio-histórica do sangue menstrual como algo sujo e contaminante. A narrativa médica é um dos fatores que corroboram para a perpetuação do tabu menstrual e, por isso, é um elemento importante de transformação de narrativas menstruais para a Educação Menstrual, que busca desmistificar os ditos biomédicos sobre o sangue menstrual.

as mulheres relataram o incômodo de terem que esconder a menstruação e entregar os mesmos resultados de sempre. A psicóloga Eugenia Tarzibachi (2017) explica que existe um discurso de perda que envolve a menstruação: além de perderem sangue, as pessoas que menstruam também perdem no âmbito social ao ficarem presas às limitações de seus corpos menstruantes, como se a impossibilidade de estar menstruada em alguns ambientes fosse culpa da natureza desses corpos e não do estigma social construído sobre eles. Dessa forma, é ensinado a quem menstrua que a menstruação não pode ser percebida e que há benefícios neste ocultamento, sendo o principal deles o benefício de pertencer ao mundo público. No entanto, há uma armadilha nessa narrativa no sentido de que o que torna desconfortável e pode até impedir a participação de pessoas menstruadas em situações sociais não é a menstruação em si, mas sim as condições para menstruar dignamente em público.

O momento da explicação sobre o ciclo menstrual foi o escolhido para ressaltar que é natural que haja mudanças na disposição física e no humor durante a menstruação. O incentivo aqui foi ao registro do ciclo (como na atividade do calendário, por exemplo) para autoconhecimento e identificação das necessidades de cada uma, já que manifestar aquilo que precisamos para menstruar de maneira mais confortável e digna é outra maneira de quebrar o silêncio e transformar as estruturas do mundo público em locais dignos para menstruar.

Para além dos assuntos já abordados até aqui, surgiram outros envolvendo temáticas correlatas à menstruação, como sexualidade, assédio e implicações sociais de gênero que incidem sobre quem menstrua, nomeamos esses assuntos “vazantes” e trataremos deles a seguir.

As vazantes do Fluxo

Ao abrir espaço para reunir pessoas e falar sobre menstruação, é preciso entender que a conversa vai fluir para assuntos correlatos, alguns mais e outros menos automaticamente relacionados ao sangue menstrual. São temáticas vazantes que devemos estar prontas para trabalhar e endereçar. No caso das oficinas do Fluxo Sustentável, para além das temáticas principais sobre a educação quanto à menstruação e sobre o silêncio, as principais vazantes foram os relatos de violência e os pontos em que Educação Menstrual e Educação Sexual se tangenciam.

Para falar sobre essas duas vazantes, será preciso retomar um ponto já mencionado, o da falta de informação sobre o próprio corpo. Nas escolas e consultas médicas, as informações recebidas sobre o corpo ou ficam distantes das vivências das participantes,

ou são patologizadas. Desse modo, apesar de muito ser dito sobre a menstruação e os corpos de quem menstrua, pouco é de fato elucidado de maneira coerente com o que elas vivem. Mesmo que falemos sobre menstruação no cotidiano, se o fazemos reproduzindo tabus, acabamos silenciando o menstruar, e as diversas formas de silenciamento culminam na falta de informação sobre o próprio corpo.

Nas oficinas, um dos momentos em que essas características se destacavam era a explicação da anatomia da vulva. Durante a atividade do desenho da vulva, na primeira oficina, as participantes se perguntaram se iam precisar olhar para ver como era, e a facilitadora disse que elas podiam ir ao banheiro e fazer isso se quisessem, mas que poderiam também desenhar da maneira como pensam que é, sem modelo. As reações à atividade do desenho mostram que as participantes não foram estimuladas a conhecer suas vulvas, o que fica mais nítido em comentários como “ish! Mas eu nunca nem vi a minha, vou ter que ir lá no banheiro olhar [risos]” (42 anos) e “vou ter que lembrar da escola agora, ver se eu lembro dos desenhos” (31 anos).

Essas falas incitam a reflexão sobre o desconhecimento sobre a própria anatomia que, para Emily Martin (2006), é fruto da autoridade médica historicamente construída, processo em que os saberes de pessoas menstruantes sobre seus próprios corpos e ciclos foi descreditado, e o conhecimento que galgou autoridade foi o médico, majoritariamente produzido por quem não vive a menstruação. Além disso, desconhecer a nós mesmas é um elemento importante para o exercício do poder de outros sobre nós. Como argumenta Silvia Federici (2017), o desconhecimento é uma herança histórica vinda do que a autora nomeia como cercamento dos corpos femininos, um processo profundo de desapropriação dos corpos das mulheres e de atribuição da autoridade médica masculina sobre eles, destituindo as parteiras e feiticeiras de seu lugar de conhecimento e deslegitimando seus saberes. Caçar as bruxas foi uma estratégia de tirar das pessoas com vulva a autonomia que tinham ou que poderiam desenvolver sobre si.

No intuito de movimentar essas reflexões de maneira simples durante as oficinas e de aproximar as participantes da anatomia de seus corpos, utilizamos manejos tanto lúdicos, quanto expositivos. Além da proposta de desenhar a vulva, havia um slide mostrando ilustrações de vulvas com as partes anatômicas nomeadas e também um modelo anatômico em 3D com o qual todas puderam interagir. O modelo de clitóris, por sua vez, as auxiliou a compreender a anatomia do órgão e a função de dar prazer. Nos momentos em que trabalhávamos com esses modelos anatômicos, percebemos que a Educação Menstrual, embora seja uma área de conhecimento específico, está conectada com a Educação Sexual no que tange ao ensino da anatomia dos corpos e ao incentivo ao autoconhecimento e aceitação da diversidade das configurações físicas.

Como desdobramento do desconhecimento sobre o próprio corpo, surgiram dúvidas sobre práticas sexuais e gravidez (outro ponto em que Educação Menstrual e Educação Sexual se tangenciam). Na sexta oficina, uma das participantes contou que sabia que podia engravidar depois da primeira menstruação, mas não sabia como isso acontece, ela disse: “Eu achava que não podia nem encostar, nem beijar... Aí no meu primeiro beijo eu cheguei e falei pra minha mãe ‘tô grávida’” (16 anos). Já na terceira oficina se destacaram as dúvidas quanto ao sexo penetrativo, especialmente sobre como se preparar para a primeira relação sexual e como entender sinais de flerte e diferenciá-los de situações de assédio. Logo no início da oficina, uma participante se referiu aos materiais dispostos na mesa como “coisas de sexo” (sic); decorrido um tempo do encontro, outra participante perguntou: “Se um menino faz assim na sua mão [uma mão com a palma para cima, o indicador da outra mão esfregando na palma da primeira], é sinal que ele quer transar?” e disse “Já fizeram na minha, eu não fiz nada!” (13 anos).

O aparecimento de dúvidas quanto ao sexo penetrativo, especialmente sobre como se preparar para a primeira relação sexual e como entender sinais de flerte e diferenciá-los de situações de assédio mostra não apenas a vinculação social entre a menstruação e a vida reprodutiva, mas também a necessidade de conhecimento e o interesse que essas participantes demonstraram em saber sobre seus corpos e as possíveis relações que podem ter. Aqui também vale destacar que o conhecimento sobre si e os limites entre flerte e assédio são questões de promoção de segurança e combate a violência de gênero, outra temática vazante à qual fomos conduzidas ao longo das oficinas.

Antes da primeira oficina começar, conforme as participantes chegavam, instalou-se uma conversa entre elas sobre outras colegas que não estavam lá. Elas estavam preocupadas, pois essas mulheres já tinham passado por agressões físicas de seus companheiros e isso poderia ter acontecido novamente, fazendo com que se ausentassem do compromisso da oficina. Os nomes que surgiram para a vulva nesse grupo carregam uma carga de objetificação, e “perseguida” estava entre eles, o que retomou a conversa do início do encontro sobre violência contra as mulheres.

O ponto de destaque nessa conversa foi que nomear o órgão sexual como “perseguida” dá a impressão de que a vulva é algo que os homens podem perseguir e pegar para si a despeito da vontade da pessoa que tem a vulva. A objetificação das pessoas com vulva vai se traduzindo também nessa nomeação, além de diversas outras formas de violência. Antes mesmo da vida adulta, na puberdade, os relatos de assédio estão presentes.

Na terceira oficina, uma das participantes contou que não gosta de voltar sozinha para casa depois da escola, pois “os velho do bar fica tudo olhando e falando coisas” (sic), outras que estudam na mesma escola concordaram. O assunto ecoou em outras oficinas, como na sexta, em que as jovens falaram sobre os assédios na comunidade e reclamaram que alguns homens costumam ficar em um bar perto da Associação de Moradores e assediá-las verbalmente quando passam para o ensaio de dança. Uma delas afirma: “Eu gosto de roupa larga, mas eu passo lá e eles ficam olhando, falando ‘ooo lá em casa’” (16 anos). As demais participantes concordaram com o incômodo que esses olhares e falas causam e afirmaram já ter passado por isso no mesmo lugar.

O aparecimento de características sexuais secundárias é um momento da puberdade em que o corpo passa a ser ainda mais objetificado e enquadrado em sua função social reprodutiva. A partir daí, esses corpos passam a ser lidos como objetos cuja função é agradar aos homens. Situações de assédio mencionadas pelas participantes das oficinas são exemplos da dinâmica patriarcal do exercício de poder que se intensifica na puberdade. Diante desses e de outros relatos, em um primeiro momento, optamos por acolher as falas das adolescentes e incentivar que continuassem relatando e denunciando os assédios; em seguida, buscamos o auxílio das educadoras que acompanhavam as oficinas e das coordenações das instituições que nos receberam para formar uma rede de apoio e segurança para elas.

Nunca ter visto a própria vulva, não saber a duração do ciclo menstrual, ter dúvidas sobre como se engravida e sentir que não teve informações suficientes para escolher um método contraceptivo são alguns exemplos que surgiram nas oficinas e que consideramos marcas do cercamento dos corpos menstruantes e da domesticação dessas pessoas para que aprendam a exercer somente as funções reprodutivas e de cuidado que são esperadas delas e falsamente justificadas por argumentos biológicos “incontornáveis” (Tarzibachi, 2017; Federici, 2017).

Essas temáticas são desdobramentos da maneira como somos ensinadas sobre menstruação no sentido de serem consequências do modo como educamos as pessoas, reproduzindo tabus. São também enormes fendas abertas que vulnerabilizam para abusos e assédios, já que a falta de informação, que leva à falta de autonomia, confere às pessoas que menstruam menos instrumentos para autoproteção, para defender-se dos assédios e para saber como operam. Acolher os relatos, conhecer os mecanismos de proteção acessíveis no território e formar redes de apoio amplas são funções de educadoras menstruais que se proponham ações práticas.

Considerações a título de final e recomeço

Depois de percorrer o caminho de construção e implementação do Fluxo Sustentável, de conhecer a estrutura de suas oficinas e as principais temáticas que emergiram, de analisar as dificuldades e manejos para lidar com elas, gostaríamos de finalizar com algumas considerações sobre a prática deste projeto de Educação Menstrual, considerando a possibilidade de outros projetos e de diálogo com pessoas interessadas em implementar ações como esta.

Na teoria, a Educação Menstrual consiste em práticas pedagógicas que visem transformar narrativas menstruais que são historicamente prejudiciais para quem menstrua (Ramírez 2022). Como toda ação educativa, as iniciativas que envolvem Educação Menstrual devem estar adequadas ao seu território e ao seu público alvo. Para além disso, na prática das oficinas do Fluxo Sustentável, percebemos que a formação, ou pelo menos sensibilização, para questões de gênero é fundamental para a prática da Educação Menstrual de modo a não reproduzir tabus e, de fato, transformar narrativas. Há também aproximações com a educação em sexualidade e com demandas de saúde sexual, assuntos com os quais é desejável que educadoras menstruais tenham familiaridade.

Com a prática, percebemos que muitos aspectos considerados desde a formulação das oficinas para o Fluxo se mostraram muito efetivos, como a escolha dos temas abordados nas oficinas; as estratégias didáticas de alternar entre momentos expositivos e lúdicos, de aprendizado pela própria experiência e de troca de vivências com aquelas que passam por situações semelhantes. Os materiais utilizados também foram efetivos em mediar os aprendizados. A possibilidade de interagir com as estruturas anatômicas 3D e de se familiarizar com diferentes tipos de absorventes e métodos contraceptivos foi interessante no sentido de promover autonomia por meio do conhecimento de si e de suas opções para gestão menstrual e exercício da vida sexual, ampliando o campo de possibilidades já conhecidas.

Apesar disso, há um caminho de experiências que partem da teoria e chegam na prática de modo diferente. Tínhamos um roteiro pronto, materiais específicos e temas que gostaríamos de abordar de maneira crítica às narrativas menstruais hegemônicas e acolhedora para as participantes. No entanto, cada grupo é um grupo e, em duas ocasiões, não foi possível abordar todos os conteúdos planejados. Na teoria, gostaríamos de abarcar muitos assuntos em uma oficina de Educação Menstrual, mas é preciso dar espaço para cada coletividade absorver os conteúdos a seu tempo e à sua maneira. Risos e zombarias por parte das participantes, principalmente as adolescentes, fizeram parte desse processo de assimilação de conteúdos novos e de interação com um assunto que, na maioria das

vezes, elas precisam calar. Nossa estratégia foi acolher essas reações e continuar levando o assunto com seriedade, mas sem sisudez.

Como sugestões para novos projetos, nos pareceu relevante separar os grupos por faixas etárias desde a divulgação do evento, o que facilitaria a organização prévia e reduziria os ajustes no momento das oficinas. Não só os conteúdos diferem a cada faixa etária, mas também as metodologias adequadas e o nível de entrosamento entre as participantes, dada a identificação com as pares. Além disso, sendo possível, seria desejável fazer mais de uma oficina com o mesmo grupo, o que geraria um vínculo de confiança maior entre as participantes e abriria possibilidade para criação de uma rede de apoio mais duradoura entre elas, além de tornar o ato de falar sobre menstruação algo recorrente. A depender do território, os temas podem ser os mesmos que trabalhamos aqui, mas separados em duas ou mais ocasiões.

Destacamos ainda que outros públicos que não foram alvo deste projeto, como meninos e homens cis, pessoas trans e não binárias, profissionais da educação formal e da saúde, devem receber Educação Menstrual e podem se beneficiar dela de diversas formas. Para todas as pessoas que não menstruam, vale a reflexão sobre o tabu que eventualmente perpetuam e sobre o quanto, mesmo não passando pelo sangramento, convivem com a menstruação e podem compreendê-la para melhor acolher quem sangra. Quanto às identidades trans e não binárias, o debate sobre a validação de suas identidades independente do processo menstrual ocorrer ou não, e a pauta do acesso a serviços de saúde qualificados para suas demandas específicas estão entre os assuntos a serem trabalhados. Para quem trabalha na educação formal ou nos serviços de saúde, a sensibilização sobre a temática e o treinamento para qualificar suas atuações profissionais de modo a não reproduzir tabus e estimular a autonomia são elementos relevantes.

No geral, o Fluxo teve um impacto bastante positivo. Com seis oficinas, mobilizou presencialmente 52 participantes de idades variadas e, sobretudo, residentes de áreas periféricas da cidade. Elas são adolescentes que pedem por mais oficinas como essa, jovens que tiram dúvidas e trocam experiências com as amigas, educadoras que aprendem algo a mais do que já sabiam e que nos ensinam o funcionamento da rede de educação em relação à menstruação e mães que procuram um espaço aberto de troca de conhecimentos para mudar a percepção que têm da menstruação e para construir outra narrativa menstrual com as filhas.

A prática da Educação Menstrual confirma nossa percepção inicial de que, na trajetória das participantes, não havia espaços como aquele para que pudessem pensar sobre suas menstruações e falar delas livremente. A menstruação, embora presente de

alguma forma nas vivências das participantes, parecia um assunto inédito, mas o inédito mesmo foi a possibilidade de diálogo aberto. As oficinas se mostraram uma ferramenta eficaz na abertura de espaço para compartilhar conhecimentos, escutar as experiências de quem menstrua e propiciar reflexões críticas sobre o assunto. A organização e o clima de cada situação foram únicos, mas, no geral, a experiência de estar e de fazer juntas produziu um ambiente afetivo e acolhedor mesmo quando o tema era tabu e nas situações em que não conseguimos ir até o final com o roteiro planejado. O importante foi abrir espaço para falar sobre menstruação.

Referências

Federici, Silvia (2017). *Calibã e a Bruxa*. São Paulo: Elefante.

Ferreira, Letícia Santos (2024). *Menstruação, gênero e subjetividade: articulações teóricas e experiências com Educação Menstrual*. Dissertação de mestrado, PPGCHS/Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, SP, Brasil.

Fundo de População das Nações Unidas & Fundo das Nações Unidas para a Infância (2021). *Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos*. Recuperado em 23 maio, 2025, de <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-menstrual-no-brasil-desigualdade-e-violacoes-de-direitos>.

Laqueur, Thomas (2001). *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Martin, Emily (2006). *A Mulher no Corpo: uma análise cultural da reprodução*. Rio de Janeiro: Garamond Editora.

Persdotter, Josefin (2020). Introducing Menstrunormativity: Toward a Complex Understanding of 'Menstrual Monsterings'. In C. Bobel, I. T. Winkler, B. Fahs, K. A. Hasson, E. A. Kissling, & T. Robert (ed.), *The Palgrave Handbook of Critical Menstruation Studies* (pp. 357-373). Palgrave Macmillan.

Ramírez, Carolina (2022). *Educación Menstrual Emancipadora: una vía para interpelar la misoginia expresada en el tabú menstrual*. Medellín: Ensayo.

Rohden, Fabíola (2001). *Uma Ciência da Diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Tarzibachi, Eugenia (2017). *Cosa de Mujeres - menstruación, género y poder*. Sudamericana.

Recebido em 14 de fevereiro de 2025.

Aceito em 23 de abril de 2025.

Menstruação e território: a experiência do Fluxo Sustentável, projeto de Educação Menstrual

Resumo

Este artigo tem como objetivo abordar o processo de construção, implementação e análise de seis oficinas de Educação Menstrual com 52 participantes ao todo. As oficinas foram oferecidas pelo projeto Fluxo Sustentável em regiões periféricas de Santo André, no ABC Paulista. O projeto foi idealizado por uma educadora menstrual e em sexualidade moradora da cidade e foi mobilizado em resposta à escassez de políticas públicas voltadas para Educação Menstrual e para distribuição de recursos para gestão da rotina menstrual na região. Ao longo do artigo, trabalharemos com dados empíricos coletados ao longo das oficinas e abordaremos a caracterização do território, a estrutura das oficinas, a repercussão entre as participantes, os desafios encontrados na prática da Educação Menstrual e as estratégias para superá-los.

Palavras-chave: Educação Menstrual; Território; Dignidade Menstrual; Epistemologias Feministas.

Menstruation and territory: the experience of Fluxo Sustentável, a Menstrual Education project

Abstract

This article discusses the process of building, implementing and analyzing six Menstrual Education workshops with a total of 52 participants. The workshops were offered by the Fluxo Sustentável project in outlying areas of Santo André, in the ABC Paulista. The project was conceived by a menstrual and sexuality educator living in the city and was mobilized in response to the scarcity of public policies aimed at Menstrual Education and the distribution of resources for managing the menstrual routine in the region. Throughout the article, we will work with empirical data collected during the workshops and address the characterization of the territory, the structure of the workshops, the repercussions among the participants, the challenges encountered in the practice of Menstrual Education and the strategies to overcome them.

Keywords: Menstrual Education; Territory; Menstrual Dignity; Feminist Epistemologies.

Menstruação e masculinidades: notas sobre a participação de professores homens em uma pesquisa sobre menstruação em escolas públicas

Naedja Cristiane Vieira Costa

Doutoranda em Ciências Sociais/Universidade Estadual de Campinas

<https://orcid.org/0000-0003-3409-2786>

naedjaveira1@gmail.com

Introdução

Em 2021, quando escrevia meu projeto de doutorado sobre gestão menstrual nas escolas, uma das minhas maiores preocupações estava na possível dificuldade que enfrentaria com o público masculino, fossem eles pais, alunos ou professores, em especial, os homens mais velhos. Naquele momento meu desejo era realizar uma pesquisa integral sobre menstruação envolvendo mulheres, homens, meninas e meninos. Porém, a névoa da dominação e poder masculino sobre os corpos das mulheres, que povoa a cabeça da maioria das mulheres adultas, me levou a agir a partir de um senso comum a respeito de nossas experiências cotidianas e dificuldades em viver a menstruação como uma experiência saudável e sem preconceitos. No entanto, grande foi a minha surpresa ao perceber que o maior bloqueio para falar sobre menstruação, que eu enfrentaria durante a pesquisa, partiria das professoras. E de repente, vi o estigma menstrual ali, declaradamente direcionando a pesquisa. As professoras, em sua maioria, não conseguiam simplesmente pronunciar a palavra menstruação, e eufemismos como “naqueles dias”, “de boi”, ou o mais recente “dignidade íntima” eram acionados para expressar a palavra proibida. No meu roteiro imaginário elas aproveitariam o espaço e a oportunidade da pesquisa para finalmente dar voz aos silêncios predeterminados com os quais somos educadas a perpetuar. Infelizmente estava errada. Suas esquivas me mostraram que havia uma dificuldade em falar imparcialmente sobre o tema, apesar das inúmeras qualificações

profissionais para o exercício da docência. Infelizmente, a mácula associada as mulheres menstruadas ainda estava presente no cenário pedagógico através das falas, das ausências e nas dificuldades das professoras. Era preciso zelo e cuidado para não machucar mais uma vez a ferida aberta.

Foi nesse cenário que vi os professores assumirem uma participação importante na pesquisa. A tensão apresentada nesse cenário modificava minha sensibilidade, meus sentidos e me ensinava a realizar um novo ritual (Favret-Saada, 2005): eu precisava aprender a fazer pesquisa sobre menstruação não apenas com a participação masculina, mas, especialmente, com apoio majoritário dos homens; e de maneira contraditória encontrei a brecha para inclusão deles na pesquisa.

Dito isto, neste artigo daremos ênfase à participação e colaboração dos professores homens em uma pesquisa sobre menstruação, como oportunidade de repensarmos sexismos e posturas essencialistas sobre os homens e a percepção sobre a solidez de uma masculinidade hegemônica (Connell & Messerschmidt, 2013) ser impedimento para conciliação de suas contribuições escolares. É especialmente por acreditarmos que a participação masculina é imprescindível para equidade de gênero que consideramos essencial a participação deles na pesquisa, a fim de repensarmos o sexismo institucionalizado que atribui responsabilidades específicas aos papéis de gênero relacionados à menstruação, em especial no campo da educação.

Metodologia

Para realização de nossa estratégia metodológica, optamos pela pesquisa qualitativa. Dessa forma, fizemos uso do aporte teórico da Antropologia com o auxílio da pesquisa-ação (Malmann, 2015), alinhados a uma perspectiva interdisciplinar em diálogo com os estudos feministas da ciência (Harding, 1993; Sardenberg, 2001).

A princípio não havia intenção primária de focarmos nossas atenções no comportamento social das professoras perante a menstruação no ambiente de trabalho, entretanto, a dificuldade em abrir cenários possíveis para a realização da pesquisa mostrou-se tão sensível que ficou nítida a necessidade de atenção, como também as suas fragilidades menstruais. Além da reelaboração de estratégias de ação para materialização da pesquisa, foi necessário acionar os professores.

Essa investigação aconteceu entre os anos de 2023 e 2024, e faz referência à experiência vivida em quatro escolas públicas, com estudantes dos 6º aos 9º anos do ensino fundamental, sendo três escolas municipais em Mossoró/RN – Escola Municipal Professor Manoel Assis, Escola Municipal Vereador José Bernardo e Escola Municipal Joaquim Felício

de Moura e uma escola estadual em Campinas/SP - Escola Estadual Dr. Telêmaco Paioli Melges. Participaram até o presente momento na pesquisa¹ seis professores homens e duas professoras mulheres².

Nossa primeira intervenção aconteceu na Escola Telêmaco Paioli Melges, em 2023 durante o projeto PIBIC-EM³ “Menstruação e Antropologia – multiplicando possibilidades para alcançar a dignidade”⁴. Nessa primeira intervenção, devido ao pouco espaço de tempo, realizamos apenas três oficinas exclusivas para moças do 8º e 9º anos, por recomendação da escola. Nesse projeto tínhamos incluído os rapazes, mas a escola recomendou a separação e nós aceitamos. Entretanto, quando retornamos à escola no ano seguinte para apresentarmos a conclusão do projeto, tomamos conhecimento que os rapazes, ao saberem que as moças teriam orientação sobre menstruação, exigiram receber orientação sobre suas necessidades da puberdade também. Isso será tratado mais à frente.

As estratégias de ação nas escolas de Mossoró/RN contavam com um espaço de tempo bem maior, portanto, permitiu maior profundidade e aconteceu ao longo de todo ano de 2024.

Meu primeiro ato nas escolas consistiu na apresentação da pesquisa ao corpo docente, através de uma atividade de Extra regência. Nela me intrigou o fato de as mulheres ali presentes não perguntarem, indagarem, questionarem, mas silenciarem e apenas os homens participarem. É certo que o protagonismo masculino cerca o ambiente público, seja ele de trabalho ou não, mas a nulidade delas naquele momento chamou minha atenção. Com a minha entrada na escola, minha participação diária e a continuidade do silêncio por parte da maioria delas, comecei a ficar muito preocupada. Como a rotina da pesquisa seria de três meses, em cada escola, fui respirando devagar e dando tempo ao tempo, entretanto, nada mudava. Elas não me procuravam e, quando eu tentava abordar, se esquivavam e saíam, a justificativa em sua maior parte era o excesso de trabalho. Então comecei a perceber que o estigma estava muito presente em suas posturas e eu precisaria aprender a fazer pesquisa apesar da correspondência ao tabu e estigmas, que as professoras reproduziam (in)voluntariamente. Infelizmente, ao contrário do que pensei, a maioria delas não estavam disponíveis para criar um novo sistema de valores a respeito da menstruação, ou simplesmente se permitir um diálogo sobre o tema.

1 A pesquisa ainda está em andamento em uma última escola que não consta no presente relato.

2 A participação na pesquisa é voluntária.

3 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio. Saiba mais em: <https://prp.unicamp.br/iniciacao-cientifica/pibic-em/programa/sobre>

4 Saiba mais em: <https://www.ram2023.sinteseeventos.com.br/anais/trabalhos/lista?simposio=175>.

Por ter consciência que a minha presença poderia inibir a atuação dos professores, dos estudantes e de toda comunidade, no primeiro mês de observação tentei me manter o mais distante possível dos espaços formalmente educativos - leia-se: salas de aula e sala dos professores. A princípio minha estratégia era ficar pelos corredores, pátios e jardins observando à distância, até o corpo escolar criar familiaridade à minha presença. Com o tempo fui me tornando comum e me aproximando devagar, das salas dos professores, dos estudantes, dos pais. Por coincidência as duas escolas onde as professoras apresentaram menor interesse em participar da pesquisa estavam sem coordenação durante uma parte da pesquisa. Na Escola Manoel Assis, a coordenadora se aposentou no primeiro mês da pesquisa, e, ao longo dos dois meses seguintes, não houve substituição. Na Escola Felício de Moura a coordenadora estava afastada por cirurgia durante quase dois meses de pesquisa, o que também dificultou a organização da pesquisa junto aos estudantes.

A participação no cotidiano escolar permitiu a observação e coleta de informações através de narrativas espontâneas, onde eram visíveis os entraves, os bloqueios e nuances sutis de suas ações e falas naquelas comunidades escolares.

Cenários para o surgimento dos estudos sobre a masculinidade

A mudança no comportamento social masculino, a respeito da importância de criar um ambiente colaborativo, menos sexista e machista, começa com a segunda onda do feminismo, oriunda das preocupações emergentes do movimento homossexual daquele momento. Neste contexto, começam a surgir denúncias de violência doméstica, assédios sexuais, desigualdade nas relações, funções e postos de trabalho, desencadeando uma crise de masculinidade que faz a classe intelectual refletir sobre a necessidade de estudar o gênero masculino nas ciências humanas (Heilborn & Carrara, 1998).

Em um segundo momento surge na Austrália o conceito de masculinidade hegemônica, a partir de uma preocupação com as desigualdades sociais, “a construção conceitual sobre masculinidades e à experiência dos corpos dos homens” (Connell & Messerschmidt, 2013, p. 242).

No Brasil a crise de masculinidade ganha atenção a partir da década de 90. Nesse momento são organizados seminários internacionais referentes aos direitos das mulheres e a necessidade de implementação de políticas públicas para promoção de saúde. Dessa forma, surgem temas como equidade de gênero no âmbito da reprodução, dos direitos humanos, da violência doméstica, observando também as ações da população masculina com referência à epidemia de HIV/AIDS, já que apresentava um progressivo avanço de contaminação de mulheres por seus parceiros afetivos. Assim, acreditava-se que o

discernimento masculino sobre as articulações entre sexualidade, organização familiar e relações de gênero era essencial (Heilborn & Carrara, 1998).

É também nos anos 90 que temos, no Brasil, a introdução dos Parâmetros Curriculares Nacionais que estabelecem as normativas dos estudos de gênero no ensino básico brasileiro, buscando conciliar os estudos de gênero e sexualidade sob um ponto de vista mais harmônico e oportuno ao cenário nacional. Naquele momento dois fatores foram essenciais para repensar a importância do diálogo sobre sexualidade nas escolas do Brasil: o primeiro faz referência ao crescimento dos casos de estudantes grávidas em idade escolar e o segundo à epidemia de AIDS/HIV, como foi citado anteriormente. Ambos os temas surgem na escola a partir de uma abordagem biológica sobre prevenção e saúde (César, 2009).

A participação masculina

Com a esquivia da maioria das professoras, entendi que era preciso aprender a trabalhar com o aparentemente indisponível e acionar outros aliados para a pesquisa. Eis que surgem os professores. Ao contrário das professoras, eles estavam sempre atentos, curiosos, disponíveis, mesmo que de forma tímida, sem saberem como participar. A intenção primária era acionar as professoras e/ou professores interessados das disciplinas de Ciências e Artes, por acreditarmos que os conteúdos dessas disciplinas estariam mais próximos do tema da menstruação. Entretanto, para minha surpresa o interesse maior partiu de dois professores de História, ambos apaixonados por antropologia. Eles demonstravam real interesse em participar e colaborar ativamente com as atividades, sempre pedindo orientações sobre como proceder e respeitando o meu espaço, o espaço das professoras e alunas. Dessa forma, eles criaram um ambiente muito oportuno ao desbloqueio das meninas para falar sobre menstruação em suas presenças e junto com os meninos. Eles organizavam as salas, conversavam com as meninas, com os meninos e procuravam criar um ambiente acolhedor, respeitoso e calmo antes da minha entrada em sala de aula. Nas escolas Manoel Assis e José Bernardo, os professores, colaboradores da pesquisa, participaram de todos os debates abertos e coletivos, buscando criar diálogos sobre o tema da menstruação com os temas das disciplinas que lecionavam. Nessas escolas nenhum deles demonstrou dificuldades em assimilar os conteúdos da menstruação às suas disciplinas. Já nas escolas Felício de Moura e Telêmaco, senti um grande medo do corpo docente a respeito da aceitação da pesquisa perante os pais preocupados, especialmente, com a intersecção menstruação e sexualidade.

Na Escola Manoel Assis, após o primeiro mês de observação à distância, iniciei a entrada nas salas de aula com o auxílio de dois professores. Um professor de língua portuguesa com as turmas dos sextos e sétimos anos e um professor de história com as turmas dos oitavos e nonos anos, nessa escola trabalhamos com 7 turmas. Foi uma experiência rica e muito importante, já que entrei nas salas de aulas, para falar sobre menstruação, em uma escola sem coordenação, com o auxílio de dois professores homens e turmas de aproximadamente 30 estudantes. A participação deles foi inusitada. Uma das estratégias de ação com os estudantes, para abordar a menstruação, era procurar entender o contexto familiar, ou seja, dialogar sobre quais memórias e lembranças domésticas os estudantes possuíam sobre menstruação. A utilização dessa estratégia surge para criar neles uma memória saudável da familiaridade doméstica com a menstruação e fazê-los perceberem que esse assunto faz parte de seus cotidianos, apesar de ser vivido pelos corpos de outras pessoas. Outra estratégia era perguntar quem já havia ido à mercearia comprar absorventes para a mãe. Nesse momento, a maioria dos estudantes tinha uma história para contar, que muitas vezes se transformava em risadas e diminuía o peso do constrangimento em falar sobre o assunto.

Foi assim que o professor de História dos 8º e 9º anos, Aristeu⁵, iniciou o debate sobre a importância da autonomia feminina, exemplificando, o fato da sua avó ter passado a maior parte de sua vida sob a tutela do marido e só ter recebido autonomia civil já depois de idosa, criando gancho para a relação menstruação, mercado de trabalho e direito das mulheres, onde conversamos sobre o programa para dignidade menstrual do governo federal⁶ e a lei 14.214/21⁷. Para contextualizar com feministas locais, citamos como exemplos: Nisia Floresta, potiguar e primeira feminista do Brasil e a mossoroense Celina Guimarães, primeiro voto feminino do Brasil, ambas professoras. Já o professor de Língua Portuguesa dos 6º e 7º anos, Pablo, dialogou sobre as gírias menstruais e ressaltou o fato de que nunca havia pensado sobre a importância de conversar com a mãe a respeito da menstruação dela. Disse que a pesquisa despertou essa curiosidade e o fez conversar com ela sobre sua menstruação na escola, e que isso o fez bem, pois o ajudou a enxergar e compreender melhor a adolescência da sua mãe.

Nessa mesma escola, a integração da participação dos professores na pesquisa, permitiu às estudantes liberdade de expressão verbal e diálogo para solicitarem abertamente suas necessidades menstruais em sala de aula, como exemplificou o professor Raimundo que leciona Artes, nos 6º e 7º anos, em uma conversa informal:

5 todos os nomes citados foram autorizados pelos respectivos professores.

6 <https://www.gov.br/saude/pt-br/campanhas-da-saude/2024/dignidade-menstrual>

7 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114214.htm

Outro dia a menina veio pedir para ir ao banheiro e disse ‘professor estou naqueles dias de mulher’ o jeito dela falar me fez pensar ‘será que ela já conversou com Naedja pra ficar à vontade assim?’ Porque pra mim isso é novo, nenhuma nunca tinha falado dessa maneira comigo (Caderno de campo, 2014).

Essa resposta positiva por parte da aluna expressa que as crianças, os estudantes e adolescentes respondem positivamente quando se sentem acolhidas, respeitadas, integradas e seguras para dialogarem sobre assuntos tratados como difíceis de serem abordados no cotidiano, com linguagem livre de preconceitos e violências veladas. Mostra, também, o início da quebra geracional no comportamento a respeito da menstruação.

A abertura dos professores ao diálogo com situações domésticas cotidianas vividas por suas mães, irmãs ou avós, abriu espaços e auxiliou as alunas e os alunos a sentirem-se mais à vontade para conversarem e partilharem suas experiências pessoais e o que conheciam sobre a vida de suas mães ou de outras mulheres da família. Tal abertura permitiu que alunas e alunos falassem abertamente sobre um assunto que, até então, era tratado a partir do segredo, do constrangimento e dos bloqueios.

Para o professor Diego, que lecionava História para turmas dos 6º anos, na Escola Felício de Moura, é muito importante a inclusão dos meninos em uma pesquisa sobre menstruação - sua fala vai na contramão do senso comum. Para ele, a menstruação não é um tema específico e exclusivo das mulheres, segundo ele, o tema envolve aspectos sociais e de saúde que são extremamente importantes para os meninos, mas que, entretanto, são negligenciados. De acordo com o professor, a participação dos meninos na pesquisa faz com que eles percebam, bem cedo, que não há uma preocupação e educação específica para eles sobre o cuidado, seja pessoal ou coletivo, como acontece para e com as meninas. Dessa forma, ao participarem da pesquisa eles percebem como a educação para o cuidado é importante, pois os ensina a aprenderem a se cuidarem, e também cuidarem das mulheres à sua volta, sejam elas a mãe, a namorada, a tia, ou apenas uma mulher que precisa ser tratada com respeito em um momento de vulnerabilidade. O professor ressalta que a preocupação com orientação sobre menstruação e sexualidade não pode ser assunto só de rapazes e moças, deve ser, também, assunto de meninas e meninos, já que os meninos também irão participar do processo de reprodução humana e precisam aprender abertamente, junto com as meninas, a terem conhecimento sobre o corpo deles e do corpo das meninas. Para ele, essa descoberta, ainda na transição infância/adolescência, faz com que eles aprendam a desenvolver inteligência emocional para lidarem com respeito e sem frustrações e/ou violências, ao corpo e à sexualidade das meninas e mulheres, em suas relações pessoais ou interpessoais. De acordo com o professor, a demora na aprendizagem sobre cuidados com

as meninas e as mulheres pode criar bloqueios emocionais, nos meninos, em um segundo momento de suas etapas de amadurecimento e pode se revelar já na transição do fim da adolescência para o início da vida adulta.

O professor também conversou sobre a importância de educar os meninos a respeito do que é ser homem e das inúmeras formas de ser homem, validando o conceito de masculinidades (Connell & Messerschmidt, 2013; Heilborn & Carrara, 1998). Em sua entrevista enfatizou que seu gosto pessoal por coturnos e roupas pretas, unhas longas pintadas de preto e vermelho, alargadores em forma de espiral e correntes prateadas, o retiram da imagem e lugar convencional do que é ser um homem digno de respeito e professor de crianças. Para ele, é nesses espaços que surgem as possibilidades de diálogo, ainda na infância/adolescência, sobre os paradigmas que imobilizam homens na vida adulta.

A prática sobre a negligência do cuidado com os meninos ficou muito evidente nessa mesma escola, onde o banheiro deles não possuía portas e, também, não havia um banheiro exclusivo para os professores, o que os fazia dividir o mesmo banheiro dos estudantes ou com as professoras. Esse dado revela a total falta de atenção e respeito aos corpos e às necessidades básicas dos estudantes ali presentes.

A negligência de cuidados com os meninos, foi o gatilho despertado pelos estudantes da Escola Telêmaco, em Campinas/SP, ao descobrirem que as meninas do 8º e 9º anos receberiam apoio institucional para orientação menstrual. A partir desse gatilho os meninos também exigiram uma roda de conversa sobre masculinidades apenas com os professores.

Diferente do que aconteceu nas escolas de Mossoró, os professores da escola de Campinas não se sentiram seguros para realizarem a roda de conversa exclusiva com os meninos, e pediram auxílio a nossa equipe de trabalho. Dessa forma, foi necessário acionar alguém externo à escola para realizarmos o diálogo com os rapazes. Contamos com a contribuição de Erico, estudante de doutorado e companheiro de Clarissa Reche, uma de nossas colaboradoras na pesquisa, para realizar o diálogo sobre masculinidades com os meninos, ele conduziu a roda de conversa na presença dos professores da escola.



Figura 1. Professores Adeilson Mendes, Marcos Mota e Carlos Daniel em roda de conversa sobre masculinidades saudáveis com os estudantes da Escola Vereador José Bernardo.

Acervo da pesquisadora.

Na escola José Bernardo, a participação dos professores foi total. Por ser uma escola menor, situada na zona rural e com menos alunos, os professores encontraram espaço suficiente para atender às demandas das meninas e dos meninos. Com as estudantes eles buscaram estimular a continuidade de um projeto interno sobre a criação de um dispenser menstrual para banheiros, criado por três moças do 8º ano e direcionado à participação na feira de ciências do município - FECIRME⁸, que ficou sob a responsabilidade da professora Ylana Tavares. Além de participarem, continuamente, de todas as rodas de conversa sobre menstruação com meninas e meninos. Nessa escola havia uma preocupação especial com alguns meninos que não possuíam a figura paterna em seus domicílios, o que fez os professores aproveitarem a oportunidade para estimular o diálogo sobre as fragilidades dos alunos; e como eles já haviam participado das rodas de conversa com as meninas, orientei que os deixassem livres para exporem suas necessidades. Nesse sentido a roda de conversa buscou dialogar sobre as possibilidades para construção de masculinidades saudáveis, e de acordo com os professores as perguntas giravam em torno das descobertas sobre a puberdade/sexualidade, o uso de armas e a violência cotidiana. Essa roda foi

⁸ Saiba mais em: <https://www.mossorohoje.com.br/noticias/50858-mossoro-realiza-vii-feira-de-ciencias-nas-escolas-nos-dias-28-e-29-de-agosto>.

realizada com aproximadamente 20 estudantes entre meninos e rapazes de 11 a 15 anos. De acordo com o professor de matemática Adeilson, o único problema foi a duração do tempo – três horas, que para ele foi pouco. De acordo com ele, o projeto o estimulou a pensar um projeto interno para dar mais atenção às necessidades e cuidados exclusivos para os meninos na escola.

É importante enfatizar que a orientação sobre sexualidade na adolescência não implica um estímulo às práticas sexuais (Heilborn, 1999) precoces, mas corresponde a ensiná-los a lidar melhor com as descobertas e mudanças realizadas nos seus corpos, e ajudá-los a viverem essa transição de forma mais respeitosa, segura, saudável e pacífica.

Por se tratar de um tema delicado, todos os professores demonstraram insegurança em abordar o tema com profundidade, exclusivamente com as meninas e moças, mesmo os que trabalham com a disciplina de ciências e lecionam as aulas do 8º ano sobre corpo, puberdade, sexualidade e menstruação. Entretanto, enfatizamos a empatia e o respeito com que participaram da pesquisa. Suas ações aconteceram através do apoio na conciliação da temática com as suas disciplinas, da presença e audição respeitosa, em sala de aula, às necessidades das estudantes, e em especial, a busca por criar espaços saudáveis e seguros para integração dos meninos e rapazes com as meninas e moças nos diálogos sobre o tema da menstruação.

Conclusão

Ao longo das investigações nas escolas observamos que a cooperação masculina ajudou a criar um ambiente diverso e propício para dialogar sobre menstruação de forma aberta, simples e segura, colaborando para diminuir entraves, desconfortos e a sombra das violências já estabelecidas pelo tema da menstruação com homens, meninas, moças, meninos e rapazes.

Portanto, a participação dos professores na pesquisa sobre menstruação mostra-se imprescindível por dois motivos: o primeiro por auxiliar a criar um ambiente seguro e respeitoso para as meninas que as ajude a ressignificar os desconfortos com possíveis julgamentos masculinos a respeito de suas menstruações; o segundo está em aprenderem a auxiliar os meninos a repensarem suas posturas sobre cuidados menstruais e de saúde para com as meninas, como também, as necessidades de saúde e cuidados deles.

É importante frisar que todos os professores respeitaram o planejamento de pesquisa e aceitaram participar, trazendo suas colaborações. Dessa forma, cada professor colaborou para criar estratégias de ação para quebrar as barreiras de acesso – o “gelo” – na sala de aula e com a temática proposta.

Ao final, todos os professores homens participantes agradeceram a oportunidade

de participação na pesquisa. Todos enfatizaram que foi importante para entenderem como podem contribuir para diminuir o tabu e melhorar suas relações com as meninas e meninos sobre a menstruação na escola.

A presença, apoio e fala dos professores corroboram sobre a necessidade de repensarmos padrões estigmatizantes que inibem mulheres em seus espaços de ação e dificultam o diálogo com os homens. Sabemos que este é apenas um recorte de pesquisa, e que, infelizmente, ainda representa um número minúsculo de ação social, mas ele nos ajuda a pensar em possíveis estratégias de mudança de padrões de comportamento e discernimento sobre papéis de gênero e menstruação.

Referências

- César, Maria Rita de A. (2009). Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia”. *Educar*, n. 35, p. 37-51.
- Connell, Robert. W., & Messerschmidt, James W (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*. v. 21, n. 1, pp. 241-282
- Favret-Saada, Jeanne (2005). Ser afetado. *Cadernos de campo* n. 13: 155-161.
- Harding, Sandra. (1993). A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista Estudos Feministas*. p. 7- 32.
- Heilborn, Maria Luiza (Org) (1999). Construção de si, gênero e sexualidade. In: *Sexualidade: O olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed.
- Heilborn, Maria Luiza, & Carrara, S. (1998). Em cena, os homens... *Revista de Estudos Feministas*, UFSC.
- Mallmann, Elena Maria (2015). Pesquisa-ação educacional: preocupação temática, análise e interpretação crítico-reflexiva. *Cadernos de Pesquisa* v.45 n.155 p.76-98.
- Sardenberg, Cecilia M. B. (2001). Da critica feminista à ciência a uma ciência feminista? *X Encontro da REDOR*, Salvador.

Recebido em 08 de março de 2025.

Aceito em 02 de junho de 2025.

Menstruação e masculinidades: notas sobre a participação de professores homens em uma pesquisa sobre menstruação em escolas públicas

Resumo

Estigma e sexismo marcam o comportamento e pensamento social sobre menstruação, criando cenários imaginários carregados de preconceitos sobre papéis de gênero, no tocante a quem pode e quem não pode acessar pautas tidas como específicas. Dois pensamentos organizam o cenário social: primeiro, os homens, por não menstruarem, não teriam interesse no assunto e o tratariam a partir de comportamentos misóginos; segundo, por ser um assunto referente ao corpo das mulheres, deveria ser tratado exclusivamente por mulheres. Esse artigo é um relato de experiência de um recorte realizado ao longo da minha trajetória de pesquisa de campo, do doutorado que versa sobre a gestão da menstruação em escolas públicas do Brasil. Nele relato como o estigma associado à menstruação permitiu que os professores participassem da pesquisa, ajudando a ressignificar paradigmas sobre masculinidade hegemônica.

Palavras-chave: Menstruação; Escola; Estigma; Professores; Masculinidades.

Menstruation and masculinities: notes on the participation of male teachers in a study on menstruation in public schools

Abstract

Stigma and sexism mark social behavior and thinking about menstruation, creating imaginary scenarios loaded with prejudices about gender roles, regarding who can and who cannot access topics considered specific, menstruation being one of them. Two thoughts organize the social scenario: first, men, because they do not menstruate, are not interested in the subject and deal with it based on misogynistic behaviors; second, because it is a subject related to women's bodies, it should be dealt with exclusively by women. This article is an experience report of a segment that occurred throughout my field research trajectory, for my doctorate that deals with the management of menstruation in public schools in Brazil. In it, I report how the stigma associated with menstruation allowed teachers to participate in the research, helping to redefine paradigms about hegemonic masculinity.

Keywords: Menstruation; School; Stigma; Teachers; Masculinities.



Artigos [livres]

Narrativas promissoras, (in)definições e controvérsias: o caso da carne produzida a partir de células animais

Graciela Froehlich¹

Pós-doutoranda em Antropologia Social/Universidade Federal de São Carlos

<https://orcid.org/0000-0001-7006-8869>

graciela@ufscar.br

Introdução

No discurso *Fifty years hence*, datado de 1931, o ex-primeiro-ministro britânico Winston Churchill (1874-1965) exaltou as realizações tecnológicas do início do século XX e especulou sobre o futuro do mundo nos anos 1980. A forma com que nos alimentamos não escapou às suas observações e sobre o consumo de carne escreveu que “em breve escaparíamos do absurdo de engordar um frango inteiro para consumir seu peito ou suas asas, para cultivá-las separadamente em um meio adequado”. Para Churchill, alimentos sintéticos também comporiam nossa dieta no futuro, sendo eles muito parecidos com seus referentes “naturais”².

Quase cem anos depois de sua publicação, o discurso de Churchill aparece com fôlego renovado no universo de publicações e peças publicitárias relativas à carne produzida à base de células animais. Seu enunciado desponta em páginas na internet de companhias como a *New Harvest*, instituto de pesquisa em agricultura celular sediado na Califórnia que trabalha no desenvolvimento de “carne sem bois, ovos sem galinhas e leite sem vacas”. Ao retomar o percurso da carne produzida à base de células animais, o *blog* do instituto afirma que, embora pudesse haver atrasos em sua disponibilização para

1 Bolsista de Pós-Doutorado Sênior do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

2 No original: “We shall escape the absurdity of growing a whole chicken in order to eat the breast or wing, by growing these parts separately under a suitable medium. Synthetic food will, of course, also be used in the future. (...) The new foods will from the outset be practically indistinguishable from the natural products, and any changes will be so gradual as to escape observation.”. Disponível em: <https://teachingamericanhistory.org/document/fifty-years-hence/>. Acesso em 03 de março de 2025.

o mercado, “a previsão de Churchill certamente estava em vias de se tornar realidade”³. Do mesmo modo, o discurso aparece no verbete carne de laboratório/carne *in vitro* da *Encyclopedia of Food and Agricultural Ethics* como parte da história do desenvolvimento da tecnologia (Dillard-Wright, 2014)⁴.

A ficção científica também especulou sobre a fabricação e o consumo de produtos cárneos. Uma espécie de carne que se desenvolve em tanques aparece no livro “Mercadores do Espaço”, de Frederik Pohl e C. M. Kornbluth’s de 1952 e há referências a um artefato desse tipo em *Neuromancer* (1984), obra de William Gibson. A produção de carne por super animais e de órgãos para transplantes em humanos está presente no romance *Oryx & Crake*, de Margareth Atwood (2003).

Há cerca de duas décadas, a fabricação de carne a partir de células animais – e não mais a partir da criação e abate que caracterizam essa cadeia produtiva – tem deixado de ser matéria exclusiva de discursos políticos e cenários distópicos. Mais recentemente, tem mobilizado um número crescente de pesquisas científicas e investimentos privados, e já aparece em cardápios de seletos restaurantes. Há pesquisas em andamento no Brasil e grupos interessados se organizam em coletivos e associações. Especialistas consideram-na uma tecnologia disruptiva por ser potencialmente capaz de transformar mercados, cadeias produtivas e hábitos alimentares (Valente et al., 2019).

A carne produzida a partir de células animais tem recebido diversos nomes que se associam, por sua vez, a diferentes características e agentes, entre cientistas, investidores, empresários, ativistas das causas animal e ambiental – em seus múltiplos vieses. Carne celular, cultivada e limpa são alguns exemplos e, neste texto, empregarei as expressões “carne de laboratório” e “carne *in vitro*” de modo genérico para designar os diversos produtos cárneos produzidos a partir de células animais e em fase de pesquisa. Estas denominações remetem à imagem do primeiro hambúrguer produzido a partir de técnicas de engenharia de tecidos, em que a placa de Petri e o jaleco branco do farmacologista holandês Mark Post trazem o hambúrguer para o primeiro plano. A produção em larga escala de carne à base de células animais, seja ela bovina, suína ou de frango, ainda requer aprimoramentos, como veremos adiante.

Além de receber diversas denominações, a carne de laboratório é acompanhada por um corpo discursivo que a associa a uma série de benefícios ambientais, éticos, nutricionais e de saúde pública. Artigos científicos e materiais de divulgação justificam a

3 No original: “his prediction is certainly in the process of coming true”. Tradução minha. Disponível em: <https://new-harvest.org/winston-churchill-prediction/>. Acesso em 06 de março de 2025.

4 Retrocedendo no tempo um pouco mais, o autor do verbete situa o surgimento da tecnologia em 1907, quando cientistas da universidade John Hopkins cultivaram, em meio linfático, células nervosas de um sapo (Dillard-Wright, 2014).

necessidade de investir em seu desenvolvimento por sua capacidade potencial de reduzir as áreas de pastagens e lavouras de grãos, o número de animais criados e abatidos para consumo humano e a ausência de hormônios e agentes patogênicos característicos da criação industrial de animais e produção de carne. Outrossim, ao passo que se aproxima de feições mais comercializáveis, a carne de laboratório é envolvida em controvérsias com outros substitutos, como a carne à base de plantas, e em disputas sobre sua natureza e ou artificialidade.

Segundo Stephens (2010), sociólogo britânico que estuda o tema desde 2009, a carne de laboratório pode ser caracterizada como um objeto ontológico ainda indefinido (Stephens, 2010). No artigo *Bringing cultured meat to market: Technical, socio-political, and regulatory challenges in cellular agriculture*, Stephens e outros autores defendem que “como um artefato totalmente novo, seu estatuto permanece ambíguo, contestado e político, e deve permanecer assim por algum tempo”⁵ (Stephens et al., 2018a, p. 157). A diversidade de nomes que recebe – bem como a miríade de instituições a ela relacionada – reflete, para os autores, essa indefinição. Jönsson (2016) ao analisar uma década de publicações sobre o tema, defende que essa lacuna vem sendo preenchida de modo a viabilizar prática e financeiramente as pesquisas em carne *in vitro*, estabilizando-a como um produto científica e mercadologicamente viável.

Este artigo analisa parte das disputas e controvérsias que envolvem a emergência da carne *in vitro*. Inspirada pela Teoria do Ator-Rede (Latour, 2012), o texto constitui um primeiro esforço no sentido de mapear os atores engajados na construção e estabelecimento da carne de laboratório. Junto com Muniesa, Millo e Callon (2007) e Callon (2008), se debruça sobre os dispositivos de mercado e os coletivos heterogêneos⁶ que atuam na criação e estabilização deste novo artefato.

Para tanto, toma por base o debate público sobre o tema, acessível em reportagens e matérias veiculadas em revistas e portais especializados em alimentação, veganismo e agronegócio. De outra parte, recupera análises contidas em artigos científicos de campos como engenharia de tecidos e nutrição, duas áreas científicas que têm protagonizado a pesquisa sobre a carne de laboratório. A partir destes materiais, o texto se concentra nas disputas em torno da classificação do alimento e as perspectivas de futuro que

5 Tradução minha. No original: “as a highly novel and distinct artefact the exact status of what it is remains ambiguous, contested, and political, and may continue to be for sometime”.

6 Callon (2008), ao analisar a trajetória dos estudos sociais da ciência e tecnologia, reflete sobre um crescente interesse para além dos laboratórios como campo privilegiado de investigação. Segundo o autor, cada vez mais as pesquisas têm se debruçado sobre coletivos ampliados, que atuam no desenvolvimento de inovações e extrapolam os espaços tradicionais de produção do conhecimento científico. Este artigo se inspira nesta abordagem ao abordar os caminhos da carne *in vitro*.

acompanham os artigos e o *marketing* dos (futuros) produtos. Para desenvolver esta análise, o texto tem como ponto de partida um breve histórico sobre o desenvolvimento da carne de laboratório, as primeiras pesquisas e seus atuais desdobramentos, inclusive no Brasil. Em seguida, analisa as principais controvérsias nas quais está inserida para, finalmente, abordar as narrativas promissoras associadas ao seu advento (Stephens & Ruivenkamp, 2016; Jönsson, 2016).

Um breve histórico

As pesquisas para o desenvolvimento de carne em laboratório iniciaram de modo sistemático na virada dos anos 2000, a partir de um projeto da agência espacial norte-americana. A Nasa buscava elaborar um sistema para produção de proteínas musculares para viagens espaciais de longa duração (Stephens et al., 2018a; Stephens et al., 2018b). No mesmo período, os artistas Oron Catts e Ionatt Zurr testaram o sabor de fragmentos de tecido no *Tissue Culture and Art Project* (descrito em artigo de 2007), um projeto artístico que explorou as possibilidades e ambiguidades de, em breve, tecidos crescidos em laboratório serem fontes de alimento.

Nessa relativamente curta trajetória, o ano de 2013 ficou marcado pela coletiva de imprensa do farmacologista holandês Mark Post, realizada em Londres. Nela, o pesquisador retirou um tecido sintético de uma placa de Petri, entregou-o a um chef de cozinha, que preparou o primeiro hambúrguer fabricado integralmente a partir de células-tronco, servido a dois convidados para degustação. O evento foi celebrado por ter demonstrado que a produção de um hambúrguer em laboratório era cientificamente viável (O’Riordan et al., 2017). O projeto foi financiado por Sergey Brin, cofundador da Google.

Após a coletiva de imprensa de 2013, o capital investido nas pesquisas cresceu exponencialmente e proliferaram-se *startups* de alimentação – as *foodtechs* – com linhas de desenvolvimento de carne *in vitro*. Além da *Mosa Meat* – criada a partir do laboratório em que pesquisava Mark Post na Holanda –, destacam-se a Aleph Farms, sediada em Israel, e as americanas *Finless Foods* – especializada na criação de peixes e frutos do mar –, *Upside Foods* – que trabalha para o desenvolvimento de carne bovina, aves e frutos do mar –, além da companhia *Eat Just* – com sólida presença no mercado de substitutos vegetais a ovos de galinha e derivados de leite. Em 2021, seu fundador, Josh Tetrick estimou o valor de mercado da empresa em mais de US\$ 1,1 bilhão⁷.

7 Conforme reportagem da Revista Forbes. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/douglasyu/2021/06/25/eat-just-mulls-3-billion-ipo-to-eventually-make-cruelty-free-food-mainstream/>. Acesso em 15 de fevereiro de 2025.

O desenvolvimento de carne *in vitro* fundamenta suas técnicas na engenharia de tecidos, área do campo biomédico que visa produzir tecidos saudáveis e promover seu crescimento em corpos adoecidos (Stephens, 2010). Conforme a *Mosa Meat*⁸ o processo de fabricação da carne de laboratório distingue-se da pecuária convencional apenas pelo fato de que as células crescem fora do corpo dos animais, prescindido de seu abate. Para tanto, o primeiro passo consiste na realização de uma biópsia para a extração de células-tronco musculares. Essas células são colocadas em um meio de cultura rico em vitaminas, proteínas e aminoácidos e começam a se multiplicar, “como se estivessem no corpo de um animal”. Formam-se então os miotubos – uma espécie de fibra muscular primitiva - que são, por sua vez, imersos em um gel que auxilia na modelagem em fibras musculares. Quando esses filamentos são dispostos em camadas, obtém-se o tecido muscular que pode ser processado como carne moída, e a partir dela, em produtos como o hambúrguer.

Decorridas pouco mais de duas décadas das primeiras pesquisas para o desenvolvimento de carnes sem abate de animais, os primeiros nuggets produzidos por meio de cultivo celular tiveram em 2020 sua primeira autorização de comercialização. Em dezembro daquele ano, Singapura tornou-se o primeiro país do mundo a liberar a venda de carne celular. O lançamento aconteceu no Restaurante 1880 – reconhecido no meio especializado por uma culinária exótica e inovadora - e os nuggets foram vendidos a \$23. Segundo Josh Tetrick, cofundador e CEO da *Eat Just*, companhia que produziu o nugget, em entrevista à agência de notícias *Reuters*⁹, trata-se de um valor próximo ao que deverá ser cobrado futuramente, correspondendo ao preço de uma carne de frango premium.

Em 2023, duas empresas - *Upside Foods* e *Good Meat* (subsidiária da companhia *Eat Just*) - foram autorizadas a fabricar e comercializar carne de frango originada de células-tronco nos Estados Unidos. Por seu alto custo de produção, a carne destas empresas ainda não é encontrada nos supermercados, e é comercializada apenas em dois restaurantes de Nova York. O mesmo órgão que inspeciona os frigoríficos, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), irá fiscalizar as indústrias¹⁰.

Em 2024, o Ministério da Saúde de Israel aprovou a comercialização de carne bovina cultivada pela empresa *Aleph Farms*. Trata-se da primeira autorização concedida a este tipo de proteína, caracterizado como um bife fino estilo Angus *premium* batizado

8 Informações disponíveis na página da empresa na internet: <https://mosameat.com/growing-beef>. Acesso em 15 de fevereiro de 2025.

9 Disponível em <https://www.reuters.com/article/uk-eat-just-singapore/singapore-becomes-first-country-to%20approve-sale-of-lab-grown-meat-idUKKBN28C06Q/>. Acesso em 15 de fevereiro de 2025.

10 Disponível em: <https://www.cnn.com/2023/06/21/us-approves-sale-of-cell-cultured-chicken-to-two-start-ups.html>. Acesso em 16 de fevereiro de 2025.

de *Petit Steak*. Como no caso de Singapura e dos Estados Unidos, a carne é vendida, até o momento, somente em restaurantes.

No Brasil, carnes cultivadas ainda não são comercializadas. No entanto, as pesquisas começam a despontar em universidades e *startups* especializadas. Em 2022 foi criado na Universidade Federal do Paraná (UFPR) o primeiro centro de ensino e pesquisa de zootecnia celular da América Latina, o Laboratório de Zootecnia Celular (Zoocel), coordenado pela veterinária e doutora em zootecnia Carla Molento¹¹. Antes deste, o Laboratório de Bem-Estar Animal (Labea) coordenado pela mesma pesquisadora, já realizava as primeiras análises sobre o tema em parceria com pesquisadores da área de administração de empresas e concentra seus estudos em análises de mercado e percepções sobre carne celular entre veterinários e zootecnistas¹².

Na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em São Paulo, os estudos partem da Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA), onde cientistas buscam desenvolver alternativas ao soro fetal bovino. Este soro é largamente empregado na engenharia de tecidos e na medicina regenerativa para multiplicação celular. Seu uso em larga escala, entretanto, é caro, e a busca de alternativas torna-se importante para a produção massiva de carne celular (Tunes, 2024).

O Núcleo *Vitro* é uma *startup* sediada na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, devotada ao desenvolvimento de uma linha dedicada ao cultivo celular para a produção de carne¹³. Inicialmente focada no estudo de biologia celular e pele artificial para produtos médicos e dermocosméticos, a empresa trabalha desde 2020 em um novo segmento devotado à carne *in vitro*.

A organização não governamental *The Good Food Institute* (GFI) é um importante ator no cenário das proteínas alternativas, conjunto de produtos que engloba alimentos que simular a carne oriunda de animais, mas são fabricadas a partir de plantas ou células animais. Considerada um porta-voz do setor (Wilkinson, 2023), a instituição capta recursos de filantropia e os direciona para pesquisas nos campos das carnes vegetais, cultivadas e fermentação¹⁴. Em 2024, organizou, em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) um *workshop* sobre proteínas alternativas, transmitido ao vivo pelo canal do ministério no Youtube. Nesta oportunidade a Gerente de Ciência e

11 Disponível em: <https://zoocel.ufpr.br/>. Acesso em 16 de março de 2025.

12 Disponível em: <https://labea.ufpr.br/>. Acesso em 16 de março de 2025.

13 Disponível em: <https://www.nucleovitro.com/>. Acesso em 16 de março de 2025.

14 A fermentação é apresentada pelo GFI como uma tecnologia importante para os produtos “análogos de produtos de animais”. Embora seja uma tecnologia milenar, a organização apoia investigações que potencializem seu uso no desenvolvimento de proteínas alternativas. Disponível em: <https://gfi.org.br/fermentacao/>. Acesso em 22 de fevereiro de 2025.

Tecnologia do GFI, anunciou que o instituto havia financiado 102 projetos científicos em 17 países entre 2019 e 2023, sendo 53 de carne cultivada, 39 sobre proteínas vegetais e 10 em fermentação. O valor investido foi de US\$ 16,8 milhões¹⁵.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Suínos e Aves (Embrapa/Suínos e Aves), sediada em Santa Catarina, também incorporou pesquisas voltadas ao desenvolvimento de carne de frango em laboratório. O projeto, financiado pelo GFI, tinha como objetivo a criação de análogos de cortes de frango como o *sassami* (pequeno filé retirado da porção do peito) a partir da engenharia de tecidos. Além disso, em 2022, realizou a I Jornada de Carne Cultivada, cujo objetivo foi reunir pesquisadores, empresas e apoiadores interessados no tema (Feddern et al., 2022).

Em março de 2021 foi divulgado o estabelecimento de uma parceria entre a brasileira BRF – a segunda maior fornecedora mundial de aves – e a *startup* israelense *Aleph Farms*. Por meio dessa parceria, as empresas buscam equacionar a carne cultivada aos gostos e hábitos alimentares brasileiros e esperavam disponibilizar o produto nas gôndolas dos supermercados brasileiros até 2024 passado¹⁶. Para o diretor de inovação da BRF, as proteínas alternativas, incluindo a carne *in vitro*, irão coexistir com as convencionais. Como em outros países, este amplo lançamento ainda não aconteceu.

Em 2023 foi fundada a Associação Brasileira de Agricultura Celular (*Cell Ag Brazil*), que reúne universidades, empresas, organizações governamentais e não-governamentais (ONGs). Segundo seu estatuto social, busca apoiar o desenvolvimento da Agricultura Celular no Brasil por meio de ensino, pesquisa, extensão, consultoria e fomento e articulação do público interessado no tema (*Cell Ag Brasil*, Art. 5º, 2023). A fundação da *Cell Ag Brazil* foi patrocinada pela organização *The Pollination Project Foundation* e apoiada pela Fundação Araucária do governo do estado do Paraná.

A produção e comercialização de produtos feitos à base de células animais ainda não estão regulamentadas no Brasil, mas a resolução colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária RDC nº 839/2023 (Anvisa, 2023), que atualizou o marco regulatório de novos alimentos e novos ingredientes, pode incluir a carne de laboratório, abrindo, portanto, possibilidades para este novo mercado. A resolução prevê que as empresas que desejem comercializar um novo produto o submetam à análise da Anvisa e, por seu amplo alcance, a resolução poderá incluir as carnes cultivadas.

15 O workshop completo está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Flj-x-kejZs>. Acesso em 22 de fevereiro de 2025.

16 Disponível em <https://exame.com/negocios/brf-quer-oferecer-carnes-cultivadas-em-laboratorio-ate-2024/>. Acesso em 16 de fevereiro de 2025.

Segundo a pesquisadora Carla Molento, coordenadora dos centros de pesquisa Labea e Zoocel da UFPR, a carne celular tem um nível de prontidão tecnológica baixo¹⁷, ou seja, está ainda em fase de pesquisa e relativamente distante da produção em larga escala (Tunes, 2024). A partir de análise de mercado da consultoria *McKinsey & Company*, em reportagem no *Consumers News and Business Channel* (CNBC), canal por assinatura especializado em notícias de mercado e negócios, afirma que as sucessivas dilatações do lançamento da carne cultivada nos supermercados devem-se, entre outros, aos custos de produção de biorreatores capazes de multiplicar a carne em grandes quantidades. Os insumos, como o meio de cultura para as células também necessitam ser barateados. Segundo a reportagem¹⁸, o *marketing* dessa carne é outro importante setor de investimento, pois seus fabricantes precisam convencer os consumidores de que esta carne é segura, saborosa e idêntica – em aparência e substância – àquela oriunda dos animais criados em fazendas.

De acordo com Wilkinson (2023), desde os anos 2000, as inovações no campo agroalimentar têm sido carreadas, inicialmente, por atores distantes desse sistema e mais ligados ao setor financeiro e digital. Segundo o autor, o alvo das inovações não é mais a agricultura (ou a pecuária) em seus processos de cultivo e criação, mas o próprio alimento em si. No lugar de transformações radicais nas formas de plantar, criar, cuidar e colher, com o auxílio de *big data* e outras tecnologias, a indústria tem focado apenas no alimento de forma isolada a partir da biotecnologia e da engenharia de tecidos. Contudo, ao fazer isso, seu estatuto – de alimento, de carne “verdadeira” e mesmo “natural” – passa também a ser questionado, como se verá a seguir.

Carne: artefato em disputa

O advento das carnes cultivadas (*cell-based*) e das carnes produzidas a partir da mistura de vegetais (*plant-based*) tem potencializado o debate público sobre o estatuto desses alimentos. Por um lado, pecuaristas defendem que somente pode ser chamada de carne o alimento que se origina de animais abatidos. Defensores das carnes cultivadas argumentam que esta contém a mesma essência, as mesmas células e, portanto, a mesma “natureza” que as carnes produzidas de modo convencional. Elas seriam também “verdadeiras” em sua relação com as carnes vegetais, cuja base, como o nome expõe, não são células animais.

17 Nível de prontidão tecnológica é um conceito utilizado para mensurar o grau de maturidade de uma determinada tecnologia e sua escala varia de 1 a 9 conforme a norma ISO 16290:20131.

18 Disponível em: <https://www.cnbc.com/2023/06/21/us-approves-sale-of-cell-cultured-chicken-to-two-start-ups.html>. Acesso em 04 de março de 2025.

O mercado de proteínas vegetais encontra-se em expansão e gigantes brasileiras do setor de carnes bovina, suína e de aves já desenvolveram marcas exclusivas de produtos à base de plantas (Hirdes, 2024). O primeiro hambúrguer *plant-based* foi lançado pela americana Beyond Burger em 2016. No Brasil, um produto semelhante chegou ao mercado em 2019, produzido pela *startup* Fazenda Futuro. Combinando em seus ingredientes ervilha, grão-de-bico, soja e beterraba, recebeu o nome de Futuro Burger e uma bandeja com dois hambúrgueres (230g) é atualmente comercializada a cerca de R\$24,00. O hambúrguer é apresentado com a garantia de ser menos agressivo ao meio-ambiente e mais saudável, com reduzidos teores de gordura.

Ainda em 2019, a *Marfrig Global Foods*, segunda maior produtora de carne bovina do mundo, desenvolveu a marca “*Revolution Marfrig*”, cuja linha inclui hambúrgueres, quibes, almôndegas e carne moída de origem vegetal. A Seara Alimentos, pertencente ao Grupo JBS – líder global da indústria de carnes que opera no processamento de carnes bovina, suína, ovina, de frango e de peixe - detém a linha “Incrível Seara” de produtos vegetais. Bacalhau, hambúrgueres sabor carne vermelha e de frango, iscas de peixe, pernil desfiado, salsicha, empanado, escondidinho e quibe são alguns dos produtos de base vegetal que integram a linha “Incrível”. A BFR, outra gigante do setor, possui a linha “Sadia Veg & Tal” que comercializa, entre outros, nuggets vegetais.

O hambúrguer, assim como a carne moída, são os principais artefatos produzidos pelas tecnologias *cell-based* e *plant-based*. A textura e a aparência desses alimentos – formados pela moagem e aglomeração de partes diversas de carne - são consideradas mais fáceis de reproduzir do que aquelas encontradas em um bife, cuja densa trama de músculos é ainda um desafio. A replicação do sangue também é vista como um obstáculo e o hambúrguer pioneiro de 2013, usou suco de beterraba para produzir a coloração avermelhada que emula o sangue.

Criadores de gado e demais empresários ligados ao agronegócio da carne questionam o uso desse termo para designar os alimentos produzidos à base de plantas ou a partir da engenharia de tecidos. Ainda em fevereiro de 2008, a *U.S. Cattlemen’s Association* (Associação de Pecuaristas dos Estados Unidos) peticionou ao Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) a proibição do uso do termo carne aos artigos produzidos em laboratórios. Para os autores da petição, somente pode ser chamada de carne aquela produzida a partir da criação e do abate de animais.

Em setembro de 2024, os estados da Flórida e do Alabama, nos Estados Unidos, proibiram a fabricação e a comercialização de carne de laboratório. O governador da Flórida, o republicano Ron DeSantis, sugeriu às companhias de agricultura celular

que levassem sua “carne falsa cultivada em laboratório para outro lugar... não estamos fazendo isso no estado da Flórida”¹⁹. Segundo o jornal *The Washington Post*, essa proibição demonstraria a preocupação com os produtos alternativos advinda de criadores de gado e outros setores do agronegócio. Em reação, uma petição *on-line* iniciada pela *Upside Foods* contava, em 07 de março de 2025, com 8.513 assinaturas para revogar as proibições e evitar que outros estados seguissem o exemplo destes²⁰.

Pesquisadores, empresários e investidores da carne *in vitro* afirmam que fazem não apenas algo parecido com carne, mas fazem carne de verdade, obtida, no entanto, sem o abate de animais. É o que declara a *Good Meat*, subsidiária da companhia *Eat Just*, autorizada a comercializar produtos *cell-based* nos Estados Unidos: “*Good Meat* é carne de verdade, feita sem derrubar uma floresta ou tirar uma vida”²¹. O afastamento da carne convencional não está em sua composição, mas em seus métodos produtivos, que dispensam a criação e o abate em larga escala. O objetivo é criar somente o fragmento de carne a ser consumido, e não mais animais inteiros para comer apenas uma parte²². Ao enfatizar a origem animal das células, a carne *in vitro* mais que se diferenciar dos produtos de origem vegetal que simulam carne, busca reforçar a “realidade”, a “verdade” e a “natureza” desse artefato.

Para Max Elder, membro do *Oxford Centre for Animal Ethics*, a naturalidade da carne adquire relevância na medida em que ela se aproxima do mercado (Elder, 2019). Reforçá-la constitui uma estratégia de garantir aos consumidores a manutenção de seus hábitos alimentares, mas sem que estes sejam associados à degradação ambiental e ao sofrimento animal, características que vem sendo crescentemente associadas à criação de animais em larga escala e que, como será analisado adiante, constituem um conjunto de narrativas promissoras.

Segundo Amy Fitzgerald (2015), em obra que analisa a domesticação de animais e o consumo de carne, algo semelhante ocorre com a indústria de carne convencional, cujo *marketing* tem retratado métodos de produção “naturais”, associando a vida dos animais criados para o consumo de forma idílica, com pastagens verdes, ar puro e brisa

19 No original: “take your fake lab-grown meat elsewhere ... we’re not doing that in the state of Florida”. Tradução minha. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/climate-environment/2024/05/14/lab-grown-meat-ban-alabama-florida/>. Acesso em 07 de março de 2025.

20 O abaixo assinado consta em: https://www.change.org/p/protect-your-right-to-choose-what-you-eat-tell-politicians-to-stop-policing-your-plate?recruiter=1337739337&recruited_by_id=5be9e0e0-0981-11ef-a3ba-637847881b9c&utm_source=share_petition&utm_campaign=share_for_starters_page&utm_medium=copylink. Acesso em 08 de março de 2025.

21 Disponível em: <https://www.goodmeat.co/>. Acesso em 08 de março de 2025.

22 Descrição contida no site da empresa *Upside Foods*: “rather than raising a whole animal, we grow only the meat we want to eat” Tradução minha. Disponível em: <https://upsidefoods.com/>. Acesso em 08 de março de 2025.

suave. No entanto, o tamanho dos recintos tem diminuído com o passar do tempo e sua alimentação tem sido radicalmente transformada por rações industrializadas. Para a autora, o *marketing* se tornou um mecanismo essencial para manter afastados a produção, o processamento e o consumo de carne, de modo a garantir seu mercado. Ademais, a moderna pecuária industrial trabalha mediante intervenções altamente complexas, que se iniciam muito antes de os animais nascerem nas fazendas, e envolvem o desenvolvimento de rações balanceadas, de softwares para monitoramento do rebanho, de procedimentos de fertilização *in vitro*, de clonagem de exemplares de elite (Leal, 2016), entre muitos outros.

Evocar a naturalidade ou a artificialidade da carne é um recurso empregado na atribuição dos nomes para o novo produto. O fundador do *The Good Food Institute*, Bruce Friedrich, propõe, por exemplo, o nome “carne limpa”, em uma associação livre às energias limpas características de uma fase de transição energética. Para ele, terminologias como carne de laboratório ou *in vitro* são inadequadas, pois “obviamente todos os alimentos processados se originam em um laboratório, mas no caso da carne limpa, o resultado é carne pura e real. Diferentemente dos alimentos processados, no entanto, o produto final é o mesmo daquele produzido pela natureza”²³. Elder (2019) argumenta em sentido semelhante ao afirmar que todo o nosso sistema alimentar pode ser considerado “de laboratório”, pois praticamente qualquer produto encontrado atualmente nas gôndolas dos supermercados possuem alguma trajetória de intervenção laboratorial. Mesmo assim, pizzas, cereais e hambúrgueres congelados não seriam chamados “de laboratório”.

Carne celular, carne à base de células e carne cultivada são os nomes empregados de forma intercambiável pelas companhias *Upside Foods*, *Good Meat* e *Aleph Farms*, cujos produtos já se encontram no mercado (ainda que de forma restrita). O último nome é utilizado também pelo instituto *New Harvest*, que investe em pesquisas ligadas à agricultura celular²⁴. A expressão é considerada mais precisa cientificamente e familiar ao universo alimentício, lembrando as culturas de bactérias utilizadas na fabricação de iogurtes e queijos, de fermentos nas cervejas, pães e vinhos. A novidade da carne cultivada estaria no fato de a própria cultura ser o alimento, dispensando o uso de substratos como nos processos fermentativos tradicionais. Para Isha Datar, diretora executiva do instituto, a denominação “carne cultivada” ainda traria o benefício do sentido do termo “cultura”

23 No original: “all processed foods start in a food laboratory, of course, but with clean meat, the end result is real, pure meat. Unlike much processed food, the final product is the same as the product produced in nature”. Tradução minha. Disponível em: https://www.huffpost.com/entry/clean-meat-the-clean-energy-of-food_b_57cee00ee4b0f831f705a879. Acesso em 25 de fevereiro de 2025.

24 A agricultura celular é definida como uma modalidade de cultivo que prescinde da criação de animais por promover o crescimento celular de forma extracorpórea (Gasteratos, 2019).

como sinônimo de “civilidade” ou “sofisticação”. Para a executiva, quem se alimentar da carne de laboratório fará parte de um seleto grupo de “civilizados”, de “gosto distinto” (Datar, 2015, pp. 20-21).

Traço contínuo, as nomenclaturas preservam o termo “carne” e buscam uma identidade de substância com sua matriz convencional. Tal identidade se manifesta nos aspectos sensoriais, emulando a cor, o sabor, a aparência, a textura e principalmente o sangue, considerado o principal marcador de sua realidade. Para Altoé e Menotti (2020), inspirados pela noção de invenção de Wagner ([1975] 2010) “a ‘nova’ carne precisa se apresentar nos termos da ‘antiga’” (Altoé & Menotti, 2020, p. 24), ou seja, ser articulada a símbolos que as enquadrem em um referencial familiar aos consumidores.

As disputas trazidas pela carne *in vitro* evocam um debate caro à antropologia contemporânea, qual seja, a da grande divisão entre natureza e cultura. Oriundos das contribuições da etnologia indígena (Viveiros de Castro, 2002; Descola, 2010) e da antropologia da ciência e da tecnologia (Stengers, [1997], 2010; Callon, 2008; Latour, 2011, 2012), esses debates apontam para o esgotamento ou à insuficiência da separação clássica entre esses domínios para embasar explicações sobre outras formas de pensamento e modos de vida não ocidentais e, no caso aqui abordado²⁵, da emergência de artefatos alimentares em nossa própria sociedade.

Da perspectiva dos agenciamentos sociotécnicos de mercado (Muniesa, Millo & Callon, 2007; Callon, 2008) – proposta analítica que conecta e os estudos sociais da ciência e tecnologia à sociologia econômica –, distintas materialidades intervêm na construção de mercados, criando produtos, consumidores(as), mecanismos de precificação, entre muitos outros. Para entender as coisas que circulam nesses agenciamentos, o ponto de partida são as relações – e não objetos ou estruturas – das quais participam tecnologias, materialidades e não-humanos.

Quando a carne de laboratório adentra o mercado convencional de proteína animal, torna-se um objeto artificial, uma *fake* carne a ser enquadrada em um universo de produtos alimentícios diferente daquele consagrado à carne “real”, “natural”. Para este coletivo, sua natureza é definida em associação a métodos de criação e abate de animais que como

25 A formação de coletivos humanos-animais (Süssekind, 2018) a partir da carne *in vitro* constitui outro universo importante de pesquisas a ser explorado. Quais as relações emergentes a partir da eliminação do abate, mediador fundamental na produção de carnes convencionais, neste coletivo? Quais os estatutos que adquirem animais e humanos a partir desta nova relação? Como se afetam reciprocamente e quais os resultantes desta associação? Quais as questões éticas, políticas, econômicas e científicas trazidas por novas conexões entre humanos e animais e quais são os novos elementos destas relações? Estas são algumas das perguntas que podem ser feitas a partir de uma perspectiva que busca se distanciar de preceitos antropocêntricos e propor formas não essencialistas de examinar as relações entre humanos e animais, tal como aquelas propostas por Haraway (2003) e Despret (2004).

descreve Fitzgerald (2015) envolvem maquinários, suplementos, vacinas, melhoramento genético, ferramentas de identificação, entre muitos outros. Em linhas gerais, necessita que animais sejam criados, abatidos e posteriormente transformados em peças de carne e/ou processados para originarem uma carne real e natural. Ao dispensar estes métodos e ser associada a laboratórios e seus instrumentos, ganha contornos de uma “pseudocarne”.

Aos cientistas, empresários e outros agentes implicados à carne *in vitro*, interessam não os processos produtivos, mas a substância e as características organolépticas deste artefato, acessíveis por microscópios, testes químicos, físicos, sensoriais, computadores e seus programas, entre outros. O que é carne aqui independe da criação e abate e deriva da reprodução celular (laboratorial, por ora e, no futuro, industrialmente em larga escala). Para ser natural, a carne deve possuir características físico-químicas que a caracterizem como tal. Uma vez idêntica em substância à carne produzida por métodos convencionais, pode ser chamada também de carne.

Em ambos os casos, uma série de mediadores naturais culturais intervêm para estabilizar a carne como um produto natural – e, por conseguinte, verdadeiro. A carne de laboratório, distante de um artefato inerte, adentra as redes de proteínas convencionais e alternativas reposicionando seus agentes, transformando produtos e (re)configurando mercados. Também coloca em relevo a instabilidade da definição de natureza e sua condição disputada e instável.

No estabelecimento de um mercado para a carne de laboratório, uma série de narrativas tem sido associadas para demonstrar não apenas a viabilidade científica desse artefato, como também sua relevância do ponto de vista nutricional, ambiental e ético. Seja em suas dimensões produtivas, seja em elementos nutricionais, essas características podem ser reunidas em termos de “narrativas promissoras”, tal como proposto pelas perspectivas de Stephens & Ruivenkamp (2016) e Jönsson (2016). Essa abordagem ajuda a ilustrar as controvérsias, alianças e transformações agenciadas no processo de estabilização dessa tecnologia.

Narrativas promissoras

Enquanto uma galinha é desenhada em um pedaço de papel ao som de música *country*, um narrador anuncia que os problemas socioambientais desencadeados pela indústria da carne – desmatamento, liberação de gases de efeito estufa e uso de antibióticos – foram resolvidos. Isso porque cada galinha teria, nela mesma, uma fonte ilimitada de si mesma. Em seguida, um criador de frangos aparece segurando em seu colo uma galinha de penas brancas. A câmera a focaliza e sabemos que tem ela um nome, Ian, “um bom frango,

com penas bem brancas e crista saudável”, explica o criador. Ele também construíra um galinheiro, uma estrutura de formato abaulado, com poucas barras metálicas, sem telhado ou paredes fixas. Somente uma cerca de arame trançado separa Ian do exterior. A estrutura é montada diretamente sobre o campo, coberto por gramíneas, e contém recipientes para água e ração. O criador recolhe então uma pena e, olhando atentamente para ela, espanta-se com a possibilidade de “aquela única pena ser o catalisador para alimentar o mundo”²⁶.

A descrição acima é parte de um vídeo institucional da empresa *Good Meat*, subsidiária da companhia *Eat Just*, já referenciada neste texto, e especializada na produção e comercialização de produtos alimentícios sem ingredientes de origem animal, como ovos e maionese à base de plantas. Esta peça publicitária condensa a promessa de entregar aos consumidores um produto idêntico em substância à carne oriunda do abate de animais, mas que prescinde dos processos, tecnologias e mesmo dos corpos convencionalmente necessários à produção de carne. Seu título “Alimentando-se *com* Ian: uma visão da carne cultivada”, é sugestivo da transformação que a tecnologia busca efetuar. Em lugar de alimentar-se *de*, o que implica abater o frango Ian (ou qualquer outro animal), a carne *in vitro* permitirá alimentar-se *com* Ian: a partir das células-tronco presentes na raiz da pena, Ian poderá partilhar do momento da refeição.

A carne de laboratório, como outras inovações tecnológicas, mobiliza uma série de narrativas sobre o emprego futuro desses artefatos e as suas consequências potenciais. Tais narrativas engendram coalizões, financiamentos e atuam no debate público acionando apoiadores e detratores dessas tecnologias. Denominadas “narrativas promissoras”, são associadas a diversas razões pelas quais beneficiaria indivíduos e coletividades (Stephens & Ruivenkamp, 2016). As principais narrativas da carne *in vitro* estão ligadas a: 1) benefícios ambientais, com a diminuição da área destinada ao pastoreio e ao cultivo de grão para ração; 2) éticos, com a redução do sofrimento infligido aos animais e no número de animais abatidos; 3) e benefícios à saúde, pois trata-se de carne livre de patógenos e hormônios e composição nutricional balanceada. Essas narrativas são textuais e imagéticas e manifestam contradições e ambiguidades presentes no desenvolvimento da tecnologia (idem).

Os benefícios ambientais derivados da carne de laboratório são o principal corpo de narrativas promissoras associado a ela. O crescimento populacional desenfreado, o aumento no consumo de proteína animal e a emergência climática são alguns dos desafios presentes nos artigos científicos e peças publicitárias sobre carne de laboratório (Edelman et al., 2005; Post, 2014; Shapiro, 2018; Bodiou et al., 2020; Singh et al., 2020;

26 *Eating with Ian: a vision of cultivated meat*: <https://www.youtube.com/watch?v=TLvmylYXDg>.

Balasubramanian et al, 2021)²⁷. O artigo *The Epic of In Vitro Meat Production — A Fiction into Reality*, por exemplo, descreve no início de sua revisão bibliográfica que a “carne e seus derivados são os alimentos mais comuns e mais amplamente consumidos. Eles formam a fonte essencial e cara de proteína animal; o consumo de carne aumentou exponencialmente devido à crescente população” (Balasubramanian et al., 2021, p. 1)²⁸. O artigo *Stem cells-derived in vitro meat: from petri dish to dinner plate*, assevera que

devido ao crescimento populacional global e à urbanização, espera-se que a produção global anual de carne aumente de 228 para 465 milhões de toneladas até 2030 (Steinfeld et al. 2006). Para atender à crescente demanda por carne, aproximadamente 70 bilhões de animais são criados e abatidos a cada ano em todo o mundo (Dopelt, Radon e Davidovitch 2019). (...) A criação e o abate de animais em larga escala representam sérios problemas ambientais, éticos e de saúde”²⁹ (Singh et al., 2020, p. 1).

A participação brasileira na produção e consumo mundial de carne é inquestionável. O país é o segundo maior produtor mundial de carne de frango e líder mundial de exportações dessa proteína, além de figurar como o quarto maior exportador de carne suína do mundo (ABPA, 2024). O Brasil também é detentor do maior rebanho bovino comercial do mundo, que alcançou em 2023 seu recorde histórico, com 238,6 milhões de cabeças, conforme dados da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) (IBGE, 2024). Naquele ano, o Brasil exportou 2,29 milhões de toneladas de carne bovina para 157 países, sendo a China o seu principal destino (Abiec, 2024). O abate de bovinos alcançou 34,1 milhões de cabeças, marca inferior apenas à de 2013 (IBGE, 2024). O Produto Interno Bruto (PIB) total da carne bovina foi estimado pela Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec) em USD 179,2 bilhões em 2023³⁰, representando cerca de 8,2% do total do PIB brasileiro naquele ano (Abiec, 2024). Os galináceos (todos os animais da espécie *Gallus Gallus*) somaram 1,6 bilhão (IBGE, 2024).

27 Olhar para os desafios que aos quais a carne de laboratório pretende responder implica olhar também para os desafios não colocados à mesa, tais como a concentração fundiária e econômica, a soberania alimentar e os alimentos ultraprocessados.

28 No original: Meat and meat products are the most common and most widely consumed foods. They form the essential and expensive source of animal protein; the consumption of meat has increased exponentially due to the growing population. Tradução minha.

29 Tradução minha. No original: “Owing to the blooming global human population and urbanization, annual global meat production is expected to increase from 228 to 465 million tons by 2030 (Steinfeld et al. 2006). To fulfill the increasing meat demand, approximately 70 billion animals are reared and slaughtered each year throughout the world (Dopelt, Radon, and Davidovitch 2019). (...) Large scale rearing and slaughtering of animals poses serious environmental, ethical and health issues”.

30 Esse dado inclui o setor do varejo e dos frigoríficos, além das fazendas de criação de gado de corte.

Além de ser um grande produtor de carne, o Brasil é também um grande mercado consumidor. A maior fatia de sua produção permanece no mercado interno, 65,35% da carne de frango em 2023 (ABPA, 2024) e 71,47% da carne de gado (Abiec, 2024). As médias de consumo per capita estimam em 45,1 kg/hab de carne de frango, 18,3 kg/hab de carne de porco (ABPA, 2024) e 37,4 kg/ano de carne bovina (Abiec, 2024). Ademais, é brasileira a maior indústria de processamento de carne do mundo, a JBS³¹.

Para Mark Post, criador do primeiro hambúrguer de laboratório, os números da indústria da carne demonstram sua ineficiência, pois são necessárias grandes quantidades de recursos naturais para produzir frações relativamente pequenas de carne (Post, 2014). Enquanto os suínos transformam cerca de 30% dos alimentos que consomem em proteínas (chamada de taxa de conversão), entre os bovinos essa taxa é de aproximadamente 15% (idem).

Junto dos baixos índices de conversão, as consequências socioambientais da pecuária têm crescido em relevância no debate público. O relatório *Livestock's Long Shadow*, publicado em 2006, pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) contribuiu decisivamente para a atenção direcionada à pecuária, revelando que a agricultura animal emitia 18% da totalidade dos gases de efeito estufa, além de ser a atividade que utiliza a maior quantidade de terras no mundo. No caso brasileiro, organizações não-governamentais e entidades da sociedade civil tem denunciado o papel decisivo da pecuária no desmatamento do Cerrado e da Amazônia, no aquecimento global e na crise climática, a manutenção de trabalhadores em regimes de trabalho análogos à escravidão, bem como o emprego de técnicas violentas de manejo dos animais (Sakamoto & Casara, 2008; Smeraldi & May, 2008 Greenpeace, 2009; Schlesinger, 2010; Repórter Brasil, 2013; Heinrich Böll Foundation, 2016; Aguiar & Tura, 2016; Campos & Dallabrida, 2021)³².

Dissociar-se das consequências socioambientais negativas da indústria da carne, portanto, está em primeiro plano nas expectativas da carne *in vitro*. Associá-la a benefícios à saúde pública, destacando também suas qualidades nutricionais, formam outro corpo de argumentos mobilizados no desenvolvimento da carne de laboratório.

Desde a engenharia de tecidos, Edelman et al. (2005), quase dez anos antes da publicização do primeiro hambúrguer cultivado, apontam que na carne de laboratório a quantidade de ácidos graxos saturados e poliinsaturados poderia ser mais bem controlada do que na carne convencional e as doenças originadas na criação de animais em larga escala,

31 A JBS alcançou essa posição em grande parte apoiada pelo Estado brasileiro via BNDES (Leda, 2017).

32 Episódios de podcasts também têm tematizado as conexões entre a criação de gado e a emergência climática (O Agro é Punk, 2022; No clima de "liberou geral", 2022; Migrantes na Rota da Carne, 2023).

como a febre aftosa, o mal da vaca louca, brucelose, gripes suínas e aviárias, entre outras, seriam drasticamente reduzidas. Shapiro (2018) recorda os contaminantes produzidos nas plantas frigoríficas, como aquelas derivadas da *E. coli* e da *Salmonella*. Ao prescindir do abate, a carne de laboratório se esquivaria destes riscos. Maior tempo de prateleira, ausência de hormônios e antibióticos seriam outros benefícios (Gasteratos, 2019). Com isso, ela se desvencilharia também das associações que a assimilam aos organismos geneticamente modificados (OGM's) e aos alimentos ultraprocessados, crescentemente objeto de valorações negativas no mercado de alimentos.

Benefícios éticos formam um terceiro conjunto de narrativas promissoras da carne *in vitro*. Esses benefícios estariam ligados à possibilidade de produzir cortes de carne sem que sejam criados e abatidos frangos, suínos e bovinos e, portanto, prescindindo do sofrimento animal associado à essa indústria. A produção de carne em laboratório viria a reduzir o número de animais criados e eliminar a necessidade de abatê-los para produzir carne.

Para Ferrari (2016), em artigo que analisa como as narrativas promissoras podem projetar distintas formas de relações entre humanos e animais, as narrativas sobre a carne *in vitro* carecem de descrições a respeito das condições de vida dos animais doadores de células para a fabricação da carne: onde e de que forma eles viveriam? Como serão extraídas as células iniciais? Qual a composição do meio de cultura no qual as células ficariam embebidas? Obtido a partir do sangue de fetos retirados das vacas no momento do abate, o soro fetal bovino utilizado como meio de cultura no cultivo celular é fonte de boa parte dos questionamentos à tecnologia. Ele foi utilizado na fabricação do primeiro hambúrguer pelo laboratório de M. Post, por exemplo, e, embora a empresa afirme que atualmente utilize substitutos vegetais, não são divulgados os materiais alternativos.

Na análise de Ferrari, as visões de futuro da carne de laboratório retiram os animais como “seres vivos em sua totalidade” da cadeia produtiva, podendo a carne ser produzida sem qualquer contato efetivo com os animais. Em sentido semelhante, Sordi defende que, com uma “carcaça-sem-boi” (Sordi, 2013, p. 116), a indústria se libertaria de um aspecto que se tornou problemático na produção de carne: os animais e as suas peculiaridades. Indo além, Ferrari (2016) argumenta que as narrativas promissoras que associam benefícios éticos à carne de laboratório enfocariam um certo “avanço moral” de consumir um produto oriundo de um tratamento melhor aos animais, o que não está distante da proposta de Datar (2015), que associa futuros consumidores de carne de cultivada a um coletivo de consumidores “civilizados”, como exposto na seção anterior. Para Ferrari (2016), tal associação a avanços morais reforçaria padrões de dominação e perpetuaria a cultura da carne, sem questionar seus pressupostos.

A mobilização de argumentos morais para o desenvolvimento de pesquisas, investimentos e posterior consumo de carne cultivada também aparecem na etnografia pioneira sobre o desenvolvimento da carne *in vitro*, Wurgaft (2019) acompanhou alguns dos principais desdobramentos da tecnologia entre 2013 e 2018, desde, portanto, a conferência de Mark Post transmitida pela televisão britânica. Wurgaft (2019) se questiona sobre o que faz com que a carne cultivada seja imaginável e a analisa como um caso especial de especulação sobre o futuro da alimentação.

A carne cultivada é acionada em seu trabalho como uma lente através da qual pode-se pensar nas formas com que imaginamos futuras transformações provocadas pelas tecnologias. Para o autor, a carne cultivada não seria apenas uma tecnologia alimentar emergente, mas uma certa “conversa, ou um clima” sobre o que o mundo poderia se tornar num futuro já relativamente próximo. Wurgaft (2019) destaca nessas discussões o surgimento de uma “bioeconomia pós animal” caracterizada por um conjunto de técnicas - grandemente fundamentadas na cultura de tecidos - que busca desenvolver produtos usualmente obtidos de animais não humanos, como a carne e o couro, por exemplo. Associada a uma “economia moral promissora”, suas tecnologias derivadas seriam morais em dois sentidos: 1) por terem no horizonte o desejo por resultados morais, como esperado por movimentos de proteção animal e 2) como forma de expressar sentimentos morais antes do próprio surgimento da tecnologia.

Tais narrativas promissoras sugerem que, com a proliferação de pesquisas sobre o tema e com a aproximação a formas mais comerciais de carne de laboratório, esse objeto ontológico adquire, aos poucos, contornos mais definidos. Ao examinar artigos sobre carne *in vitro* entre publicados entre 2005 e 2015, Jönsson (2016) demonstra que a maior parte deles tem sido escrita e publicada por quem tem interesse na tecnologia, o que tem permitido ancorá-la a um conjunto influente de publicações que fazem afirmações sobre o que ela é e o que ela pode alcançar. Contudo, o autor observa que os requisitos de financiamento têm influenciado de forma importante a imagética associada à carne de laboratório, não apenas preenchendo um certo “vazio ontológico”, mas preenchendo-o de uma forma específica e criando a carne de laboratório como um produto viável. Estabilizar discursivamente a carne *in vitro* torna-se, para o autor, uma disputa para garantir financiamento para pesquisas que envolvem universidades, capital e um público diverso e entusiasmado com esse artefato.

Considerações finais

Situada entre laboratórios e restaurantes, a meio caminho entre a pesquisa e a comercialização, a carne *in vitro* permanece um objeto instável e indefinido. Este artigo buscou destacar que a emergência da carne de laboratório – em suas diferentes denominações e agentes associados, aponta para, pelo menos, três dimensões fundamentais: uma dimensão econômica, revelada no esforço pela criação de um mercado; política, expressa na relação entre os atores direta ou indiretamente envolvidos na criação da carne *in vitro* e uma dimensão ontológica, na medida em que se coloca em questão a sua naturalidade ou artificialidade. As ambiguidades particulares a esse artefato em construção (Stephens, 2010; Stephens et al., 2018b) são um terreno fértil para o estudo de seus desdobramentos.

Decorridos mais de vinte anos desde as primeiras pesquisas desenvolvidas pela agência espacial norte-americana, a carne fabricada a partir de células animais ainda não pode ser encontrada nos supermercados ou estabelecimentos comerciais semelhantes. Isso demonstra que as expectativas iniciais mais otimistas não se verificaram na prática, apesar de o volume significativo de investimentos científicos e recursos financeiros aplicados em seu aperfeiçoamento. Não é irrelevante o quantitativo de atores que ela tem mobilizado nessa trajetória, que reúne cientistas, publicitários, agências financiadoras, laboratórios e seus instrumentos, estados, ativistas, animais, industriais, empresários entre muitos outros.

Os diferentes nomes que tem recebido, como carne limpa, cultivada, celular, artificial ou *fake*, fazem ver disputas entre os atores vinculados à carne *in vitro*, como especialistas em engenharia de tecidos, ativistas dos direitos animais, ambientalistas, veterinários, zootecnistas, biólogos, empresários e investidores. Ao passo que seus defensores a caracterizam como natural por ser composta de células animais, empresários tradicionais do agronegócio da carne garantem que o processo produtivo da carne *in vitro* não produz carne natural, mas uma carne *fake*, artificial. A permanência do termo carne para designar o novo produto – assim como das carnes de base vegetal – é reveladora da centralidade desse alimento nas dietas e hábitos alimentares (Altoé & Menotti, 2020).

O processo produtivo da pecuária industrial, utilizado para garantir a “naturalidade” da carne por um lado, mas considerado de alto impacto ambiental, indutor de sofrimento animal e causador de problemas de saúde por outro, é o alvo das narrativas promissoras elaboradas na concepção da carne *in vitro*. Estas narrativas a posicionam como solução para os problemas ambientais, éticos, nutricionais e de saúde pública gerados pela criação de animais em larga escala. A partir da “criação seletiva de futuro” (Jönsson, 2016)

operada por essas narrativas, a carne *in vitro* pode na prática deixar os laboratórios para ganhar as indústrias e a produção em larga escala. Como demonstrou Wilkinson (2023), o foco das inovações no campo agroalimentar não se concentra mais de forma absoluta no processo produtivo para enfocar, com a carne de laboratório e outras tecnologias, o alimento isoladamente.

Da perspectiva dos agenciamentos sociotécnicos de mercado (Muniesa, Millo & Callon, 2007; Callon, 2008), a entrada da carne de laboratório no mercado de proteínas convencionais a posiciona como um artefato artificial, frequentemente identificado como “pseudocarne” frente à carne considerada “natural”, cuja legitimidade está associada a práticas tradicionais de criação e abate animal. Para seus defensores, contudo, o que define a carne são suas propriedades físico-químicas idênticas em composição àquelas oriundas de animais abatidos e observáveis por meio de instrumentos técnicos e científicos. Múltiplos mediadores atuam nos dois casos para estabilizar a definição da carne como um produto natural e legítimo. A carne cultivada, portanto, não é um objeto neutro, mas um elemento ativo na reconfiguração de mercados, produtos e relações sociotécnicas.

Referências

- ABPA (2024). Associação Brasileira de Proteína Animal: *Relatório Anual 2024*. Disponível em <https://abpa-br.org/wp-content/uploads/2024/04/ABPA-Relatorio-Anual-2024-capa-frango.pdf> Último acesso em 23 de março de 2025.
- ABIEC (2024). Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes. *Beef Report 2023*. Perfil da pecuária no Brasil. Disponível em: <https://www.abiec.com.br/publicacoes/beef-report-2023/> Acesso em 18 de agosto de 2024.
- Aguiar, Diana & Tura, Letícia (2016). *Cadeia Industrial da Carne*. Compartilhando ideias e estratégias sobre o enfrentamento do complexo industrial global de alimentos. Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.
- Altoé, Isabella & Menotti, Gabriel (2020). A (re)invenção da carne: controvérsias e potências da carne artificial. *Ponto Urbe*, n.26.
- Anvisa (2023). Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução Colegiada - RDC nº 839, de 14 de dezembro de 2023. Dispõe sobre a comprovação de segurança e a autorização de uso de novos alimentos e novos ingredientes.
- Balasubramanian, Balamuralikrishnan; Liu, Wenchao; Pushparaj, Karthika; Park, Sungkwon. (2021). The Epic of *In Vitro* Meat Production—A Fiction into Reality. *Foods*. 10, 1395.

Bodiou, Vincent; Moutsatsou, Panagiota & Post, Mark J. (2020) Microcarriers for Upscaling Cultured Meat Production. *Frontiers in Nutrition*, v. 7, n. 10, pp. 1-16.

Callon, Michel (2008). Entrevista com Michel Callon: dos estudos de laboratório aos estudos de coletivos heterogêneos, passando pelos gerenciamentos econômicos. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 19, jan/jun, pp. 302-321.

Campos, André & Dallabrida, Poliana (2021). *Os bois marcham em direção às florestas*. Monitor #12. Reporter Brasil. São Paulo.

Catts, Oron & Zurr, Ionat (2007). The Art of the Semi-Living and Partial Life: from Extra Ear to *In vitro* Meat. In P. F. da Costa, *Ciência e Bioarte: encruzilhadas e desafios*. Lisboa: Caleidoscópio.

Cell Agency Brasil. Estatuto Social. Disponível em: <https://cellagbrazil.net/estatuto-social/> Acesso em 04 de março de 2025.

Churchill, Winston (1931). *Fifty Years hence*. Disponível em: <https://teachingamericanhistory.org/document/fifty-years-hence/> Acesso em 23 de março de 2025.

Datar, Isha (2015). What is *in vitro* meat? Cultured. *Food Freaking*. N.02 The enter for genomic gastronomy.

Descola, Philippe. (2010). *Más allá de naturaleza y cultura*. Buenos Aires: Amorrortu Editores.

Despret, Vinciane (2004). The body we care for: figures of anthropo-zoo-genesis. *Body and Society*, v. 10(2-3), pp. 111-134.

Dillard-Wright, David. (2014). Synthetic Meat. In Thompson, Paul & Kaplan, David (eds), *Encyclopedia of Food and Agricultural Ethics*. Dordrecht: Springer. pp.2313-2318.

Edelman, Pieter; McFarland, Douglas Mironov, Vladimir & Matheny, Jason (2005). *Tissue Engineering*, v. 11, n. 5/6, pp. 659-662.

Elder, Max (2019). *Cultured Meat: A New Story for the Future of Food*. In B. Fischer (ed.), *The Routledge Handbook of Animal Ethics* (pp.543-554). New York: Routledge.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (2006). *Livestock's long shadow: environmental issues and options*. Food and Agriculture Organization of the United Nations: Roma. Disponível em: <https://www.fao.org/3/a0701e/a0701e00.htm> Último acesso em 07/12/2023.

Feddern, Vivian; Bernasconi, Nicolás; Bovolato, Ana Livia de Carvalho; Oliveira, Karla Pollyana Vieira de; Tavernari, Fernando de Castro; Gressler, Vanessa & Bastos, Ana Paula. (2022) *I Jornada de Carne Cultivada*. Uma visão sistêmica sobre terminologias, aspectos legais, nutricionais, considerações sobre consumidor e mercado potencial, métodos e meios de cultivo. Embrapa Suínos e Aves: Concórdia, SC.

Ferrari, Arianna (2016). Envisioning the Future of Animals through In Vitro Meat. In I. A. S. Olsson, S. M. Araújo & M. F. Vieira (eds.), *Food futures: Ethics, Science and Culture* (pp. 265-270). Conference Proceedings.

Fitzgerald, Amy. (2015). *Animals as food: (re)connecting Production, Processing, Consumption and Impacts*. East Lansing: Michigan State University Press.

Friedrich, Bruce (2016). *Clean Meat: The 'Clean Energy' of Food*. Disponível em: https://www.huffpost.com/entry/clean-meat-the-clean-energy-of-food_b_57cee00ee4b0f831f705a879 Acesso em 16 de março de 2025.

Gasteratos, Kristopher (2019). *90 Reasons to Consider Cellular Agriculture*. Harvard Library. Disponível em: <http://nrs.harvard.edu/urn-3:HUL.InstRepos:38573490> Acesso em 16 de março de 2025.

Greenpeace (2009). *A Farra do Boi na Amazônia*. São Paulo; Manaus: Greenpeace.

Haraway, Donna (2003). *The Companion Species Manifesto: dogs people and significant otherness*. Chicago: Prickly Paradigm Press.

Heinrich Böll Foundation (2016). *Atlas da Carne: fatos e números sobre os animais que comemos*. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation.

Hirdes, Lidiane da Silva (2024). *Carne vegetal industrializada: (re) invenção de sentidos, memórias e práticas alimentares veganas*. Tese de Doutorado. PPGAS/Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). *Produção da Pecuária Municipal 2023*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=784> Último acesso em 23 de março de 2025.

Jönsson, Erik (2016). Benevolent technotopias and hitherto unimaginable meats: Tracing the promises of *in vitro* meat. *Social Studies of Science*, v. 46, n. 5, pp. 725-748. <https://doi.org/10.1177/0306312716658561>

Latour, Bruno (2011). *Jamais Fomos Modernos: ensaios de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34.

____ (2012). *Reagregando o Social: uma introdução à teoria ator-rede*. Salvador/ Bauru: EDUFBA/EDUSC.

Leal, Natacha Simei (2016). Dos zebus e seus clones: valor e pedigree em um mercado de elite. São Paulo: *Revista de Antropologia*, v. 59, n. 2, pp. 7-31.

Leda, Manuela Correa (2017). *As fissuras do sistema mundial da carne: movimentos e controvérsias*. Dissertação de Mestrado. PPGS/Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Muniesa, Fabian; Millo, Yuval & Callon, Michel. (2007). An introduction to market devices. *The Sociological Review*, Oxford, v. 55, n. S2, Oct. Supplement, pp. 1-12.

O’Riordan, Kate; Fotopoulou, Aristeia & Stephens, Neil (2017). The first bite: Imaginaries, promotional publics and the laboratory grown burger. *Public Understanding of Science*, v. 26, n. 2, pp. 148–163.

Post, Mark (2014). An alternative animal protein source: cultured beef. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 1328, pp. 29-33.

Repórter Brasil (2013). *Moendo gente: a situação do trabalho nos frigoríficos*. São Paulo: ONG Repórter Brasil.

Sakamoto, Leonardo & Casara, Marques. (2008). *Conexões Sustentáveis: São Paulo – Amazônia. Quem se beneficia com a destruição da Amazônia*. São Paulo: ONG Repórter Brasil e Papel Social Comunicação.

Schlesinger, Sérgio. (2010). *Onde pastar? O gado bovino no Brasil*. Rio de Janeiro: Fase.

Shapiro, Paul (2018). *Clean meat: how growing meat without animals will revolutionize dinner and the world*. New York, NY: Gallery Books.

Singh, Anshuman; Verma, Vinod; Kumar, Manoj; Kumar, Ashok; Sarma, Devojit Kumar; Singh, Birbal; Jha, Rajneesh (2020). Stem cells-derived invitro meat: from petri dish to dinner plate, *Critical Reviews in Food Science and Nutrition*. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10408398.2020.1856036>

Smeraldi, Roberto & May, Peter Hermann. (2008). *O reino do gado: uma nova fase na pecuarização brasileira*. Amigos da Terra – Amazônia Brasileira: São Paulo.

Sordi, Caetano (2013). *De carcaças e máquinas de quatro estômagos. Estudo de controvérsias sobre o consumo e a produção de carne no Brasil*. Dissertação de Mestrado. PPGAS/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Stengers, Isabelle (2010 [1997]). *Cosmopolitics I*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Stephens, Neil (2010). *In vitro* meat: zombies on the menu? *Scripted*, v. 7, n. 2, August, pp. 394-401.

Stephens, Neil & Ruivenkamp, Martin (2016). Promise and Ontological Ambiguity in the *in vitro* Meat Imagescape: From Laboratory Myotubes to the Cultured Burger. *Science as Culture*, v. 25, n. 3, pp. 327-355.

Stephens, Neil; Silvio, Lucy Di; Dunsford, Illtud; Ellis, Marianne; Glencross, Abigail & Sexton, Alexandra (2018a). Bringing cultured meat to market: Technical, socio-political, and regulatory challenges in cellular agriculture. *Trends in Food Science & Technology*, v. 78, pp. 155-166.

Stephens, Neil; King, Emma; Lyall, Catherine (2018b). Blood, meat, and upscaling tissue engineering: Promises, anticipated markets, and performativity in the biomedical and agri-food sectors. *BioSocieties*, v. 13, n. 2, pp. 368-388.

Süssekind, Felipe (2018). Natureza e cultura: sentidos da diversidade. Rio de Janeiro: *Interseções*, v. 20 n. 1, pp. 236-254.

Tunes, Suzel. (2024). Proteínas vegetais aprimoram a produção de carne de laboratório. *Revista Pesquisa Fapesp*, n. 343, pp. 74-77.

Valente, Júlia de Paula Soares; Fiedler, Rodrigo Alonso; Heidemann, Marina Sucha; Molento, Carla Fortes Maiolino. (2019) First glimpse on attitudes of highly educated consumers towards cell-based meat and related issues in Brazil. *PLoS ONE*, v. 14, n. 8.

Viveiros de Castro, Eduardo (2002). *A Inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, pp. 345-400.

Wagner, Roy. [1975] (2010). *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify.

Wilkinson, John (2023). Transformações nas Cadeias Globais de Proteína Animal. Um novo ponto de partida para políticas públicas. *Revista Latinoamericana de Estudios Rurales*, v. 8, pp. 1-33.

Wurgaft, Benjamin Aldes (2019). *Meat Planet: artificial flesh and the future of food*. Oakland, California: University of California Press.

Recebido em 24 de março de 2025.

Aceito em 20 de julho de 2025.

Narrativas promissoras, (in)definições e controvérsias: o caso da carne produzida a partir de células animais

Resumo

Este artigo analisa controvérsias centrais associadas ao desenvolvimento da carne fabricada a partir de células animais. Fundamentada na engenharia de tecidos, ela tem recebido diferentes nomes, como carne de laboratório, carne *in vitro*, carne celular, cultivada, sintética, entre outras denominações. O desenvolvimento dessa tecnologia remonta aos anos 2000, quando um projeto da agência espacial norte-americana buscava desenvolver proteínas para alimentação em viagens espaciais. Em meados da década de 2020, o investimento científico e financeiro cresceu significativamente e a carne cultivada já pode ser degustada em seletos restaurantes. Neste texto disserto sobre disputas e indefinições que tem marcado sua emergência e, na primeira seção, apresento uma breve retrospectiva de seu desenvolvimento. Na segunda, abordo as controvérsias presentes nas tentativas de definir a carne *in vitro* e, por fim, analiso as narrativas promissoras que ela mobiliza.

Palavras-chave: Carne de Laboratório; Narrativas Promissoras; Controvérsias.

Promising Narratives, (In)Definitions, and Controversies: The Case of Meat Produced from Animal Cells

Abstract

This article examines some of the main controversies surrounding the development of meat produced from animal cells. Based on tissue engineering, it has been given various names, such as lab-grown meat, *in vitro* meat, cellular meat, cultivated meat, synthetic meat, among others. The development of this technology dates to the 2000s when a project by the North American space agency sought to develop protein sources for food consumption during space travel. By the mid-2020s, scientific and financial investment had grown significantly, and cultivated meat was already being served in select restaurants. In this article, I discuss the disputes and uncertainties that have marked its emergence. In the first section, I provide a brief retrospective of its development. In the second, I address the controversies associated with attempts to define *in vitro* meat. Finally, I analyze the promising narratives that it evokes.

Keywords: In Vitro Meat; Promissory Narratives; Controversies.

Construcción de conocimiento técnico en remates de hacienda bovina: el caso de Villa María, Córdoba, Argentina

Maria Roberta Mina

Doctoranda en Antropología/Universidad Nacional de Córdoba

<https://orcid.org/0000-0002-3647-764X>

mariarobertamina@gmail.com

Introducción

La comercialización de carne vacuna es una actividad central y distintiva de la historia de Argentina, que se ha insertado como un gran agroexportador en la economía mundial desde el siglo XIX (Azcuy Ameghino, 2007; Torrado, 2004; Gras, 2017). La carne argentina es símbolo de identidad nacional irradiada desde la región pampeana (Archetti, 2000) y, por lo tanto, una *ethnocommodity* (Comaroff & Comaroff, 2009) que condensa en una mercancía ciertos saberes y haceres ligados a la producción cultural propia de la zona núcleo del país (Padawer, 2019).

Además de constituirse en núcleo de informes técnicos gubernamentales a nivel nacional y provincial (la Dirección de Análisis Económico Pecuario, la Dirección Nacional de Transformación y Comercialización de Productos Pecuarios, la Subsecretaría de Ganadería y la Secretaría de Agricultura, Ganadería y Pesca, y el INTA), la producción de carne vacuna ha sido un tema estudiado especialmente por las áreas de ingeniería agronómica, ingeniería de los alimentos, ciencias económicas y ciencias de la salud. Sin embargo, el foco en la construcción de conocimiento social sobre la actividad, su vínculo con las tradiciones locales y las transformaciones técnico-sociales son aportes específicos de la antropología. Los tramos comerciales y de manufactura de la cadena productiva, por otra parte, han sido menos estudiados que la dimensión agrícola en la propia disciplina, ya que los productores primarios (pastores, ganaderos) han sido quienes han acaparado

la atención de antropólogos sociales desde principios del siglo XX,¹ y es precisamente en los eslabones comerciales de la cadena donde nos interesa detenernos.

Este artículo se organiza en torno a un eje de debate teórico principal, que surge de la articulación de dos subcampos disciplinarios: la antropología de la educación y la antropología de la técnica. Ambos se interesan por la construcción de conocimientos a partir de las prácticas o el saber-hacer, abordando críticamente las aproximaciones dicotómicas entre conocimiento científico/moderno/abstracto y el conocimiento práctico/tradicional/concreto (Padawer, 2019). Los estudios etnográficos que han enfatizado el carácter indivisible del aprendizaje y de la acción, son un aporte conceptual fundamental para este cruce de campos disciplinarios. Conjuntamente, las ideas de que el conocimiento es situado, y que toda práctica social implica un involucramiento a partir del aprendizaje como desarrollo gradual y progresivo (Lave, 2011; Lave & Wenger, 1991), han permitido plantear que el aprendizaje no es un proceso exclusivamente mental e individual, sino que se produce mediante las relaciones que establecen las personas entre sí, con otros seres otro-que-humanos y objetos, organizadas en torno a actividades concretas. La noción de comunidad de práctica resulta particularmente útil para analizar el carácter colectivo y relacional de la construcción de conocimientos (Wenger, 1998) en los remates ferias de comercialización de ganado bovino, por ejemplo, ya que permite reconocer tensiones y cambios que se producen a partir de la sedimentación de conocimientos culturales objetivados, que son apropiados por los sujetos en su quehacer cotidiano (Rockwell, 2005).

El enfoque propuesto por Ingold (2002) contribuye a ampliar la comprensión del aprendizaje como un proceso vinculado a la experiencia encarnada y la percepción situada, para Ingold el redescubrimiento guiado es la forma en que el conocimiento se construye educando la atención, la mirada y siguiendo los pasos de los más experimentados. Desde esta perspectiva, es interesante destacar que la mayoría de los actores involucrados en los remates ferias de comercialización de ganado bovino no atraviesan instituciones formales de formación, sino que fundamentalmente aprenden de la observación y la práctica en las instituciones en las que participan ordinariamente, de *maestros* que generalmente son *expertos* en el oficio. En tanto conocen progresivamente un entorno socio-técnico (Padawer, 2019), los actores lo transforman mediante la tarea en curso (Lave & Wenger, 1991).

1 Concha Merlo, P. (2023). Cuerpo a cuerpo con la hacienda: Percepción intercorporal entre puesteros y vacas en el Chaco santiagueño. *Etnográfica*, 27(2), 365–385. Recuperado el 17 de julio de 2025, de <https://doi.org/10.4000/etnografica>. Tommasi, J. C. (2022). Apuntes etnográficos en torno a las relaciones sociales ganaderas en islas del delta entrerriano. En *Problemáticas socioculturales del Delta del Río Paraná* (pp. 337–352). Buenos Aires.

Al analizar el conocimiento situado que se construye en un contexto determinado, los aportes de la antropología de la técnica permiten investigar etnográficamente el saber-hacer (Chevallard, 1998), haciendo foco en la descripción de las acciones humanas sobre la materia, la tecnicidad del trabajo (Sautchuk, 2016; Segata, 2017; Stoeckli, 2017; Lemonnier, 2012) y la construcción de redes socio-técnicas (Latour, 2008) articuladas en torno de distintos productos o actividades. La antropología de la técnica destaca la importancia etnográfica de los objetos, pues tienen capacidad para comunicar características clave de determinadas relaciones sociales de forma no verbal (Sordi, 2019). Estos aportes permiten analizar las relaciones entre humanos y otros-que-humanos, incluyendo, en este caso, la cultura material involucrada en la comercialización bovina a lo largo del tiempo.

Mi actual trabajo de campo es en los remates ferias de la localidad de Villa María, en la provincia de Córdoba, Argentina. La feria se realiza semanalmente, los días martes, a partir de las 14:30 horas aproximadamente. El predio donde se ubica la instalación de la consignataria está sobre la colectora paralela a la ruta Nacional número 9, específicamente en el kilómetro 552, al sur de la ciudad.

Casi siempre asisto como investigadora y como hija de un cliente de la feria. Lo que ha facilitado el ingreso a campo, porque no soy considerada un agente extraño, ya que mi presencia es usual en el entorno. Eso me ha permitido conversar con mis interlocutores, hacer preguntas o pedir que me expliquen algo, gozando de cierta confianza. Soy la única mujer, casi siempre, que observa el remate completo, lo que me ha acercado a comentarios que alientan mi participación “entendés bastante de la categoría que compra tu viejo”, “nunca vi una mujer comprar en esta feria, podes ser la primera”. Otras veces, soy un factor de inhibición – “no digas eso, hay una mujer”, “compórtate que está la señorita” –, o alcanzo a percibir, mediante algún gesto facial o encogida de hombros la incomodidad ante algún comentario descuidado o insulto al notar mi presencia.

Es interesante mencionar que hay muy pocas mujeres en las actividades de la feria. Solo he identificado a una veterinaria de SENASA (Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria) que interviene antes de que comience el remate, una mujer que trabaja en la oficina de gestión y realiza las guías para la hacienda, y la encargada de la cantina, que a mitad del remate pasa a vender café o aguas-gaseosas a quienes están en las gradas observando.

Aproximaciones teóricas y etnográficas al estudio de los remates ferias

Aquí debo dejar constancia de que me ha sido difícil encontrar antecedentes de etnografías en remates y lo que he encontrado en su mayoría no cuenta con traducciones al español, como la etnografía *On the Block: An Ethnography of Auctions* de Robert Clark (1988). En este trabajo, Clark realiza un estudio etnográfico detallado sobre las subastas, en Illinois Estados Unidos, un fenómeno económico y social que hasta ese momento había sido relativamente poco estudiado en profundidad. A través de su investigación explora cómo las subastas funcionan no sólo como un mecanismo de mercado, sino también como un espacio de interacción social con reglas, normas y rituales propios. Si bien se centra en la práctica de las subastas en el contexto de bienes diversos, analiza cómo se estructuran las interacciones entre los participantes, incluyendo a los subastadores, los postores y los observadores. Clark utiliza una perspectiva antropológica para examinar las dinámicas de poder, la construcción de valor, y la manera en que el lenguaje y la performance juegan un papel crucial en el proceso de subasta. En su etnografía, Clark no solo describe los aspectos técnicos de cómo se llevan a cabo las subastas, sino que también analiza las emociones, estrategias y comportamientos de los actores involucrados, proporcionando una visión integral de este fenómeno (no solo) económico.

Como antecedente local que aporta al análisis histórico de la evolución de las instituciones y prácticas relacionadas con la comercialización de bienes raíces y ganado en Argentina se encuentra un breve libro ilustrado de Pérez Ortega (2005), *Historia de los remates feria en la Argentina*. Allí el autor comenta que, las subastas de bienes inmuebles y ganado se realizaban conjuntamente, reflejando la interconexión de estos mercados. Y que recién a finales de la década de 1940 se estableció la Asociación de Rematadores de Hacienda, una entidad dedicada específicamente a la subasta de ganado. Después de 15 años, esta asociación se unió con el Centro de Martilleros, lo que permitió unificar y regular de manera conjunta las operaciones de remate en ambos sectores. Este proceso culminó en 1965 con la fusión de ambas instituciones para formar la Cámara Argentina de Martilleros y Consignatarios, que luego se convertiría en la Cámara Argentina de Consignatarios de Ganado.

El trabajo de Piccinini, Marcos Valentín y Sereno (2014) dialoga con el de Pérez Ortega, comparando los mercados físicos y virtuales en la comercialización de ganado bovino de Argentina, analizando las diferencias en las dinámicas comerciales, la eficiencia y los desafíos asociados con cada tipo de mercado. El escrito destaca cómo la digitalización impacta el comercio de ganado y las implicaciones para los actores involucrados en la cadena de comercialización.

Otros antecedentes que seleccioné se relacionan con los aportes antropológicos acerca de las relaciones entre humanos y animales, abordadas en los trabajos clásicos de la antropología que problematizaron los vínculos entre humanos y vacunos. Por ejemplo, las relaciones construidas entre los Nuer y las vacas eran un aspecto organizador de importancia para la propia sociedad nilota, ya que la economía doméstica, las dotes, la fe y los enfrentamientos con otros grupos incluían su mediación (Evans-Pritchard, 1940). Tales correlaciones fueron re-problematizadas por el materialismo cultural (Harris, 1974), focalizando en el pragmatismo implícito en la prohibición ritual.

La producción más reciente de la antropología sobre las relaciones humano-animal propuso una revisión de los presupuestos epistemológicos y ontológicos de la tradición clásica. En este artículo, solo retomaré el aporte que describe las prácticas locales mediante las cuales se “hacen vacas”, prácticas atravesadas por el mercado mundial y la ciencia. Detallan las formas en que el Estado, los grandes ganaderos, campesinos, veterinarios y comercializadores en el mercado global definen las maneras en que se producen lácteos y cortes de carne, no solo como hechos técnicos, sino también como resultados de la política moderna (De la Cadena, Risør & Feldman, 2018). También se analizaron el consumo y comercialización de la carne porcina en términos de producción biológica y cultural-patrimonial (Weiss, 2016), donde los trabajos de la cultura material que se produce en los procesos de domesticación bovina (Sordi, 2019; Concha Merlo, 2019) permiten trabajar la importancia de los objetos técnicos y las infraestructuras ambientales que atraviesan las relaciones entre humanos y animales en la comercialización (remates feria mediante consignatarias o productores directos). De manera general, trabajos antropológicos recientes permiten analizar las objetivaciones contemporáneas sobre lo humano y lo animal, los sistemas de clasificación hegemónicos, y las delimitaciones de fronteras morales en nuestras sociedades, asociadas en este caso al estatus otorgado a los no humanos (Carman, 2017; Mastragelo, 2017).

La lectura de los trabajos mencionados me permitirá analizar la intervención de la multiplicidad de actores que se involucran en la comercialización de carne bovina en el mercado interno en Argentina, analizando la construcción de saberes y procesos técnicos en su interrelación. Pero antes de avanzar con la descripción y el análisis etnográfico de los remates feria, resulta pertinente presentar, aunque de manera sintética, algunos antecedentes históricos sobre el surgimiento de esta modalidad de comercialización en Argentina. Para ello, retomo nuevamente el trabajo compilado por Néstor Pérez Ortega (2005) para la Cámara Argentina de Consignatarios de Ganado, donde se reconstruyen los orígenes de la actividad y se señala que, en sus inicios, los martilleros remataban en conjunto bienes raíces y hacienda. Los remates ferias en Argentina surgieron como respuesta a la

necesidad de pequeños y medianos productores ganaderos de comercializar su hacienda sin incurrir en pérdidas de peso ni altos costos de transporte. Este sistema se consolidó hacia finales del siglo XIX, cuando el país atravesaba importantes transformaciones sociales y económicas que favorecieron la concentración de actividades comerciales en áreas rurales.

El antecedente directo de los remates ferias fueron los consignatarios de frutos del país, quienes operaban principalmente con productos como lana y plumas de avestruz, destinados mayormente a la exportación. Estos consignatarios actuaban como intermediarios entre los productores rurales y los mercados, gestionando la venta de bienes en nombre de los productores. Aunque su actividad estaba enfocada en otros productos, su función era similar a la que más tarde desempeñaron en la comercialización ganadera: administrar y facilitar la venta de los productos mediante un mandato sin representación.

La intervención de los consignatarios en la comercialización de ganado se consolidó finalmente a fines del siglo XIX, cuando comenzaron a anticipar fondos a los productores y a asumir la responsabilidad de las ventas de ganado en nombre de estos. De esta manera, sentaron las bases para lo que serían los futuros remates feria, un sistema que adapta el modelo de intermediación a la venta periódica de hacienda en subastas públicas.

El primer remate feria documentado se realizó el 17 de noviembre de 1893 en Jeppener, Buenos Aires, por la firma *Alchourron Hermanos*, liderada por Bautista Alchourron, quien se destacó como pionero en este tipo de comercialización. A este le siguió otro remate, en el 18 de marzo de 1894 en Bahía Blanca, organizado por Ramón Olaciregui. Ambos actores fueron fundamentales en la expansión de los remates ferias hacia otras provincias como Santa Fe y Córdoba, contribuyendo al desarrollo ganadero de esas regiones.

Luego en los finales de la década del cuarenta (1949) se creó la Asociación de Rematadores de Hacienda, que, pasados 15 años, se unificó con el Centro de Martilleros para realizar en común el registro de las operaciones. En 1965 ambas instituciones se fundieron, conformando la Cámara Argentina de Martilleros y Consignatarios, antecedente más actual de la Cámara Argentina de Consignatarios de Ganado.

Ortega comenta que, en el inicio de la actividad, la venta de la hacienda era por bulto y los terneros que venían con la madre se vendían “por muertos”, es decir, sin costo alguno para el comprador. A las tropas grandes se las separaba en lotes al interior de corrales especialmente destinados para ello (actividad que se mantiene hasta la actualidad). Una vez efectuado el remate se reorganizaban las tropas y los reseros comenzaban los arreos para dirigir la hacienda a sus destinos. El autor registra una incorporación fundamental para el pasaje de ventas de hacienda por bulto a ventas por kilo, las balanzas. En el año

1926, se promulgó el decreto respectivo que obligaba a pesar *in situ* toda la hacienda que se vendía con destino al abasto. Los problemas generados por ese mecanismo llevaron, en 1929, a reglamentar la pesada como aún hoy se practica. El autor sitúa el traspaso masivo del arreo y el ferrocarril al camión jaula en la década del cincuenta, si bien comenta que ya se veían esporádicamente desde finales de la década del treinta. En consecuencia, ante la propagación del uso del camión con jaula, la figura del arriero y del revoleador comenzaron a desaparecer.

Pero, ¿qué es una feria de hacienda y cómo se configura este espacio tan dinámico?

En un intento por definir los remates feria, Pérez Ortega (2005) sostiene que se trata del espacio donde tiene lugar una fiesta que celebra la culminación de una etapa del proceso productivo. Los preparativos comienzan uno o dos días antes, con la visita al campo para buscar y trasladar la hacienda. Luego continúan en las instalaciones de la feria, donde se realiza el aparte y el loteo de los bovinos, así como la recorrida del martillero, quien inspecciona los corrales e imagina posibles compradores. El circuito concluye con un breve encuentro entre los distintos actores involucrados (compradores, vendedores, productores, encargados, peones y colaboradores) en torno a un café, o a un trozo de pan acompañado por carne asada.

Desde mi perspectiva, este cierre de carácter festivo, el acto de compartir pan y carne antes o después del remate, opera como una forma de cohesión social si bien no elimina las desigualdades: la competencia por los precios, la precarización de muchos de sus actores, y la asimetría entre compradores vinculados al mercado de exportación y abastecedores orientados al consumo local. En este sentido, la fiesta se inscribe en una coreografía relacional que, al mismo tiempo que refuerza lazos y sentidos compartidos, convive con las tensiones propias de una organización productiva atravesada por desigualdades estructurales.

Retomando la idea de coreografía relacional es interesante destacar que los remates ferias tienen un compás singular. Los sonidos de los animales, el martilleo, las voces que pujan, el golpe seco del martillo sobre la madera, todo se funde en un ritmo compartido. Es un compás que marca cada paso de la feria, donde las miradas se cruzan y los cuerpos –humanos y animales– responden a una coreografía aprendida en años de práctica. Aquí, los saberes no se enuncian con palabras complejas, sino que se ejecutan en la fluidez de los movimientos y las elecciones técnicas que se toman casi sin pensar, como parte de un mecanismo bien afinado. Ese pulso que late en el remate es el compás de la interacción entre humanos y animales, pero también una forma de conocimiento: una

danza compartida entre la experiencia, la técnica y las relaciones sociales que dan vida a este espacio.

El concepto de pulso lo retomo de Di Deus (2022) al evocar la idea de ritmo, sincronía y la interdependencia en las prácticas laborales y culturales. En ambos casos – los remates bovinos y la danza de los segadores– el “pulso” sugiere un compás compartido entre los cuerpos, los objetos, y las prácticas técnicas que construyen tanto la acción colectiva como el conocimiento. En *Dança das Facas*, Di Deus describe cómo los segadores desarrollan un “pulso” con sus herramientas, una sincronización entre los movimientos del cuerpo, las condiciones materiales del entorno, y las herramientas de corte. Este “pulso” es también una forma de conocimiento corporal que se transmite y reproduce en la práctica misma, sin necesidad de una explicación formal.

De manera similar, en los remates de hacienda, el “pulso” puede representar la manera en que los actores humanos (compradores, consignatarios, apartadores, hombres de a caballo) y animales se sincronizan con los ritmos de la feria: los momentos del remate, las negociaciones, y las elecciones técnicas. Aquí, el “pulso” refleja tanto las relaciones sociales como las técnicas que emergen de los encuentros entre los humanos y animales en ese entorno. Es un conocimiento tácito, similar al de los segadores, que se expresa a través de gestos, miradas y prácticas rutinarias en los remates. La idea del “pulso” subraya lo que Di Deus resalta en su trabajo: una relación rítmica y técnica con el entorno, donde el saber no es simplemente teórico, sino encarnado y performativo.

Circuito interno de la feria: espacios, prácticas y trayectos de la hacienda

A fin de acercar a quien lee a la organización de la feria, la dividiremos por sectores. El sector de descarga de hacienda, el de los corrales, la pista, la balanza, la tribuna, la casilla del rematador, las oficinas y la cantina.

Se ingresa a feria por la colectorá paralela a la ruta Nacional número 9. Hay dos ingresos, uno para quienes asisten a la feria (compradores, trabajadores de la consignataria, personal de SENASA) que desemboca en un amplio estacionamiento y otro para los transportistas de camiones con jaulas vaqueras, donde viaja la hacienda bovina. Este último ingreso es más ancho porque se requiere espacio para maniobrar las jaulas, ya que deben descargar marcha atrás y dejar la puerta de la jaula vaquera a la altura de la rampa por la cual la hacienda debe descender.

Al estacionar, el transportista se baja, y allí ya esperan los apartadores. Se levanta la puerta de la jaula vaquera, que es levadiza (de tipo guillotina) y mediante la imitación del mugido, onomatopeyas, la repetición de la palabra ‘siga’ o ‘vaca’, la hacienda comienza a

descender de la jaula a la rampa. Este proceso es registrado por uno de los trabajadores de la feria, que en una casilla al lado del brete controla la descarga. La rampa, por donde va a bajar la hacienda, es una estructura fija de cemento que tiene un tramo plano (continúa con el nivel de la jaula) y otro con un descenso paulatino hasta el nivel del suelo del toril (corral). Sobre la rampa hay dos bretes, uno para la descarga (el más ancho) y contiguamente se ubica el brete de carga (más angosto). Los animales suelen bajar bastante rápido, a veces se puede llegar a demorar si alguno es ciego o presenta dificultad para caminar. En esos casos, el transportista suele subir y arengar al animal hasta que logre bajar.

Una vez abajo, los animales ingresan en el toril, allí se controla: Documento de Tránsito Electrónico – Guía de Traslado de ganado en pie (DT-e), marca², señal³ y caravana oficial⁴.



Imagen 1. El transportista señala a la derecha el brete de carga y del lado izquierdo el brete de descarga. Foto tomada en el predio de la consignataria, Villa María - Córdoba, Argentina.

- 2 La marca es la impresión que se realiza sobre el animal, puede ser un dibujo o diseño. Puede ser por medio de hierro candente, marcación en frío, o cualquier procedimiento que asegure la permanencia clara e indeleble. Debe estar autorizada por la Secretaría de Agricultura y Ganadería.
- 3 La señal es un corte, incisión, perforación o grabación hecha a fuego, en la oreja del animal. Para obtener el registro del diseño de una marca señal, se debe cumplir con ciertos requisitos y formalidades establecidas por cada provincia.
- 4 El SENASA sostiene que es obligatoria la identificación individual, única y permanente de cada animal a través de la aplicación de una caravana amarilla del tipo botón-botón en la oreja derecha de cada animal. Es una herramienta para la trazabilidad y la sanidad animal. Es exigida en los controles de ruta.



Imagen 2. El transportista observa, una vez estacionado el camión, como descargan la hacienda.
Foto tomada en el predio de la consignataria, Villa María - Córdoba, Argentina.

En el fin del brete se observa el encargado de controlar las marcas, el DT-e, caravanas y guías. Este proceso suele ser acompañado por la veterinaria de SENASA.

En segundo lugar, los animales se dividen en corrales numerados según el productor al que pertenecen. Éstos son aproximadamente 85, tienen una tranquera de madera y alambrados compuestos por varillas de madera y alambre liso. Su suelo es de tierra y todos ellos dan a un callejón que conduce al corral de aparte previo a la pista.

Posteriormente, los animales, son nuevamente divididos, lo que se denomina 'lotear'. Se los separa por sexo, hembra (ternera, vaquillona vaca) y macho (ternero, novillito, novillo y toro)⁵, como también de acuerdo a su peso: livianos, medianos y pesados. Cada una de las categorías es juzgada en términos de: especial, bueno y regular, atendiendo sus características fenotípicas. Podemos decir que el ganado bovino en pie para faena varía de acuerdo a su estado, procedencia y raza-cruza. Existen calidades distintas y aptas para distintos mercados⁶; en consecuencia, precios diferentes. En este sentido, el proceso de ordenamiento por categorías 'loteo' es fundamental, dado que las características del animal están directamente relacionadas con la calidad de la res, la carne, y aptitudes industriales o culinarias. Además, tiene como objetivo homogeneizar lo más posible el

5 Véase cuadro de categorización de hacienda vacuna según SENASA. https://www.magyp.gob.ar/sitio/areas/tipificacion/informes/archivos/000000_Clasificaci%C3%B3n%20y%20Tipificaci%C3%B3n%20de%20res%20bovina%20-%20Resoluci%C3%B3n%20N%C2%B032-2018%20%20.pdf. Recuperado el 16 de julio de 2025.

6 Es común que cuando un lote entra en la pista el rematador anuncie: "apto China" o "no apto China". China se ha vuelto el principal comprador de carne vacuna argentina.

lote (lo que facilita la tarea del rematador a la hora de poner el precio).

El remate suele iniciarse con las categorías⁷ de vaca conserva, vaca manufactura, vaca gorda y toros (el mayor porcentaje es para exportación). Después continua el consumo, vaquillona, novillo, novillito (mayoritariamente para el mercado interno). Finalizan con la categoría denominada invernada, es decir terneros (tienen destino recría o feedlot). Una vez preparada la hacienda se da inicio al remate.⁸

Los compradores generalmente llegan unos minutos antes del comienzo para poder recorrer los corrales y observar la hacienda, particularmente la categoría que le interese comprar. Luego se ubican en las gradas de la tribuna. La tribuna es una estructura de cemento, tiene más o menos unas 10 gradas, dos escaleras, una en cada uno de sus laterales y está techada. A la hora de sentarse a ver el remate los compradores forman una especie de parches, y hay que aclarar que las ubicaciones son dinámicas y no responden a una organización preestablecida. Quienes compren para frigoríficos exportadores suelen ubicarse en las gradas intermedias del recinto, manteniendo cierta distancia entre sí en la disposición de los asientos. Algunos usan tablets o el celular, pero la mayoría tiene anotadores o cuadernos para apuntar las operaciones realizadas (generalmente compran un número elevado de animales) y el precio negociado. Apoyados en las barandas o en las últimas gradas se ubican los carniceros matarifes, un grupo de 5 o 6 hombres, que sí se ubican cerca unos de otros, incluso a veces compran juntos. Es frecuente verlos charlar durante el remate. Dispersos en las gradas del medio se ubican los abastecedores, algunas veces juntos y otras, separados.

La pista, es el corral donde los animales son exhibidos para el remate. Tiene forma ovalada, está hecha con tablones de madera y tiene aproximadamente un metro ochenta de alto. Allí se apoyan algunos productores, que se acercan a ver como rematan los animales que han llevado, o algún comprador. Al costado de la pista hay un banco de madera hecho con un durmiente de ferrocarril. Ese espacio generalmente es ocupado por algún pequeño abastecedor, algún carnicero que desea iniciarse en la compra de hacienda y los transportistas, que esperan para volver a cargar los animales con sus nuevos destinos.

El remate inicia cuando el martillero sube a la casilla, una estructura cuadrada de cemento, que posee una puerta trasera y el frente descubierto, como un palco. En su interior tiene el equipo de sonido para el micrófono y una mesa con dos sillas para

7 Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca de la Nación. (2019). *Sistema de clasificación oficial bovina*. Recuperado el 17 de julio de 2025, de https://www.magyp.gob.ar/sitio/areas/tipificacion/informes/archivos/000000_Sistema%20de%20clasificaci%C3%B3n%20oficial%20bovina.pdf

8 Es importante aclarar, que deberían comenzar por los animales que primero llegaron al establecimiento, dado que esto influye en el desbaste. Sin embargo, por cuestiones operativas suele priorizarse la presentación por categorías y no por orden de llegada.

trabajadores de la firma que realizan los remitos de compra. Una vez dentro de la casilla, el rematador saluda, da notificaciones puntuales de ser necesario (vinculada a feriados, precios, paros de transporte, próximos remates) y comienza el remate. Los animales son guiados de a poco a la pista (siguiendo la división por categorías).



Imagen 3. Se puede observar la pista de venta en el medio, a la izquierda la casilla del rematador y dos gradas de la tribuna

Foto tomada en el predio de la consignataria, Villa María - Córdoba, Argentina.

En el sector de los corrales, un hombre caminando y dos a caballo van sacando la hacienda a los callejones. Allí los animales esperan y un joven que está en la tranquera del corral de aparte, deja pasar a algunos. Adentro, dos personas a caballo van seleccionando los animales que pasarán al otro corral de aparte más pequeño donde otro hombre espera en la tranquera y va dejando pasar uno o dos animales a la pista. Ahí un jinete hará 'correr' al ganado para que desde la tribuna se pueda apreciar. El rematador parte de un precio por kilo, y a partir de esa base surgen las ofertas. Los posibles interesados aportan una cifra que consideran apropiada, si hay más de un posible comprador empieza la puja entre las ofertas de cada uno. La persona que mayor cifra oferta, compra el animal. Durante este proceso sólo habla el rematador, que 'va tomando' las ofertas y señalando con la varilla cada oferta, que va subiendo hasta que uno de los compradores deja de ofertar y el animal

se vende a quién sostuvo el precio más alto. Es decir que la venta se realizará al mejor postor, luego de transcurrido un minuto, si la última oferta no se mejora.

Los interlocutores del rematador casi no hablan, hacen gestos, a veces levantan un poco su brazo hacia adelante con el dedo índice, otros levantan el brazo hacia arriba con la palma apenas abierta, como si se fuera a saludar, algunos siguen la puja de la oferta asintiendo con la cabeza. Para abandonar la compra se mueve el dedo índice en señal de negación o se niega con la cabeza. Me parece importante destacar que no me ha resultado fácil aprender a seguir la puja del remate, los gestos suelen ser, casi siempre, sutiles. Por supuesto siempre hay excepciones, cómo algún comentario o manifestación de desacuerdo. Es común que el rematador, durante el remate, ofrezca el animal a un cliente particular mencionando su nombre al describir al animal, por ejemplo: “linda la vaquillona... Roberto Carlos”.

El contexto de compra es variable. Depende de diversos factores, a saber: cantidad de hacienda a rematar, cantidad de determinada categoría, presencia o ausencia de determinados compradores, condiciones climáticas, aumentos en combustible o alimento del ganado, condiciones de exportación. Por ejemplo, es común que los días de lluvia no haya demasiada hacienda, y, por ende, el precio sea un poco más elevado y competitivo entre los interesados. A veces asisten compradores de frigoríficos exportadores que ‘compran a gusto’, marcando el precio a los demás interesados. Una vez que estos compradores finalizan su compra, comienzan los abastecedores y matarifes. Aclaro que esto no es un protocolo determinado, sino que se da así, ya que las categorías de exportación (vaca) no suelen coincidir con las del mercado interno (novillo). Si bien, muchos carniceros matarifes a veces desean comprar una vaca de manufactura para ‘*pelar*’ (carne para vender molida) o, en el caso de tener la habilitación, para elaborar embutidos. Otro pequeño grupo de carniceros matarifes ha logrado captar clientela para la venta de vaquillonas, lo que implica una serie de instrumentos y saberes que acompañen ese tipo de carne, ya que suelen ser animales pesados (a partir de los 400 kilos) y su manipulación es más trabajosa. Este grupo se ve condicionado por los compradores de los frigoríficos exportadores, ya que estos venden en el mercado de ultramar, es decir, tienen clientes que están dispuestos a pagar más por la misma mercadería, a diferencia de los ‘consumeros’, que colocan su mercadería en el mercado interno, con una clientela que ha visto deteriorado su poder adquisitivo. Esto hace que el exportador tenga la posibilidad de pagar más por la misma calidad. Además, podemos agregar que los exportadores, generalmente hacen su cobranza en monedas extranjeras ‘más fuertes’ que el peso argentino (dólar, yuan, rublo, euro), con variantes fluctuantes, pero generalmente traducidas a beneficios.

De los remates a los que asistí, raras veces presencié conflictos entre compradores. Si bien, a veces se crean tensiones entre compradores exportadores y compradores que faenan con destino a mercado interno, en las que los primeros son tildados, a veces, de ‘acaparadores’, o de ‘no dejar comprar’. Sin embargo, casi siempre se logran establecer acuerdos, mediante los cuales casi todos realizan su compra. Los carniceros matarifes, cuando coinciden en un animal de interés (generalmente novillos), suelen dialogar entre ellos y tratar de llegar a un acuerdo. Otras veces los rematadores ‘corren en el aire con los precios’, es decir que, sin haber ofertante, aumentan el precio de la oferta.

Cuando se efectúa una compra, ya sea de un lote entero, un animal, o dos, los asistentes del rematador apuntan en el remito: el precio por kilo pautado en la compra, cantidad de animales que adquiere determinado comprador de determinado productor. Se deja en blanco el espacio de los kilos vivos y se entrega el remito a un boletero, suelen ser niños (hijos de los encargados del predio de la feria); este espera al lado de la casilla, corre y se lo alcanza a otro que está a mitad de camino, que también se la entrega a otro niño que corre y le da el remito a un trabajador que aguarda en la balanza.

Al salir de la pista las vacas están listas para ser pesadas. El sector de la balanza consta de un brete, donde ingresan los animales, allí esperan en fila mientras se las marca con el número de usuario matarife del comprador. Esas marcas se realizan con tinta, se utiliza un balde que contiene pintura donde se insertan números de hierro forjado con un mango de aproximadamente 40 o 50 cm de largo con empuñadura de madera, y la hacienda se marca generalmente en el lomo o cuarto trasero. Una vez marcadas las vacas van pasando a una habitación techada donde se encuentra la balanza, una estructura que está inserta a nivel del piso sobre la cual los animales se paran. El marcador de peso está a una altura media sobre la pared. En ese momento se completa el casillero vacío del remito. Este sector es contiguo a una oficina donde dos hombres se encargan de generar una copia de los remitos de cada venta, es decir, uno que queda para la feria y los productores y otro que es entregado al comprador. Los compradores, terminado el remate, poco a poco descienden de las gradas, algunos pasan a pagar alguna boleto a la oficina de contaduría (que suelen tener plazo de 30, 60 o 90 días) y todos pasan a retirar por la oficina central la nueva guía para el traslado de los animales. Luego ya están en condiciones para retirarse.

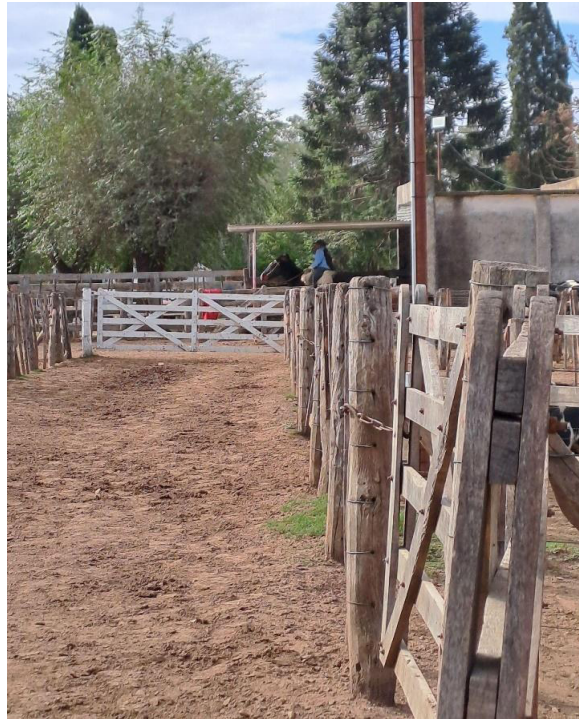


Imagen 4. Se ve a caballo el encargado de ingresar la hacienda bovina a la balanza. La tranquera blanca que se conecta al callejón que desemboca en los corrales.

Foto tomada en el predio de la consignataria, Villa María - Córdoba, Argentina.

Continuando con el recorrido, los animales una vez pesados, se van ubicando en corrales por comprador, es decir, cada uno de estos tendrá un corral propio donde se encontrarán los animales adquiridos (un corral con animales por cada comprador). Finalizado el remate, los animales esperan allí hasta que llega la hora de iniciar la carga para ir a sus nuevos destinos, cría o frigoríficos, donde inician un recorrido muy parecido al que realizaron al llegar a la feria. Una vez arrimado el camión, contratado por el comprador o a veces entre dos compradores que faenan en el mismo frigorífico, los animales son arriados desde el corral hasta el toril y van subiendo uno a uno por el brete contiguo al que descendieron. Cuando se termina la carga de hacienda, la jaula vaquera sale hacia su destino.

Hombres de a caballo y apartadores

Este grupo de personas pertenecen a la Unión Argentina de Trabajadores Rurales y Estibadores (UATRE), sindicato que agrupa a los trabajadores de actividades rurales en la Argentina. Algunos son empleados de la consignataria, encargados de cuidar y vivir en el predio de la feria. Estos dos agentes, hombres de a caballo y apartadores, interactúan

todo el tiempo con los bovinos (vacas, vaquillas, vaquillonas, novillos, toros, terneros). Los hombres de a caballo llevan adelante su actividad montados, desde allí, guían a los animales para moverlos o exhibirlos en la pista. Identifican al caballo como un *compañero* que ayuda en la tarea de movilizar la hacienda. Se observa una actitud de cuidado hacia ellos, mientras que con las vacas, la actitud es más despreocupada. El vínculo generado entre jinete y caballo es particular, cada uno tiene uno, que posee un nombre y una serie de cuidados que le aplica cotidianamente en la feria. Generalmente no aplican el rebenque al caballo, pero si llevan bocados o freno que introducen en la boca para dirigirlo (por lo general de hierro, acero, o goma) durante la actividad de apadrinamiento para desplazar el ganado bovino.

Los apartadores tienen contacto directo, cuerpo a cuerpo, con la hacienda. Se comunican mediante gestos, mugidos y objetos técnicos, como escobillas o *banderas* (palo de escoba que en la punta tiene una escobilla de hilos de bolsa) y rebenques (látigo corto con un mango que generalmente es de madera y una tralla confeccionada en cuero trenzado que se utiliza para apurar el paso del ganado o guiar el camino de corral a corral). Los animales en estas instancias se perciben nerviosos, sobre todo en el corral anterior a la pista donde suelen entrar de manera individual, o bien en grupos de tres o cuatro. Se aprecia, no en todos, pero sí frecuentemente, una resistencia al momento de seleccionarlos y separarlos. Es normal que esa actividad se demore, porque a veces los bovinos se escapan saltando de corral a corral, patean, o se mueven dentro de estos.

Las técnicas que ponen en juego apartadores y hombres de a caballo durante la feria se vinculan con herramientas (principalmente su cuerpo) y con conocimientos particulares. Estos últimos, refieren al saber hacer y qué elección técnica tomar (Lemonnier, 1986). Es decir, interpretar las posturas de la hacienda (relajada, asustada, enojada), si es vieja o joven, ya que, por ejemplo, si es ciega o está renga, deben tomar la elección técnica que mejor se adapte a la incapacidad del animal, como guiarlo con la voz, o asistir su desplazamiento con el caballo. Si el animal no se encuentra en buenas condiciones, se fijan principalmente en los ojos: “los ojos son muy importantes. Si tienen la mirada histérica, está enfermo”, “si tiene la mirada triste y los ojos hundidos, se está por morir”. Un indicador que observan para saber si está enfermo son los flancos: “si tiene aftosa, no ha podido comer y el flanco trasero está muy chupado, flaco”. Otro apartador cuenta que la saliva es un sinónimo de enfermedad o la panza extremadamente inflada “por empaste se mueren, porque le aplasta los pulmones”. Esteban trabaja como hombre de a caballo en la feria. En el inicio de una jornada, observando la descarga de la hacienda me comentó:

Mírale el pelo, ves que es brillante, eso es una señal de buena salud. Pero un pelo opaco puede ser un parásito y un pelo amarronado es un problema por el arsénico en el agua, muy común en la zona de Villa María.

En esa misma conversación, me explicó que para saber si un animal está sano él observa las características de la movilidad y la agilidad: “es como uno, como las personas, una persona ágil y fuerte, está sana, los animales son iguales”. También marcó la diferencia entre macho o hembra: “una hembra vieja seguramente tiene una ubre caída, si es nuevita (es decir que no ha parido) ni ubre desarrollada tiene. A medida que van amamantando, la ubre se va agrandando”.

En estos ejemplos se puede identificar cómo estos actores educan, en tanto movilización de atención (Ingold, 2002), la mirada para determinados aspectos fenotípicos de la hacienda para poder categorizarla según sexo, edad, raza y condición. Clasificación que realizan en simultáneo, es decir, cuando un lote baja de la jaula al brete.

Las experiencias formativas entendidas como el conjunto de prácticas y relaciones cotidianas en las que se involucran los hombres de a caballo y apartadores, implican la traducción de las condiciones materiales en experiencia social, configurando temporalidades, prácticas y simbolizaciones particulares (Thompson, 1963). En las palabras de mis interlocutores se aprende a trabajar con la hacienda a partir de la experiencia que se construye día a día en la feria.

¿Y vos dónde aprendiste a hacer esto Gonza?

No, a mí siempre me gustó... y es cuestión de ir y ver, después tener un poco de voluntad también, viste, es como todo. Vas adquiriendo experiencia en el trabajo...

Las experiencias formativas desplegadas por estos actores se encuentran impregnadas de contenido histórico social (Achilli, 2010). En este sentido, Gabriel, un ex abastecedor de carne bovina, me comentaba que en Argentina, dentro de la zona centro⁹ principalmente, existen numerosas instalaciones de ferias, balanzas en las rutas, cargaderos y fábricas de jaulas, lo que él vincula con la larga trayectoria del país en la actividad ganadera.

En otros países, vos no vas a encontrar, como acá en Córdoba, parar tres veces a ver furgones carniceros que tienen 40 años y están sobre cuatro tambores. En otros países no vas a encontrar nunca esos tambores, porque

9 La zona centro de Argentina es una región que abarca principalmente las provincias de Córdoba, Santa Fe y Entre Ríos, destacada por su producción agrícola y ganadera, así como por su desarrollo industrial vinculado al sector agroalimentario.

no existían, porque en esa época no se dedicaban aún a la actividad. ¿Te das cuenta lo que te digo? Esa misma feria de la que estamos hablando, que hay por todos los pueblos en Argentina, incluso abandonadas... después llamás al grupo de gauchos que van a laburar y ahí tenés el vicio de la tradición, del que te estoy hablando. En Colombia, te digo Colombia porque está pisando fuerte en la carne, jamás vas a ver una práctica de manejo de ganado como es en una feria de acá. O sea, es impensado que un trabajador, en Colombia, tenga un látigo. ¿Te das cuenta lo que te digo? El látigo, daña el cuero, genera estrés animal, golpea en la punta de la paleta y la cadera. O golpear la hacienda contra la tranquera, eso es un vicio, porque hace mucho que hacemos lo mismo. Entonces... después, una vez faenado el animal, cuando viene el despostador se encuentra con un coágulo que tiene que sacarlo, culpa de esos vicios, propio de vicios viejos... cosas que antes se veían bien, pero ahora se sabe que no son buenas.

Antes, un grupo de gauchos los tropeaban a los animales. Yo lo he llegado a ver, iba el gaucho se llevaba los animalitos desde el campo y los llevaba, llevaba, hasta la feria. 20, 60 kilómetros, 50. Eso en Colombia no existe, viene un camión y fshhh [hace una onomatopeya comunicando que el camión carga los animales], porque no hay tradición. Entonces, quienes están en los corrales no andan a caballo ni tienen látigo... es otro el que anda en los corrales, probablemente parte del grupo que está haciendo el negocio.

Es interesante abordar en clave histórica social estos fragmentos de entrevista. En primer lugar, el entrevistado da cuenta de cómo afectó a la actividad las olas migratorias internas, es decir de las zonas rurales a la ciudad, proceso que se recrudeció con el auge de la agroindustria a gran escala y la industrialización por sustitución de importaciones (Teubal, 2001). En ese marco muchas familias que vivían anteriormente en el campo pasaron a habitar las periferias urbanas. En segundo lugar, menciona la incorporación de nuevos objetos tecnológicos que desplazaron a otros, lo que implicó la desaparición de algunas figuras, como la de los arrieros y nuevos actores, como los transportistas. En tercer lugar, podemos identificar de manera implícita la tensión entre conocimiento científico/moderno/abstracto y el conocimiento práctico/tradicional/concreto (Padawer, 2019): el primero asociado a los saberes de agentes de SENASA, veterinarios, rematadores y el segundo a los saberes de los apartadores y hombres de a caballo. Por ejemplo, Gabriel destacó que esos dos actores, a su vez, marcan el desconocimiento de “saberes rurales” a compradores y rematadores:

A la gente del pueblo, obviamente, la cancherean, se les ríen por lo bajo. ¿Viste? Se ríen por lo bajo, porque dicen: “este es un pelotudo”. En vez de pasar por delante del caballo, pasan por atrás. ¿Viste? Todas esas

cosas, cierran mal la tranquera...pisó bosta y no le gustó, puso carita. Les molesta que el otro lo mande desde la tribuna, y que le diga: eh, no peché, cuiden a los animales. ¿Viste que gritan? Vos vas a los remates y pasa eso.

Durante la entrevista Gabriel enfatizó que las acciones que cotidianamente estos actores llevan a cabo hacia la hacienda bovina se vincula principalmente a su no intervención en el negocio, “acá esta gente no hace negocio, no interviene el negocio. Le pagan por día. ¿Viste? Entonces, no quieren a los animales”.

Lo único que te dicen es que quieren cuidar sus caballos, porque son gente de a caballo; con tradiciones gauchescas. Pero, no quieren el ganado bovino, ellos quieren los caballos, entonces maltratan al animal. Esa es la tradición de la que venimos, ese hombre que antes... ese negocio se hacía, se cargaba en un tren y se mandaba a Buenos Aires, entonces había muchas prácticas... pero ese hombre no está más en la ruralidad, está en las orillas de los pueblos, entonces lo que ellos quieren es el caballo, ellos pertenecen a agrupaciones gauchas, ellos pertenecen a todas esas cosas.

Es interesante destacar que la cadena operatoria de las ferias es un espacio de diálogo e interacción entre actores con muy diferentes formaciones, clases sociales y trayectorias laborales, que logran trabajar de manera conjunta a pesar de las tensiones que cada actor pueda identificar. Los remates feria implican una variedad de roles y especializaciones, cada uno con sus propias prácticas, conocimientos y formas de interacción.

Dentro del contexto de los remates feria de hacienda existen múltiples comunidades de práctica, cada una con sus propios roles, especializaciones y conocimientos situados. Los hombres de a caballo, apartadores, rematadores y compradores forman comunidades de práctica distintas (Lave y Wenger, 1991) aunque interconectadas, que colaboran y aprenden colectivamente en el entorno de la feria. Esta diversidad de comunidades de práctica resalta la complejidad y la riqueza del aprendizaje y la práctica en este contexto específico. Lave y Wenger (1991) destacan que el aprendizaje es un proceso social y situado, que ocurre a través de la participación en actividades prácticas dentro de un contexto específico. En la feria, los nuevos aprenden observando y participando gradualmente en las actividades hasta que dominan las habilidades necesarias. Se aprende a trabajar con la hacienda a partir de la experiencia que se construye día a día en la feria. Esto ilustra el concepto de participación periférica legítima, donde los aprendices comienzan en roles periféricos y, mediante la práctica y la interacción, se mueven hacia el centro de la comunidad. Ya sean apartadores, hombres de a caballo, porteros, compradores o rematadores.

Algunas consideraciones finales

Este trabajo permitió abordar los remates feria de hacienda bovina como espacios de producción de conocimientos técnicos situados, construidos en la relación entre humanos, animales y objetos. A lo largo del análisis se evidenció que el conocimiento práctico que organizan los trabajadores de consignatarias no constituye una dimensión accesoria del proceso comercial, sino un componente central de su funcionamiento cotidiano.

En primer lugar, el remate-feria se configura como un espacio donde coexisten múltiples comunidades de práctica. Apartadores, hombres de a caballo, rematadores, compradores y administrativos despliegan lógicas de acción diferenciadas, atravesadas por trayectorias formativas, posicionamientos laborales y formas particulares de comprender lo técnico. El conocimiento no circula de forma homogénea ni se transmite de modo estandarizado, sino que se configura de manera situada, relacional y a menudo en tensión.

En segundo lugar, las elecciones técnicas de los actores revelan conflictos entre distintos saberes. Estas tensiones no responden a una dicotomía entre conocimiento científico/moderno/abstracto y el conocimiento práctico/tradicional/concreto, sino a formas diversas, y a veces contradictorias, de valorar lo que se considera una “buena práctica”. Como se aprecia en las entrevistas estos saberes no forman campos aislados, sino que se entrecruzan y articulan todo el tiempo. En ciertas ocasiones, las elecciones de apartadores y hombres de a caballo priorizan la practicidad o la rapidez del trabajo, lo que puede entrar en contradicción con criterios de bienestar animal o de preservación del valor comercial de la hacienda. Por su parte, compradores y rematadores intervienen con parámetros que, si bien se alinean con prácticas que buscan reducir el estrés o el daño en los animales, responden principalmente a la eficiencia comercial. En este contexto, se despliegan mecanismos de control, vigilancia y evaluación cruzada entre actores, que dan cuenta de un espacio donde los saberes se negocian, se jerarquizan y se reconfiguran en función de intereses, trayectorias y posiciones dentro del entramado comercial.

En tercer lugar, el análisis permitió identificar formas de conocimiento técnico encarnadas, que no remiten exclusivamente a la posesión de información, sino a la sincronización de gestos, ritmos y afectos entre cuerpos humanos, animales y objetos. La noción de “pulso” surgió como herramienta analítica para nombrar ese saber que no se enseña de manera formal, pero que organiza las acciones en la feria. Este pulso, como forma de atención y de estar en el mundo técnico, se transmite en la práctica cotidiana y se reconoce entre pares.

Finalmente, al poner en diálogo la antropología de la técnica y de la educación, fue posible desarmar la idea de que los conocimientos técnicos son neutros o universales. Por el contrario, su producción y circulación responden a relaciones de poder, a condiciones materiales específicas y a disputas entre formas de hacer y de valorar lo que se hace. El estudio etnográfico del remate-feria permitió así visibilizar las jerarquías que organizan el campo del saber técnico en contextos rurales, y aportar herramientas conceptuales para comprender cómo se construye y se disputa autoridad en esos mundos laborales.

Este trabajo no agota el análisis posible. Por el contrario, busca abrir líneas futuras de investigación que permitan profundizar en la descripción etnográfica de las secuencias técnicas, en las trayectorias formativas de los actores involucrados y en las disputas de sentido que configuran cotidianamente el espacio de los remates feria, así como destacar la necesidad de una mayor inversión futura en el estudio de las relaciones entre humanos y animales en dicho contexto.

Referencias

- Achilli, Elena. (1985). El enfoque antropológico en la investigación social. *Dialogando*, 9, pp.15-22.
- Archetti, E. P. (2000). Hibridación, pertenencia y localidad en la construcción de una cocina nacional. *Trabajo y sociedad: Indagaciones sobre el empleo, la cultura y las prácticas políticas en sociedades segmentadas*, 2. <https://www.unse.edu.ar/trabajosociedad/ARCHETTIFINAL.htm>.
- Azcuy Ameghino, Eduardo. (2007). *La carne vacuna argentina. Historia, actualidad y problemas de una agroindustria tradicional*. Buenos Aires: Editora Imago Mundi.
- Clark, Robert C. (1973). *On the block: an ethnography of auctions*. Master's thesis, University of Montana. University of Montana ScholarWorks. <https://scholarworks.umt.edu/etd/9815>.
- Comaroff, John L. & Comaroff, Jean (2009). *Ethnicity, Inc*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Concha Merlo, Pablo (2020). Tareas, habilidades técnicas y herramientas. Creando ambientes con el hacha. In A. Padawer (comp.), *El mundo rural y sus técnicas* (pp. 73-103). Buenos Aires: Editorial de FILO-UBA.
- De la Cadena, Marisol; Risør, Helene & Feldman, Jack (2018). Aperturas onto-epistémicas: conversaciones con Marisol de la Cadena. *Antípoda. Revista de Antropología y Arqueología*, 32, pp. 159-177.

Di Deus, Eduardo (2017). *A dança das facas: trabalho e técnica em seringais paulistas*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília, DF, Brasil.

Evans-Pritchard, Edward. E. (1997). *Los Nuer*. Barcelona: Ed. Anagrama.

Fricker, Miranda (2008). Epistemic injustice: Power and the ethics of knowing. *THEORIA. Revista de Teoría, Historia y Fundamentos de la Ciencia*, 23(1), pp 69–71.

Gras, Carla & Cáceres, Daniel (2017). El acaparamiento de tierras como proceso dinámico: las estrategias de los actores en contextos de estancamiento económico. *Población y sociedad*, 24(2), pp. 163-194.

Ingold, Tim. (2002). *The Perception of the Environment*. Londres: Routledge.

Lave, Jean. (2011). *Apprenticeship in Critical Ethnographic Practice*. Chicago: The University of Chicago Press.

Lave, Jean & Wenger, Etienne. (1991). *Situated Learning. Legitimate peripheral participation*. New York: Cambridge University Press.

Lemonnier, Pierre. (2012). Des objets pour penser l'indicible. La nécessaire convergence des théories de la culture matérielle. En *Actes du colloque La Préhistoire des Autres* (pp. 277–289). Paris: La Découverte-INRAP.

Padawer, Ana. (2019). El ordenamiento humano del ambiente en el cultivo de mandioca: articulación de conocimientos en la selva paranaense. *Revista Colombiana de Antropología*, 55(1), 267-298.

Pérez Ortega, N. (comp.). (2005). *Historia de los remates feria en la Argentina: Comercialización de ganado en Argentina, Australia, Brasil, Estados Unidos y Uruguay*. (1ª ed.). Buenos Aires: Cámara Argentina de Consignatarios de Ganado.

Rockwell, Elsie. (2005). La apropiación, un proceso entre muchos que ocurren en ámbitos escolares. En SOMEHIDE – Sociedad Mexicana de Historia de la Educación (ed.), *Memoria, conocimiento y utopía. Anuario de la Sociedad Mexicana de Historia de la Educación* (pp. 28–38). Barcelona: Pomares.

Sautchuk, Carlos (2016). Eating (with) piranhas: untamed approaches to domestication. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, 13(2), pp. 38-57.

Segata, Jean (2017). O Aedes Aegypti o digital. *Horizontes Antropológicos*, 23(48), pp. 19-48.

Sordi, Caetano (2019). Fences in the borderland: technique, landscape and the architectures of domestication in the Brazilian-Uruguayan Pampa. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, 16, e1600.

Teubal, M. (2001). Globalización y nueva ruralidad en América Latina. *Una nueva ruralidad en América Latina*, 22. En N. Giarracca (Comp.), ¿Una nueva ruralidad en América Latina? (pp. 45–65). Buenos Aires: CLACSO.

Wenger, Etienne. (1998). *Communities of Practice: Learning, Meaning, and Identity*. Cambridge: Cambridge University Press.

Recebido em 25 de julho de 2025.

Aceito em 23 de setembro de 2025.

Construcción de conocimiento técnico en remates de hacienda bovina: el caso de Villa María, Córdoba, Argentina

Resumen

La comercialización de carne bovina constituye una actividad central en la historia económica y cultural de Argentina. Mientras que la antropología ha concentrado mayormente su atención en los productores primarios, los canales comerciales de la cadena productiva han recibido menor atención. Este trabajo se enfoca en los remates de ganado, espacios donde se configuran saberes técnicos situados a partir de la relación entre humanos, animales y objetos. A partir de un enfoque etnográfico, se analizan las prácticas cotidianas de los trabajadores de las consignatarias en Villa María, provincia de Córdoba, Argentina. En la primera parte se presentan los aportes de la antropología de la educación y de la técnica para comprender la construcción del conocimiento en contextos laborales. En la segunda, se describe la secuencia de acciones que estructura el remate, desde la llegada del ganado al predio hasta su venta. Finalmente, se analizan las experiencias de dos grupos de trabajadores: los hombres a caballo y los separadores.

Palabras clave: Remates de Ganado; Comunidades de Práctica; Relaciones Humano-Animal.

Construção de conhecimento técnico em leilões de gado bovino: o caso de Villa María, Córdoba, Argentina

Resumo

A comercialização de carne bovina é uma atividade central na história econômica e cultural da Argentina. Enquanto a antropologia concentrou sua atenção nos produtores primários, os canais comerciais da cadeia produtiva receberam menos atenção. Este trabalho tem como foco os leilões de gado, espaços onde se configuram saberes técnicos situados a partir da relação entre humanos, animais e objetos. Por meio de uma abordagem etnográfica, são analisadas as práticas cotidianas dos trabalhadores de uma casa consignatária de gado bovino em Villa María, província de Córdoba, Argentina. Na primeira parte, são apresentados os aportes da antropologia da educação e da técnica para compreender a construção do conhecimento em contextos de trabalho. Na segunda, descreve-se a sequência de ações que estrutura o leilão, desde a chegada do gado ao recinto até sua venda. Por fim, analisam-se as experiências de dois grupos de trabalhadores: os homens a cavalo e os separadores.

Palavras-chave: Leilões de Gado; Comunidades de Prática; Relações Humano-Animal.

The Construction of Technical Knowledge in Cattle Auction-Fairs: A Study from Villa María, Córdoba, Argentina

Abstract

The commercialization of beef is a central activity in Argentina's economic and cultural history. While anthropology has largely focused on primary producers, the commercial channels within the beef supply chain have received comparatively less attention. This study centers on livestock auction-fairs (*remates-feria*), spaces where situated technical knowledge emerges from the interplay between humans, animals, and objects. Through an ethnographic approach, the research explores the everyday practices of workers in livestock consignment firms in Villa María, Córdoba province, Argentina. The first part discusses contributions from the anthropology of education and technology to understand knowledge construction in labor contexts. The second part describes the sequence of actions that structure the auction process, from the cattle's arrival at the fairgrounds to their sale. Finally, the analysis focuses on the experiences of two groups of workers: the horsemen and the sorters.

Keywords: Cattle Auction; Communities of Practice; Human-Animal Relations.

Entre sabiás e arraias: etnografia multiespécies do pátio de uma enfermaria psiquiátrica

Túlio Maia Franco¹

Doutor em Antropologia Cultural/Universidade Federal do Rio de Janeiro

<https://orcid.org/0000-0001-8405-8522>

tuliofranco90@gmail.com

“O delírio é geográfico-político”.

(Gilles Deleuze & Claire Parnet, *O abecedário de Gilles Deleuze*).

Introdução

O hospital psiquiátrico é fruto da espacialização da loucura. Aliás, talvez seja mais preciso dizer que o que ocorreu foi uma *contra*espacialização da loucura, a invenção de um espaço outro ao qual são destinados os loucos — uma “heterotopia”, como a nomeou Foucault (2013). O autor propõe que o hospital psiquiátrico é um tipo de heterotopia que dá lugar à crise dos indivíduos transformando-a em desvio, “isto significa que os lugares que a sociedade dispõe em suas margens, nas paragens vazias que a rodeiam, são antes reservados aos indivíduos cujo comportamento é desviante em relação à média ou à norma exigida” (Foucault, 2013, p. 22). São espaços que recortam o tecido social, rearticulando-o em novos termos, como descreve o filósofo: “as heterotopias possuem um sistema de abertura e de fechamento que as isola do espaço circundante” (Foucault, 2013, p. 26). Foucault dedicou-se a descrever essa espacialização da loucura, em um primeiro momento privilegiando sua emergência na história da razão ocidental (Foucault, 2010a),

1 Este artigo deriva da minha pesquisa de doutorado (Franco, 2025) que contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Agradeço às contribuições dos debatedores e coordenadores do “SPG 03: Artes do manejo e do cuidado: práticas ecológicas de criação de mundo” do 48º Encontro Anual da ANPOCS, realizado entre 16 e 25 de outubro de 2024, no qual foi apresentada uma versão prévia deste texto. Também agradeço aos pareceristas pelos valiosos comentários a este artigo.

posteriormente analisando-a pelo estudo das práticas discursivas que inscreveram a loucura no interior de um “dispositivo de poder” (Foucault, 2006, p. 17) produtor de sujeitos psiquiatrizados².

A arquitetura do hospital psiquiátrico preserva, de maneira mais ou menos estereotípica, o panóptico como sua forma ideal. Trata-se de um modelo cuja “microfísica do poder” (Foucault, 2010b, p. 134) é constituída por um conjunto de tecnologias, tramas materiais-semióticas, que “definem um certo modo de investimento político e detalhado do corpo”. Através dessas técnicas de poder, o corpo e discurso dos pacientes são submetidos ao escrutínio do olhar e escuta de psiquiatras e psicólogos, seja nos espaços reservados para isso, as consultas, seja nos espaços oficiosos, como nos corredores, leitos ou no pátio das enfermarias psiquiátricas pelos quais se espalham os internos entediados. Na enfermaria em que desenvolvi a pesquisa de campo do meu doutorado, por exemplo, era comum entre os profissionais a prática de observar os pacientes no pátio, fora da situação de entrevista psiquiátrica, para avaliar seu “verdadeiro” estado mental. Os trabalhadores compreendiam que na consulta os pacientes poderiam dissimular seu quadro clínico para a equipe; já no pátio, era possível ver os internos sem ser visto por eles – o que permitiria notá-los em sua “espontaneidade”.

Se, do ponto de vista dos trabalhadores, o pátio era parte da máquina panóptica “de dissociar o par ver-ser visto” (Foucault, 2010b, p. 191), da perspectiva das pessoas internadas o pátio era experimentado para além do jogo panóptico. Por um lado, o pátio era acionado como parte do dispositivo da internação psiquiátrica e, como tal, tinha a função biopolítica de, ao mesmo tempo, permitir com que se conhecesse os pacientes para melhor vinculá-los à maquinaria terapêutica. Por outro, neste artigo estou interessado em pensar outro aspecto do pátio, seu caráter “alterbiopolítico” (Puig de la Bellacasa, 2017), como um lugar de abertura da enfermaria para outros coabitantes, mais que humanos³, que também participam do cuidado com os internos. Como argumenta María Puig de la Bellacasa (2017, p. 166), deslocar-se da perspectiva biopolítica do cuidado não se

2 Esta divisão é do próprio Foucault (2006, p. 17), “Em suma, eu havia concedido um privilégio ao que poderíamos chamar de percepção da loucura. Ora, agora eu queria tentar ver, neste segundo volume, se é possível fazer uma análise radicalmente diferente, no sentido de que eu queria ver se não se pode colocar no ponto de partida da análise, não mais essa espécie de núcleo representativo que remete necessariamente a uma história das mentalidades, do pensamento, mas um dispositivo de poder. Ou seja: em que medida um dispositivo de poder pode ser produtor de certo número de enunciados, de discursos, e por conseguinte, de todas as formas de representações que podem posteriormente daí decorrer?”.

3 A expressão “mais que humanos” abarca humanos e não humanos. Anna Tsing (2019, p. 119) observa que “Se social significa ‘produzido em relações intrincadas com outros significantes’, claramente outros seres vivos não humanos são totalmente sociais — com ou sem humanos”, e conclui, “O conceito de socialidade não faz distinção entre humano e não humano: a ‘socialidade mais que humana’ inclui ambos”.

restringe a pensá-lo para além de um “nós” antropocêntrico, tampouco “colocar os outros antes de nós mesmos”. Uma perspectiva alterbiopolítica entende que “o cuidado está entranhado nas práticas que mantêm teias de relacionalidade e está sempre acontecendo entre”. Essa forma de pensar “requer movimentos especulativos que descentram a ‘eticidade’ e a alocam como uma força distribuída através de múltiplas agências que fazem as relações mais que humanas” (Puig de la Bellacasa, 2017, p. 129). Essa maneira de conceber o cuidado, desloca-o de uma dimensão normativa (uma obrigação moral) para uma condição ontológica (uma descrição de nossas existências). Nas palavras da autora, “A interdependência não é um contrato, tampouco um ideal moral — é uma *condição*. Portanto, o cuidado é concomitante à continuação da vida para muitos seres vivos em emaranhados mais que humanos” (Puig de la Bellacasa, 2017, p. 70, grifo no original). Trata-se, neste texto, de narrar a interdependência entre as pessoas internadas, abelhas, formigas, sabiás, moscas, arbustos, árvores, plantas e todas as outras criaturas que compunham o pátio, como cuidado. Não pretendo afirmar que a fauna e a flora que vivem no hospital se importam com seus vizinhos humanos, mas sim que eles impactam a vida das pessoas internadas, pois assumem com elas uma relação de correspondência e coabitação. Ao longo dessas relações, animais e plantas compartilham suas vulnerabilidades com pessoas vistas, frequentemente, como menos que humanas.

Nas palavras de Tim Ingold (2020, p. 48), “Para cuidar dos outros, então, devemos permiti-los estar em nossa presença para que, assim, possamos estar presentes para eles”. O cuidado pressupõe a correspondência e, portanto, implica uma forma de atenção ao “mundo em que vivemos, e de seus múltiplos habitantes humanos e não-humanos,” que “não é tanto sobre compreendê-los, mas restaurá-los à presença, para então atender e responder ao que eles têm a dizer” (Ingold, 2020, p. 49). Como veremos a seguir, ao descrever as relações entre pacientes e outras criaturas que habitam o pátio restauramos à presença estes seres frequentemente negligenciados. Como escreve María Puig de la Bellacasa (2017, p. 56), “No mundo como o conhecemos prestar atenção ao cuidado como uma ação necessária direciona a atenção para coisas negligenciadas e ações desvalorizadas que são realizadas em todos os contextos pelos mais marginalizados”.

Neste trabalho, pretendo insistir que para além dos cuidadores humanos (técnicos em enfermagem, enfermeiros, fisioterapeutas, nutricionistas, psicólogos, psiquiatras, clínicos gerais etc.) devemos incluir toda uma gama de coisas, plantas e outros animais além dos humanos como parte do cuidado praticado na enfermaria. Estes últimos agentes eram os responsáveis por trazer, junto ao pátio, um alívio ao fechamento da internação; incluí-los na descrição etnográfica tem como intuito “reafetar um mundo objetificado” (Puig de la Bellacasa, 2017, p. 64). Ou seja, partindo de uma perspectiva natural-cultural,

pretende-se, ao mesmo tempo, “‘desobjetificar’ mundos não-humanos ao expô-los em sua vivacidade e agência” e “‘dessubjetivar’ o humano ao tentar pensá-lo como uma forma de agência ontológica dentre outras” (Puig de la Bellacasa, 2017, p. 141). Anna Tsing (2019, p. 120) chamou este esforço de “descrição crítica” que atua “Na intersecção entre etnografia e história natural” e deseja “aprender sobre como os humanos e outras espécies criam modos de vida através de redes de relações sociais”.

Nota metodológica: uma etnografia do/em um pátio psiquiátrico

Ao longo deste texto, descrevo o pátio da enfermaria psiquiátrica como contexto e personagem etnográfico. Isto é, narro cenas que se deram *em* um pátio, mas também cenas *do* pátio como seu protagonista. O objetivo desta etnografia é compreender como o pátio e suas criaturas atuam enquanto agentes do cuidado da população de internos. Meu trabalho de campo consistiu-se em acompanhar parte da vida dos internos e trabalhadores da enfermaria psiquiátrica masculina. Para isso, frequentei o hospital duas vezes por semana, de manhã até o final da tarde, no primeiro dia, e na parte da manhã no segundo. Minhas atividades se iniciaram no final de outubro de 2020 e acabaram em setembro de 2021. Realizei entrevistas com parte dos membros da equipe assistente e residentes em psiquiatria, participei das reuniões do setor, frequentei o interior da enfermaria, convivi com as pessoas internadas, acompanhei consultas e a supervisão dos residentes. A pesquisa obteve autorização tanto do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CEP-CFCH) da UFRJ, quanto da Divisão de Ensino e Pesquisa do hospital psiquiátrico.

O período do trabalho de campo coincidiu com a pandemia de COVID-19. No interior da enfermaria as consequências do novo coronavírus foram inúmeras; cito algumas: 1) a frequência de consultas diminuiu para reduzir a aglomeração de pessoas; 2) assim como foram interrompidas as atividades coletivas entre os pacientes, como as oficinas em grupo; 3) o horário de visitas foi limitado a um turno apenas, das 15:00 às 17:00, antes os familiares e amigos poderiam visitar os internos na parte da manhã; 4) limitou-se a quantidade de visitantes para um e o tempo da visita para 15 minutos; 5) criou-se o “isolamento”, um espaço onde eram encaminhados os casos suspeitos e confirmados de COVID-19; 6) encerraram as “licenças médicas”, no período anterior à pandemia, um paciente poderia ter autorização médica para ficar um tempo determinado fora do hospital; 7) restringiu-se a livre circulação pelo hospital; 8) apesar da orientação para que os profissionais incentivassem os pacientes a usar máscara, o artefato tinha pouca adesão entre os internos, o que gerava uma maior exposição do seu público à

contaminação viral. De forma geral, é possível concluir que os mecanismos disciplinares do hospital se acirraram com a epidemia. Ao longo do trabalho de campo, com a vacinação de trabalhadores e pacientes, algumas dessas medidas foram relaxadas, embora não se tenha voltado completamente ao funcionamento regular até o fim da pesquisa. Estas medidas acarretaram consequências para a dinâmica do funcionamento do pátio. Por ser um espaço ao ar livre as consultas eram feitas no pátio e, posteriormente, com a vacinação da população de internos e trabalhadores, elas voltaram a ser feitas na sala no interior da enfermaria. A limitação da saída dos pacientes também acabou tornando o pátio ainda mais relevante para os pacientes, pois ele encarnava a possibilidade de ter contato com o lado de fora do hospital, ainda que se estivesse no interior da enfermaria.

Enquanto *lugar* podemos descrever o pátio como parte da estrutura arquitetônica da enfermaria do hospital psiquiátrico etnografado. São encaminhados para as enfermarias masculina ou feminina⁴, chamadas oficialmente de Serviço de Internação Masculino (SIM) e Serviço de Internação de Agudos Feminino (SIAF) respectivamente, todos aqueles e aquelas que adentraram a emergência psiquiátrica do hospital e foram considerados em um quadro clínico intenso demais para ser dispensados para casa. Tanto no SIM quanto no SIAF eram internados voluntária ou involuntariamente “pacientes agudos”⁵. Ambas as enfermarias possuíam pátios, mas tinham características particulares. Ao longo do trabalho de campo, eu pude conhecer ambos os espaços, pois apesar de ter obtido permissão do hospital para acompanhar exclusivamente o funcionamento do SIM, o serviço trocou de lugar com a enfermaria feminina depois de algum tempo que eu havia iniciado a pesquisa.

Com o aumento da demanda por internação masculina, a direção do hospital achou por bem aumentar as vagas da enfermaria e trocá-la de lugar. O aumento no número de internações era atribuído pelos funcionários e gestores como uma consequência da pandemia de COVID-19. Com o esvaziamento das atividades coletivas dos CAPS (Centros de Atenção Psicossocial), nos quais a assistência psicossocial se dá em liberdade, e a baixa no estoque de medicamentos psicotrópicos na rede de saúde como um todo, acreditava-se que um maior número de pacientes estava em “crise psiquiátrica” sem o apoio adequado para contorná-la.

A maior diferença entre uma enfermaria e outra era que enquanto na primeira os pacientes tinham acesso livre ao pátio, na segunda este acesso foi consideravelmente limitado. A justificava que a equipe dava para este fechamento era que houve um aumento

4 Algumas pessoas também eram encaminhadas para o Serviço de Álcool e Drogas (SAD), ainda que de forma residual.

5 Na prática, mesmo que alguém se interne voluntariamente sua desinternação está condicionada pela autorização médica.

no número de fugas na segunda enfermaria em relação à primeira. Enquanto nesta quem estivesse no pátio poderia ser observado pelos funcionários livremente, naquela, pela configuração de sua planta, os pontos cegos para o observador haviam se multiplicado, assim como os próprios pacientes teriam descoberto regiões de vulnerabilidade na arquitetura do lugar que favoreciam sua fuga.

Na primeira enfermaria, a maioria dos leitos fica na frente de uma pequena bancada gradeada onde funciona o posto de enfermagem. Os pacientes permaneciam expostos ao olhar dos funcionários, salvo os poucos que ocupavam uma outra sala, ao final do corredor, depois das salas de equipe e da enfermagem. Passando pelo posto, há uma porta que dá acesso ao pátio. Na área externa, rodeada por arbustos e árvores espaçadas, espalham-se alguns bancos. O lugar é grande o suficiente para que alguns pacientes conseguissem tomar ar fresco. Na parte coberta do pátio, havia um aparelho de som sempre ligado em alguma estação de rádio.

Na segunda, o grande pátio é majoritariamente composto de concreto com alguns arbustos esparsos em canteiros; ao longo de sua extensão, há bancos em alvenaria para acomodar os transeuntes. No interior dessa enfermaria, ela divide-se em salas administrativas e a ala em que dormiam os pacientes. Esta última conta com um amplo espaço para acomodação de leitos coletivamente dispostos e outros individuais que ficam ao longo do corredor, distribuídos em baias, para os quais eram destinados os pacientes mais “instáveis”. Para ir desta ala ao pátio, passa-se pelo posto de enfermagem para ter acesso ao corredor no qual se encontra a porta para o pátio.

Ao contrário da primeira enfermaria, a porta que dá acesso ao pátio da segunda enfermaria permanecia fechada a maior parte do tempo. Apesar da ponderação de um dos funcionários de que “fechar o pátio vai deixá-los [os pacientes] mais agitados, mais nervosos”, ele foi voto vencido. De fato, o que o trabalhador temia, e outros, como o próprio diretor que havia dito explicitamente que o aumento de vagas poderia resultar em mais brigas entre os internos, aconteceu. Talvez menos pelo aumento de vagas em si e mais pela restrição do acesso ao pátio. A decisão acarretou uma maior apreensão dos pacientes acerca da abertura da porta do pátio. Um interno, certa vez, por exemplo, pediu para que abrissem a porta depressa, pois todos já estavam “agoniados aqui dentro”. O pátio tinha essa capacidade de desaguar as angústias dos internos ao dar um pedaço de liberdade no enclausuramento.

Enquanto *ator*, ele faz um buraco no fechamento disciplinar do hospital psiquiátrico, causando uma verdadeira abertura em seu interior. É pelo pátio que entram toda sorte de criaturas e coisas: pássaros, pipas, luz solar, ventania, e espalham-se plantas, árvores e

insetos. Ele é o lugar de preferência para os encontros com as pessoas não-internadas, especialmente os amigos e familiares de pacientes. É por ali também que se podia ver os arredores da paisagem do hospital ou mesmo membros da vizinhança que acenavam à distância. Em um dos pátios, se podia, até mesmo, encontrar colegas de outra ala que estabeleciam vizinhança com os internos por entre as grades do setor.

Como descrevi anteriormente, o objetivo deste texto é pensar o pátio como um agente do cuidado com os internos, destacando, especialmente, a relação entre humanos e mais que humanos que ele possibilitava. Na literatura antropológica, um conjunto de autoras se dedicam a pensar a relação de cuidado entre animais e pessoas com deficiência, como é o caso de Ivana Teixeira (2016), que acompanhou zooterapeutas na lida com humanos. Nas palavras da autora, “o termo zooterapia refere-se a toda prática terapêutica de cuidado à saúde humana que envolva um animal como coadjuvante no processo de tratamento ou cura” (Teixeira, 2016, p. 390). No Brasil, temos notícia da zooterapia desde sua introdução na saúde mental, na década de 1950, pela médica Nise da Silveira (Teixeira, 2016, p. 392). A psiquiatra via os cães como seus “coterapeutas” no Hospital Psiquiátrico Pedro II (Leal, 1994, p. 26). Desde então, muitas iniciativas como esta se espalharam pelo país: cães, calopsitas, cavalos, dentre outras espécies, atuam como zooterapeutas de pessoas com deficiência em diferentes instituições (Pavão, 2015; Teixeira, 2016).

No entanto, a zooterapia, diferente do relatado aqui, pressupõe a instauração de práticas de cuidado e protocolos sanitários específicos, em uma situação socialmente definida: a “sessão terapêutica”, para que a relação entre animais e humanos possa ser caracterizada como uma “terapia com animais” (Teixeira, 2016). Contudo, de forma semelhante a este tipo de relação, no pátio as “ações não-humanas passam a ser circunscritas num campo de intencionalidades e tornam-se ativadores de ações humanas” (Teixeira, 2016, p. 405). Como veremos a seguir, pude observar que as ações de sabiás e abelhas, por exemplo, ativavam ações entre os pacientes que passaram a corresponder à sua contraparte mais que humana. Porém, como destacado anteriormente, essa correspondência entre pessoas com deficiência e animais não era estimulada por situações específicas, cuja intenção era promover este encontro, como sessões de zooterapia (Pavão, 2015, Teixeira, 2016) ou de treinamento de cães-guias (Von der Weid, 2020). As relações transespecíficas narradas aqui se davam de forma espontânea e difusa, ainda que condicionadas pelo acesso dos pacientes ao “ar livre”. Essa particularidade não nos impede de qualificar a relação com o pátio, suas criaturas e os internos como terapêutica, já que promoviam um alívio do sofrimento das pessoas internadas. De certa forma, os animais do pátio foram zooterapeutas “de modo imprevisto” (Teixeira, 2016, p. 407), como os cães que já

habitavam o Hospital Psiquiátrico Pedro II no período de atuação de Nise da Silveira e se tornaram parceiros interespecíficos da médica na assistência aos pacientes.

Apesar das diferenças contextuais, assim como as antropólogas citadas anteriormente, pretendo refletir etnográfica e historicamente sobre a aproximação entre pessoas com deficiência, animais e plantas. Nas palavras de Luna Pavão (2015, p. 224, grifos no original), o modo pelo qual, no ocidente, pessoas com deficiência são enquadradas revela, por contraste, “uma noção de ser humano *típico* que, de modo simultâneo, se opõe diametralmente ao animal enquanto signo de falta, ausência e incompletude”. Por isso, este texto se soma à tentativa de responder ao desafio de “encontrar tanto as maneiras apropriadas de inserirmos ambos os agentes em um trabalho de cunho antropológico, como também um caminho metodológico que garantisse suas idiossincrasias (e permitisse uma abordagem compatível à cada qual)” (Pavão, 2015, p. 218). Para isso, é preciso olhar para as pessoas internadas, em sua maioria diagnosticadas com esquizofrenia ou bipolaridade, muitos em momento de intensa crise psiquiátrica, e pensarmos sua experiência “não mais como fenômeno a ser distinguido da normalidade ou como uma forma associada à falta ou ao extraordinário, podemos inverter a relação cognitiva” (Von der Weid, 2020, p. 148). Neste caso, trata-se de uma dupla inversão: 1) transformar o ponto de vista esquizo em um método de investigação antropológica e 2) os mais que humanos em colaboradores dessa pesquisa. Nada melhor do que um fragmento etnográfico para exemplificar o que eu quero dizer com isso.

No dia em que Augusto foi encaminhado da emergência psiquiátrica ao SIM, eu o encontrei no pátio da enfermaria. Em um determinado momento, o interno estendeu sua mão com o ramo de uma gramínea e disse: “toma, um pé de arroz”. Eu recebi a coisa de suas mãos e lhe agradei. A planta oferecida para mim é uma espécie de *Digitaria*, conhecida popularmente como “milhã” ou “capim-colchão”; apenas um exame microscópico de sua espigueta nos permitiria detectar qual seria sua subespécie. Apesar de serem uma gramínea como o arroz, elas “incluem-se entre as principais plantas daninhas em lavouras de arroz” (Agostinnetto *et al.*, 2016, p. 2), se espalham e disputam com suas vizinhas por alimentos, abalando a produtividade esperada do cultivo. No hospital, estas plantas não só serviam como cobertura para o campo de futebol; Augusto e outros internos puxavam algumas das maiores pela espigueta para sugar dos seus pés a doçura do final do caule. Há, portanto, um inusitado ponto de convergência entre as duas gramíneas, arroz e milhã, ambas oferecem possibilidades degustativas ao paladar apurado.



Fotografia 1. “Um pé de arroz”.
Acervo pessoal, 2021.

Esta estranha aproximação entre o saber esquivo e o saber científico não tem como intenção legitimar o primeiro tornando-o científico, tampouco deslegitimá-lo ou corrigi-lo evidenciando suas imprecisões classificatórias. Trata-se, na verdade, de fazer uso do jogo de cordas que Haraway (2023, p. 26) nomeou de *SF*, “a sigla para *science fiction* [ficção científica], *speculative feminism* [feminismo especulativo], *science fantasy* [fantasia científica], *speculative fabulation* [fabulação especulativa], *science fact* [fato científico] e, além disso, *string figures* [figuras de barbantes]”. Ao longo deste texto, este jogo será feito, de modo que grandes divisores serão convidados a brincar, como ciência e senso comum, normal e anormal, percepção e imaginação, razão e loucura, natureza e cultura. Essa aproximação de distâncias, metafóricas e literais, é um reflexo no texto do que faz o próprio pátio enquanto personagem etnográfico: a promoção de “emaranhados simpoiéticos” (Haraway, 2023, p. 175) entre humanos e mais que humanos. Diferentemente da autopoiese que prevê um sistema interespecífico fechado, a simpoiese descreve relações transespecíficas em processos de composição e decomposição de mundos. A planta que

Augusto me ofereceu, já em decomposição, pois arrancaram-lhe as raízes, compõe as histórias do mundo do pátio e suas criaturas. É preciso saber escutá-las.

O pátio e suas criaturas

Passemos agora às outras criaturas que povoavam o pátio, as “espécies companheiras” dos pacientes. Este é o conceito introduzido por Donna Haraway (2021, [2003]) que nos auxilia a refletir sobre os modos que humanos e outros bichos fazemos “uma composição, em quatro partes, em que co-constituição, finitude, impureza, historicidade e complexidade, são o que há” (Haraway, 2021, p. 24). A proposta de Haraway parece uma boa alternativa aos dilemas das pesquisas antropológicas com mais que humanos. Como argumenta Vander Velden (2015, p. 10), a categoria “animal” parece ser analiticamente insuficiente, pelo seu viés etnocêntrico e pela tentativa infundada de abarcar uma multiplicidade de seres “sob o guarda-chuva fetichizante da espécie”. Nem mesmo a categoria “não humano” é interessante, pois “acaba por subsumir, na sua oposição simples ao ‘humano’, toda uma enormidade de seres e uma ainda maior quantidade de indivíduos, agrupados pela única e definitiva razão de não serem humanos, ou seja, por uma falta, por aquilo que não têm”. Haraway (2021) desloca-nos desses problemas epistemológicos ao colocar a ênfase da análise etnográfica na relação e não em seus entes (Vander Velden, 2015, p. 11-12). Não é possível refletir seriamente sobre o pátio sem prestar atenção às suas criaturas que “Voando, rastejando, se contorcendo e furando por cima e por baixo da infraestrutura regular e linearizada do mundo ocupado”, escreve Ingold (2022a, p. 132), “reincorporam e reorganizam os seus fragmentos que desmoronam nos seus próprios caminhos de vida”. A vida “não pode ser cercada” (2022a, p. 132) ou limitada pela ocupação humana, não por causa de qualquer princípio vital, mas sim pelo simples fato material-semiótico de que o vivo faz alianças e explora brechas para continuar seu processo de diferenciação *com e no* meio.

No pátio habitavam criaturas caminhanças, como formigas, e voadoras, como sabiás, abelhas e moscas. Elas faziam laços simbióticos com as plantas, árvores e arbustos que estavam por perto, seja para obter alimento, abrigo ou no fornecimento de matéria-prima para seus lares. Os seres marinhos, como siris, estavam longe o suficiente para não adentrarem no hospital, mas perto o suficiente para sentirmos, em um dia de sorte, a brisa do mar. Neste contexto, as relações entre mais que humanos e humanos eram múltiplas. Lembro-me, por exemplo, de estar sentado sobre a grama junto de Francisco, um senhor negro, de cabelos brancos e andar curvado, com longa carreira psiquiátrica, enquanto ele observava formigas que trilhavam seu caminho para o formigueiro mais próximo.

Enquanto olháVamos as criaturas, Francisco me narrava sua última internação no hospital anos atrás. Ele gostava de usar o campo para jogar futebol e, vez ou outra, o via arrancando algumas das gramas espalhadas pelo pátio. De forma semelhante, também no pátio, enquanto falava com Malu, uma mulher trans violentamente internada na enfermaria masculina, com cumplicidade ela espantava as moscas que pousavam em mim sem que eu percebesse. Malu, aliás, era muito afeita aos mais que humanos e mal poderia esperar para reencontrar sua “filha” Claire, uma micropoodle de estimação, assim que saísse do hospital. Tanto com Francisco, quanto com Malu, os bichos apareciam como testemunhas e parceiros de escuta das estórias que partilhavam comigo.

Já com Rafael a relação entre ele e o pátio apareceu de forma mais frontal. O paciente me contou que era um verdadeiro tédio estar internado. Ele não tinha interesse em jogar futebol, como seus colegas de internação; lhe agradava mais o cuidado com os jardins, mas seu passatempo estava destinado ao fracasso, pois, de acordo com ele, sempre “chega um furioso e arranca tudo”. Neste momento, ele apontou para um canteiro próximo: “olha, aí atrás do seu banco tinha flores belíssimas!”. O paciente contou que, no período que esteve na enfermaria outra vez, ele viu um interno arrancar as flores do canteiro e, quando tentou impedi-lo, os técnicos lhe solicitaram para deixar que seu colega arrancasse o “mato”. Rafael desaprovava o gesto dos trabalhadores, pois as plantas do canteiro não eram, para ele, simplesmente “mato”.

Por ser uma abertura para a contingência dos encontros entre humanos e mais que humanos, o pátio também promovia conflitos entre os pacientes em torno de seus elementos, seja do ponto de vista de sua nomeação, “mato” ou “flor”, seja em torno de sua apropriação, como foi o caso de Guilherme. Enquanto conversava com este, de repente, uma pipa que voava sobre o céu caiu; seu movimento vertiginoso causou comoção entre os outros pacientes que estavam ao redor. Quando a coisa finalmente repousou em um arbusto próximo, Guilherme partiu com tudo, moita adentro, para pegar a pipa e a disputou com outro interno. Ao final da contenda, ele saiu vitorioso com a pipa em mãos.

A presença de conflitos, como as cenas protagonizadas por Guilherme ou Rafael, não exclui a agência de cuidado que o pátio tem em relação aos humanos internados. Ao contrário, a presença de disputas e divergências demonstra que estar no pátio é uma prática de cuidado com os pacientes, pois é um exercício de sua liberdade (Foucault, 2012), mesmo em um contexto de encarceramento. Nas próximas páginas, acompanharemos mais cenas como essas. Árvores, por exemplo, além de esconder pipas e abrigar os internos do sol, também eram espécies companheiras para a revelação mística de alguns internos, como veremos a seguir.

“Jerusalém”: compondo paisagem, fazendo mundo

Depois de uma consulta com o médico, assim que Augusto saiu da sala onde eram conduzidas as entrevistas psiquiátricas e adentrou a enfermaria, eu o segui. Atravessei o corredor que separa a ala dos leitos das salas administrativas e deparei-me com o paciente recém-acomodado em uma cadeira de frente à TV. Apresentei-me. Estava pronto para uma conversa sobre amenidades até que Augusto, surpreendendo-me, perguntou se eu já tinha ido à Jerusalém. Após escutar minha resposta negativa, o interno pediu-me para segui-lo em direção ao pátio. Lá, dirigiu-se a uma árvore no canto direito da parte descoberta. Segurou-se em um tronco, olhando para cima e, profeticamente, questionou-me: “você já viu flor de laranjeira?”. Eu lhe disse: “sim”.

Augusto explicou, fazendo um gesto de pinça com uma das mãos que contornava sua cabeça, que lhe puseram uma coroa de espinhos de flores de laranjeira. “Os romanos”, disse, lhe deram chibatadas nas costas. Vendo o seu sofrimento, lhe perguntei se ele já estava se sentindo melhor; o paciente me garantiu que sim. Nós passamos a contemplar a paisagem. Para além das grades que dividiam o pátio do campo de futebol e por detrás dos muros do hospital, era possível enxergar o verde estendendo-se até as construções da favela que margeavam os rochedos que nos cercavam ao alto. Augusto, educando minha atenção (Ingold, 2020), apontou para o conjunto de casas à direita, “Jerusalém”. Cravado nas rochas estava o “Egito” e “aqui”, onde estávamos, o “Brasil”. Eis que ele retirou uma folha da árvore que nos abrigava, entregou-me para que eu a cheirasse, obedeci. Inalei o frescor da planta, lhe comentei que era bom. Augusto concordou comigo. Aos poucos retornamos para onde estávamos.

Para que eu pudesse ter algum acesso à experiência de Augusto, era preciso imaginar *com* ele para, então, “devir-com” Augusto (Haraway, 2022). Imaginar não no sentido de “evocar imagens de uma realidade ‘lá fora’, seja ela virtual ou atual, verdadeira ou falsa, mas como participar de dentro, pela percepção e ação, no próprio devir das coisas” (Ingold, 2022b, p. 32). Portanto, não quero dizer que Augusto imaginava coisas que eu não percebia, tampouco que eu precisei imaginar coisas que ele percebia. Como coloca Ingold (2022b, p. 36), a “Percepção é imaginativa [...] na medida em que se envolve na geração de um mundo que está continuamente vindo a ser com e ao redor do perceptor, em e pelas práticas de movimento, gesto e inscrição dele ou dela”. Ao ser o meu guia até o pátio, apresentar-me à árvore, mostrar com seus gestos a coroa de espinhos, narrar, apontar e nomear os lugares que nos cercavam, Augusto compunha um mundo, como em uma improvisação musical, conjugando alternadamente imaginação e percepção.

Mateus e a abelha: crítica à bestialização

Na manhã de um dia qualquer, Mateus chamou minha atenção para uma abelha que zumbia ao nosso redor. O paciente tinha cismado que ela o perseguia. Uma “abelha rainha”, ele disse e, puxando assunto comigo, do seu jeito alegre, perguntou: “apicultura, conhece?”. Por um lapso meu, talvez porque jamais poderia prever que eu teria uma conversa sobre apicultura numa enfermaria psiquiátrica, aquela palavra “apicultura” soou, ou melhor, zuniu, de maneira terrivelmente estranha; lhe respondi que “não”, não conhecia apicultura. Mateus, abismado com a minha resposta e resoluto em conversar comigo, recordou para mim o sentido de “apicultura” ligando-a à palavra-bicho “abelha”. “Ah, sim, apicultura de abelha, que faz mel!”, recobrei a consciência. O rapaz corrigiu-me, dizendo que a abelha não fazia mel, mas “cera”. Depois de uma longa pausa encerrou nossa conversa enchendo a boca com outra palavra: “apicultor”.

Proponho, nesta seção, seguir as associações feitas por Mateus no seu encontro com a abelha. Acompanhar a abelha, Mateus, seus movimentos e palavras é, também, fabular a história desta relação. Em nossa conversa, Mateus deixou mais enigmas do que respostas. Não saberia dizer exatamente o que lhe interessava nas abelhas ou como a palavra “apicultor” havia surgido para ele. As palavras iam e viam para ele como ondas, assim como a raiva e a alegria. Seu humor variava, tanto quanto seus interesses. No entanto, naquele momento, estávamos juntos, eu, ele e a abelha.

Uma espécie companheira, nos diz Haraway (2022, p. 27), “é menos uma categoria do que um indicador para um contínuo devir-com”. A autora nos convida a pensar em companhia da abelha e, como tal, “Os parceiros não precedem sua relação” (Haraway, 2022, p. 28). Há uma teia contínua de relações que nos levaria a ligar Mateus, uma pessoa em situação de paciente psiquiátrico, morador de um abrigo para outros sujeitos que, como ele, têm um longo histórico de institucionalização e não contam com apoio familiar, às abelhas, como escreve a autora: “O laço discursivo entre o colonizado, o escravizado, o não cidadão e o animal — todos reduzidos a um tipo, todos Outros do homem racional, todos essenciais à sua iluminada constituição — está no coração do racismo e floresce, letalmente, nas entranhas do iluminismo” (Haraway, 2022, p. 29). O historiador Keith Thomas (1988, p. 49) descreve como a “insistência tão grande em distinguir o humano do animal também teve consequências importantes para as relações entre os humanos”. Desde o início da modernidade, aos povos racializados, escravizados, crianças, mulheres, pobres, entre outros, eram atribuídas características animais que legitimavam sua dominação, contudo “Os mais bestiais de todos eram os que se situavam nas margens da sociedade humana: os loucos, que pareciam possuídos por bichos selvagens; os

vagabundos, que não seguiam nenhuma vocação” (Thomas, 1988, p. 53).

Há uma bestialização dos loucos, assim como dos animais. Um psiquiatra, por exemplo, facilmente descreveria o comportamento de Mateus como “pueril” ou “inadequado” para sua idade. Contudo, se seguirmos mais de perto as relações possíveis entre psicóticos e abelhas, podemos nos dar conta da “imagem de controle” (Collins, 2019)⁶ que ambos partilham em comum, a de irracional. Vinciane Despret (2021) nos conta uma história sobre os debates científicos acerca da inteligência dos animais que, como veremos a seguir, liga-se às relações entre Mateus e a abelha. A pesquisadora inicia seu argumento nos dizendo que a questão da “imitação” entre os animais foi introduzida nas ciências naturais por George Romanes, estudante de Darwin, ao reinterpretar uma observação de seu professor. Darwin tinha notado que algumas abelhas que se alimentavam das flores de vagem pela corola aberta da flor “modificaram sua dinâmica quando mamangabas apareceram. Estas empregavam uma técnica totalmente diferente e faziam pequenos furos no cálice da flor para colher o néctar sugando-o. No dia seguinte, as abelhas trabalharam da mesma forma” (Despret, 2021, p. 34). Se para Darwin a capacidade das abelhas adotarem a estratégia mais eficaz de suas companheiras para se alimentar demonstrava “capacidades comuns entre homens e animais, Romanes abre outra esfera teórica: quando o ambiente varia, a imitação permite compreender como um instinto pode ceder lugar a outro” (Despret, 2021, p. 34). Até aí, Romanes apenas nomeou o comportamento criativo das abelhas, observado por Darwin, como imitação, o que o permitiu explorar teoricamente algumas nuances do fenômeno, o problema surge no modo pelo qual ele qualifica o conceito:

dentre os idiotas de uma certa categoria (mas não muito inferior), a imitação também é muito poderosa e mantém sua supremacia pela vida toda, assim como, dentre os idiotas de um grau mais elevado ou os “fracos de espírito”, observa-se, como particularidade constante, a tendência exagerada à imitação. O mesmo fato é observado em muitos selvagens (Romanes, 1884, n.p. *apud* Despret, 2021, p. 35-36).

“Selvagens”, “idiotas” e “abelhas”, nas palavras de Romanes, apresentariam uma forma degenerada de inteligência, a imitação, se comparados aos excepcionalíssimos humanos “normais”. Apenas estes últimos seriam dotados de “uma inteligência real”

6 Patricia Hill Collins (2019, p. 135) chama de “imagens de controle” todo conjunto de traços imagéticos projetados sobre minorias que fazem com que “o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais, e inevitáveis na vida cotidiana” (Collins, 2019, p. 136). Essas imagens objetificam os “‘Outros’ da sociedade, aqueles que nunca poderão ser realmente parte dela, os estranhos que ameaçam a ordem moral e social”, contudo, “são fundamentais para sua sobrevivência, porque os indivíduos que estão à margem são os que explicitam os limites da sociedade”.

(Despret, 2021, p. 37)⁷. Esta hierarquia de inteligências que aglutinam abelhas, pacientes psiquiátricos e povos não-ocidentais de um lado e os brancos-euramericanos de outro, como examina em detalhes Despret (2021), teve consequências desastrosas para a etologia. Abelhas e pacientes psiquiátricos exigem nossa consideração.

De volta ao pátio, pacientes psiquiátricos, como Mateus, são frequentemente tratados como menos inteligentes, bestializados ou infantilizados. Com uma frequência espantosa, pessoas diferentes se interrompiam no meio de uma exposição de ideias e falavam entre si ou comigo algo do tipo: “pode acreditar em mim, isso não é papo de maluco”. Outras vezes, médicos e psicólogos se questionavam se algum paciente entendia o que estava sendo dito, mesmo quando este respondia positivamente às interações havia dúvidas sobre sua capacidade de compreensão.

A atitude comum de infantilizar ou temer pessoas diagnosticadas com esquizofrenia ou transtorno bipolar reforça a ideologia manicomial que defende sua exclusão do convívio social. Assim como muitos ignoram a capacidade destas pessoas de participar da sociedade, várias pessoas também ignoram a participação social das abelhas. Como animais polinizadores, abelhas têm um papel importantíssimo na produção de alimentos, para além do mel pelo qual são diretamente responsáveis e cujo consumo, por humanos, remonta ao período Neolítico e têm mobilizado nosso imaginário desde então (Pastori, 2023). O decréscimo em sua população tem alertado ativistas e engendrado políticas públicas de proteção. No Brasil, a população de abelhas sem ferrão (nativas)⁸ tem diminuído dramaticamente, colocando-as em risco de extinção. Já as abelhas com ferrão (*Apis mellifera*), oriundas do cruzamento de raças europeias e africanas, não possuem este risco, apesar do aumento de sua mortandade. O desflorestamento e o uso de agrotóxicos estão entre os principais fatores do desaparecimento desses animais. A diminuição da população de abelhas, segundo Pastori (2023, p. 20), “pode ser compreendida como uma das manifestações do Antropoceno em seus modos de existência que ameaçam a

7 Como me fez notar Sarah Faria Moreno, há outras formas de se pensar a imitação para além do registro do negativo. Willerslev (2004, p. 630), por exemplo, argumenta que entre os Yukaghirs, “a prática mimética proporciona essa capacidade de ser semelhante, mas também diferente do animal imitado; ela concede ao caçador uma ‘dupla perspectiva’, pela qual ele pode assumir o ponto de vista do animal, mas permanecer um caçador humano que persegue e mata a presa”. A imitação aparece aí como um curto-circuito entre o mesmo e o outro, uma estratégia do caçador de contornar os perigos iminentes à caça ao permitir “que a pessoa aja entre identidades” (Willerslev, 2004, p. 638).

8 No Brasil há mais de 250 espécies de abelhas sem ferrão, conforme a Associação Brasileira de Estudo das Abelhas (2020, online), “As abelhas sem ferrão pertencem à família *Apidae*, tribo *Meliponini*, razão pela qual também são chamadas de meliponíneos. Apesar do nome, essas abelhas possuem ferrão, mas este é atrofiado e não possui função de defesa. No entanto, elas possuem outras maneiras de se defenderem, que vão desde morder e grudar nos cabelos, como a arapuá (*Trigona spinipes*), até liberar uma substância ácida que queima a pele, como a caga-fogo (*Oxytrigona tataira*).”

habitabilidade multiespécie e que, por sua vez, [...] tem alimentado um imaginário distópico” de ameaça à segurança alimentar e, em última instância, do fim deste mundo.

A apicultura, objeto de interesse de Mateus, “tem surgido como uma resposta a essa crise em um esforço para ‘salvar as abelhas’” (Pastori, 2023, p. 3), especialmente em sua versão urbana. Não poderíamos imaginar colônias de abelhas habitando ex-colônias psiquiátricas? Abelhas em parcerias interespecíficas com seus companheiros humanos, contribuindo, assim, para o aumento da população de polinizadores e, ainda, produzindo doce em lugares que já foram demasiadamente amargos? Talvez isso não seja apenas um sonho antimanicomial deste antropólogo.

Embora eu suspeite que a abelha que voava por perto era uma abelha com ferrão, a falta de registro não pode me dar esta certeza. Seja como for, diante das abelhas muitos humanos reagimos da mesma maneira que Mateus, projetamos às criaturas aladas o adjetivo de “perseguidoras”, não compreendendo muito bem se a sua atitude de aproximação é uma genuína curiosidade ou reação feroz. Schönfelder e Bogner (2017, p. 1), em um artigo sobre a reação emocional das pessoas às abelhas, concluíram que, apesar da alta incidência de sentimentos positivos em relação aos animais, como o de proteção, “a percepção de perigo teve uma pontuação média”. As pessoas têm medo das abelhas, especialmente por causa de seu ferrão. Como um modo de lidar com o estigma das abelhas, os pesquisadores estimulam, para além de iniciativas educacionais, a criação das espécies sem ferrão.

Assim como temem as abelhas, muitas pessoas sentem medo de pessoas com esquizofrenia⁹, apesar dos sentimentos positivos em relação a outros quadros clínicos (Angermeyer; Holzinger; Matschinger, 2010). A compreensão hegemônica de que a esquizofrenia é causada por um desequilíbrio químico ou por falha no circuito cerebral apenas alimenta o medo do público em relação a essas pessoas. Se pensamos que alguém está “permanentemente danificado”, chegamos à falsa conclusão de que “é o cérebro da pessoa e não o contexto social, que precisa ser consertado” (Grinker, 2021, p. 223). Esta falsa premissa faz com que a “agressividade” de um paciente psiquiátrico, como era o caso de Mateus, seja atribuída à sua “natureza” e não seja concebida como uma reação significativa à alteridade ou, até mesmo, ao contexto institucional em que a pessoa está inserida (Fanon & Asselah, 2020). Os psicotrópicos costumam aparecer aí como uma solução bioquímica para um “problema bioquímico”.

9 O hospital psiquiátrico não autorizou que eu acessasse os prontuários dos pacientes, de modo que, por não ter acesso ao prontuário de Mateus, não posso afirmar categoricamente o seu diagnóstico. Muito embora, o comportamento de Mateus fosse classificado, por muitos, como psicótico. Seja como for, por causa da grande alteração em seu humor, Mateus poderia causar medo a quem não o conhecesse.

A aliança entre abelhas e pacientes psiquiátricos clama por nossa “responsabilidade de ficar com o problema” (Haraway, 2023, p. 51). Discursos de purificação, derivados da gramática eugênica e sustentáculo das ideologias anti-loucos¹⁰, do tipo: “apenas abelhas sem ferrão!”, mesmo que bem-intencionados, costumam dar falsas alternativas a problemas complexos. No caso desses animais, precisamos mesmo de pensar juntos em como resistir ao desaparecimento das abelhas nativas, mas podemos fazer isso sem ativarmos a retórica racista de abelhas “boas” *versus* “ruins”, “as nossas abelhas” *versus* “as abelhas invasoras”. No caso dos pacientes psiquiátricos, assim como no das abelhas, a “agressividade” não deve ser temida, porque é rara, mas em situações intensivas ela pode se tornar algo muito concreto que demanda cuidado e criatividade para ser manejada.

Entre sabiás e arraias: da imitação à correspondência

Das abelhas, vamos às aves. Passarinhos e toda sorte de coisas voadoras ziguezagueavam ao redor do pátio. Lembro-me de Leonel que, certa vez, sentado debaixo de uma árvore, dizia para sua médica e psicóloga: “eu tô doido para ir embora!”. O paciente nos contava que no dia anterior teve que tomar um medicamento, porque não conseguiu dormir à noite. O remédio, embora o tenha ajudado a dormir, deixou-lhe com um tremor incontrolável no corpo. Quando estava nos contando sua história psicotrópica, de repente, uma coisa cortou o céu. A psicóloga chamou atenção de Leonel para a “pipa”. O paciente disse à moça que não era uma “pipa”, mas sim uma “arraia”. Francisco, outro paciente, entrou no jogo de nomeação proposto por Leonel. Ambos se recordaram de outras possibilidades, como “pipa”, “arraia”, “cafifa”, dentre outros nomes. Olhando para o alto, Leonel começou a prestar atenção nos passarinhos e nos informou, como um ornitólogo amador, que eles se alimentavam dos “botões-de-flor da árvore”. A psicóloga, não conhecedora de “botões-de-flor das árvores”, perguntou-lhe se ele estava se referindo às “frutas”. Leonel a corrigiu, dizendo que “não”, ele disse o que queria dizer.

O jogo de nomeação entre Leonel e Francisco dá lugar não a uma taxonomia dos seres, isto é, uma forma de classificação que visa integrar um indivíduo, “este objeto em particular”, a uma classe, “frutas”. Ao contrário, trata-se de um “conhecimento narrativo” (Ingold, 2015, p. 248). Isto é, “botões-de-flor da árvore”, assim como, “pipa”, “arraia” ou “cafifa” são “nomes [, contudo] não são substantivos, mas verbos: cada um descreve um

10 A patologização da loucura reproduz um enquadramento racializado das pessoas com esquizofrenia. A gramática da psiquiatria biológica contemporânea é uma herança do eugenismo do século XIX, como testemunha a utilização contemporânea de termos como “degeneração” e “desintegração” para se referir a este segmento populacional (Barrett 1998a, 1998b).

acontecimento” (Ingold, 2015, p. 247). Nesta nomeação, os internos expressam-se “Em uma linguagem linguajante — não semanticamente presa a um quadro categórico, mas criando-se infinitamente na narração inventiva de seus falantes — os animais [, flora e coisas] não existem, nem como indivíduos nem como objetos; mas *ocorrem*” (Ingold, 2015, p. 257). Cada um dos nomes empregados pelos internos descrevia o movimento observado por eles em ato. Acontecimentos como este são favorecidos pelo pátio em sua abertura a encontros surpreendentes.

Esta história de Leonel com os pássaros e a “arraia” lembrou-me de outras duas, a de um sabiá vivo e a de um siri morto. A primeira nos leva de volta a Mateus; voltaremos à segunda na próxima seção. No período da tarde, no mesmo dia da abelha, eu retomei o assunto com Mateus, perguntei se ele se lembrava que tínhamos conversado antes sobre apicultura. Ele me respondeu com um curto: “não”. Naquele dia, por um motivo qualquer, a palavra “apicultura” parecia estar envolta de mistérios. Sabendo de seu interesse por criaturas aladas, apontei para um dos pássaros e disse para Mateus que era um sabiá¹¹. Assim que ouviu esta palavra-bicho ele a repetiu, energicamente: “sabiá!”. Inesperadamente, um dos pássaros voou próximo a nós e Mateus, observando-o, fez um gesto que evocava o movimento do pássaro, “deu um rasante”, disse; desta vez sou eu que o repeti, refazendo os gestos de Mateus, lhe disse: “é, deu rasante!”.

Longe de ser uma imitação, o gesto de Mateus correspondia ao gesto do pássaro, assim como o meu gesto correspondia ao de Mateus e este texto corresponde a essas correspondências e abre caminho para novas. Como propõe Ingold (2021, p. 221), “Desde que em correspondência, toda intervenção convida a uma resposta, e toda resposta é, por sua vez, uma intervenção, não há nada de intrínseco ao processo que o levaria à conclusão”¹². O fascínio dos pacientes com as criaturas aladas também cresceu em mim. Tornei-me um admirador de pátios e de seu inesperado potencial anti-panóptico, isto é, das possibilidades que ele traz de habitação, não de restrição ou docilização dos corpos, mas de encontros com alteridades mais que humanas que nos alivia do enclausuramento.

11 Embora nos refiramos comumente ao “sabiá” como uma ave, apenas no Brasil podemos encontrar ao menos 19 espécies de sabiás (O Globo, 2019). Pelo parco treinamento como ornitólogo, este antropólogo tem pouca habilidade para distinguir as espécies de aves. De todo modo, isto não prejudica a análise das parcerias possíveis entre esses animais e os pacientes psiquiátrico no contexto estudado.

12 Aqui estou rejeitando a noção convencional de “imitação”. A ideia de correspondência, proposta por Ingold (2021), tem ressonâncias com a de imitação conforme Willerslev (2004). Em ambos os casos não se trata de estabelecer “cópias fiéis, nas quais as partes do corpo correspondem ponto a ponto com outras partes do corpo. Em vez disso, são imagens incompletas da espécie hospedeira [...]. Isso lhe confere um novo potencial de ação, uma vez que ele está livre das limitações corporais tanto de sua própria espécie quanto da espécie imitada” (Willerslev, 2004, p. 638). A correspondência entre Mateus e os sábias não o torna um sabiá, mas também não o mantém indiferente ao animal; antes, lhe permite *agir entre* a ave e o humano.

O privilégio da visão na socialidade ocidental (Le Breton, 2016) guia o olhar para cima assim que adentramos em um pátio e percebemos que perdemos o limite sobre nossas cabeças¹³. A abertura para o céu conclama aos internos a sensação de liberdade. Uma liberdade terrena, como a dos pássaros que rasgavam o céu da enfermaria. As aves empreendem um esforço, corporal e anímico, para sustentar seu voo, sempre temporário, já que interrompido por uma queda controlada¹⁴.

Defender o entorno: cuidado e liberdade

Falando em liberdade, vamos à última estória deste artigo. Ir à praia foi a única atividade que pude experimentar com um grupo de pacientes do lado de fora do hospital. Eu, três psicólogos, acompanhados de Jorge, Francisco e César, atravessamos as ruas até a faixa de areia que contorna o litoral em que o hospital está encravado. César, assim que pôs os pés na areia, nos disse que queria tomar banho de mar. Ideia que ele acabou abandonando. Jorge colocou fones de ouvido, acendeu um cigarro e saiu para caminhar. Francisco permaneceu próximo a nós. César, explorando a areia, encontrou um siri morto e, brincando com suas patas, fez do animal o primeiro siri morto-vivo de que tive notícias. Os profissionais o desencorajaram de manipular o cadáver e César, ao devolver seu companheiro-em-decomposição à areia, reiniciou sua investigação e encontrou um isqueiro destruído. Jorge que, enquanto isso, já tinha voltado da sua caminhada também encontrou uma coisa na areia: “alguém deu um teco aqui!”, exclamou. Quando olhamos para Jorge, ele nos mostrou uma capsula vazia de cocaína e, para explicar o seu funcionamento, abriu a tampa, despejou o conteúdo imaginário na mão e o cheirou. Tanto Jorge, quanto César estavam reconstituindo, através de suas narrativas, a história de uma capsula de cocaína ou de um siri, correspondiam aos seus estranhos parceiros ao reconstituir seus movimentos. Ambos retornavam a um tempo que, talvez, já estivessem do lado de dentro, na suspensão cronológica imposta pela internação psiquiátrica. Na fabulação dos pacientes, a heterotopia da loucura foi revertida em uma especulação heterotópica; podemos acompanhá-los no movimento de trazer seus companheiros de volta à vida

13 Trata-se de uma perspectiva particular e situada. Pessoas cegas, por exemplo, percebem a abertura de um pátio sonora e tátilmente (Von der Weid, 2017).

14 A associação entre pássaros e liberdade é, no entanto, mais complexa do que parece. Sanchez (2019, p. 29), por exemplo, argumenta que, do ponto de vista dos criadores de canário, há pássaros cuja “natureza” é “dentro da gaiola”. Isto é, ao se criar uma dinâmica entre pássaros que pertencem ao lado de fora da gaiola e pássaros cujo habitat é dentro da gaiola, a domesticação de aves relativiza a dicotomia natureza/cultura multiplicando naturezas. Comparativamente, a decisão de internar ou não um paciente que está na emergência psiquiátrica passa pela ideia de que há casos cujo cuidado pode ser feito em liberdade e outros casos que, pelo próprio bem da pessoa, devem ser cuidados em privação de liberdade. Inevitavelmente esta decisão passa por disputas em torno da “natureza” do quadro clínico do paciente.

(Ingold, 2012).

Sugiro que pensemos o pátio como um pedaço do “fora” no interior do regime de encarceramento da enfermaria psiquiátrica. O momento que tive junto aos pacientes na praia foi revelador das tensões espaciais que constituem a realidade hospitalar. Em uma espécie de reversão perspectiva, no interior da praia víamos o hospital como seu exterior, como se, ao contrário de antes, o pátio fosse o lado de “dentro” e o hospital fosse o lado de “fora”. Esta é a perspectiva da liberdade sobre o encarceramento: os pacientes se sentiam livres do lado de fora do hospital, assim como no pátio. Movendo-nos do cercamento psiquiátrico ao colonial, podemos nos deparar com a observação de Moten e Harney (2024, p. 22) sobre alguns filmes hollywoodianos que, ao retratarem o assentamento colonial nas terras indígenas, operavam uma inversão de perspectivas ao mostrar nas telas os colonos cercados pelos autóctones a partir da ideia de que os primeiros apenas defendiam-se da agressão dos segundos. Nessa imagem, o violento processo de colonização era visto como uma mera defesa do progresso civilizatório. Os autores sugerem que é preciso reverter essa inversão: “Nossa tarefa é a autodefesa do entorno em face das seletivas e repetidas desposseções direcionadas pela incursão armada dos assentadores”, escrevem. Voltando ao contexto etnografado, para defender o entorno precisamos repensar a relação entre cuidado e liberdade, pois defendê-lo é, necessariamente, pensar em uma forma de cuidado que inclua relações mais que humanas.

Tanto humanos psiquiatrizados, quanto outras espécies têm sua liberdade questionada. O célebre psiquiatra francês Henri Ey (2006, p. 77), por exemplo, argumentava que “as ‘doenças mentais’ são ataques à liberdade” e, por isso, poderiam ser entendidas nos termos de uma “patologia da liberdade”. Já em relação às outras criaturas, encontramos numa tradição que remonta aos primórdios do cristianismo e se radicaliza no iluminismo uma “genealogia da ‘liberdade’ como um atributo que separa os seres humanos de todos os outros seres vivos” (Tsing, 2019, p. 122). Na narrativa ocidental, mais uma vez, se aproximam pela exceção pacientes psiquiátricos e mais que humanos, ambos carentes de liberdade, atributo definidor do humano. Mas, afinal, o que entendemos por “liberdade”? Nossas respostas à essa questão partem do princípio de que “os humanos se distinguem do restante da natureza por uma liberdade de ação baseada na moral. A socialidade humana, conseqüentemente, baseia-se na razão moral, enquanto outras criaturas obedecem cegamente às exigências da natureza” (Tsing, 2019, p. 123). Essa “ideia de que a liberdade é essencialmente um ato de vontade é um obstáculo para se aprender sobre outras formas de liberdade. A liberdade se torna intencionalidade e planejamento” (Tsing, 2019, p. 124), já que é intrinsecamente relacionada ao conceito de “autonomia” e seu desdobramento como “autodeterminação” (Safatle, 2019).

Desse modo, o pensamento ocidental construiu sua ideia de liberdade contrapondo-a às formas de heteronomia encarnadas na “loucura” ou na “animalidade”, ambas formas de vida parcial ou totalmente despossuídas de um “si mesmo” autoconsciente. De forma paradoxal, a suposição de que os loucos não podem exercer plenamente sua liberdade justifica que se continue os prendendo. No entanto, de forma concreta, os pacientes, mesmo presos, não só exerciam sua liberdade, da maneira que podiam, como também a demandavam constantemente àqueles que os mantinham encarcerados; pediam-lhes, diariamente, que os soltassem. Como disse um paciente para mim sobre a situação comum a qualquer um dos internos: “Todo mundo quer sair”.

A definição hegemônica de liberdade se revela insuficiente para descrever criticamente as relações mais que humanas entre pacientes psiquiátricos e a vida em seu entorno. Como insiste Anna Tsing (2019, p. 124), “O primeiro passo, então, para apreciarmos a socialidade mais que humana é abraçarmos um senso mais amplo de liberdade do que a liberdade de agir pode significar — para humanos e não humanos”. Uma virada conceitual que tornaria isso possível seria justamente mobilizar a heteronomia não como o oposto da liberdade, mas como sua condição fundamental (Safatle, 2019). Afinal, quando nos movemos livres, “Agimos como quem executa um plano a ser realizado ou como quem aceita entrar em um movimento incontrolado de deriva?” (Safatle, 2019, p. 38). Este é o mesmo caso dos fungos que “têm liberdade para fazer muitas coisas que nós humanos nunca imaginaríamos, por exemplo, crescer em novas formas para explorar melhor os ambientes. Como heróis de quadrinhos, eles se transformam em ação” (Tsing, 2019, p. 123-124). Tanto humanos, “típicos” ou “atípicos”, quanto mais que humanos praticam sua liberdade quando engajam em ações de transformação de si. A própria “política”, como escreve Safatle (2019, p. 39), “pode se tornar o espaço da desconstituição de identidade e da emergência de um comum que não é apenas a extensão ilimitada do potencial das relações humanas. Política como a integração do que até então fora compreendido como não-humano, como coisa, como animalidade”. Em uma assembleia improvisada no pátio, por exemplo, os próprios pacientes reivindicaram maior participação nas decisões da equipe de saúde sobre o seu tratamento, o que, infelizmente, não foi bem acolhido pela equipe dirigente. Atender às reivindicações feitas pelos internos não seria simplesmente incorporar suas demandas, mas reconhecê-los como parte de uma mesma comunidade política expandindo, assim, a própria noção de “comum” que a sustenta.

O descentramento do humano não implica apenas em uma outra ideia de liberdade, mas também de eticidade, já que “A liberdade é a condição ontológica da ética. Mas a ética é a forma refletida assumida pela liberdade” (Foucault, 2012, p. 261). O que Foucault parece indicar com essa formulação é que a liberdade institui o campo da eticidade que, por sua

vez, torna possível a própria prática da liberdade — isto é, longe de ser uma espécie de horizonte transcendental, a liberdade se dá a partir de um conjunto de práticas, ou, em outras palavras, “ela é, na verdade, um modo de relação social” (Safatle, 2019, p. 29). Se a socialidade não se restringe à humanidade, podemos “começar a pensar ecologicamente sobre a liberdade, o que envolve lidar com as limitações e possibilidades de nosso ambiente compartilhado” (Nelson, 2021, p. 189). Cuidar do entorno, aquilo que se apresenta nas relações entre os pacientes e os mais que humanos, é a condição para a manutenção da própria vida enquanto possibilidade. Esta era, talvez, uma das funções do pátio: tornar o ambiente da enfermaria habitável. Como tal, tanto a ida ao pátio, quanto à praia podem ser vistas como práticas de liberdade em relações mais que humanas que implicam modos de mitigar o sofrimento dos sujeitos psiquiatrizados.

Considerações finais

Argumentei até aqui que o pátio tornava a enfermaria um lugar habitável, mas o que isso significa? Incluir o pátio e suas criaturas na descrição da vida no hospital psiquiátrico é recusar a reprodução da lógica da espacialização médica da loucura na etnografia. Ingold (2015, p. 215, grifos no original) chama de “lógica da inversão” a forma de conhecimento que “transforma as vias ao longo das quais a vida é vivida em limites dentro dos quais está encerrada. A vida, de acordo com esta lógica, é reduzida a uma propriedade interna de coisas que *ocupam* o mundo, mas, estritamente falando, não o *habitam*”. Em outras palavras, descrever o hospital como um espaço de confinamento é abstraí-lo da malha de relações que o coconstitui concretamente. “Os lugares”, diz Ingold (2015, p. 220), “são delineados pelo movimento, e não pelos limites exteriores do movimento”. As pessoas internadas na enfermaria não *ocupam* um espaço, mas *habitam* um lugar transformando-o. Durante sua estadia, elas criam laços e modos de existir com outras criaturas em malhas de relações mais que humanas. Acreditar que a vida desses sujeitos foi interrompida com o encarceramento e continuará apenas quando forem desinternados é desconsiderar seus movimentos *ao longo* da internação psiquiátrica. O pátio é testemunha desse processo de habitação.

Crises, psiquiátricas ou climáticas, levam a vida ao limite e podem, inclusive, conduzi-la ao autoextermínio¹⁵. Não sabemos até quando, em terras brasileiras, se insistirá

15 Timothy Morton (2023, p. 86) demonstra como há na experiência ecológica uma dimensão psicológica que lhe é imanente, de modo que “Quanto mais consciência ecológica temos, mais experimentamos o incômodo”, pois “Não há experiência ecológica lisa, plana e imediata. Tudo é curvo. [...] Se não levarmos em conta esse incômodo, estaremos só tentando nos encaixar dentro de um molde que não cabemos”. Em outras palavras, se a crise (psíquica ou climática) é inevitável, precisamos aprender a percorrê-la e não, simplesmente, negá-la, por mais aterrorizante que ela nos pareça.

no modelo da internação hospitalar como principal alternativa para pessoas em “crise psiquiátrica” intensa, tampouco sabemos até quando se conseguirá ignorar o já inevitável colapso climático e seu impacto sobre a vida terrestre. O que podemos saber, no entanto, é que não precisamos aguardar pacientemente grandes soluções científicas ou políticas para responder às crises psíquica e ambiental. Como afirma a escritora Maggie Nelson,

nós não vamos ou podemos escapar das limitações que constituem os parâmetros de nossa existência mortal, tais como nossa necessidade por água, comida, ar, abrigo, e amor; tampouco eu vejo algum motivo para querermos fazê-lo. Aceitar e lidar com essas limitações, ao invés de esperar sermos liberados delas por uma solução tecnológica, intervenção divina, ou qualquer coisa que o valha, demanda um conceito de liberdade mais sensível e, alguns podem dizer, mais maduro (Nelson, 2021, p. 183-184).

Talvez insistir que pacientes psiquiátricos têm direito à liberdade do pátio ou que precisamos incluir em nossas descrições etnográficas seres que foram negligenciados pareça um passo pequeno demais para questões demasiadamente complexas. Contudo, esse duplo esforço, político e científico, nos permite considerar a ética do cuidado como peça fundamental para reabilitar, ou melhor reabitar, qualquer noção de futuro em um mundo desesperançado. Ainda com Nelson (2021, p. 210), o cuidado sustenta uma “relação com a futuridade: você alimenta alguém para que ela não cresça malnutrida; você trata uma ferida para que ela não se infeccione; você rega sementes para que elas cresçam” e, por isso, “ao cuidar, o tempo é dobrado: se está lidando com os efeitos das ações passadas, tentando mitigar o sofrimento presente, e fazendo o que se pode para reduzir ou obviar o sofrimento futuro, tudo isso de uma só vez”. Uma atenção ecológica ao cuidado nos obriga a considerar o entorno como condição fundamental da habitação na qual tempo e movimento se constituem mutuamente na malha de relações mais que humanas e produzem a vida como duração. Enquanto existir habitabilidade, haverá vida e formas de conhecê-la.

Referências

Agostinetto, Dirceu; Fontana, Lisiane C., Dal Magro, Taisa; Ulguim, André da R. & Canto-Dorow, Thais S. do S. do. (2016). Levantamento de espécies de *Digitaria* (“milhã”) em áreas de cultivo agrícola no Rio Grande do Sul (Brasil). *Revista Brasileira de Biociências*, Porto Alegre, 14(1), pp. 1-8.

Angermeyer, Matthias C.; Holzinger, Anita; Matschinger, Herbert (2010). Emotional reactions to people with mental illness. *Epidemiologia e Psichiatria Sociale*, 19 (1), pp. 26-35.

Associação Brasileira de Estudo das Abelhas (A.B.E.L.H.A.) (2020). *Abelhas sem ferrão*. A.B.E.L.H.A. São Paulo. Disponível em: <https://abelha.org.br/abelhas-sem-ferrao/>. Acesso em: 7 mai. 2024.

Barrett, Robert J (1998a). Conceptual Foundations of Schizophrenia: I. Degeneration. *Australian & New Zealand Journal of Psychiatry*, 32 (5), pp. 617-626.

____ (1998b). Conceptual Foundations of Schizophrenia: II. Disintegration and Division. *Australian & New Zealand Journal of Psychiatry*, Melbourne, 32 (5), pp. 627-634.

Collins, Patricia H. (2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Deleuze, Gilles & Parnet, Claire (1989). *O abecedário de Gilles Deleuze*. Realização de Pierre-André Boutang, produzido pelas Éditions Montparnasse, Paris. Acessado em 16 de maio de 2025. Disponível em: <https://askesis.hypotheses.org/918>.

Despret, Vinciane (2021). *O que diriam os animais?*. São Paulo: Ubu Editora.

Ey, Henri (2006). *Études Psychiatriques: Volume I, Tomes I & II*. Perpignan: Cercle de Recherche et d'Édition Henri Ey (CREHEY).

Fanon, Frantz & Asselah, Slimane (2020). O fenômeno da agitação no meio psiquiátrico: considerações gerais, significado psicopatológico. In: Fanon, Frantz. *Alienação e liberdade: Escritos psiquiátricos* (pp. 129-141). São Paulo: Ubu Editora.

Foucault, Michel (2006). *O poder psiquiátrico: curso dado no Collège de France (1973-1974)*. São Paulo: Martins Fontes.

____ (2010a). *História da loucura: na Idade clássica*. 9 ed. São Paulo: Perspectiva.

____ (2010b). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 38ª ed. Petrópolis: Vozes.

____ (2012). 1984 — A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade. In Foucault, Michel. *Ditos e escritos, volume V: Ética, Sexualidade, Política* (pp. 258-280). 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

____ (2013). As heterotopias. In Foucault, Michel. *O corpo utópico; As heterotopias* (pp. 19-30). São Paulo: n-1 edições.

Franco, Túlio Maia (2025). *“Pessoas de linha”: etnografia da experiência anormal*. Tese de Doutorado, PPGSA/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Grinker, Roy Richard (2021). *Nobody's Normal: How Culture Created the Stigma of Mental Illness*. New York: W. W. Norton & Company.

Haraway, Donna (2021). *O manifesto das espécies companheiras: Cachorros, pessoas e alteridade significativa*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

____ (2022). *Quando as espécies se encontram*. São Paulo: Ubu Editora.

____ (2023). *Ficar com o problema: fazer parentes no chthluceno*. São Paulo: n-1 edições.

Ingold, Tim (2012). Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, 18(37), pp. 25-44.

____ (2015). *Estar vivo: Ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Editora Vozes.

____ (2020). *Antropologia e/como educação*. Petrópolis: Vozes.

____ (2021). *Correspondences*. Cambridge; Medford: Polity Press.

____ (2022a). *Linhas: uma breve história*. Petrópolis: Editora Vozes.

____ (2022b). *Imagining for Real: Essays on Creation, Attention and Correspondence*. Abingdon; Nova Iorque: Routledge.

Leal, Luiz Gonzaga Pereira (1994). Entrevista com Nise da Silveira. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 14(1-3), pp. 22-27.

Le Breton, David (2016). *Antropologia dos Sentidos*. Petrópolis: Vozes, 2016.

Morton, Timothy (2023). *O pensamento ecológico*. São Paulo: Quina.

Moten, Fred; Harney, Stefano (2024). *Sobcomuns: Planejamento fugitivo e estudo negro*. São Paulo: Ubu Editora.

Nelson, Maggie (2021). *On Freedom: Four Songs of Care and Constraint*. Minneapolis: Graywolf Press.

O Globo (2019). *Conheça os sabiás que podem ser encontrados no Brasil*. O globo. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/especiais/noticia/2019/01/21/conheca-os-sabias-que-podem-ser-encontrados-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 7 mai. 2024.

Pastori, Érica Onzi (2023). Companheiras indispensáveis: abelhas em crise, imaginário distópico e antropologia no Antropoceno. *Horizonte Antropológico*, 29(66), pp.1-25.

Pavão, Luna Castro (2015). Volteios e ziguezagues: uma leitura antropológica sobre o vínculo animalhumano na Equoterapia. *R@U*, 7(1), pp. 211-229.

Puig de la Bellacasa, María (2017). *Matters of Care: Speculative Ethics in More than Human Worlds*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Safatle, Vladimir (2019). Crítica da autonomia: liberdade como heteronomia sem servidão. *Discurso*, 49(2), pp. 21-41.

Sanchez, Gabriel (2019). “A Natureza deles é dentro da Gaiola”: Notas Sobre Percepções de Mundos Possíveis na Prática da Canaricultura. *Revista Florestan*, 7, pp. 21-33.

Schönfelder, Mona Lisa; Bogner, Franz Xaver (2017). Individual perception of bees: Between perceived danger and willingness to protect. *PLoS ONE*, 12(6), pp. 1-16, 29.

Teixeira, Ivana (2016). Relações interespecíficas de cuidado no sistema de saúde convencional brasileiro: uma análise antropológica sobre a dinâmica da zooterapia. *Iluminuras*, 17(42), pp. 390-424.

Thomas, Keith (1988). *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais*, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras.

Tsing, Anna Lowenhaupt (2019). *Viver nas ruínas: paisagens multiespécie no Antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas.

Vander Velden, Felipe (2015). Apresentação ao Dossiê. *R@U*, 7(1), pp. 7-16.

Von der Weid, Olivia (2017). Provincializar a visão: esboço para uma abordagem metodológica. *Teoria e Cultura*, 11(3), pp. 131-144.

____ (2021). Passo a Dois: percepção tátil-cinética na mobilidade com cão-guia. *Ilha*, 23(1), pp. 127-152.

Willerslev, Rane (2004). Not animal, not *not*-animal: hunting, imitation and empathetic knowledge among the Siberian Yukaghirs. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 10(3), pp. 629-652.

Recebido em 16 de maio de 2025.

Aceito em 29 de setembro de 2025.

Entre sabíás e arraias: etnografia multiespécies do pátio de uma enfermária psiquiátrica

Resumo

No presente artigo, estou interessado em mostrar como pessoas internadas na enfermária masculina de um hospital psiquiátrico se relacionam com outras criaturas que coabitam esse espaço. Utilizando-me do conceito de “espécies companheiras”, introduzido por Donna Haraway (2021, [2003]), pretendo analisar de que modo as parcerias mais que humanas, no pátio de uma enfermária psiquiátrica, pode nos ajudar a pensar nas possíveis relações entre “loucura” e “animalidade”. Por fim, proponho que refletir sobre o pátio e suas criaturas nos leva a novas formas de se conceber a liberdade em tempos de crise. De um “espaço de vigilância” para um “lugar habitado”, o pátio pode ser redefinido como uma abertura no interior do regime disciplinar do hospital, relativizando o fechamento que lhe é característico.

Palavras-chave: Espécies Companheiras; Pacientes Psiquiátricos; Cuidado; Liberdade.

Between thrushes and stingrays: multispecies ethnography of a psychiatric ward courtyard

Abstract

In this paper, I am interested in showing how people hospitalized in the male ward of a psychiatric hospital relate to other creatures that inhabit this space. Using the concept of “companion species”, introduced by Donna Haraway (2021, [2003]), I intend to analyze how partnerships between more-than-humans in the courtyard of a psychiatric ward can help us think about the possible relationships between “madness” and “animality”. Ultimately, I suggest that reflecting on the courtyard and its inhabitants opens up new ways of conceiving freedom in times of crisis. From a “space of surveillance” to an “inhabited place”, the courtyard can be redefined as an opening within the hospital’s disciplinary regime, relativizing the closure that characterizes it.

Keywords: Companion Species; Psychiatric Patients; Care; Freedom.

Resenhas [livres]

Moreno, Sarah (2024). A incômoda presença dos pombos
no Porto de Santos. Cotia: Margem da Palavra.

Matheus Henrique Pereira da Silva

Doutorando em Antropologia Social/Universidade Federal de São Carlos

<https://orcid.org/0000-0002-7777-4675>

matheusk11@hotmail.com

Se, ao longo da história, alguns antropólogos vêm se preocupando em seguir os animais e os múltiplos relacionamentos em que estão envolvidos – conforme a diversidade de perspectivas, sociedades e naturezas –, o trabalho da antropóloga Sarah Moreno, lançado recentemente, propõe acompanhar aqueles outros-não-amados (*unloved others*) (Rose & van Dooren, 2011): seres que escapam de nossas afetividades cotidianas e que, por vezes, nos levam a desprezá-los, ignorá-los ou mesmo matá-los. É o caso dos pombos (*Columba livia*) no Porto de Santos, localizado no litoral sul do estado de São Paulo, analisados para além de suas simbologias e representações figuradas. Seus vestígios, presenças e ausências “incômodas” movimentam diversos agenciamentos, que vão desde a água, os grãos e os órgãos de controle sanitário até a própria infraestrutura.

Esses “animais que não servem para nada”, segundo a visão de alguns trabalhadores do Porto (Moreno, 2024, p. 96), colocam em evidência a problemática de como viver juntos em espaços variados, complexos e conflitantes, de onde emergem comunidades multiespecíficas. Como apontou Felipe Vander Velden no prefácio do livro: “que tipo de domesticidade é esta da qual boa parte da sociedade pretende se ver livre?”. Afinal, o que pode um pombo, enquanto agente e signo, em um novelo de práticas material-semióticas nas paisagens portuárias?

Essa indagação de inspiração deleuziana conduziu a antropóloga a realizar uma etnografia no Porto com o objetivo de escapar ao excepcionalismo humano – desde o cotidiano de observação até a escrita antropológica. Nesse percurso, Moreno descreve o mundo de outros organismos enquanto acompanha médicos-veterinários, membros

da segurança do trabalho, artistas, fotógrafos e demais trabalhadores que a ajudam a descortinar o universo dos pombos.

Em certo sentido, a autora busca, por meio das “artes da atentividade” (van Dooren, Kirksey & Munster, 2016), cultivar habilidades para prestar atenção aos outros – não-amados e às suas capacidades de responder significativamente nas relações que se estabelecem nas paisagens portuárias, tecidas e perturbadas por sua presença incômoda e pelos vestígios das aves. Ao praticar as artes de perceber, a antropóloga procura sintonizar múltiplos ritmos, vozes e relacionamentos simultâneos com os mundos de seres não humanos que se tornam visíveis ou sensíveis no cotidiano: pombos, humanos, grãos, farelo de soja, poças d’água, tecnologias de controle das aves, bem como suas classificações e nomenclaturas.

Desse modo, o livro está estruturado em três capítulos e busca enfatizar os “emaranhamentos aviários” (van Dooren, 2014), convidando a uma compreensão mais profunda das aves em relação ao Porto, à vida na cidade e à ecologia e economia local. Trata-se, portanto, de pensar como humanos e animais estão entrelaçados às paisagens e de que modo “tornam-se juntos” em um mundo compartilhado (Haraway, 2008).

No primeiro capítulo, a autora apresenta sua inserção em campo a partir dos contatos com as autoridades portuárias – em especial, trabalhadores da Codesp (Companhia Docas do Estado de São Paulo), sobretudo técnicos portuários e médicos-veterinários envolvidos no programa de controle de animais considerados “sinantrópicos”. De acordo com classificações técnico-científicas e legislativas, tais animais passam a viver junto aos humanos por meio de relações ecológicas que podem gerar problemas tanto para as pessoas quanto para animais domésticos. É o caso de ratos e pombos, altamente adaptados ao meio urbano e vinculados ao comensalismo e à suposta disseminação de doenças.

Moreno percorre a infraestrutura do Porto e seus *gates* (portões de chegada de navios), destacando os aspectos multissensoriais: a presença de rastros e vestígios, assim como sua “ausência presente”, ligada à mobilização de programas de controle, técnicas e políticas voltados às espécies. O programa de controle e inspeção consiste em três frentes principais: 1) barreiras físicas, com instalação de telas e fios tensores para restringir o acesso dos pombos a determinados espaços; 2) barreiras químicas, como géis e tintas repelentes aplicados nas estruturas, causando incômodo às aves ao pousarem; e 3) barreiras sonoras, baseadas na emissão de pulsos eletromagnéticos que afastam os pombos sem incomodar os humanos.

As fezes que marcam o chão e determinadas áreas do porto, assim como o odor que exalam, são associadas à condição de perigo à saúde humana, devido à possibilidade de contaminação por patógenos – percepção recorrente no discurso dos funcionários da Codesp. Nesse sentido, as aves passam a ser tratadas como “reservatório de doenças e zoonoses”, o que desperta políticas sanitárias de controle e inspeção, vinculando seu estatuto e suas classificações à própria infraestrutura portuária. Assim, os pombos permanecem em uma presença-ausente: mesmo quando não estão visíveis, multiplicam-se por meio de rastros e vestígios na ecologia do porto, sinalizando perigo de transmissão de doenças e afirmando-se como signos e agentes.

No segundo capítulo, são abordados os incômodos sentidos pelos trabalhadores do porto, sobretudo relacionados aos dejetos – as “cagadas” –, que revelam a tensão entre o limpo e o sujo e suas possíveis doenças. As aves são enquadradas epidemiologicamente como fauna sinantrópica, embora muitos interlocutores não soubessem precisar quais doenças estariam em jogo. As questões de biossegurança suscitadas pelos animais envolvem não apenas indivíduos, mas a condição de espécie e de grandes bandos que escapam às leis do Estado, da saúde pública e da segurança. Quando instituições classificam os animais como “pragas”, acabam mobilizando o imaginário biopolítico segundo o qual esses animais, no limite, “tornam-se matáveis” (Haraway, 2008), por implicarem noções de desordem, perigo e sujeira. Ainda que indesejados, seu abate configura crime ambiental, sujeito à fiscalização do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

Os voos dos pombos também conduziram a antropóloga às mercadorias escoadas no local, em especial uma das grandes commodities nacionais: a soja. Como afirmam os trabalhadores: “enquanto tiver comida [soja], eles vêm” (Moreno, 2024, p. 103). Os grãos constituem forte atrativo para as aves e, quando espalhados nas pistas, fazem-nas pousar e se aglomerar. Nessas situações, trabalhadores e motoristas procuram não atingir os animais, a fim de evitar acidentes, já que a própria soja derramada dos contêineres torna o piso escorregadio e propício a fatalidades. De certo modo, a própria soja produz incômodos, pois está emaranhada às aves: ainda que seja rapidamente limpa do chão e de outros locais, não elimina a presença dos pombos.

Sarah Moreno aponta que a proliferação das aves está historicamente associada à própria existência do Porto, o que o torna também uma presença incômoda – sobretudo pelo histórico de epidemias, pela chegada de “imigrantes indesejados” e “doenças”, além de ser considerado uma zona “perigosa”, vinculada à “sujeira”, ao crime e à prostituição. Mais recentemente, outro ponto de tensão é que o Porto seria responsável por prejudicar

a “beleza” das praias, com seus enormes navios e a sujeira que circula, mesmo sendo de grande importância econômica para a cidade e seus habitantes.

Assim, os pombos tecem alianças com o Porto de modo a se proliferarem, abrindo uma “multiplicidade ontológica”. Como afirma Moreno (2024, p. 123), “o porto, assim como os pombos, parece abrigar uma multiplicidade ontológica que se faz visível à medida que se rotaciona e se olha de diferentes ângulos – como as várias faces de um prisma”. Se a ecologia e a ontologia do Porto parecem abarcar esses sujeitos “indesejados”, eles são tolerados dentro de políticas de controle e biossegurança.

No último capítulo, a pergunta “o que pode um pombo?” retorna ao abordar os encontros que envolvem os pombos e suas capacidades de afetar e serem afetados em comunidades multiespecíficas. As aves são atravessadas por distintas classificações em relação aos humanos, o que desdobra o questionamento para: afinal, o que pode ser um pombo? (Ênfase da autora). Moreno parte da condição de agente-signo atribuída aos animais e de seus encontros controversos, analisados em notícias da imprensa local e global. Nelas, os pombos aparecem como “perigosos” e “pragas”, mobilizando medidas de redução populacional associadas ao tema das zoonoses. Em alguns contextos, foram abatidos ou envenenados, em resposta a uma convivência incômoda e a uma compreensão segundo a qual as aves estariam fora de seu “lugar” natural, perturbando as paisagens.

Conforme aponta Ciméa Bevilacqua (2013), termos como “praga” e “espécies invasoras” constituem adjetivos que implicam uma reelaboração do conceito biológico de espécie e legitimam formas de intervenção política em suas condições de existência, mediante suas agências multiespecíficas e as políticas da natureza em contextos específicos. Nesse sentido, é interessante pensar como essas “pragas” podem ser vistas como inimigos que penetram e se disseminam no território nacional, associadas à demanda por leis, instituições e funcionários para implementá-las (Bevilacqua, 2013; Sordi, 2015). Assim, elas não apenas se vinculam a uma infraestrutura que cria relações de domesticidade, mas também atuam como “arquiteturas contra a invasão” (Fanaro, 2021), na tentativa de manter a divisão dentro/fora – neste caso, ao procurar afastar os pombos do Porto.

Em outros momentos, porém, os pombos são evocados por afetos distintos, que remetem a formas de convivência “pacífica” com humanos – como em Veneza, onde são alimentados por transeuntes, ou em uma praça de Teresina (PI), reabilitada pelas interações com as aves. Um caso notável ocorreu na Bienal de Veneza, quando dois artistas coloriram os pombos da Praça São Marcos com tintas atóxicas para chamar atenção para sua identidade, tornando-os, assim, mais aceitos pelas pessoas. Moreno também menciona as relações entre as aves e a fotografia, a partir da observação de Alyson Montrezol, docente

do curso de Cinema e Audiovisual do Centro Universitário São Judas Tadeu – Campus Unimonte, que vê nos voos dos pombos uma forma de terapia e uma maneira de conectar céu e terra, o visível e o invisível.

O capítulo explora, portanto, as possibilidades de pensar os pombos a partir de formas estéticas e de outros modos de existência e convivência entre humanos e aves, sustentando que “[...] não são os agentes quem definem as relações a priori, mas os agentes se fazem em relação: pombos e humanos se co-constituem em seus limiares de afetos, em seus limiares do que podem” (Moreno, 2024, p. 142).

Ao focar nos emaranhamentos aviários no Porto de Santos, o livro propõe uma leitura do mundo dos pombos e de suas relações com base em padrões arraigados de “excepcionalismo humano” – que pressupõem a separação entre o humano e a “natureza” ou, neste caso, entre a infraestrutura portuária e os outros animais considerados “nocivos”. Um dos grandes méritos da antropóloga é justamente voltar sua atenção às múltiplas maneiras pelas quais as aves estão enredadas com humanos e com as paisagens – como indivíduos, como comunidade multiespecífica e como espécie –, implicando-se mutuamente na vida uns dos outros.

Prestar atenção a esses emaranhamentos aviários é, assim, uma tentativa de desestabilizar as estruturas do excepcionalismo humano e provocar novos tipos de perguntas sobre “o que pode um pombo”. Em última análise, o livro se preocupa com amplas questões de ética: que tipos de relacionamentos entre pombos, humanos e o Porto são possíveis hoje? O que significa viver junto com pombos? E que obrigações temos ao buscar manter o espaço aberto no mundo para outros seres vivos?

Referências

Bevilaqua, Ciméa. (2013). Espécies invasoras e fronteiras nacionais: uma reflexão sobre limites do estado. *Revista Antropológicas*, 24(1), pp. 104-123.

Fanaro, Luisa Amador. (2021). Arquiteturas da domesticação, arquiteturas contra a invasão: cães ferais e paisagens reconfiguradas no Cone Sul (Brasil, Chile e Argentina). *Revista Ñanduty*, 9(13), pp. 152-177.

Haraway, Donna. (2008). *When species meet*. Minnesota: University of Minnesota Press.

Kirksey, Eben; Helmreich, Stefan. (2020). A emergência da etnografia multiespécies. R@U - *Revista de Antropologia da UFSCar*, 12 (2), pp. 273-307.

Rose, Deborah; van Dooren, Thom. (2011). Unloved others: Death of the disregarded in the time of extinctions. *Australian Humanities Review*, 50 (special issue), pp. 1-4.

Sordi, Caetano. (2015). Guerra ao javali: invasão biológica, feralização e domesticação nos campos sulinos. *R@U - Revista de Antropologia da UFSCar*, 5(1), pp. 59-77.

Tsing, Anna Lowenhaupt. (2015). *The mushroom at the end of the world: On the possibility of life in capitalist ruins*. Princeton University Press.

van Dooren, Thom. (2014). *Flight Ways: Life and Loss at the Edge of Extinction*. New York: Columbia University Press.

van Dooren, Thom; Kirksey, Eben; Munster, Ursula. (2016). Multispecies studies: Cultivating arts of attentiveness. *Environmental Humanities*, 8 (1), pp. 1-23.

Recebido em 05 de fevereiro de 2025.

Aceito em 16 de abril de 2025.

Matos, Silvana Sobreira; Campos, Roberta Bivar Carneiro;
Germano, Pedro & Pereira, Fabiana M. Gama (2024). Terreiro
Senhor do Bonfim de Apolinário Gomes da Mota: uma
fotoetnografia da ritualística Congo em Recife. Recife: Editora
UFPE.

Hugo Wesley Oliveira Silva¹

Doutorando em Antropologia/Universidade Federal de Pernambuco

<https://orcid.org/0000-0001-5238-186X>

hugo.wesley2@gmail.com

É junto à fotografia que a história da antropologia pernambucana vai sendo contada e reencontrada no livro “Terreiro Senhor do Bonfim de Apolinário Gomes da Mota: uma fotoetnografia da ritualística Congo em Recife” (2024). O livro é a materialidade dos desdobramentos de pesquisas realizadas por Silvana Matos, Roberta Campos, Pedro Germano e Fabiana Pereira, pesquisadores membros do Observatório Culturas, Religiões e Emoções (OCRE), que se dedicaram em compreender os caminhos percorridos por pesquisadores e pensadores interessados sobre o mundo simbólico e religioso do Xangô Recifense² e seus desdobramentos até a institucionalização da antropologia pernambucana. Se me for permitido iniciar a presente resenha com perguntas, gostaria de questionar quais outras histórias poderíamos contar se olharmos para a antropologia brasileira tal qual esses autores olharam para as fotografias de Valente? Como poderíamos contar a antropologia pelos olhos do antropólogo e seus interlocutores? A essas perguntas

1 Bolsista FACEPE.

2 Definido por Ribeiro (1952, In. Hutzler, 2014) como uma das principais formas religiosas afro-brasileiras em solo pernambucano, “xangô” pode ser compreendida como uma das muitas expressões religiosas de povos escravizados vindo de África que se institucionaliza no estado. Fortemente influenciado pelo povo Daomé e pelas tradições ameríndias do nordeste brasileiro, o xangô pernambucano difere-se do candomblé baiano tanto por suas características ritualísticas como pela presença dos encantados ameríndios.

talvez jamais tenhamos respostas, mas, o livro aqui resenhado nos ajuda a pensar no que pode ser feito daqui por diante.

É junto ao trabalho fotoetnográfico realizado por Waldemar Valente (1908-1992) que os pesquisadores da presente obra aqui resenhada buscam compreender como se deu, em práticas, os processos históricos que levaram à institucionalização da antropologia pernambucana. Valente foi um médico e antropólogo recifense que dedicou grande parte de sua carreira aos estudos do xangô pernambucano, bem como sua cultura e sua relação com as periferias da cidade do Recife; Valente foi durante décadas o diretor do Departamento de Antropologia da Fundação Joaquim Nabuco, deixando importante registros sobre as tradições afro-religiosas em solo brasileiro, sendo sua obra mais conhecida o livro “Sincretismo Religioso Afro-Brasileiro” (1955). Nessa empreitada, as fotografias de Valente são abordadas não apenas enquanto historicidades produzidas junto ao terreiro de pai Apolinário Gomes da Mota (1888-1973) - importante babalorixá da cidade do Recife, e um dos principais interlocutores para os acadêmicos da Universidade Federal de Pernambuco à época -, como também dispositivos para pensar a historiografia da antropologia pernambucana. O Terreiro Senhor do Bonfim, tornou-se reconhecido junto à comunidade afro-religiosa pernambucana entre os anos de 1930 a 1970, e sua fama deve-se majoritariamente às intrincadas relações que Apolinário estabeleceu com o poder público municipal e a academia.

Em seus movimentos Apolinário viajou por estados do nordeste. Saindo de Olinda-PE, o então marinheiro foi para Salvador- BA e por lá aprendeu com os candomblés baianos, uma vez iniciado foi para Maceió-CE aprender junto às macumbas de lá questões próprias das ontologias afro-ameríndias, mas foi em Recife-PE que decidiu estabelecer morada, criando inicialmente o terreiro Seita Africana Cosme e Damião, e mais tarde abrindo um novo terreiro chamado Senhor do Bonfim, sendo este o primeiro terreiro de nação Congo do município. As nações, dizem respeito a uma série de recriações feitas por povos vindos de África a fim de reconhecer suas tradições míticas (memorialistas), elas não dizem respeito necessariamente a um único agrupamento familiar dado por consanguinidades ou territorialidades (Ribeiro, 1952, In. Hutzler, 2014). Foi com a defesa de sua religião que Apolinário passou a engajar-se politicamente com a militância afro-religiosa. Dessa luta ele ganhou notoriedade e tornou-se, junto a seu terreiro, objeto privilegiado de estudo acadêmico, e essa fama imortalizou seu nome na história da antropologia e das religiões pernambucanas, como também fez dele alvo de perseguição policial e política.

Dentre os nomes que se destacam como interlocutores tanto do terreiro do Senhor do Bonfim, quanto da academia, Waldemar Valente destaca-se enquanto um dos

pesquisadores que com afinco abordaram o universo afro-pernambucano. A pesquisa expressa na obra aqui resenhada se debruça sobre o trabalho de Valente com o terreiro de Apolinário, seus artigos científicos, seus feitos, histórias e em especial as fotoetnografias de seu álbum, intitulado “Xangô Senhor do Bonfim, Apolinário e Maria José (Lia)” de 1950. Fotos feitas por Gregório de Alencar Junior³. Essas fotografias foram obtidas em primeira mão por Silvana Matos quando estava, à época, produzindo o livro “A nova escola de antropologia do Recife: Ideias, personagens e instituições” (Campos, Pereira & Matos, 2017). Na ocasião, Matos entrevistou Marilene Torquato, viúva do antropólogo Waldemar Valente, e responsável por seu acervo fotográfico.

Valente é uma figura importante para que possamos conhecer o terreiro de Apolinário e o rito Congo em Recife. E foi gozando do privilégio da boa companhia e das boas relações com o terreiro que o pesquisador pode documentar ritos outrora privados, que não poderiam ser expostos ao público.

No que diz respeito à história da antropologia pernambucana, Germano (In. Campos, Pereira & Mato 2017) nos lembra, mobilizando o conceito de Santa Aliança (desenhado por Roberto Motta), que há uma “Santa Aliança” entre a academia e seus interlocutores. Uma troca de “dádivas”, se usarmos o termo de Mauss (2003), em que a comunidade estudada “recebe” legitimação intelectual ofertada pela comunidade acadêmica em troca de sua participação nas pesquisas. Isto é, enquanto a academia se beneficia de sua sabedoria como objeto de estudo, os povos estudados veem na produção acadêmica uma possibilidade de reconhecimento intelectual de suas vivências. Este entrelaçamento entre as religiões afro-brasileiras e a academia pode ser observado por quase todo o país, sendo percebida nas obras de Edson Carneiro, R. Bastide e tantos outros.

A aliança entre acadêmicos e os xangôs pernambucanos “resultou” em uma seara única em todo o país. Junto aos médicos e pesquisadores do Serviço de Higiene Mental de Pernambuco (órgão público que desde o seu surgimento estimulou a pesquisa social com os xangôs), liderados por Ulysses Pernambucano (1892-1943) e sob a influência de Gilberto Freyre (1900-1987) ligado ao Instituto Joaquim Nabuco (hoje Fundação Joaquim Nabuco), os xangôs do Recife passaram a ser alvo de investigações e incursões acadêmicas, a fim de compreender fenômenos como a incorporação/possessão, questões próprias das ontologias afro-ameríndias presentes nos terreiros da cidade e a ocupação urbana de povos outrora escravizados. E, em troca, os terreiros ganharam notoriedade, ascenderam

3 Gregório de Alencar Júnior acompanhou Valente em suas pesquisas de campo nos xangôs recifenses durante cerca de 24 meses, sendo ele não apenas instruído pelo antropólogo a fazer as fotografias dos ritos, como um dos primeiros fotógrafos a ser inseridos em uma pesquisa de longa duração sobre os cultos afro-pernambucanos.

a símbolos de cultura e identidade tipicamente pernambucana, da proveitosa mistura das raças, tão bem analisadas por Gilberto Freyre, passaram a ocupar as ruas e as academias, tornando-se porta-vozes de questões tidas como marginais.

É durante os anos de 1950 que vemos uma dupla fratura dessa aliança entre os xangôs e os acadêmicos, fratura essa que desenhou os caminhos dos estudos dos xangôs pernambucanos e ganhou força sobretudo após a violenta repressão por parte do Estado Novo contra os terreiros de Recife. Na ocasião os terreiros e seus membros passaram a ser perseguidos pelo Estado sob a liderança do governador de Pernambuco, Agamenon Magalhães. Sob a autoridade do Estado terreiros foram fechados e lideranças afro-religiosas foram presas, dentre aqueles que foram presos estava o próprio Apolinário.

Apesar de nutrir relações de proximidade com Magalhães, Apolinário foi preso e seu terreiro foi violado pela Polícia que levou grande parte das materialidades sagradas de seu terreiro. A ação de Magalhães no entanto gerou uma série de provocações que partiam tanto dos povos de terreiro como dos movimentos acadêmicos da época, buscando não apenas defender o xangô como um campo de estudo e cultura de forte potencialidade analítica, como também se propunha a desmistificar os ritos afro-ameríndios aproximando-os de uma urbanidade pernambucana que em nada deveria ser temida. Na mesma época da prisão de Apolinário, a Missão de Pesquisa Folclórica, liderada por Mário de Andrade, chega a Recife e encontra em Apolinário um importante interlocutor para a tradução de mitos, ritos e performances religiosas. Essa ponte entre Apolinário e Andrade deve-se, sobretudo, a Valente e aos pesquisadores dos xangôs. Parte do material apreendido pela polícia a mando de Magalhães foi levado pela equipe de Missão de Pesquisa Folclórica, que conseguiu uma autorização legal para tal feito. E, ao mesmo tempo em que esse movimento de aproximação trouxe para os xangôs reconhecimento social trouxe para outras manifestações religiosas interioranas certas invisibilidades.

Aqui é preciso que se faça uma observação a respeito dessa aliança. Apesar de pioneira e vital para a consolidação da antropologia e do imaginário público para com as religiões afro-religiões pernambucanas, esses autores ficaram por demasiado presos às formas religiosas encontradas em Recife, esquecendo-se de olhar para outras áreas do próprio estado, havendo pouco ou nenhum material acadêmico produzido sobre as formas religiosas afro-ameríndias nas cidades do interior do estado (Silva, 2022). Os registros e documentações sobre o interior do estado limitam-se a narrativas textuais, havendo poucas materialidades visuais desses cultos e formas de sagrados.

E aqui se desdobra um dos brilhantismos da pesquisa e da obra de Valente: o pesquisador realizou uma importantíssima pesquisa de campo valendo-se de fotografias

captadas durante os cultos públicos e privados, incluindo o terreiro de Apolinário. E é a partir desses registros, bem como do material produzido por Valente e Andrade, que se faz possível recriar uma historicidade difusa e quase esquecida do Terreiro do Senhor do Bonfim. Os autores da obra aqui resenhada me lembram que após a morte de Apolinário o terreiro perdeu relevância e não volta a aparecer no cenário religioso de Pernambuco, a presença da memória de Apolinário vai paulatinamente desaparecendo e sendo substituída por outros nomes de igual importância. Assim, a obra de Valente não apenas imortalizou o terreiro, como criou representações visuais dos ritos de um segmento religioso, como é a nação Congo, hoje pouco difundida.

Existe essa que talvez seja a questão central para os autores da obra resenhada: a antropologia pernambucana não nasce do isolamento dos acadêmicos. Ela se institucionaliza junto ao contato com o campo, nascendo e se apropriando de questões pertinentes a uma vida urbana, aprendendo com questões de povos de minoria representativas. Seja na fundação do Instituto Joaquim Nabuco, abertura do Serviço de Higiene Mental ou ainda na criação dos cursos de graduação e pós graduação em Ciências sociais e antropologia, o olhar do pesquisador está diretamente ligado à vida de pessoas e ontologias reais (2017, Campos, Pereira & Matos).

Em uma empreitada de aproximação da academia com os xangôs, os primeiros antropólogos e pesquisadores da vida social recifense vem a se preocupar com uma vivência próximo a si, sem ir a campo buscando o que há de exótico e o fetichizado, mas, tonando o que é estranho a si algo familiar a comunidade. Defendo aqui que existem outras abordagens e questões que tocam o percurso de institucionalização da antropologia pernambucana, como é possível ver em “A nova escola de antropologia do Recife: Ideias, personagens e instituições” (Campos, Pereira & Matos, 2017), mas uma das questões de maior potencialidade analítica que diz respeito às práticas abordadas por esse grupo de estudiosos, e aqui o livro resenhado brilha em sua mais viçosa potência.

Posso concluir que a fotografia é, na obra aqui abordada, mais que mera ilustração ou documentação de uma observação síncrona, ela é uma fonte de diálogo e uma ferramenta para recontar a história da antropologia. Ela é o modo de ver e conceber os desdobramentos desse momento ímpar da história da academia pernambucana. O acervo de valente nos ajuda a pensar com a institucionalização da antropologia, como esses eventos se tornaram práticas, como a abertura dos terreiros para o grande público e para a academia trouxe outras possibilidades de fazer pesquisa. Assim, a leitura da presente obra me obriga a pensar uma antropologia engajada com a vida urbana do Recife, em como terreiros e academias se unem criando uma história relacional entre si. E em sua

abordagem metodológica podemos pensar que a fotografia não é meramente um recurso imagético para o texto, ela é um dispositivo para repensar relações, para marcar mundos possíveis e narrar realidades complexas que o texto por si só não daria conta. Ela é capaz de criar e recriar interpretações únicas.

Referências

Campos, Roberta B. Carneiro; Pereira, Fabiana M. Gama & Matos, Silvana Sobreira de (2017). *A nova escola de antropologia do Recife: ideais, personagens e instituições*. Recife: Editora UFPE.

Matos, Silvana Sobreira; Campos, Roberta Bivar Carneiro; Germano, Pedro & Pereira, Fabiana M. Gama (2024). *Terreiro Senhor do Bonfim de Apolinário Gomes da Mota: uma fotoetnografia da ritualística Congo em Recife*. Recife: Editora UFPE.

Mauss, Marcel (2003). Ensaio Sobre a Dádiva — Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In M. Mauss, *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.

Ribeiro, René (2014). Cultos afro-brasileiros do Recife: um estudo de ajustamento social. Boletim do Instituto Joaquim Nabuco. Número Especial. 1952. In. C. R. Hurler (org.), *René Ribeiro e a antropologia dos cultos afro-brasileiros*. Recife: Editora UFPE

Silva, Hugo W. Oliveira (2022), *Os santos e o público: etnografia visual da roda de preto velho de caruaru, Pernambuco*. Trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Recebido em 25 de novembro de 2024.

Aceito em 24 de fevereiro de 2025.

Nominata de Pareceristas deste número

Ale Mujica Rodriguez (UFSC)

Beatriz Borges Brambilla (PUC-SP)

Caetano Sordi (UFSC)

Camila Fernandes Pinto (UERJ)

Caroline Luiza Willig (Universidade Feevale)

Cristianne Maria Famer Rocha (UFRGS)

Daniela Tonelli Manica (UNICAMP)

Diego Breno Leal Vilela (IFPB)

Edi Alves de Oliveira Neto (UnB)

Fernando Antonio Ferreira de Souza (UFC)

Gabriel Sanchez (UFSCar)

Hellen Monique dos Santos Caetano (UFRN)

Januária Monteiro Menegotto (PUC-RS)

Larissa Maués Pelúcio Silva (UNESP)

Leandro Teófilo de Brito (UFRJ)

Luanda de Oliveira Lima (IFF/FIOCRUZ)

Luciana Aparecida Palharini (UFABC)

Marcella Rodrigues (UFSM)

Marina Fisher Nucci (UERJ)

Michele Neves Meneses (UFRGS)

Núria Rosich Sala (Universidade de Barcelona)

Paulo Rogers da Silva Ferreira (UFBA)

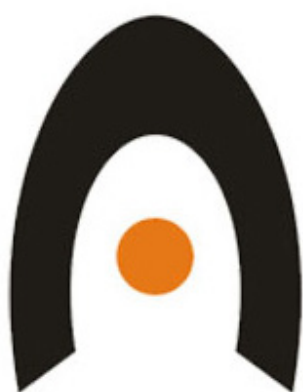
Sarah Moreno (UFRGS)

Tatiana Wargas de Faria Baptista (FIOCRUZ)

Williana Angelo da Silva (UNIP)

William Assis da Silva (UFJF)

Za Chacon Saggioro (UNICAMP)



antropologia **social**
programa de **pós-graduação**

